



Ministério da Educação

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde

Departamento de Ciências Biológicas

Chefia do Departamento de Ciências Biológicas

OFÍCIO Nº 19/2024/CHEFIACIENCIASBIO/DCBIO/FCBS

Diamantina, 28 de agosto de 2024.

Ao Prof. Douglas Sathler dos Reis

PRÓ-REITOR DE GRADUAÇÃO

Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000, Alto da Jacuba

CEP: 39100-000 – Diamantina/MG

Assunto: Criação do Bacharelado em Ciências Biológicas

Prezado Pró-reitor,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, venho por meio deste solicitar as providências cabíveis relacionadas a abertura do curso de graduação em **Ciências Biológicas, modalidade bacharelado, com ênfase em Biodiversidade e Meio Ambiente**, nos termos da resolução CONSEPE 15/2022. Esta solicitação foi previamente encaminhada à Congregação da FCBS (documento sei 0859825, processo SEI 23086.014382/2022-75) e aprovada pela mesma (documento sei 0901107) em outubro de 2022. Informo ainda que, o novo curso consta do PDI da UFVJM para o quadriênio 2024-2028 (página 67, quadro 35).

Dentre os procedimentos elencados para fins de abertura de novos cursos, destaco que o Projeto Político Pedagógico (PPC) do curso em discussão (documento sei 1385736 do processo 23086.007699/2023-36) já foi aprovado pelo CONSEPE, Resolução número 29/2024 (documento sei 1519452, processo 23086.007699/2023-36), após pareceres favoráveis da Divisão de Apoio Pedagógico/PROGRAD (documento sei 1387376, processo 23086.007699/2023-36) e da Comissão de Análise de PPCs para fins de Curricularização/PROEXC (documento sei 1196801, processo 23086.008318/2023-36).

Cabe esclarecer que, a fim de viabilizar a abertura do curso na modalidade bacharelado, será necessária a redução na oferta de vagas para ingresso no curso já existente de Ciências Biológicas na modalidade licenciatura. Assim, a solicitação de redução de vagas para entrada na Licenciatura em Ciências Biológicas, de 60 vagas anuais (30 semestrais) para 30 vagas anuais (15 semestrais) será necessária para a oferta das 30 vagas anuais (15 semestrais) na modalidade Bacharelado (sem ônus aos docentes/departamentos/unidades fora do DCBio) e foi aprovada pelo colegiado da Licenciatura (documento sei 0859854). Essa tramitação foi enviada ao CONGRAD pela Direção da FCBS para providências (documento sei 1518226, processo 23086.011238/2024-49).

Alguns aspectos relacionados ao novo curso merecem ser destacados:

1. O curso será integral (vespertino e noturno) para viabilizar o compartilhamento de algumas unidades curriculares com o curso de Ciências Biológicas na modalidade licenciatura (noturno);

2. Parte das unidades curriculares ofertadas ao curso de Bacharelado serão compartilhas

com as unidades atualmente ofertadas para a Licenciatura, mantendo a mesma carga horária e ementa (vide PPC do curso de Bacharelado, documento sei 1385736, **páginas 44 a 50, Matriz Curricular, quadro 1**), o que implica em otimização da estrutura física e de pessoal (corpo docente e corpo técnico).

3. A estrutura física do prédio do DCBio comporta o novo curso não sendo necessários novos investimentos em estrutura (isso inclui laboratórios e equipamentos, gabinetes para docentes e mobiliário) (vide PPC do novo curso, documento sei 1385736, **Anexo I - Infraestrutura**).

4. São demandadas apenas 2 vagas docentes para oferta de novas unidades curriculares para as quais não há docentes com expertise no DCBio (vide PPC do novo curso, documento sei 1385736, **Anexo V - Corpo Docente**).

5. As novas unidades curriculares do Bacharelado, para as quais há docentes com expertise no DCBio, serão ministradas, sem prejuízo à Licenciatura, pelos docentes atualmente lotados no departamento.

6. As unidades curriculares do Bacharelado comuns às da Licenciatura serão ofertadas ao novo curso pelas Unidades Acadêmicas responsáveis mediante acordos de cooperação já pactuados (vide PPC do novo curso, documento sei 1385736, **Anexo VIII - Acordos de Cooperação**)

Sem mais para o momento, me despeço com votos de estima e consideração e me coloco a inteira disposição para eventuais esclarecimentos.

Respeitosamente,

Prof. Thiago Santos
Chefe do Departamento de Ciências Biológicas



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Santos, Chefe de Departamento**, em 02/09/2024, às 12:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1519021** e o código CRC **37B1D49F**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 23086.011290/2024-03

SEI nº 1519021

Rodovia MGT 367 - Km 583, nº 5000 - Bairro Alto da Jacuba, Diamantina/MG - CEP 39100-000

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO
JEQUITINHONHA E MUCURI
CAMPUS JK – MINAS GERAIS
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
FACULDADE DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE



**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO
EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS
BACHARELADO
MODALIDADE: PRESENCIAL**



**'PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS
BIOLÓGICAS BACHARELADO – MODALIDADE PRESENCIAL**

Reitor

Heron Laiber Bonadiman

Vice-Reitora

Flaviana Tavares Vieira

Chefe de gabinete

Jairo Farley Almeida Magalhães

Pró-Reitor de Graduação

Douglas Sathler dos Reis

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Ana Cristina Rodrigues Lacerda

Pró-Reitor de Extensão e Cultura

Valéria Cristina da Costa

Pró-Reitor de Acessibilidade e Assuntos e Estudantis

Ciro Andrade da Silva

Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento

Darliton Vinicios Vieira

Pró-Reitor de Administração

Donaldo Rosa Pires Junior

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Marina Ferreira da Costa

**Comissão responsável pela elaboração do Projeto Pedagógico do Curso
(PORTARIA/PROGRAD Nº 7, DE 15 DE MARÇO DE 2023)**

Conceição Aparecida Santos

Dayana Maria Teodoro Francino

Elaine Cristina Cabrini

José Bosco Isaac Junior

Leonardo Guimarães Lessa

Thiago Santos

Ricardo Andrade Barata

Rodrigo César Marques



ÍNDICE

1	CARACTERIZAÇÃO DO CURSO	04
2	BASE LEGAL DE REFERÊNCIA	05
3	APRESENTAÇÃO	08
4	JUSTIFICATIVA	09
4.1	Histórico da Instituição	09
4.2	Contextualização histórica do curso	12
4.3	Contextualização regional	15
4.4	Justificativa para o número de vagas	17
5	OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS	18
5.1	Objetivo geral	18
5.2	Objetivos específicos	19
6	METAS	19
7	PERFIL DO EGRESO	21
8	COMPETÊNCIAS E HABILIDADES	22
9	CAMPO DE ATUAÇÃO PROFISSIONAL	23
10	PROPOSTA PEDAGÓGICA	24
10.1	Metodologia de ensino	24
10.2	Integração entre teoria e prática	26
10.3	Integração entre Graduação e Pós-graduação	27
10.4	Interdisciplinaridade	28
10.5	Oferta a distância	29
10.6	Tecnologias de informação e de comunicação nos processos de ensino e aprendizagem	29
10.7	Educação empreendedora	30
10.8	Educação ambiental	31
10.9	Educação em direitos humanos	32
10.10	Educação das relações étnico-raciais e para o ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena	33
10.11	Apoio ao discente	33
10.11.1	Programa de monitoria	34
10.11.2	Programa de assistência estudantil (PAE)	34



10.11.3	Divisão de esporte e lazer (DEL)	35
10.11.4	Restaurante universitário	35
10.11.5	Programa de apoio ao ensino de graduação (PROAE)	36
11.11.6	Programa de apoio a participação em eventos (PROAPE)	36
11.11.7	Programa institucional de bolsas de iniciação científica (PIBIC)	36
10.11.8	Programa institucional de bolsas de extensão (PIBEX)	37
10.11.9	Programa de bolsas de apoio a cultura e a arte (PROCARTE)	37
10.11.10	Centro acadêmico (CA)	38
10.11.11	Atendimento aos discentes com necessidades especiais	38
11	ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	40
11.1	Matriz curricular	44
11.2	Fluxograma da matriz curricular	55
11.3	Estágio curricular supervisionado (ECS)	57
11.4	Atividades complementares (ACs)	58
11.5	Trabalho de conclusão de curso (TCC)	59
11.6	Atividades de extensão	61
11.7	Ementário e bibliografia	63
11.7.1	Ementário e bibliografia das Unidades Curriculares Obrigatórias	63
11.7.2	Ementário e bibliografia das Unidades Curriculares Eletivas e Optativas	98
12	AVALIAÇÃO DO ENSINO E APRENDIZAGEM	111
13	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO	113
13.1	Estratégias de acompanhamento do egresso	114
14	ADMINISTRAÇÃO ACADÉMICA DO CURSO	115
14.1	Coordenação de curso	115
14.2	Núcleo docente estruturante	116
14.3	Colegiado de curso	116
14.4	Corpo docente	117



14.5	Corpo técnico administrativo	119
15	REFERÊNCIAS	119
15.1	Base legal	119
15.2	Legislação institucional	120
15.3	Documentos complementares	121
16	ANEXOS	124
16.1	ANEXO I - Infraestrutura	124
16.2	ANEXO II– Resolução para atividades complementares (ACs)	128
16.3	ANEXO III – Resolução para trabalho de conclusão de curso (TCC)	145
16.4	ANEXO IV – Descrição da natureza da extensão	158
16.5	ANEXO V – Corpo docente	165
16.6	ANEXO VI – Corpo técnico administrativo	167
16.7	ANEXO VII – Acordos de cooperação para a oferta de unidades curriculares por outros departamentos/cursos	168



1. CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

DADOS DA INSTITUIÇÃO	
Instituição	UFVJM – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Endereço	Campus JK - Rodovia MGT 367, KM 583, Nº 5000 – Alto da Jacuba
CEP/Cidade	39.100-000 / Diamantina (MG)
Código da IES no INEP	596
DADOS DO CURSO	
Curso de Graduação	Ciências Biológicas
Área de conhecimento	Ciências Biológicas
Grau	Graduação
Habilitação	Bacharelado
Modalidade	Presencial
Regime de matrícula	Semestral
Formas de ingresso	Processo Seletivo pelo Sistema de Seleção Unificada (SISu) via Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e Processo Seletivo por Avaliação Seriada (SASI); Processos seletivos internos na forma do regulamento dos cursos de Graduação da UFVJM
Número de vagas oferecidas	15 semestrais
Turno de oferta	Integral
Carga horária total	3.285h
Tempo de integralização	Mínimo 4.5/Máximo 6.5
Local da oferta	Campus JK, Diamantina, MG
Ano de início do Curso	
Ato de criação do Curso	
Ato de autorização de funcionamento do Curso	



2. BASE LEGAL DE REFERÊNCIA

Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o Estágio de Estudantes.

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência Física.

Instrução Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019. Estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública.

Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o Art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Parecer nº 213 CNE/CES, de 2008. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, Bacharelados, na modalidade presencial.

Parecer nº 1301 CNE/CES, de 2001. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Ciências Biológicas

Portaria nº 2.117 MEC, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em Cursos de graduação presenciais ofertados por instituições de educação superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.



Resolução nº 7 CNE/CES, de 11 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Ciências Biológicas.

Resolução nº 03 CNE/CES, de 02 de junho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências.

Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 e dá outras providências.

Resolução nº 2 CNE/CP, de 15 de junho de 2012. Parecer CNE/CP nº 14/2012. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Resolução nº 1 CNE/CP, de 30 de maio de 2012. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Resolução nº 1 CNE/CP, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.

Resolução nº 4 CNE/CES, de 6 de abril de 2009. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, Bacharelados, na modalidade presencial.

Resolução nº 1 (CONAES), de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante – NDE e dá outras providências.

Resolução nº 22 (CONSEPE), de 16 de março de 2017. Estabelece normas para o Trabalho de Conclusão de Curso da UFVJM.

Resolução nº 33 (CONSEPE), de 14 de dezembro de 2021. Regulamenta as Atividades Complementares (AC) e as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) no âmbito da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Resolução nº 11 (CONSEPE), de 11 de abril de 2019. Estabelece o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFVJM.

Resolução nº 21 (CONSEPE), de 25 de julho de 2014. Altera a Resolução nº. 02 – CONSEPE, de 26 de fevereiro de 2010 que estabelece as normas de Estágio dos Discentes dos cursos de Graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).



Resolução nº 04 (CONSEPE), de 10 de março de 2016. Institui o Núcleo Docente Estruturante- NDE nos Cursos de Graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM e revoga a Resolução CONSEPE nº 16, de 18 de junho de 2010.

Resolução nº 17 (CONSEPE), de 24 de agosto de 2016. Revoga, *ad referendum* do CONSEPE, o art. 5º e parágrafos da Resolução nº 21 CONSEPE, de 25 de julho de 2014 e dá outras providências.

Resolução nº 2 (CONSEPE), de 18 de janeiro de 2021. Regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da UFVJM.

Resolução nº 03 (CONSU), de 23 de março de 2015. Estabelece o Regimento Geral da UFVJM.

Resolução nº 08 (CONSU), de 27 de novembro de 2023. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFVJM para o quadriênio 2024 – 2028.

Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, Presidência da República, Casa Civil. Regulamenta as profissões de Biólogo e de Biomédico, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biologia e Biomedicina, e dá outras providências.

Conselho Federal de Biologia. Parecer Nº 01/2010. GT Revisão das áreas de atuação - proposta de requisitos mínimos para o biólogo atuar em pesquisa, projetos, análises, perícias, fiscalização, emissão de laudos, pareceres e outros serviços nas áreas de meio ambiente, saúde e biotecnologia.

Conselho Federal de Biologia. Resolução nº 300, de 07 de dezembro de 2012. Estabelece os requisitos mínimos para o Biólogo atuar em pesquisa, projetos, análises, perícias, fiscalização, emissão de laudos, pareceres e outras atividades profissionais nas áreas de Meio Ambiente e Biodiversidade, Saúde e, Biotecnologia e Produção.

3. APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Biológicas – habilitação: Bacharelado; ênfase: Biodiversidade e Meio Ambiente. O referido curso encontra-se vinculado à Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde (FCBS), à Diretoria de Ensino



(DEN) da Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD) da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), sendo oferecido na modalidade presencial em atendimento aos marcos regulatórios que normatizam em território brasileiro a organização de cursos de Bacharelado.

O supracitado curso caracteriza-se por diretrizes que expressam e orientam a prática pedagógica de todos os envolvidos com a dinâmica didático-pedagógica-administrativa, não se restringindo à mera organização de componentes curriculares, mas sim à adoção por parte dos sujeitos envolvidos, corpo docente e discente, de um efetivo posicionamento científico e pedagógico. Tal posicionamento encontra-se embasado em um referencial teórico-metodológico e no acompanhamento do estado de arte das diversas áreas de conhecimento do curso, sempre compatíveis com os objetivos da Instituição formadora, do público envolvido, das demandas atuais de pesquisa em biodiversidade e meio ambiente e nas demais áreas específicas das Ciências Biológicas.

A proposta pedagógica tem como referência básica as características do futuro Biólogo, que possa vir a atuar em pesquisas, projetos, análises, perícias, fiscalização, emissão de laudos, pareceres e outros serviços nas áreas de meio ambiente, saúde e biotecnologia, e como docente no Ensino Superior. O conteúdo proposto será oferecido por meio de aulas expositivas teóricas e práticas, divididas em laboratoriais e de campo, que consolidam os procedimentos metodológicos e técnicos para o entendimento das diferentes abordagens e temáticas apresentadas nas unidades curriculares do curso, incluindo a análise, a observação, a descrição e verificação de resultados de experimentos, de processos ou de fenômenos investigados.

O projeto pedagógico tem como base a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de modo a garantir a qualidade da formação inicial, introduzindo os discentes nos processos investigativos na sua área específica, tornando-os profissionais capazes de conduzir sua própria formação continuada. Neste sentido, a formação do Bacharel dar-se-á ao longo de todo o processo de



formação, por meio da articulação entre as unidades curriculares e com outros espaços educativos, não se reduzindo às unidades curriculares pedagógicas do curso. Dessa forma, conteúdos específicos, atividades de pesquisa e extensão serão objetos de contribuições mútuas, assim como de reflexões ricas e profícias.

Em seguida, aponta-se a estrutura geral do curso de Graduação em Ciências Biológicas - Bacharelado, seus objetivos gerais e específicos, o perfil do egresso a ser alcançado, as competências e habilidades a serem perseguidas no processo de formação, a organização curricular, os pressupostos teórico-metodológicos que o norteiam, a estrutura curricular, o ementário e as referências bibliográficas do curso.

4. JUSTIFICATIVA

4.1. Histórico da Instituição

O diamantinense Juscelino Kubitschek de Oliveira – então governador do Estado de Minas Gerais – funda, em setembro de 1953, a Faculdade de Odontologia de Diamantina visando o desenvolvimento da região. Desenhada por Niemeyer, na época ainda uma promessa da arquitetura, a Faculdade tornou-se a semente da qual nasceria meio século depois a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, a UFVJM.

No dia 17 de dezembro de 1960, ao ser federalizada, tornou-se Faculdade Federal de Odontologia de Diamantina (FAFEOD) e, no dia 4 de outubro de 2002, pautada na busca pela excelência em ensino e no atendimento à demanda da comunidade, transformou-se em Faculdades Federais Integradas de Diamantina (FAFEID).

Em setembro de 2005 foi publicada a Lei 11.173 no Diário Oficial da União, que transformou as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. A implantação da Universidade nos referidos Vales representou a interiorização do ensino público superior no estado de Minas Gerais, possibilitando a realização



do sonho da maioria dos jovens aqui inseridos de prosseguir sua formação acadêmica. Além disso, a Instituição destaca-se por sua importância para o desenvolvimento científico, econômico e sociocultural da região, através do desenvolvimento de pesquisas (puras e aplicadas), da geração de emprego e renda, e da redução da desigualdade social existente.

O passar dos anos só confirmou seu crescimento, com a criação de cursos de mestrado, doutorado e de ensino a distância. Aos campi de Diamantina e Teófilo Otoni somaram-se três fazendas experimentais, localizadas nos municípios de Couto de Magalhães de Minas, Serro e Curvelo. Além disso, desde o primeiro semestre de 2014, começaram a funcionar mais dois novos *campi*: o de Janaúba e o de Unaí, possibilitando à UFVJM abranger também as regiões Norte e Noroeste de Minas.

Atualmente, com quase duas décadas de existência, a Universidade colhe seus frutos oferecendo diversos cursos de graduação e pós-graduação nas modalidades presencial e a distância, distribuídos e atuando em cinco campi, sendo os *campi* I e o JK localizados na cidade de Diamantina; campus do Mucuri, localizado na cidade de Teófilo Otoni; o *campus* de Janaúba e o *campus* de Unaí; todos em Minas Gerais.

A UFVJM oferece mais de 50 cursos de graduação, sendo 30 no município de Diamantina, distribuídos em seis Unidades Acadêmicas: Faculdade de Medicina de Diamantina (Medicina); Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde (Odontologia, Enfermagem, Farmácia, Nutrição, Fisioterapia, Licenciatura em Ciências Biológicas, Bacharelado em Educação Física e Licenciatura em Educação Física); Faculdade de Ciências Agrárias (Agronomia, Engenharia Florestal e Zootecnia); Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas (Licenciatura em Química e Sistemas de Informação); Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (Humanidades, Turismo, Pedagogia, Licenciatura em Geografia, Licenciatura em História, Licenciatura em Letras (Português/Inglês), Licenciatura em Letras (Português/Espanhol) e Licenciatura em Educação do Campo); Instituto de Ciência e Tecnologia (Ciência e



Tecnologia, Engenharia de Alimentos, Engenharia Geológica, Engenharia Mecânica e Engenharia Química). Dez cursos em Teófilo Otoni (*campus do Mucuri*), distribuídos em três Unidades Acadêmicas: Faculdade de Medicina do Mucuri (Medicina); Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas (Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Licenciatura em Matemática e Serviço Social, e Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia (Ciência e Tecnologia, Engenharia Civil, Engenharia Hídrica e Engenharia de Produção). Além dessas Unidades Acadêmicas, a Diretoria de Educação Aberta e a Distância oferece 5 cursos: Administração Pública, Licenciaturas em Física, Matemática, Química e Pedagogia. No *campus* de Unaí, os cursos Agronomia, Engenharia Agrícola e Ambiental, Medicina Veterinária e Zootecnia por meio do Instituto de Ciências Agrárias. No *campus* de Janaúba, os cursos de Ciência e Tecnologia, Engenharia Física, Engenharia de Materiais e Engenharia de Minas, por meio do Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia.

A UFVJM oferece também 20 programas de pós-graduação *stricto sensu* (05 doutorados e 19 mestrados), assim distribuídos segundo suas áreas de conhecimento: Ciências Agrárias - Produção Vegetal (mestrado e doutorado), Zootecnia (mestrado) e Ciência Florestal (mestrado); Ciências Biológicas e da Saúde - Programa Multicêntrico de Pós-Graduação em Ciências Fisiológicas (mestrado e doutorado), Odontologia (mestrado e doutorado), Ciências Farmacêuticas (mestrado), Ensino em Saúde (mestrado profissional) e Reabilitação e Desempenho Funcional (mestrado); Biodiversidade – Biologia Animal (mestrado); Ciências Exatas e da Terra – Química (mestrado), Programa Multicêntrico de Pós-Graduação em Química de Minas Gerais (Mestrado e doutorado); Multidisciplinar - Saúde, Sociedade e Ambiente (mestrado profissional); Estudos Rurais Ciências (mestrado) e Ciências Humanas – (mestrado); Educação-Educação (mestrado profissional); Engenharia/Tecnologia e Gestão – Tecnologia, Ambiente e Sociedade (mestrado); Biotecnologia - Biocombustíveis (mestrado e doutorado); Administração, Ciências Contábeis e Turismo- Administração Pública



(mestrado); Ciência de Alimentos- Ciência e Tecnologia de Alimentos (mestrado) e PROFMAT- Matemática (mestrado) e 10 cursos pós-graduação *lato sensu*, assim distribuídos: Cursos Presenciais- Residência em Clínica Médica, Residência em Ginecologia e Obstetrícia; Residência em Pediatria; Residência em Neurocirurgia; Residência em Fisioterapia na Saúde Coletiva e Cursos a Distância- Especialização em Gestão Pública Municipal; Especialização em Ensino de Geografia; Especialização em Ensino de Sociologia para o Ensino Médio; Especialização em Matemática para o Ensino Médio: Matemática na Prática e Especialização em Educação em Direitos Humanos.

4.2. Contextualização histórica do curso

A UFVJM é a única, dentre as 11 Universidades Federais Mineiras, com sede no norte do estado de Minas Gerais no município de Diamantina. Seus cinco *campi* estão inseridos nas regiões do Vale do Jequitinhonha (Diamantina, *campus* sede JK, e *campus* I), do Vale do Mucuri (Teófilo Otoni), do Vale do São Francisco e no norte do estado de Minas Gerais (Janaúba e Unaí, respectivamente), atendendo a uma população estimada em 1,8 milhões de habitantes, o que por si só indica uma alta demanda regional por educação superior.

Neste contexto, no primeiro semestre do ano de 2005, a partir da possibilidade de expansão na oferta de cursos de graduação, foi apresentada à Direção da Instituição (à época ainda denominada Faculdades Federais Integradas de Diamantina - FAFEID), a proposta para a abertura de um curso de graduação em Ciências Biológicas com duas modalidades de habilitação - Licenciatura Plena e Bacharelado. Posteriormente, após ajustes feitos pelo MEC no número de vagas disponíveis para abertura de novos cursos, a Direção da FAFEID optou por abrir somente os cursos de licenciatura noturnos, sendo a abertura do curso de Bacharelado temporariamente postergada. Foram abertos então no segundo semestre de 2006, os 3 primeiros cursos de Licenciatura da



recém-criada UFVJM - Licenciaturas Plenas em Ciências Biológicas, Educação Física e Química.

Nos anos que se seguiram à abertura do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, suas primeiras Chefias e Coordenações envidaram esforços visando a consolidação e estruturação do curso - concursos para docentes e técnicos, aquisição de equipamentos, preparação de acervo para as aulas e, não menos importante, a concretização de um espaço físico que pudesse abrigar adequadamente o curso. Após passar por espaços físicos provisórios e inadequados entre os anos de 2006 e 2011, finalmente em 2012 o curso foi abrigado em um prédio projetado para acomodar docentes, técnicos, discentes e todo seu acervo em um espaço físico adequado e com espaços planejados para acomodar também um futuro curso de Bacharelado em Ciências Biológicas.

Neste contexto, em 2012 foi instituída uma comissão para retomar a proposta de criação do curso de Bacharelado (Portaria FCBS nº 43, de 27 de março de 2012). Tal proposta foi aprovada por unanimidade em Assembleia de curso em dezembro de 2013, referendada pela Congregação da Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde, e pela Pró-reitoria de Graduação, passando a integrar o Plano de Expansão Acadêmica da UFVJM para o período de 2013-2017. Entretanto, mais uma vez, a abertura do tão aguardado curso de Bacharelado em Ciências Biológicas não obteve êxito e a proposta para a abertura de um Bacharelado foi novamente adiada.

Recentemente, após o conturbado período sob os efeitos deletérios gerados pela pandemia da COVID-19, a Câmara do Departamento de Ciências Biológicas (DCBio) retomou a discussão sobre a abertura do Bacharelado e constituiu uma comissão própria para a reestruturação e reapresentação de uma nova proposta (Portaria PROGRAD nº 7, de 15 de março de 2023, processo SEI 23086.006535/2020-49). Essa nova proposta foi apresentada, discutida e aprovada pela Câmara do DCBio (reunião realizada em 29 de abril de 2022, processo SEI 23086.005276/2022-09), referendada em Assembleia



Extraordinária do curso de Ciências Biológicas (reunião realizada em 12 de agosto de 2022, processo SEI 23086.011862/2022-84), aprovada pelo Colegiado do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas no que tange a solicitação de redução na entrada de alunos no curso de Licenciatura a fim de viabilizar a proposta do Bacharelado (reunião realizada em 23 de agosto de 2022, processo SEI 23086.012448/2022-92), e aprovada na 1^a Reunião Ordinária da Congregação da Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde - FCBS realizada em 07 de outubro de 2022 (processo SEI 23086.013115/2022-81).

Neste contexto histórico, o curso proposto está em consonância não apenas com os anseios dos docentes e discentes do DCBio (desde sua primeira proposição em 2005), mas também com a demanda atual do mercado de trabalho e com as competências profissionais recomendadas pelo Conselho Federal de Biologia (Resolução CFBio nº 300/2012), respeitando as Diretrizes Curriculares Nacionais vigentes definidas pelo Ministério da Educação e pelo Conselho Nacional de Educação para os Cursos de Bacharelado em Ciências Biológicas (Resolução CNE/CES nº 1.301/2001 e Resolução CNE/CES nº 7/2002).

A este ponto, cabe esclarecer que as resoluções CNE/CES 4/2009, CNE/CP nº 1/2002 e CNE/CP nº 2/2002 e o Parecer CNE/CES nº 329/2004, estabelecem que a formação do Biólogo Licenciado e do Biólogo Bacharel, sejam direcionadas individualmente e que seus graduandos devem ser capacitados para o desenvolvimento de atividades específicas, separando assim de forma incisiva as duas formações e competências profissionais.

Cabe ressaltar ainda que, o curso de Bacharelado se beneficiará da infraestrutura física, dos equipamentos, da maioria dos recursos humanos e pedagógicos já implantados para atender ao atual Curso Licenciatura em Ciências Biológicas, podendo atender plenamente ao curso de Bacharelado. Em relação aos discentes, estes poderão se beneficiar ao optar por complementar sua formação cursando unidades curriculares do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas



ou do Bacharelado (que contarão com PPCs independentes). O ingresso na Instituição será independente para os dois graus de formação (Bacharel ou Licenciado), atendendo a legislação vigente e em respeito às suas especificidades de formação. As atividades específicas de cada formação serão desenvolvidas em favor da construção de uma identidade profissional e com vistas a valorizar o discente no exercício da habilitação de sua escolha.

Finalmente, diante deste contexto, consolidou-se, uma proposta atualizada para o curso de Bacharelado em Ciências Biológicas com ênfase em Biodiversidade e Meio Ambiente. O curso proposto atende à demanda regional e nacional que se apresenta de forma mais ampla, carecendo da formação de Biólogos Bacharéis com sólida formação nas áreas tradicionais das Ciências Biológicas, tais como Ecologia, Botânica, Zoologia e Genética; e mais recentemente a Biologia Ambiental, com competência para se inserir no crescente mercado de trabalho, especialmente nas áreas de Meio Ambiente e Conservação da Biodiversidade.

4.3. Contextualização regional

O curso de Bacharelado em Ciências Biológicas terá suas atividades desenvolvidas no *campus JK* da UFVJM, município de Diamantina, que está localizado na porção Meridional da Cadeia do Espinhaço, única cadeia de montanhas da América do Sul com aproximadamente 150.000 Km² (Giulieti et al., 1997; Silveira et al., 2019). Esta importante Cadeia de montanhas é internacionalmente reconhecida como Reserva da Biosfera pela UNESCO em função de sua riqueza biológica, cultural e histórica e destaca-se como um dos maiores centros mundiais de megadiversidade e endemismo para animais e plantas (Lessa et al., 2008; Silveira et al., 2019; Norões et al., 2023). Entretanto, apesar dessa relevante biodiversidade a região ainda sofre com a escassez de investigações científicas, e níveis crescentes de destruição antropogênica de seus habitats nativos; levando a extinção de espécies, erosão da diversidade



genética, e perda de serviços ecossistêmicos vitais para o funcionamento do ecossistema, além da manutenção da saúde e do bem-estar da população humana na região (Drumond et al., 2005; Andrade et al., 2017; Silveira et al., 2019).

A Cadeia do Espinhaço foi recentemente reconhecida como uma das Reservas Mundiais da Biosfera pelo Programa MAB-UNESCO (*MAB – Man and the Biosphere*). O MAB é um programa de cooperação científica que procura dentre outras ações, compreender as repercussões das ações humanas sobre os ecossistemas mais representativos do planeta. Além disso, a região é privilegiada por incluir remanescentes de Caatinga no extremo norte, Cerrado e Mata Atlântica no centro-sul, além de áreas de transição entre esses três tipos de biomas (Silveira et al., 2019). O Cerrado e a Mata Atlântica constituem, atualmente, os dois únicos biomas brasileiros definidos como *hotspots* mundiais de biodiversidade, ou seja, áreas com enorme riqueza de espécies, mas, sob forte pressão antrópica (Mittermeir et al., 2002).

Merece também ser destacado que a região do Planalto Diamantina (localizado na porção meridional da Serra do Espinhaço) foi indicada no “Atlas para a Conservação da Biodiversidade” de Minas Gerais uma área prioritária para conservação e realização de pesquisas científicas sobre a fauna e flora no Estado (Drumond et al., 2005). Além disso, 15 unidades de conservação (sendo 11 estaduais e quatro federais) estão implantadas na mesorregião do Rio Jequitinhonha ou em municípios limítrofes a Diamantina, sendo que todas estas unidades apresentam demanda por pesquisa e por profissionais qualificados, os quais não são formados na região.

A demanda por profissionais Biólogos tem sido crescente no Brasil, provavelmente em função da maior conscientização da população frente as questões ambientais e sobre o impacto das ações humanas sobre a fauna, flora e serviços ecossistêmicos Neste contexto, considerando a elevada importância da região com relação à conservação da biodiversidade regional e nacional, a abertura de um curso de Bacharelado em Ciências Biológicas contribuirá de



maneira efetiva na formação de profissionais Biólogos dotados de conhecimento e capacitados a atuar em prol da conservação e manejo dos recursos naturais através de ações de pesquisa, educação, prevenção, recuperação e revitalização de processos ambientais.

Outro aspecto relevante e que merece destaque é a possibilidade de os profissionais egressos do curso de Bacharelado poderem qualificar sua formação junto ao Programa de Pós-graduação em Biologia Animal vinculado a Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde (PPGBA/FCBS). O PPGBA é atualmente o único programa de Pós-graduação *stricto sensu* vinculado à Câmara de Biodiversidade da CAPES sediado na Cadeia do Espinhaço e cujas linhas de pesquisa em Sistemática e Ecologia, incluem estudos integrados de sistemática, filogenia, biogeografia, morfologia, ecologia, ecoepidemiologia e comportamento animal.

4.4. Justificativa para o número de vagas

A fim de viabilizar a abertura do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas mantendo o quadro de docentes e compartilhando a mesma infraestrutura física do curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas, mais de 50% das Unidades Curriculares ofertadas para o Bacharelado serão compartilhadas com a Licenciatura no período noturno (mantendo a mesma ementa e carga horária). Neste contexto, o Colegiado do Curso de Licenciatura aprovou em reunião extraordinária (realizada em 23 de agosto de 2022, processo SEI 23086.012448/2022-92), a redução na oferta de vagas nesta habilitação (redução de 30 vagas para 15 vagas) viabilizando a proposta do Bacharelado com oferta de 15 vagas. Assim, o Departamento de Ciências Biológicas (DCBio) poderá manter a oferta do curso de Ciências Biológicas - Licenciatura (noturno - 15 vagas), e ofertar o curso de Ciências Biológicas - Bacharelado (integral-Vespertino/noturno - 15 vagas). Desta maneira, a fim de avaliar a adequação do número de vagas ofertadas para o curso de Bacharelado, a Câmara



Departamental fará um acompanhamento periódico dos índices de preenchimento dessas vagas e dos indicadores de qualidade do curso, no intuito de garantir a adequação da oferta.

Cabe por fim ressaltar que, os Laboratórios do prédio do DCBio foram originalmente projetados para atender a 30 discentes regulares acrescidos de 20% de vagas remanescentes, totalizando uma capacidade máxima de 36 discentes. Logo, a presente proposta foi elaborada procurando manter a capacidade máxima de ocupação destes espaços, especialmente no que tange às Unidades Curriculares que serão compartilhadas pelos discentes das duas habilitações (Licenciatura e Bacharelado) especificamente no período noturno.

5. OBJETIVOS GERAIS E ESPECÍFICOS

5.1. Objetivo Geral

O Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas da UFVJM pretende formar profissionais detentores de sólida base científica e visão interdisciplinar sobre Biodiversidade e Meio Ambiente, capazes de diagnosticar, caracterizar, monitorar e analisar os problemas ambientais e propor soluções técnico-científicas voltadas para a prevenção, proteção, conservação, e uso sustentável do patrimônio natural. Tendo sempre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação de Bacharéis em Ciências Biológicas como orientador da formação profissional, e sempre pautados nos princípios da ética, da cidadania e da justiça social, de maneira a atender ao interesse coletivo e ao desenvolvimento equitativo sustentável, considerando suas diversas escalas temporais e espaciais.

5.2. Objetivos Específicos

Os objetivos do curso são:

- Formar diplomados em Ciências Biológicas legalmente habilitados para o exercício profissional em instituições públicas ou privadas de ensino, (e/ou)



empresas/indústrias para atuar em pesquisa, projetos, análises, perícias, fiscalização, emissão de laudos, pareceres e outros serviços na área ambiental;

- Estimular a capacidade de desenvolver trabalhos de forma colaborativa, em equipes multidisciplinares;
- Formar profissionais capazes de compreender a sua atuação profissional, tanto no Âmbito regional quanto nacional, como exercício de cidadania consciente e crítica;
- Estimular a vivência da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, por meio de ações e projetos integrativos destes três constituintes básicos da formação universitária pública.
- Despertar nos futuros profissionais a necessidade de atualização, aperfeiçoamento e capacitação profissional constante, através da formação continuada.

6. METAS

O curso Bacharelado em Ciências Biológicas com ênfase em Biodiversidade e Meio Ambiente, visa proporcionar uma formação ampla e contextualizada aos seus discentes, buscando por constantes atualizações nos seus processos educacionais, de forma a acompanhar o desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade em prol da prevenção, proteção, conservação, e uso sustentável do patrimônio natural

Diante disso, o curso possui como metas:

- Reduzir o índice de retenção e evasão por meio do desenvolvimento de metodologias ativas de ensino e de aprendizagem, projetos de ensino, atualização do PPC, dentre outras ações pedagógicas;
- Ampliar o oferecimento de acesso a recursos tecnológicos aos discentes, por meio da aquisição e atualização de equipamentos utilizados nas UCs;



- Ampliar o processo de divulgação do curso perante a sociedade, tanto na apresentação de sua proposta de trabalho, como na divulgação de suas produções científicas, por meio dos canais de comunicação oficiais da universidade e das redes sociais;
- Ampliar o número das atividades de extensão realizadas pelo curso, de modo a promover maior interação e contribuição da universidade para com a sociedade e vice-versa;
- Aprimorar e buscar o desenvolvimento de estratégias de ensino visando aperfeiçoar o atendimento a discentes com necessidades especiais, objetivando maior inclusão destes no processo educacional;
- Ampliar a interação entre a instituição e os egressos do Curso, de modo a acompanhar os seus processos de inserção no mercado profissional, visando à promoção de reflexões e possíveis adaptações no processo de ensino e de aprendizagem do Curso;
- Ampliar a integração do Curso com a pós-graduação, visando possibilitar uma relação estreita entre discentes e docentes dos diferentes níveis de formação, de modo a aperfeiçoar os processos de ensino, de pesquisa e de extensão; e
- Estimular a capacitação dos docentes e técnicos administrativos envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem, em áreas voltadas ao desenvolvimento da interdisciplinaridade e metodologias inovadoras.

Todas as metas do Curso estão de acordo com as propostas do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFVJM, quadriênio 2024-2028 (Resolução CONSU nº 08, 2023).

7. PERFIL DO EGRESO

Conforme as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Ciências Biológicas (Parecer CNE/CES nº 1.301/2001 e Resolução nº 7/2002), o Biólogo egresso do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas



deve ser um profissional detentor de adequada fundamentação teórica que inclua, dentre outras competências, a compreensão da complexidade e diversidade dos seres vivos para atuar em prol da conservação, gestão, e manejo da biodiversidade tornando-se um agente transformador da realidade presente. Além disso, a complexidade dos fenômenos ambientais associados às agressões ao meio ambiente provocadas por ações antrópicas tem despertado a necessidade da formação de profissionais Biólogos com especificidade profissional e aptidão em aplicar o conhecimento e as tecnologias disponíveis ao uso racional e adequado dos recursos naturais.

Diante deste contexto, o Biólogo Bacharel em Ciências Biológicas com ênfase em Biodiversidade e Meio Ambiente será um profissional competente para a compreensão da biodiversidade local, regional e nacional de suas relações com o meio ambiente em seus três níveis fundamentais, o do organismo, o da população e o do ecossistema. Este profissional apresentará habilidade para atuar na investigação, análise, planejamento, avaliação e monitoramento de impactos ambientais, atuando em equipes multidisciplinares, visando a preservação da vida em todas as suas formas e manifestações. Para tanto, a ênfase em Biodiversidade e Meio Ambiente deve capacitar o profissional para:

- Atuar no mercado de trabalho como cientista, técnico, analista e gestor na área ambiental, seja pública ou privada;
- Elaborar e executar projetos de pesquisa na área de sua especificidade;
- Prestar consultorias e dar pareceres atuando sempre dentro dos limites da legislação e pautando-se sempre em princípios éticos, responsabilidade social e ambiental;
- Apresentar capacidade de trabalho em equipe e em redes;
- Acompanhar a evolução do pensamento científico em sua área de atuação;
- Estabelecer relações entre ciência, tecnologia e sociedade;



- Apresentar atitude ética nas esferas profissional, acadêmica e das relações interpessoais;
- Adaptar-se a dinâmica do mercado de trabalho e desenvolver ideias inovadoras e ações estratégicas, capazes de aperfeiçoar sua área de atuação;
- Apresentar capacidade de empreendedorismo nos setores público, privado e terceiro setor.

8. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES

Considerando a Resolução CNE/CES nº 7, de 11 de março de 2002, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Ciências Biológicas, espera-se que o Bacharel desenvolva no processo de formação as seguintes competências e habilidades:

- Pautar-se por princípios da ética democrática: responsabilidade social e ambiental, dignidade humana, direito à vida, justiça, respeito mútuo, participação, responsabilidade, diálogo e solidariedade;
- Articular elementos empíricos e conceituais, inerentes ao conhecimento científico dos processos ambientais;
- Atuar em pesquisa básica e aplicada na área da Ciências Biológicas, comprometendo-se com a divulgação dos resultados das pesquisas em veículos adequados para ampliar a difusão e ampliação do conhecimento
- Elaborar, planejar e realizar atividades referentes a avaliação de impactos ambientais;
- Planejar e executar ações de monitoramento e controle ambiental;
- Desenhar e orientar projetos ambientais;
- Atuar em equipes multidisciplinares conduzindo e articulando tarefas em grupo;



- Relacionar-se de forma ética e conduta humanística, exercendo compromisso com a cidadania, rigor científico e observação das normas legais vigentes nas esferas municipais, estaduais, nacionais e internacionais;
- Capacidade de aprender de forma autônoma e lidar com situações e contextos complexos, atualizando-se em relação aos avanços da ciência, da tecnologia e aos desafios da inovação;
- Utilizar o conhecimento sobre organização, gestão e financiamento da pesquisa e sobre a legislação e políticas públicas referentes à área;
- Realizar perícias, emitir e assinar laudos técnicos e pareceres junto a Estudos de Impacto Ambiental (EIA), Relatórios de Impacto no Meio Ambiente (RIMA), Programas de Recuperação de áreas Degradadas (PRAD) e Projeto Técnicos de Reconstituição da Flora (PTRF);
- Atuar em projetos de conservação, restauração e educação ambiental.

9. CAMPO DE ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL

O profissional Biólogo possui um campo de atuação amplo e diversificado, podendo atuar em uma diversidade de áreas e subáreas das Ciências Biológicas, conforme a Resolução Nº 227/2010 do Conselho Federal de Biologia (CFBio). Segundo esta Resolução, que dispõe sobre a regulamentação das atividades profissionais e as áreas de atuação do Biólogo, foram estabelecidas as áreas de atuação em Meio Ambiente e Biodiversidade, Saúde e, Biotecnologia e Produção, para efeito de fiscalização do exercício profissional nesses setores específicos.

Neste sentido, entende-se que a atividade profissional é o conjunto de ações e atribuições geradoras de direitos e responsabilidades relacionadas ao exercício profissional, segundo as competências e habilidades obtidas na formação profissional atreladas a área de atuação em que o Biólogo exerce sua atividade profissional/técnica, em função de conhecimentos adquiridos durante sua formação acadêmica.



Assim sendo, O profissional biólogo com ênfase em Biodiversidade e Meio Ambiente da UFVJM, poderá desenvolver as seguintes atividades de acordo com a resolução supracitada: Bioética e Biomonitoramento; Curadoria e Gestão de Coleções Científicas e Didáticas; Diagnóstico, Controle e Monitoramento Ambiental; Biodesign; Educação e Gestão Ambiental; Gestão de Museus, Jardins Zoológicos e Botânicos; Inventário, Manejo e Produção de Espécies da Fauna e Flora Nacional e Exótica; Inventário, Conservação e Manejo da Fauna e Flora Silvestre; Licenciamento Ambiental; Perícia Ambiental/Biologia Forense; dentre outras. Dentre os possíveis empregadores deste profissional, podemos indicar genericamente algumas organizações: institutos de pesquisa, empresas públicas e privadas, parques e reservas ecológicas, secretarias e fundações de saúde, meio ambiente, ciência e tecnologia, e turismo, museus de história natural, herbários, biotérios e magistério superior.

Assim, a formação acadêmica do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas da UFVJM pretende formar profissionais com sólida base científica e visão interdisciplinar sobre a Biodiversidade, capazes de diagnosticar, caracterizar, monitorar e analisar os problemas ambientais entendendo o significado e a importância da manutenção da vida no planeta e de que forma cada organismo interage e contribui com o ambiente natural ou antropizado.

10. PROPOSTA PEDAGÓGICA

10.1. Metodologia de Ensino

As Unidades Curriculares do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas são oferecidas em regime semestral, estando todas orientadas por este Projeto Pedagógico. Neste sentido, todas as atividades previstas para desenvolvimento nas Unidades Curriculares constam em seus respectivos Planos de Ensino, disponibilizados aos discentes para consulta, ao longo de cada semestre letivo, de acordo com as datas previstas no Calendário Acadêmico da UFVJM.



O currículo do curso contemplará uma sequência lógica de Unidades Curriculares que deverão adotar estratégias didático-pedagógicas que contemplem de forma adequada o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem considerando as competências e habilidades, atitudes e valores previstos no perfil do egresso.

Dentre estas estratégias, destacam-se, além das atividades de exposição teórica em sala de aula, metodologias e atividades que comtemplam a participação ativa e independente dos discentes envolvidos complementando sua formação acadêmica, tais como: atividades práticas em laboratórios, atividades de campo, visitas técnicas a empresas, parques zoológicos e Museus, desenvolvimento de projetos e seminários, incentivo a participação em eventos científicos, desenvolvimento de atividades acadêmicas coletivas, de modo a incrementar a formação acadêmica, valorizar a formação interpessoal, e estimular as atividades em equipe e a interdisciplinaridade.

Visando a melhor formação do discente na ênfase do curso, serão adotadas atividades de resolução de problemas, elaboração de projetos e estudos específicos em atividades relacionadas aos grandes temas da área ambiental, de forma a discutir em sala de aula e em atividades de campo e laboratório. Neste contexto, o estudante poderá se defrontar com os desafios da vida profissional, recebendo acompanhamento contínuo a fim de auxiliá-lo a diagnosticar e propor soluções técnico-científicas capazes de minimizar os efeitos atuais e futuros de degradação do meio ambiente.

Além disso, o uso de metodologias ativas poderá ser adotado nas diversas Unidades Curriculares do curso como ponto de partida para avançar em processos de reflexão, de integração cognitiva, de generalização e de realização de novas práticas. Neste contexto, no âmbito do curso serão desenvolvidas e incentivadas metodologias ativas de aprendizagem como: ProblemBased Learning (PBL) (Aprendizagem Baseada em Projetos ou Problemas), Team



Based Learning (TBL) (Aprendizagem entre Pares e Times), Estudos de Casos e Sala de Aula Invertida.

10.2. Integração entre teoria e prática

A interação entre teoria e prática, conforme previsto nas DCNs para o curso de Ciências Biológicas, constitui uma das propostas do curso contemplando também o que está previsto no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) da UFVJM, de forma a estimular o desencadeamento dos processos de ensino e de aprendizagem, buscando aproximar a formação do discente ao mundo do trabalho e às atividades do campo profissional (UFVJM, 2017).

Neste contexto, as atividades didáticas poderão ser desenvolvidas em salas de aula (aulas teóricas), em laboratórios (aulas práticas), e/ou em campo, além de bibliotecas Museus ou em quaisquer outros ambientes propícios à prática do seu aprendizado. As aulas teóricas serão expositivas e apoiadas por material ilustrativo de várias origens, principalmente das experiências investigativas dos docentes do Curso. Tais aulas têm como objetivo principal à apresentação de aspectos teóricos das diferentes disciplinas que integram o curso. As aulas práticas - desenvolvidas em laboratórios ou em campo -, deverão ser atividades supervisionadas pelo professor. As atividades de campo, tão essenciais para a formação de um profissional bacharel, deverão ocorrer durante a semana, em finais de semana ou mesmo em períodos inter-semestrais, principalmente se a atividade for distante da sede em Diamantina. Estas atividades de campo envolvem desde observação, análise, avaliação, aquisição de dados e diagnósticos dos problemas, proposição da solução mais adequada para cada situação analisada. Poderão, ainda, servir para analisar estudos de casos e avaliar os procedimentos de gestão ambiental implantados por instituições governamentais, não governamentais e/ou associativas da sociedade organizada.



10.3. Integração entre graduação e pós-graduação

Visando estimular e valorizar o processo de interação entre teoria e prática e sua relevância na formação discente, o curso prevê a realização de ações como: incentivo à participação de discentes da graduação em projetos, disciplinas, seminários e demais eventos dos Programas de Pós-graduação, estreitando a integração entre graduação e Pós-graduação. Além disso, é importante o incentivo à participação dos discentes em projetos de extensão, de iniciação científica (IC) e a elaboração de Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs), associados aos projetos de dissertações e/ou teses dos cursos de Pós-graduação, estimulando e promovendo o contato dos discentes da graduação com as atividades realizadas pelos discentes na pós-graduação.

O curso de Bacharelado em Ciências Biológicas com ênfase em Biodiversidade e Meio Ambiente propicia este processo de integração do ensino de graduação com a pesquisa e a pós-graduação na medida em que a Universidade abriga atualmente 24 programas de Pós-graduação *stricto sensu* (sendo 08 cursos de doutorado, 15 de Mestrado Acadêmico e 08 de Mestrado Profissional). Dentre estes, o Programa de Mestrado em Biologia Animal - PPGBA (mestrado acadêmico), vinculado a Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde (PPGBA/FCBS) é atualmente o único programa de Pós-graduação *stricto sensu* vinculado à Câmara de Biodiversidade da CAPES sediado na Cadeia do Espinhaço e cujas linhas de pesquisa em Sistemática e Ecologia, incluem estudos integrados de sistemática, filogenia, biogeografia, morfologia, ecologia, ecoepidemiologia e comportamento animal, permitindo aos egressos do Bacharelado o complemento de sua formação acadêmica na própria Instituição.

Além disso, diversos docentes do PPGBA (e do curso de Bacharelado) integram o grupo de pesquisadores vinculados ao Projeto de Pesquisa Ecológica de Longa Duração (PELD), que vêm desenvolvendo desde 2021 pesquisas no sítio PELEDTURF – Turfeiras da Serra do Espinhaço Meridional: serviços ecossistêmicos e biodiversidade com financiamento do CNPq e FAPEMIG. Os



projetos desenvolvidos buscam investigar as consequências do processo de aquecimento global sobre os componentes bióticos (fauna, flora e serviços ecossistêmicos) nas áreas de turfeiras localizadas na região da Chapada do Couto nos campos rupestres da Cadeia do Espinhaço no Parque Estadual do Rio Preto. O projeto oferece a oportunidade para o desenvolvimento de projetos de pesquisa e extensão aos discentes de graduação e pós-graduação contando com a participação de pesquisadores de diversas Instituições (UFVJM, UFOP, UFMG, UNIMONTES, Instituto Biotrópicos).

10.4. Interdisciplinaridade

É fundamental que os docentes participem como agentes de transformação e integração no desenvolvimento do currículo, exercendo a interdisciplinaridade em cada Unidade Curricular e entre Unidades Curriculares, e buscando a transdisciplinaridade através do desenvolvimento das atividades pedagógicas do curso. Assim, os docentes precisam desenvolver um papel de instigadores no processo de aprendizagem dos alunos através de propostas pedagógicas inovadoras e flexibilidade curricular, contribuindo para a formação de profissionais com formação ética e capazes de desempenhar suas funções de forma autônoma e coletiva, com habilidades interpessoais e domínio das competências que o futuro profissional deve possuir.

O entendimento dos processos ambientais e socioambientais são, obrigatoriamente, transversais aos diversos componentes do currículo, o que, de certa forma, estimulará um diálogo frequente dos docentes entre si, destes com os discentes e entre os próprios discentes. Ao mesmo tempo, o caráter interdisciplinar/integrador do conhecimento ambiental em construção estimula uma inevitável e constante interação entre este conhecimento e a realidade dinâmica e diversa. Essa interação, a depender do componente, tanto pode se efetivar nas práticas de laboratório e, especialmente, nos trabalhos de campo e atividades de extensão presentes na proposta pedagógica, disseminando o



conhecimento e ampliando as atividades de aprendizagem para além dos domínios da Universidade.

10.5. Oferta a distância

A proposta do Bacharelado em Ciências Biológicas com ênfase em Biodiversidade e Meio Ambiente é de um curso presencial, com atividades práticas, laboratoriais e de campo, nos mais diversos ambientes de aprendizado. Neste contexto, apesar do que esta estabelecido pela portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019 - que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância (EaD) em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior, o curso Bacharelado em Ciências Biológicas não prevê a oferta de carga horária na modalidade de EaD.

10.6. Tecnologias de Informação e de Comunicação nos processos de ensino e aprendizagem

A adoção das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TIDICs) tem alterado de forma significativa o processo de ensino e de aprendizagem ao longo das últimas décadas, promovendo mudanças em nossas formas de trabalhar, de se comunicar, de se relacionar e de aprender.

Neste contexto, a adoção de TIDICs tem ganhado cada vez mais espaço na prática pedagógica docente diante das transformações tecnológicas e científicas que amplificaram a velocidade e o volume de informações que transitam na rede de internet mundial, alcançando não somente as redes sociais, mas também as salas de aulas e os diversos ambientes de aprendizagem. A utilização das TIDICs como mediadoras do processo de ensino e aprendizagem na esfera do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas da UFVJM é facilmente identificada nos objetivos do curso, no perfil do egresso e nas competências e habilidades pretendidas para os discentes, como por exemplo: a capacidade de estabelecer relações entre ciência, tecnologia e sociedade; e capacidade de lidar com os desafios da inovação.



Neste sentido, conforme consta no PDI da UFVJM, as tecnologias educacionais são instrumentos importantes para o ensino, possibilitando flexibilizar o tempo que o estudante passa em sala de aula, bem como, um maior respeito às individualidades, além de estimular sua capacidade para buscar informações, analisá-las e construir o conhecimento, em um processo de descobertas dirigidas e de incentivo à aprendizagem interativa em pequenos grupos (Resolução CONSU nº 08, 2023).

Para o desenvolvimento de suas atividades acadêmicas, o curso dispõe de: laboratório de informática devidamente equipado com computadores conectados à internet. Além disso, o contato com as tecnologias digitais da informação e comunicação também poderá ser efetivado com o uso de Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), como a Plataforma Moodle, para mediação no desenvolvimento das atividades por parte dos docentes e dos discentes, possibilitando, dentre inúmeras ações a disponibilização de materiais de aula, textos, vídeos e gravações, além da ferramenta para entrega de tarefas e questionários “on-line”, ferramentas de discussão (fóruns) e de construção de textos coletivos (“wikis”).

A aplicação das TDICs, no âmbito do desenvolvimento didático-pedagógico das unidades curriculares do curso, no intuito de que o processo de ensino e de aprendizagem se desenvolva com a inserção de metodologias ativas, serão intensificadas com estímulo ao desenvolvimento dos Ambientes Virtuais de Aprendizagem, tanto para a função de ensinar, como ferramenta para que os discentes desenvolvam as suas diversas atividades acadêmicas não somente nas atividades em sala de aula, mas também nas atividades de extensão e de pesquisa.

10.7. Educação Empreendedora

O conceito da Educação Empreendedora está ligado a uma ideia inovadora no ensino, na qual se propõe o desenvolvimento de habilidades comuns ao empreendedor. Trata-se de um processo dinâmico de reflexão,



conscientização e aplicação, com o objetivo de transformar conhecimento e experiência em resultados funcionais.

No âmbito da UFVJM, está expresso em seu PPI que “*Pretende-se que os cursos da UFVJM evoluam para um modelo consoante com os novos tempos, apoiado nos princípios da interdisciplinaridade, da flexibilidade, e na busca contínua de melhoria e atualização, proporcionando também uma educação empreendedora*” (UFVJM, 2017b).

Embora o curso não oferte uma disciplina específica sobre Empreendedorismo, a educação empreendedora está abarcada em Unidades Curriculares como Planejamento e Gestão de Projetos Ambientais, Licenciamento Ambiental e Avaliação de Impactos Ambientais, contribuindo para a formação do perfil pretendido para o egresso e possibilitando que o aluno vislumbre conceitos e vivencie conceitos atrelados a uma educação empreendedora. Além disso, a educação empreendedora será abordada de forma transversal em outras UCs, em projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como nas Atividades Acadêmicas Complementares (AAC) e até mesmo nos trabalhos de conclusão de curso (TCCs).

10.8. Educação Ambiental

A ênfase do curso em Biodiversidade e Meio Ambiente desdobra-se por meio de UCs que tratam do tema Educação Ambiental, discutindo a relação entre o homem e o meio ambiente ao longo de todo o curso, envolvendo seus aspectos técnico-científicos, políticos, sociais e econômicos, procurando enfatizar os múltiplos aspectos da problemática ambiental contemporânea em sintonia com o estabelecido pelo Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA).

Sob esta perspectiva e em consonância com as diretrizes educacionais estabelecidas pelo ProNEA, no âmbito do curso, o enfrentamento à problemática ambiental contemporânea e seus desdobramentos será sob uma perspectiva interdisciplinar em diferentes UCs como: “Ecologia”, “Educação Ambiental”, “Biologia da Conservação”, “Avaliação de Impactos Ambientais” e



“Licenciamento Ambiental”. Além disso, o tema será abordado de forma transversal ao longo do curso integrando projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como pode ser abordado pelos discentes como tema para a elaboração de seus TCCs e no cumprimento da carga horária relativa às Atividades Acadêmicas Complementares.

Cabe por fim ressaltar que, a Educação Ambiental no contexto do PPI da UFVJM estabeleceu diretrizes para a construção dos currículos dos seus cursos de graduação, atendendo às orientações e diretrizes relacionadas ao Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA).

10.9. Educação em Direitos Humanos

O atendimento às Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos constitui um dos princípios fundamentais da UFVJM a ser considerada na elaboração dos PPCs de seus cursos de graduação (UFVJM, 2017). O PDI (2024-2028) estabelece como um dos princípios institucionais da UFVJM - “*a defesa dos direitos humanos, com tratamento justo e respeitoso ao ser humano e a vida*” – atendendo ao que está posto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394, de 20 de dezembro 1996 (BRASIL, 1996); ao Decreto Nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009 (BRASIL, 2009); e a Resolução CNE/CP Nº 1, de 30 de maio de 2012 (BRASIL, 2012).

No contexto do curso de bacharelado em Ciências Biológicas, este tema será abordado de maneira mista, combinando interdisciplinaridade e transversalidade. O tema será abordado nas UCs “Antropologia Biologia e Cultura”, “Educação Ambiental” e “Legislação e Direito Ambiental”, em consonância com a declaração da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas de julho de 2022 que estabelece o direito a um meio ambiente saudável como um dos direitos fundamentais do ser humano. De maneira transversal essa temática será abordada em projetos de ensino, pesquisa e extensão, bem como pode ser abordada pelos discentes quando do cumprimento da carga horária destinada às Atividades Complementares.



10.10. Educação das relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

O PDI da UFVJM determina o atendimento às Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações ÉtnicoRaciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana como um dos temas fundamentais a ser considerado na elaboração dos PPCs de seus cursos de graduação. A abordagem desta temática é prevista no PDI Institucional através do desenvolvimento de atividades como programas e ações preventivas em favor de indivíduos que, potencialmente, sofrem qualquer tipo de violência, preconceito ou discriminação, buscando fortalecer a valorização e respeito das diferenças, da igualdade material e dos direitos básicos de cidadania (Resolução CONSU nº 08, 2023); considerando a Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003; o Parecer CNE/CP nº 03/2004, de 10 de março de 2004; Resolução CNE/CP nº 01, de 17 de junho de 2004; Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008.

No que diz respeito à temática, o curso busca lidar com a diversidade étnicoracial como uma questão histórica e entender os processos sociais e os determinantes da manutenção de preconceitos e da desigualdade de oportunidades e, também, promover a preservação e a valorização cultural dessas populações. O tema será objeto de estudo na área de algumas unidades curriculares do curso, como: “Antropologia Biologia e Cultura”, “Profissão e ética” e “Legislação e Direito Ambiental”. De modo transversal, a temática será abordada em projetos de ensino, pesquisa e extensão realizados ao longo do curso, e quando do cumprimento da carga horária destinada a Atividades Complementares pelos discentes.

10.11. Apoio ao discente

As ações de apoio ao discente do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas terão como ponto de partida a orientação e o apoio pedagógico necessários oferecidos pela Coordenação e pelos órgãos Colegiados do curso



(Colegiado de Curso e Câmara Departamental) que incluem em sua composição representantes discentes.

Além destas ações de orientação e apoio, a UFVJM disponibiliza ações de apoio ao discente, como: Programa de Monitoria, Programa de Assistência Estudantil (PAE), Divisão de Esporte e Lazer (DEL), Restaurante Universitário, Programa de Apoio ao Ensino de Graduação (PROAE), Programa de Apoio a Participação em Eventos (PROAPE), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX), dentre outras.

10.11.1. Programa da Monitoria

O programa de monitoria visa a proporcionar aos discentes a participação efetiva e dinâmica em projeto acadêmico de ensino, no âmbito de determinada unidade curricular, sob a orientação direta do docente responsável. Como objetivos do Programa destacam-se: dar suporte aos discentes visando à melhoria do rendimento acadêmico; estimular a cooperação dos discentes nas atividades de ensino; constituir um elo entre os docentes e discentes visando ao melhor ajustamento entre a execução dos programas e o desenvolvimento natural da aprendizagem. (UFVJM, 2021b).

10.11.2. Programa de Assistência Estudantil (PAE)

O Programa segue as diretrizes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e objetiva: democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010b).

Como parte do Programa são oferecidos benefícios aos discentes como: Bolsa Integração, Auxílio Emergencial, Auxílio Manutenção entre outros. As ações são desenvolvidas nas seguintes áreas: moradia estudantil; alimentação;



transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico; e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação.

A execução do Programa no âmbito da UFVJM está sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PROACE), que tem como missão promover o bem-estar, a qualidade de vida e o desenvolvimento da comunidade acadêmica, além de propor, planejar e executar ações de assistência e promoção social, de atenção à saúde e acessibilidade dirigidas à comunidade acadêmica.

10.11.3. Divisão de Esporte e Lazer (DEL)

A DEL atua promovendo e incentivando a prática organizada de atividades físicas, esportivas e de lazer na Universidade. Sua atuação está voltada para a melhoria da qualidade de vida e promoção da saúde na comunidade universitária por meio do apoio, supervisão e orientação de ações nas áreas do esporte e do lazer das diversas organizações estudantis e iniciativas esportivas individuais de outras entidades da UFVJM, buscando contribuir para a formação integral dos universitários. Seus objetivos são: organizar eventos e ações de esporte e lazer para a comunidade acadêmica; estabelecer normas para o uso dos espaços destinados à vivência de atividades esportivas e de lazer pela comunidade acadêmica; oferecer atividades físicas, esportivas e de lazer para a comunidade universitária; promover programas e projetos esportivos e de lazer na universidade; formar parcerias com instituições públicas e privadas para oferecer programas e projetos de esporte e lazer na universidade.

10.11.4. Restaurante Universitário

A construção do Restaurante Universitário prevê contribuir para a melhoria das condições de alimentação, nutrição e saúde dos discentes e



servidores do *Campus JK* a fim de garantir a permanência destes nas dependências da universidade, promovendo uma maior interação e participação em atividades acadêmicas.

10.11.5. Programa de Apoio ao Ensino de Graduação (PROAE)

PROAE é um Programa da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), regulamentado pela Resolução CONSEPE Nº 12, de 9 de fevereiro de 2012 (CONSEPE, 2012a), que visa estimular e apoiar a apresentação de projetos que resultem em ações concretas para a melhoria das condições de oferta dos cursos e componentes curriculares de graduação, intensificando a cooperação acadêmica entre discentes e docentes mediante novas práticas e experiências pedagógicas e profissionais. Entre seus objetivos estão: incentivar o estudo e a apresentação de propostas visando ao aprimoramento das condições de oferta do ensino de graduação da UFVJM; ampliar a participação dos discentes de graduação no processo educacional, nas atividades relativas ao ensino e na vida acadêmica da Universidade; e contribuir com a dinamização do processo de ensino, sua relação com o conhecimento e com a produção de aprendizagens (CONSEPE, 2012a).

10.11.6. Programa de Apoio a Participação em Eventos (PROAPE)

Regulamentado pelas Resoluções CONSEPE Nº 23, de 13 de setembro de 2012, e CONSEPE Nº 40 de 21 de junho de 2017, o PROAPE fomenta a participação de discentes regularmente matriculados nos cursos de graduação em eventos acadêmicos-científicos-culturais, nacionais e internacionais, considerados importantes para a integração ensino-pesquisa-extensão (CONSEPE, 2012b, 2017b).

10.11.7. Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC)

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) tem como alguns de seus objetivos: possibilitar maior interação entre a graduação e



a pós-graduação; qualificar estudantes para ingresso nos programas de pós-graduação; estimular pesquisadores a engajarem estudantes de graduação no processo acadêmico, otimizando a capacidade de orientação à pesquisa da Instituição; despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre estudantes de graduação, mediante suas participações em projetos de pesquisa; estimular o desenvolvimento do pensamento científico e da criatividade, entre outros. (UFVJM, 2016b).

10.11.8. Programa Institucional de Bolsas de Extensão (PIBEX)

A UFVJM, por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC), oferece o PIBEX, que destina-se ao oferecimento de Bolsas de Extensão a discentes vinculados a Projetos de Extensão Universitária, e objetiva: estimular a participação da comunidade universitária em ações de extensão; possibilitar a aprendizagem em métodos e processos de extensão universitária; incentivar a integração entre docentes, discentes e técnicos administrativos na realização de ações de extensão universitária; promover a interação da comunidade universitária com a comunidade externa na resolução de problemas, superação de dificuldades, intercâmbio de conhecimentos, saberes e serviços; contribuir com a formação dos discentes a partir da interação com a realidade da população brasileira; qualificar os discentes para os desafios enfrentados no mundo atual em relação à atuação profissional e ao exercício da cidadania. (UFVJM, 2017f).

10.11.9. Programa de Bolsas de Apoio à Cultura e à Arte (PROCARTE)

A PROEXC também oferece o Programa de Bolsas de Apoio à Cultura e à Arte (PROCARTE) cujos objetivos são: contribuir com a formação dos discentes a partir da interação com as manifestações culturais e artísticas das regiões de abrangência da UFVJM; estimular, por meio do fazer cultural-artístico, a formação de público e a valorização dos espaços dedicados à cultura e às artes; proporcionar e incentivar o respeito às diversas manifestações culturais e



artísticas em suas múltiplas funções, identificando-as, relacionando-as e compreendendo-as em seu contexto histórico; estreitar relações com agentes culturais e artistas das regiões de abrangência da UFVJM, e instituições públicas ou privadas com reconhecida experiência em artes e promover o registro, a valorização e a divulgação de expressões culturais das regiões de abrangência da UFVJM. (UFVJM, 2017g).

10.11.10. Centro Acadêmico (CA)

O Centro Acadêmico (CA) do Curso, é o órgão representativo dos estudantes regularmente matriculados. Dentre seus objetivos destacam-se: promover a defesa dos interesses dos discentes em suas relações com a direção, coordenação e instâncias superiores, garantindo a submissão dos interesses individuais aos coletivos do corpo discente; cooperar com o corpo docente e de funcionários na solução dos problemas referentes ao ensino; promover e incentivar atividades de caráter técnico-científico, ético, intelectual, artístico, cultural, político, social e de cidadania; incentivar a participação do corpo discente nas atividades promovidas pelo instituto e pela universidade, entre outros.

10.11.11. Atendimento aos discentes com Necessidades Especiais

De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) constante no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFVJM, uma das metas da instituição é consolidar e viabilizar ações de inclusão, em conjunto com as Pró-reitorias, administração superior e unidades acadêmicas, visando a promover ações para garantir as condições de acesso, permanência e êxito acadêmico dos discentes com necessidades especiais: deficiência, superdotação/altas habilidades e transtornos globais de desenvolvimento. (Resolução CONSU nº 08, 2023). Entre esses transtornos insere-se o Transtorno do Espectro Autista (TEA). Considerando o disposto no Art. 4º do Decreto nº 8368/2014, que regulamenta a Lei 12764/2012, é dever do Estado, da família, da comunidade



escolar e da sociedade assegurar o direito da pessoa com transtorno do espectro autista à educação, em sistema educacional inclusivo, garantida a transversalidade da educação especial desde a educação infantil até a educação superior. (BRASIL, 2014b). Sendo assim, deverão ser garantidos meios de atendimento satisfatório de discente portador dessa deficiência no âmbito da UFVJM.

Como ação de inclusão, também se destaca a unidade curricular Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), oferecida como optativa aos alunos do Bacharelado, constando na Estrutura Curricular do curso conforme determina o Decreto 5.626, de 22/12/2005, que regulamenta a Lei nº 10436, de 24/04/2002. Trata-se da unidade curricular LIBR001 Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que atualmente é oferecida aos discentes do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas da UFVJM. Com o objetivo de garantir atendimento adequado às pessoas com deficiência no âmbito da UFVJM, foi criado pela Resolução nº 19 – CONSU, de 04 de julho de 2008 e reestruturado pela Resolução nº 11 – CONSU, de 11 de abril de 2014, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NACI). O NACI é um órgão institucional de coordenação e articulação de ações que contribuem para a eliminação de barreiras pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação, dimensionando o atendimento às pessoas com necessidades especiais. Dentre suas principais atribuições destacam-se: apoiar os Cursos na oferta de material didático especializado ou adaptado, em conformidade com as necessidades informadas pelos alunos, por meio de formulário de demandas elaborado pelo NACI; oferecer assessoramento técnico-pedagógico aos professores e Coordenadores de Cursos da Universidade, sempre que solicitado, para a oferta de um atendimento adequado ao aluno com necessidades educacionais especiais (NEE); garantir ao aluno a utilização dos equipamentos de tecnologia assistiva disponíveis no NACI, quando necessário; propor programa de incentivo aos alunos da UFVJM para que desenvolvam atividades de apoio ao aluno com NEE (monitor, leitor, bolsa atividade), entre outros. (UFVJM, 2014b).



11 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

O Bacharelado em Ciências Biológicas - ênfase em Biodiversidade e Meio Ambiente, tem como objetivo formar profissionais detentores de sólida base científica e visão interdisciplinar sobre Biodiversidade e Meio Ambiente, capazes de diagnosticar, caracterizar, monitorar e analisar os problemas ambientais, sendo capazes de propor soluções técnico-científicas voltadas para a prevenção, proteção, conservação, e uso sustentável do patrimônio natural.

O curso está organizado em Núcleos de Formação, Eixos Articuladores e Unidades Curriculares. Estes níveis de formação consideram as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Ciências Biológicas, Resolução CNE/CES nº 07/2002 e respectivo Parecer.

Os Núcleos de Formação compreendem os Núcleos de Formação Geral e de Formação Específica:

I. Formação Básica – comprehende os conteúdos do campo do saber que proporcionam embasamento teórico e prático estabelecidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, para que o discente possa direcionar sua formação, buscando assim, construir sua identidade profissional. Este Núcleo comprehende as unidades curriculares fundamentais que necessariamente devem ser cursadas para a integralização do curso, destinadas a garantir aquisição de competências e habilidades que permitam a compreensão pertinente e crítica dos conteúdos fundamentais de formação na área das Ciências Biológicas e da realidade natural, social e cultural (Tabela 1).

II. Formação Específica – comprehende os conteúdos e atividades essenciais para a formação do Biólogo e também os conteúdos relacionados à ênfase de formação do Curso – Biodiversidade e Meio Ambiente, definindo assim sua identidade profissional e dando-lhe perfil adequando a sua atuação profissional (Tabela 1).

Os Eixos Articuladores são compostos por um conjunto de Unidades Curriculares que são desenvolvidas em grau crescente e cumulativo de



complexidade expressando seu conteúdo formativo. São componentes curriculares: as disciplinas (obrigatórias e eletivas); as atividades complementares (ACs); o trabalho de conclusão de curso; as práticas específicas; as atividades de extensão; e os estágios curriculares.

Por princípio, a arquitetura curricular adotada possibilita ao discente a flexibilidade para instituir itinerários formativos que permitam um diálogo rico e diverso e a integração nos campos de formação. Assim, o estímulo à construção de um desenho curricular individualizado é uma meta e a disposição das Unidades Curriculares nos diversos Eixos Articuladores uma possibilidade administrativa e pedagógica do registro dessa formação. A arquitetura curricular sugerida apresenta a flexibilidade necessária de modo a oferecer ao discente uma formação plural e ao mesmo tempo sólida atendendo às Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) que estabelecem os requisitos mínimos para a atuação do Biólogo em pesquisa, projetos, análises, perícias, fiscalização, emissão de laudos, pareceres e outros serviços na áreas de meio ambiente.

Tabela 1. Caracterização dos Núcleos de Formação e Eixos Articuladores (com sua respectiva Carga Horária) que norteiam a organização curricular do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas da UFVJM.

Núcleo	Eixo Articulador	CH no Curso	Caracterização do Eixo Articulador
Formação Básica	Biologia Celular, Molecular e Evolução	480h	Visão ampla da organização e interações biológicas, construída a partir do estudo da estrutura molecular e celular, função e mecanismos fisiológicos da regulação em modelos eucariontes, procariontes e de partículas virais, fundamentados pela informação bioquímica, biofísica, genética e imunológica. Compreensão dos mecanismos de transmissão da informação genética, em nível molecular, celular e evolutivo.
	Diversidade Biológica	750h	Conhecimento da classificação, filogenia, organização, biogeografia,



			morfologia, fisiologia, comportamento animal e estratégias adaptativas dos seres vivos.
	Ecologia	285h	Conhecimentos das relações entre os seres vivos e destes com o ambiente ao longo do tempo ecológico e geológico. Conhecimento da dinâmica das populações, comunidades e ecossistemas, da conservação e manejo da fauna e flora e da relação saúde, educação e ambiente.
	Fundamentos Filosóficos e Sociais	180h	Reflexão e discussão sobre os aspectos éticos, legais e históricos relacionados ao exercício profissional. Conhecimentos básicos de Filosofia, História e Metodologia da Ciência e exercício profissional para dar suporte à atuação do biólogo na sociedade, com a consciência de seu papel na formação de cidadãos.
	Fundamentos das Ciências Exatas e da Terra	285h	Conhecimentos matemáticos, físicos, químicos, estatísticos, geológicos e outros fundamentais para o entendimento dos processos e padrões biológicos.
Formação Específica	Biodiversidade e Meio Ambiente	225h	Conhecimentos técnicos e científicos relacionados à compreensão ética e dos marcos legais relativos aos processos de licenciamento ambiental, gerenciamento de projetos e avaliação de impactos ambientais.
	Trabalho de Conclusão de Curso	60h	Atividade acadêmica de natureza teórico-empírica, que trata de tema específico, não necessariamente novo e inédito, mas revelador de leitura, reflexão e análise crítica sobre assunto relacionado à área de estudo do Curso de graduação em Ciências Biológicas cujo aprofundamento é essencial para o exercício profissional
	Componente Curricular Eletivo	240h	Conteúdos e atividades eletivas complementares na formação do Biólogo, definindo sua identidade profissional e dando-lhe perfil adequado



			a sua atuação nas áreas de exercício profissional.
	Atividades Complementares	90h	Atividades acadêmico-científico-culturais desenvolvidas pelos discentes com a participação em eventos de natureza social, cultural artística, científica e tecnológica, tanto no âmbito das Ciências Biológicas de modo geral quanto no âmbito de sua preparação ética, estética e humanística.
	Atividades de Extensão	330h	Conjunto de atividades desenvolvidas pelo discente de modo a promover maior interação e contribuição da universidade para com a sociedade e vice-versa.
	Estágio supervisionado	360h	Ato de formação profissional supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de discentes que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior.



11.1. Matriz curricular

Quadro 1 - Quadro Matriz Curricular

1º Período													
Código	Componente Curricular	Tipo	Modalidade P/D	Carga Horária						CR	Pré-requisitos	Correquisitos	Equivalências
				T	P	ECS	D	EX	CHT				
	Diversidade Biológica e Filogenia	O	P	30					30	2	-	-	-
	Citologia geral	O	P	30	30				60	4	-	-	-
QUI030	Fundamentos de Química	O	P	30	30				60	4	-	-	-
BIO005	Metodologia do Trabalho e da Pesquisa Científica e Tecnológica	O	P	45					45	3	-	-	-
	Antropologia e Sociologia Cultural	O	P	45					45	3	-	-	-
	Sistemática e Biogeografia	O	P	60					60	4	-	-	-
	Biólogo: profissão e ética	O	P	30					30	2	-	-	-
Total				270	60				330	22			



2º Período

Código	Componente Curricular	Tipo	Modalidade P/D	Carga Horária						CR	Pré-requisitos	Correquisitos	Equivalências
				T	P	ECS	D	EX	CHT				
	Biologia Tecidual	O	P	30	15				45	3	Citologia Geral	-	-
BIO102	Fundamentos de Matemática e Bioestatística	O	P	60					60	4	-	-	-
BIO020	Processos Evolutivos I	O	P	30					30	2	Diversidade Biológica e Filogenia	-	-
BIO113	Zoologia de Invertebrados I	O	P	30	30				60	4	-	-	-
MAT026	Fundamentos de Física	O	P	30	30				60	4	-	-	-
	Bioética e Biossegurança	O	P	30					30	2	-	-	-
BIO015	Biologia das Criptógamas	O	P	30	30				60	4	-	-	-
Total				240	105				345	23			

3º Período

Código	Componente Curricular	Tipo	Modalidade P/D	Carga Horária						CR	Pré-requisitos	Correquisitos	Equivalências
				T	P	ECS	D	EX	CHT				
BIO101	Biologia do Desenvolvimento	O	P	45					45	3	Biologia Tecidual	-	-
DCB008	Bioquímica	O	P	30	30				60	4	Fundamentos de	-	-



										Química QUI030		
DCB109	Biofísica	O	P	30				30	2	Fundamentos de Física	-	-
BIO132	Zoologia de Invertebrados II	O	P	30	45			75	5	-	-	-
	História da Biologia	O	P	30				30	2	-	-	-
BIO098	Geologia	O	P	15	15			30	2	-	-	-
	ACE1 – Ativ. Curricular de Extensão 1	O	P	15	30			45	45	3	-	-
Total				195	120			45	315	21		

4º Período

Código	Componente Curricular	Tipo	Mod P/D	Carga Horária						CR	Pré-requisitos	Correquisitos	Equivalências
				T	P	ECS	D	EX	CHT				
DCB093	Fisiologia Básica	O	P	30	30				60	4	-	-	-
	Biologia de Vetores	O	P	30	15				45	3	-	-	-
BIO115	Morfologia e Anatomia de Fanerógamas	O	P	30	30				60	4	-	-	Morfologia e Anatomia Vegetal BIO029
BIO034	Zoologia de Cordados	O	P	30	30				60	4	-	-	-
BIO109	Ecologia	O	P	45	15				60	4	-	-	-
	Legislação e Direito Ambiental	O	P	45					45	3	-	-	-
	Eletiva 1	EL	P	60					60	4	-	-	-



	ACE2 – Ativ. Curricular de Extensão 2	O	P		30			30	30	2	-	-	-
Total				270	150			30	420	28			

5º Período

Código	Componente Curricular	Tipo	Modalidade P/D	Carga Horária						CR	Pré-requisitos	Correquisitos	Equivalências
				T	P	ECS	D	EX	CHT				
BIO004	Biologia de Microrganismos	O	P	30	30				60	4	Bioquímica DCB008	-	-
BIO120	Paleontologia	O	P	30	15				45	3	-	-	-
	Metabolismo Vegetal	O	P	45	15				60	4	-	-	-
	Anatomia Comparada de Vertebrados	O	P	30	30				60	4	Zoologia de Cordados BIO034	-	-
BIO021	Genética	O	P	45	15				60	4	-	-	-
	Gestão de Projetos Ambientais	O	P	60					60	4	-	-	-
	ACE3 – Ativ. Curricular de Extensão 3	O	P		45			45	45	3	-	-	-
Total				240	150			45	390	26			



6º Período

Código	Componente Curricular	Tipo	Mod P/D	Carga Horária						CR	Pré-requisitos	Correquisitos	Equivalências
				T	P	ECS	D	EX	CHT				
BIO133	Biologia da Conservação	O	P	45					45	3	Ecologia BIO109	-	-
	Ecologia de Populações	O	P	45	15				60	4	Fundamentos de Matemática e Bioestatística BIO102	-	-
BIO030	Taxonomia Vegetal	O	P	30	30				60	4	-	-	-
	Ecofisiologia e Anatomia Vegetal Ecológica	O	P	30	30				60	4	-	-	-
BIO119	Educação ambiental	O	P	60					60	4	-	-	-
	Avaliação de Impactos Ambientais	O	P	60					60	4	-	-	-
	Eletiva 2	EL	P	60					60	4	-	-	-
	ACE4 – Ativ. Curricular de Extensão 4	O	P		45			45	45	3	-	-	-
Total				330	120			45	450	30			

7º Período

Código	Componente Curricular	Tipo	Mod P/D	Carga Horária						CR	Pré-requisitos	Correquisitos	Equivalências
				T	P	ECS	D	EX	CHT				
BiO032	Biologia Molecular	O	P	30	30				60	4	Genética BIO021	-	-



BIO033	Fundamentos de Imunologia	O	P	60				60	4	-	-	-
	Ecologia de Comunidades e Ecossistemas	O	P	45	15			60	4	Ecologia de Polulações	-	-
	Licenciamento Ambiental	O	P	30	30			60	4	-	-	-
	Eletiva 3	EL	P	60				60	4	-	-	-
	ACE5 – Ativ. Curricular de Extensão 5	O	P		45			45	45	3	-	-
Total				225	120			45	345	23		

8º Período													
Código	Componente Curricular	Tipo	Mod P/D	Carga Horária						CR	Pré-requisitos	Correquisitos	Equivalências
				T	P	ECS	D	EX	CHT				
	Estágio Curricular Supervisionado I	O	P			240			240	16	Legislação e Direito Ambiental	-	-
	TCC I	O	P	30					30	2	-	-	-
	Eletiva 4			60					60	4	-	-	-
	ACE6 – Ativ. Curricular de Extensão 6	O	P	60				60	60	4	-	-	-
Total				150		240		60	390	26			



9º Período

Código	Componente Curricular	Tipo	Mod P/D	Carga Horária						CR	Pré-requisitos	Correquisitos	Equivalências
				T	P	ECS	D	EX	CHT				
	Estágio Curricular Supervisionado II	O	P			120			120	8	Estágio Curricular Obrigatório I	-	-
	TCC II	O	P	30					30	2	TCC I	-	-
	ACE7 – Ativ. Curricular de Extensão7	O	P	60				60	60	4	-	-	-
	Atividades Complementares	O	P	90							-	-	-
Total				180		120		60	300	20			

Legendas:

Mod	Modalidade
P/D	Presencial/Distância
O	Obrigatória
EL	Eletiva
T	Teórica
P	Prática
ECS	Estágio Curricular Supervisionado
EX	Extensão
CR	Crédito
CHT	Carga Horária Total



Quadro 2 - Unidades Curriculares Eletivas e Optativas

Código	Componente Curricular	Tipo	Modalidade	Carga Horária				CR	Pré-requisitos	Correquisitos	Equivalências
				T	P	D	CHT				
LIBR001	Libras	OP	P	60			60	4			EDF405
	Princípios básicos de Taxonomia e Biologia	EL	P	60			60	4			
	Introdução a Ilustração Científica	EL	P	60			60	4			
	Fenologia de ecossistemas tropicais	EL	P	60			60	4			
	Biologia de campo	EL	P	60			60	4			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
DIAMANTINA - MINAS GERAIS



Técnicas Laboratoriais em Botânica	EL	P	60			60	4			
Empreendedorismo e inovação na área ambiental	EL	P	60			60	4			
Planejamento ambiental	EL	P	60			60	4			
Biodiversidade de Mamíferos Neotropicais	EL	P	60			60	4			
Biologia do Estresse abiótico e plantas	EL	P	60			60	4			
Fisiologia do Estresse abiótico em Plantas	EL	P	60			60	4			
Estruturas secretoras em plantas	EL	P	60			60	4			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
DIAMANTINA - MINAS GERAIS



	Morfologia interna de insetos	EL	P	60			60	4			
	Comportamento Animal	EL	P	60			60	4			
	Noções básicas de Bioinformática: ferramentas e aplicações em análise de genes e genomas	EL	P	60			60	4			
	Microbiologia ambiental	EL	P	60			60	4			
	Flora dos Campos Rupestres	EL	P	60			60	4			
	Simulação de processos biológicos	EL	P	60			60	4			
	Florística e Fitossociologia	EL	P	60			60	4			



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
DIAMANTINA - MINAS GERAIS



	Fenologia de ecossistemas Tropicais	EL	P	60			60	4			
--	-------------------------------------	----	---	----	--	--	----	---	--	--	--

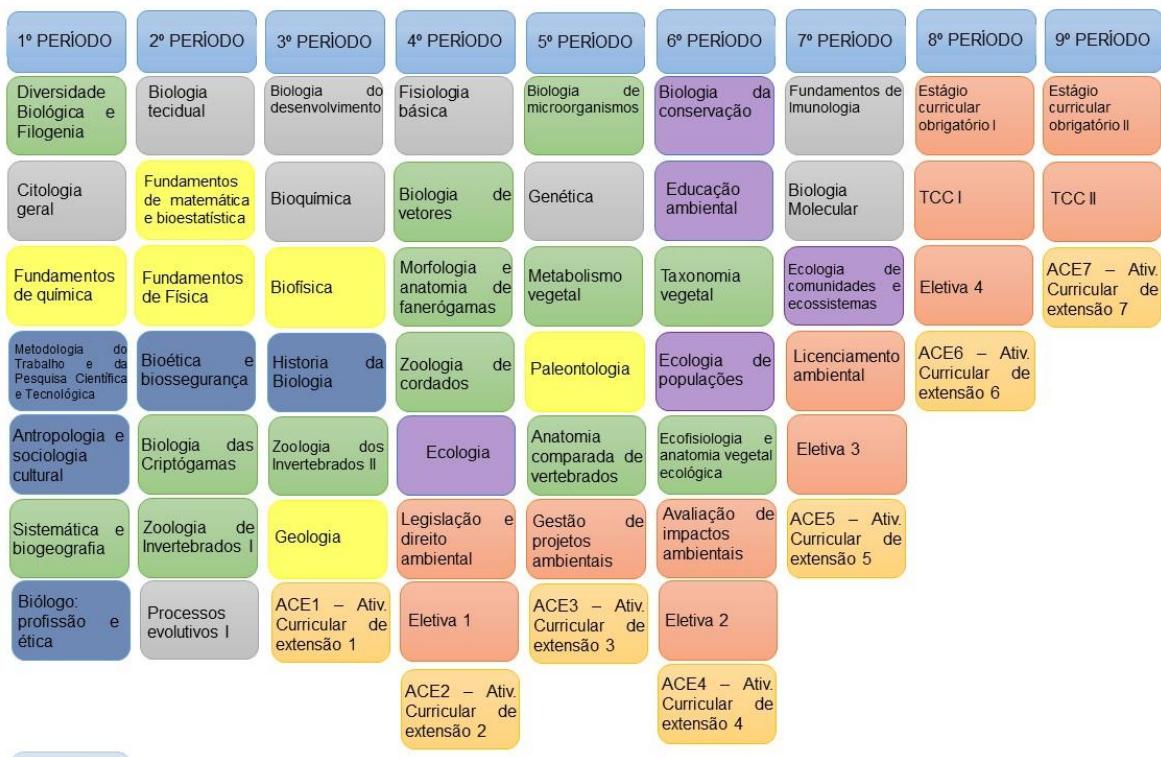


Quadro 3 - Síntese para Integralização Curricular

Componente Curricular	Carga horária presencial (h)	Carga horária a distância (h)	Nº Créditos
Unidades Curriculares Obrigatórias (O)	2205		147
Unidades Curriculares Eletivas (EL)	240		16
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC I e TCC II)	60		4
Atividades Complementares (ACs)	90		6
Estágio Curricular Supervisionado (ECS)	360		24
Atividades de Extensão (EX)	330		22
Total	Sem extensão = 2955 Com extensão = 3285		Sem extensão = 197 Com extensão = 219
Porcentagem (%)	100%		
Tempo para Integralização Curricular	Mínimo: 4.5 anos		
	Máximo: 6.5 anos		



11.2 Fluxograma da matriz curricular



Serão desenvolvidas ao longo de todo o curso



- Unidade curriculares da área Biologia celular, molecular e evolução segundo DCN's
- Unidade curriculares do eixo articulador Diversidade Biológica segundo DCN's
- Unidade curriculares do eixo articulador Fundamentos das Ciências Exatas e da Terra segundo DCN's
- Unidade curriculares do eixo articulador Ecologia segundo DCN's
- Unidade curriculares do eixo articulador Fundamentos Filosóficos e sociais segundo DCN's
- Unidade curriculares da ênfase do curso – Biodiversidade e meio ambiente
- Extensão universitária
- Atividades Complementares



11.3 Estágio curricular supervisionado

O estágio é definido como um conjunto de atividades, de caráter formativo e pré-profissional, desenvolvidas por discentes e professores realizado em ambiente externo ou interno à Universidade (CONSU, 2014b), sempre sob o acompanhamento e supervisão da instituição formadora. Pressupõe, portanto, uma relação pedagógica entre alguém, que já é um profissional reconhecido, em um ambiente institucional de trabalho e o estagiário.

O estágio supervisionado promove a integração para com o mundo do trabalho, e pressupõe conforme a Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008 que regulamenta o estágio de estudantes (BRASIL, 2008b), o aprendizado de competências próprias da atividade profissional e a contextualização curricular, com vistas para a vida cidadã e para o trabalho. É, portanto, o momento de efetivar, sob a supervisão de um profissional experiente, um processo de ensino-aprendizagem que se tornará concreto e autônomo quando da profissionalização do estagiário.

Na UFVJM os estágios estão amparados pela Portaria nº 17 CONSEPE, de 24 de agosto de 2016 que estabelece as normas de estágio dos discentes dos cursos de graduação. Além disso, a proposta aqui apresentada atende às orientações da Resolução CNE/CES nº 4, de 6 de abril de 2009 na qual se estabelece que:

“Os estágios e as atividades complementares dos cursos de graduação referidos no caput não deverão exceder a 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, salvo nos casos de determinações específicas contidas nas respectivas Diretrizes Curriculares.”

O Estágio Curricular Supervisionado, com 360 (trezentos e sessenta) horas, é obrigatório para a integralização curricular, devendo ser realizado nos dois últimos períodos do curso: 8º período - Estágio Curricular Obrigatório I (240



horas), e 9º período – Estágio Curricular Obrigatório II (120 horas), desde que o limite de créditos a serem cursados no semestre não exceda o disposto no § 1º do Art. 60 do Regulamento dos Cursos de Graduação da UFVJM (CONSEPE, 2019).

O Estágio Supervisionado poderá ser avaliado por meio de relatório de atividades circunstanciado e da avaliação de desempenho do estagiário nas atividades desenvolvidas, com a participação dos profissionais que acompanharam o estagiário.

As atividades de estágio não obrigatório têm como finalidade a complementação da formação acadêmica e sua realização não é pré-requisito para obtenção do grau de licenciado e deverá ser realizado conforme a Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008, e outras legislações vigentes.

Considerando o Perfil do Egresso, diversos órgãos públicos, ONGs e empresas privadas podem oferecer oportunidades de estágios, como por exemplo: Secretaria Municipal de Meio Ambiente; Instituto Estadual de Florestas, Instituto Chico Mendes, A Companhia de Saneamento de Minas Gerais (COPASA), a organização não governamental (ONG) - Instituto Biotrópicos, dentre outras empresas particulares que atuam na área de Consultoria Ambiental com sede em Diamantina.

11.4 Atividades Complementares (ACs)

As Atividades Complementares (ACs) permitem ao discente do curso exercitar-se no mundo acadêmico, experimentando e vivenciando as oportunidades oferecidas por meio das áreas de ensino, pesquisa e extensão (Consepe, 2021). Oferecem possibilidade de contato com profissionais e pesquisadores de diversas áreas, no sentido de uma orientação vocacional que facilite sua futura escolha de formação profissional, e visam a contribuir efetivamente para o desenvolvimento das competências e habilidades previstas para o egresso.



As ACs serão desenvolvidas pelo discente a partir do ingresso no curso e durante seu período de integralização, sendo componente curricular obrigatório para a graduação. As horas deverão ser integralizadas através da participação do discente em atividades diversas, como: ensino, pesquisa, extensão, representação, formação complementar e atividades culturais. Ao final do curso o aluno deve comprovar as atividades que realizou mediante documentação própria. O cumprimento das ACs será avaliado por uma comissão ou docente responsável, sendo considerado aprovado o discente que integralizar 90 (noventa) horas de Atividades Complementares considerando os critérios estabelecidos no Regulamento das Atividades Complementares do Curso (ANEXO II).

11.5 Trabalho de Conclusão de Curso

O Trabalho de Conclusão do Curso (TCC) consiste na sistematização, registro e apresentação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos, produzidos na área do Curso, como resultado do trabalho de pesquisa, investigação científica ou extensão, e tem por finalidade estimular a curiosidade e o espírito questionador do acadêmico, fundamentais para o desenvolvimento da ciência (UFVJM, 2017).

A elaboração do TCC implica na escolha de um tema de interesse do discente e que possua relação com a área do curso. O tema será determinado em conjunto pelo discente e por seu orientador levando-se em consideração as competências e habilidades do bacharel como especificadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) para os cursos de Ciências Biológicas.

O TCC deverá ser desenvolvido individualmente e ocorrerá sob orientação de um docente vinculado à UFVJM, observadas as legislações pertinentes a cada área de formação. São consideradas modalidades de TCC, produtos como: monografia, artigo científico aceito ou publicado em periódico, livro ou capítulo



de livro e trabalho completo publicado em anais de congressos ou outros eventos científicos reconhecidos pela comunidade acadêmica.

O TCC, quando na forma de monografia, deverá ser elaborado obedecendo às diretrizes do Manual de Normalização da UFVJM. Quando na forma de artigo científico, deverá ser elaborado de acordo com as normas de publicação do periódico escolhido. Quando na forma de trabalho completo de trabalhos apresentados em congressos ou outros eventos científicos deverá respeitar as normas propostas pelos mesmos.

No âmbito do curso, o TCC será regulamentado por resolução própria (ANEXO II), baseada na legislação institucional e DCNs, e deve permitir avaliar a efetiva contribuição do discente, bem como sua capacidade de articulação das competências e habilidades obtidas durante sua formação.

O TCC no curso de Bacharelado em Ciências Biológicas está estruturado em duas unidades curriculares aqui denominadas de TCC-1 e TCC-2, com carga horária de 45h cada. A primeira (TCC-1) contempla a discussão metodológica com fundamentação teórica e culmina na elaboração de um projeto de pesquisa ou extensão a ser executado. Esta unidade curricular será avaliada somente pelo professor responsável pela disciplina constituindo pré-requisito para a unidade curricular TCC - 2. Na segunda unidade curricular (TCC-2) espera-se a execução do projeto que foi elaborado na unidade curricular anterior. Portanto, trata-se da apresentação dos resultados obtidos no desenvolvimento da atividade de pesquisa ou extensão. Esta unidade curricular será avaliada por uma Comissão Avaliadora.

Os critérios de avaliação utilizados pela comissão avaliadora também são estabelecidos em regulamento próprio, de acordo com a (Resolução Nº 22 do CONSEPE, de 16 de março de 2017). A defesa na unidade curricular TCC-2 somente será permitida ao discente regularmente matriculado no curso e que tenha cumprido, no mínimo, 70% da carga horária total do curso, conforme determina a Resolução CONSEPE Nº 11, de 11 de abril de 2019.



11.6 Atividades de Extensão

O Plano Nacional de Extensão (PNE) estabelece que a extensão universitária constitui um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a Universidade e os diversos setores da sociedade. O PNE definiu ainda como diretrizes para a extensão universitária: a interação dialógica, a interdisciplinaridade e interprofissionalidade; a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão; o impacto na formação do estudante; e o impacto e a transformação social.

Sob essa perspectiva, no âmbito da UFVJM as atividades de extensão são normatizadas pelo Regulamento das Ações de Extensão Universitária, anexo à Resolução nº. 01- CONSEPE, de 21 de setembro de 2007, alterado pela Resolução nº. 24 - CONSEPE, de 17 de outubro de 2008, e pelas Políticas de Extensão Universitária da UFVJM. Tais atividades tem como objetivo geral ampliar e aprofundar as relações entre a UFVJM e outros setores da sociedade, em especial a dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, objetivando contribuir com alternativas de transformação da realidade, possibilitando a melhoria das condições de vida e o fortalecimento da cidadania (UFVJM, 2009a).

Na UFVJM, a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação é regulamentada pela Resolução o nº 2, do CONSEPE, de 18 de janeiro de 2021 que, considerando o previsto na Resolução o nº 7, do Conselho Nacional de Educação, de 18 de dezembro de 2018, visa dar cumprimento ao item 12.7 da meta 12 da lei nº 13.005/2014, de 25/06/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação o (PNE), onde é determinado que seja assegurado, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação prioritariamente, para áreas de grande pertinência social (BRÁSIL, 2014a).

Neste contexto, a curricularização da Extensão é a inserção da formação extensionista do discente do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas com orientação da sua ação, prioritariamente para áreas de pertinência social



compreendidas enquanto ações de interação transformadora entre a Universidade e outros setores da sociedade, conforme previsto na Resolução CONSEPE nº 02/2021.

Compreendendo as atividades de Extensão como uma forma de ensino voltada para a ação com os segmentos da sociedade, em áreas de pertinência social, a curricularização da extensão no curso Bacharelado em Ciências Biológicas prevê no mínimo dez por cento do total de carga horária curricular do Projeto Pedagógico do Curso, o que corresponde a 330hs de atividades (trezentas e trinta horas). Assim sendo, prioritariamente a curricularização da extensão será feita por meio de um Programa de Extensão que integra projetos com ações específicas articuladas com os componentes curriculares. A metodologia do programa de extensão envolverá a articulação por meio da participação dos discentes em projetos de extensão com tarefas individuais e/ou em grupo, com objetivo comum, que permitirá ao aluno refletir sobre uma determinada experiência local, levando-o ao debate crítico das finalidades dos projetos e atividades acadêmicas voltadas para preservação da biodiversidade e da saúde, favorecendo a construção de novos saberes e sua responsabilidade junto ao desenvolvimento socioambiental.

Neste sentido, os projetos desenvolvidos farão parte das atividades dos discentes do curso para materializar a curricularização da extensão. Logo, o curso de Bacharelado em Ciências Biológicas ofertará sete (07) Atividades Curriculares de Extensão, as denominadas ACEs, serão oferecidas em cada ACE, no mínimo dois projetos para a participação e envolvimento dos discentes sob a coordenação de um docente responsável. Os discentes participarão de projetos de extensão vinculados a um Programa e desenvolvidos nas ACE1, ACE2, ACE3, ACE4 e AC5. Finalmente, os resultados destes projetos serão vivenciados nas ACE6 e ACE7.

Os discentes poderão também participar de vários outros projetos ligados aos docentes do DCBio, que serão oferecidos ao longo do ano e devidamente



cadastradas na Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC). O acompanhamento dos discentes será realizado pelos docentes ligados aos projetos por meio de relatórios parciais, relatórios finais, fotos e relatos. Os docentes deverão avaliar o envolvimento dos estudantes a partir da vivência de cada um, evidenciando, sempre que possível, a iniciativa, a proatividade, o trabalho em equipe, o cuidado com as atividades ligadas à extensão e o cuidado com as atividades relacionadas às comunidades, além da observação do trabalho da equipe para resolução de problemas e superação de imprevistos.

Cabe destacar que o Programa e Projetos, devidamente registrados na PROEX, contarão com objetivos e metodologias que proporcionem: interação dialógica com a comunidade externa; impacto na formação do estudante, participação ativa nas atividades, como forma de ampliação do seu conhecimento teórico e de enriquecimento das experiências e competências adquiridas no decorrer da sua formação acadêmica, a partir do contato com questões sociais relevantes para a sua atuação profissional e cidadã. Assim como as demais diretrizes de extensão: interdisciplinaridade e interprofissionalidade e indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e; impacto e transformação social.

Os indicadores da extensão serão o número de discentes e de professores envolvidos nos projetos e eventos, número de comunidades, bairros e municípios atendidos, número de escolas envolvidas em todos os projetos, e a diversidade de profissionais envolvidos no processo.

11.7 Ementário e bibliografia

11.7.1 Ementário e Bibliografia das Unidades Curriculares Obrigatórias

PRIMEIRO PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	FUNDAMENTOS DE QUÍMICA	CH	60 h (30h T + 30h P)
		CRÉDITOS	04
EMENTA			



Modelos atômicos: Desenvolvimento histórico e modelo atual. Estrutura eletrônica dos átomos. Periodicidade química. Ligações químicas. Funções Orgânicas e Inorgânicas. Estequiometria.

Soluções químicas. Reações em soluções aquosas. Equilíbrio químico. Cinética química.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ATKINS, P.; JONES, L. Princípios de Química: Questionando a Vida Moderna e o Meio Ambiente. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2006.

BRADY, J.E.; HUMISTON, G.E. Química Geral. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2002. RUSSEL, J. B. Química Geral. 2. ed. São Paulo: Makron Books, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRAATHEN, P.C. Química Geral. Viçosa: UFV, 2009.

BROWN, T. L. Química: a ciência central. São Paulo: Pearson, 2005. MASTERTON, W.L. et al. Princípios de Química. Rio de Janeiro: LTC, 1990. SHRIVER, D.F. et al. Química Inorgânica. Porto Alegre: Bookman, 2008.

KOTZ, J.C.; TREICHEL, P.M.; WEAVER, G.C. Química Geral e Reações Químicas. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

COMPONENTE CURRICULAR	DIVERSIDADE BIOLÓGICA E FILOGENIA	CH	30h T
		CRÉDITOS	2

EMENTA

Noções de evolução e de sistemática filogenética. Porque é importante utilizar grupos monofiléticos na classificação. Visão Geral da classificação dos seres vivos e um pequeno histórico. O que é Vida? Vida Unicelular. Grupo Archaea e Eubacteria. Discutir os principais grupos de procariontes e de eucariontes e as principais hipóteses filogenéticas. Alga como grupo informal de diversos protozoários. Opisthokonta e suas relações com Reino Animalia e Fungi.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMORIM, D.S. Elementos Básicos de Sistemática Filogenética. Ribeirão Preto: Editora Holos, 1997. 276p.

AMORIM, D.S. Fundamentos de Sistemática Filogenética. Ribeirão Preto: Editora Holos, 2002. 153p.

HICKMAN, C.P.; ROBERTS, L.S. & LARSON, A. Princípios Integrados de Zoologia. Editora Guanabara Koogan S.A., 2004. 846 p.

MARGULIS, L & K. V. SCHWARTZ.. Cinco Reinos. Um Guia Ilustrado dos Filos da Vida na Terra. 3ª ed. Guanabara-Koogan, 2001. 497 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

OLIVEIRA, E.C. Introdução à Biologia Vegetal. 2ª ed. Edusp, 2003. 266 p.

RAVEN, P.H.; EVERET, R.F; EICHHORN, S.E. Biologia Vegetal. 7ª ed. Editora Guanabara Koogan S.A. 2007. 830 p.

RUPPERT, E.E.; FOX, R.S. & BARNES, R.D. Zoologia dos Invertebrados. 7ª ed. Editora Roca, São Paulo. 1145 p.

SLEIGH, M.A. 1989. Protozoa and other protists. Edward Arnold. 2005. 342 p.

TORTORA, G. J., FUNKE, B. R. & CASE, C. L. Microbiology, an Introduction. 7ª ed. San Francisco, Benjamin Cummings. 2002. USA.

	CH	45h T
--	----	-------



COMPONENTE CURRICULAR	ANTROPOLOGIA E SOCIOLOGIA CULTURAL	CRÉDITOS	3
EMENTA			
Conceitos de etnocentrismo e preconceito. A diversidade etno racial brasileira. Pluralismo cultural e aspectos predominantes na região. A cultura nas sociedades pós-industriais e a cultura local. Globalização, meio ambiente e cultura. Aspectos da cultura brasileira e regional. O indivíduo e a organização. Organização formal e informal. Cultura das organizações no cenário regional e nacional. Ideologia. Movimentos sociais e a nova ordem social.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BOAS, F. Antropologia cultural. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006. BERNARDES, C.; LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. Sociologia geral. São Paulo: Atlas, 1999. (este livro possui edições recentes, a partir do ano 2000). 2011. DURKHEIM, E. Da divisão do trabalho social. São Paulo: Martins Fontes 2008.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
LAKATOS, E. M. Sociologia geral. São Paulo: Atlas, 2011. MAUSS, M.; NEVES, P. Sociologia e antropologia. 5. ed. São Paulo: Cosac & Naify, 2011. MAFFESOLI, M. O Brasil pode ser um laboratório da pós-modernidade. Revista da ESPM, n.4, v.14, 2007, p.52. DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. São Paulo: Martin Claret, 2003. MARX, K. Cartas filosóficas e o manifesto comunista. São Paulo: Moraes, 1987. WEBER, Max. A ética protestante e o espírito do capitalismo. São Paulo: Livraria Pioneira, 1967.			

COMPONENTE CURRICULAR	Citologia Geral	CH	60h (30h T + 30h P)
		CRÉDITOS	4
EMENTA			
Conceito e identificação dos tipos celulares procarióticos e eucarióticos. Metabolismo celular baseado em biomoléculas. Estudo morfológico das organelas citoplasmáticas. Processos de transferência de energia (fotossíntese e respiração). Núcleo interfásico e em divisão mitótica e meiótica			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ALBERTS, B.; COLS. Biologia Molecular da Célula. 5. ed. Porto Alegre: Artmed. 2009. ALBERTS, B.; BRAY, D.; HOPKIN, K., et al. Fundamentos da Biologia Celular. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011. JUNQUEIRA, L.C.U.; CARNEIRO, J. Biologia Celular e Molecular. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ALBERTS B. et al. Molecular Biology of the Cell, 4. ed. GS Garland Science, New York. 2002. CARVALHO, H. F.; RECCO-PIMENTEL, S. A Célula. São Paulo: Manole, 2007. LODISH, H. Biologia Celular e Molecular. Porto Alegre: Artmed, 2005. ROBERTS, E.; HIB, J. Biologia Celular e Molecular. 15ª Edição. Ed. Guanabara Koogan, Rio de Janeiro. 2006. CARVALHO, H. F.; COLLARES-BUZATO, C. B. Células: uma abordagem multidisciplinar. Ed. Manole Ltda, São Paulo. 2005.			



COMPONENTE CURRICULAR	SISTEMÁTICA E BIOGEOGRAFIA	CH	60h T
		CRÉDITOS	4
EMENTA			
O que é biodiversidade - discussão sobre o conceito. Desenvolvimento histórico do pensamento em sistemática biológica, conceitos básicos. Escolas sistemáticas: sistemática tradicional, fenética, gradista e filogenética. Sistemática filogenética: plesiomorfia, apomorfia, agrupamentos taxonômicos, grupos monofiléticos, parafiléticos e polifiléticos, sinapomorfia, homoplasia, matrizes de caracteres, construção de cladogramas. Classificação biológica e categorias taxonômicas: sistema de hierarquia, categorias inferior e superior. Conceitos de espécie e modos de especiação. Nomenclatura biológica, códigos internacionais de nomenclaturas, sistema binomial, prioridade, homonímia, sinonímia, publicação, tipificação, nomes. Princípios de biogeografia. Principais escolas de Biogeografia Histórica (princípios e métodos): dispersalismo; biogeografia filogenética, panbiogeografia, biogeografia cladística. Áreas de distribuição e de endemismo. Fatores ecológicos, históricos e biológicos da distribuição: deriva continental. Dispersão, vicariância, endemismo, provincialismo e cosmopolitanismo. Regiões e províncias biogeográficas. Padrões de distribuição dos táxons no espaço e no tempo. Filogeografia.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
AMORIM, D.S 2002. Fundamentos de Sistemática Filogenética. Holos Editora, Ribeirão Preto, 156p.			
PAPAVERO, N.; D.M. TEIXEIRA & J. LLORENTE-BOUSQUETS. 1997. Historia da Biogeografia no período Pré-evolutivo. Plêiade/Fapes. São Paulo. 258 p..			
BROWN, J. H.; LOMOLINO, M. V. 2006. Biogeografia. 2. ed. Ribeirão Preto, SP: FUNPEC.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
AMORIM, D.S 1991. Refuge model simulation: testingthetheory. Revista brasileira de Entomologia.v:35, 1991, p: 803-812.			
AMORIM, D.S. & M.R.S. PIRES. 1996. Neotropical Biogeography and a methods for maximum biodiversity estimation, p. 183-219. In: Bicudo, C.E.M. & N.A. Menezes (eds.). Biodiversity in MORRONE, J.J. & J.V. CRISCI. 1995. Historical Biogeography: introduction to methods. Annual Review Ecological Systematic. 26: 373-401.			
WILEY, E.O.; SIEGEL-CAUSEY, D.; BROOKS, D.R.; FUNK, V.A. (1991):The compleat cladistic. A primer of phylogenetic procedures. Special Publication n. 19, The University of Kansas, Museum of Natural History, Lawrence, Kansas.			
WHEELER, W.C. Systematics: A Course of Lectures. Wiley-Blackwell. 2012. 426p.			
WILLIAMS, D.M.; EBACH, M.C. Foundations of Systematics and Biogeography. 2008. 309p.			

COMPONENTE CURRICULAR	BÍOLOGO: PROFISSÃO E ÉTICA	CH	30h T
		CRÉDITOS	2
EMENTA			
Estudo e análise da legislação da profissão de Biólogo. Código de Ética Profissional e a biodiversidade etnoracial na prática profissional do biólogo na realidade brasileira. Entidade de classe: importância e atribuições.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			



BATISTA FILHO, O.O homem e a Ecologia. São Paulo, Pioneiro. 1977.
COSTA Jr., F.J. e GREGORI, J. Direito Penal Ecológico. São Paulo, CETESB. 1981.
MACHADO, P.A.L. Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo, Malheiros Editores, 4ª Edição. 1992

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MENDES, C., 1990 – Ética e Desenvolvimento. São Paulo, Editora Loyola.
VASQUEZ, A.S., 1992 – Ética. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 13ª Edição.
LEI Nº 6.684/79 e Decreto Nº 88.438/83.
CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA – Resoluções Nº 08/91 e Nº 11/91.
CONSELHO NACIONAL DO MEIO AMBIENTE – Resolução Nº 001/86.
ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – Declaração Universal dos Direitos do Homem.
REVISTA USP Nº 24 - Dossiê Genética e Ética.
CIÊNCIA HOJE - Encarte, vol. 15 Nº 85. Outubro de 1992. Legislação que afeta a atividade profissional.

COMPONENTE CURRICULAR	METODOLOGIA DO TRABALHO E DA PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA	CH CRÉDITOS	45h T 03
------------------------------	---	------------------------------	---------------------------

EMENTA

Abordagem de métodos de estudo e de noções de ciência e metodologia dentro de normas técnicas para elaboração de trabalhos acadêmicos, tendo-se como base a iniciação à pesquisa científica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RUDIO, F.V. Introdução ao projeto de pesquisa científica. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.
KÖCHE, J.C. Fundamentos da metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. 16. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.
LAKATOS, E.M., MARCONI, M.A. Fundamentos de metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CERVO, A.L., BERVIAN, P.A. Metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
RUIZ, J.A. Metodologia científica: guia para referência nos estudos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
SOARES, E. Metodologia científica: lógica, epistemologia e normas. São Paulo: Atlas, 2003.
MARCONI, M.A., LAKATOS, E.M. Metodologia científica. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.
VOLPATO, G. Ciência: da filosofia à publicação, 6. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2013.

SEGUNDO PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	BIOLOGIA TECIDUAL	CH CRÉDITOS	45 h (30h T + 15h P) 03
------------------------------	--------------------------	------------------------------	--



EMENTA

Caracterização dos principais tecidos animais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- JUNQUEIRA, L.C.U.; CARNEIRO, J. Histologia Básica. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
JUNQUEIRA, L.C.U. Biologia Estrutural dos Tecidos. Rio de Janeiro: Guanabara-Koogan, 2005.
SOBBOTA, J. Histologia Atlas Colorido de citologia, histologia e anatomia microscópica. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALBERTS, B.; BRAY, D.; HOPKIN, K., et al. Fundamentos da Biologia Celular. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2011.
CARVALHO, H. F.; RECCO-PIMENTEL, S. A Célula. São Paulo: Manole, 2007.
GLEREAN, A. Manual de Histologia. Rio de Janeiro: Atheneu, 2002.
DI FIORE, M. S. A. Atlas de Histologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
KÜHNEL, W. Citologia, Histologia e Anatomia Microscópica. Porto Alegre: Artmed, 2005.

COMPONENTE CURRICULAR	FUNDAMENTOS DE MATEMÁTICA E BIOESTATÍSTICA	CH CRÉDITOS	60h T 04
------------------------------	---	--------------------	-----------------

EMENTA

Conjunto de Números Reais: noção de conjunto, operações aritméticas, intervalos e desigualdades, valor absoluto; plano cartesiano: sistema de coordenadas e equações da reta, funções: linear, polinomial, exponencial e logarítmica; fases de um trabalho estatístico; descrição e apresentação de dados; elementos de probabilidade; distribuição de probabilidades (Binomial, Poisson e Normal); introdução a amostragem; testes de hipóteses.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CALLEGARI-JACQUES, S.M. Bioestatística: Princípios e Aplicações. Porto Alegre: Artmed, 2003.
PAGANO, M.; GAUVREAU, K., Princípios de Bioestatística. Cengage Learning, 2004.
VIERIA, S. Introdução à Bioestatística. 4 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.
SAFIER, F. Teoria e problemas de pré-cálculo. Bookman, 2003. DEMANA, F. D. et al. Pré-cálculo. 5. ed. Addison Weley, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- IEZZI, Gelson et.al. Fundamentos de Matemática Elementar: conjuntos e funções. 9. ed. Atual, 2007.
IEZZI, G. et.al. Fundamentos de Matemática Elementar: logaritmos. 9. ed. Atual, 2004.
WILD, C. J. & SEBER, G. A. F. Encontros com o Acaso: Um Primeiro Curso de Análise de Dados e Inferência. LTC, 2004.
MORETTIN, L. C. Estatística Básica: Probabilidade e Inferência Volume Único. Pearson Prentice Hall, 2010.
OGLIARI, P. J.; ANDRADE, D. F. Estatística Para as Ciências Agrárias a Biológicas: com Noções de Experimentação. 2. ed. UFSC, 2010.



COMPONENTE CURRICULAR	PROCESSOS EVOLUTIVOS I	CH	30h T
		CRÉDITOS	02
EMENTA			
Introdução ao pensamento evolutivo. Ideias pré-darwinianas (fixismo; catastrofismo; essencialismo etc.). Lamarck e a importância da noção de transformação. A viagem do HMS Beagle e a transformação do pensamento de um homem: Charles Darwin;. Teoria da Seleção Natural. Influência do pensamento de Lyell, Wallace e Malthus. Século XX e a importância da descoberta da mutação. Teoria da Sintética da Evolução: o encontro da paleontologia, genética e biogeografia. Consequências da evolução: Irradiação adaptativa, homologia e embriologia. Noções de Filogenia			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
FUTUYMA, D. J. Biologia Evolutiva. FUNPEC-RP: 2. ed. Ribeirão Preto, 2002. RIDLEY, M. Evolução. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006. AMORIN, D.S. Fundamentos de Sistemática Filogenética. Ribeirão Preto: Holos, 2002.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
DARWIN, Charles. Origem das espécies. São Paulo: Martin Claret , 2004 DAWKINS, R. A Escalada do Monte Improvável. Schwarcz, São Paulo. 1998 DAWKINS, R. O Gene Egoísta. Companhia das Letras, São Paulo. 2007 DAWKINS, R. O maior espetáculo da Terra. Companhia das Letras, São Paulo. 2009. COX, CB; MOORE, PD. Biogeografia: uma abordagem ecológica e evolucionária. Rio de Janeiro: LTC ed, 2009.			

COMPONENTE CURRICULAR	ZOOLOGIA DOS INVERTEBRADOS I	CH	60h (30h T + 30h P)
		CRÉDITOS	04
EMENTA			
Noções de nomenclatura Zoológica. Aspectos morofisiológicos, evolutivos, ecológicos e sistemáticos de Porifera, Cnidaria, Ctenophora e Spiralia.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BRUSCA, R.S.K.; BRUSCA, G. J. Invertebrados. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007. RUPPER, E. E, FOX, R. S., BARNES, R. D. Zoologia de Invertebrados: uma abordagem functional-evolutiva. 7. ed. Roca, 2005. BARNES, R.S.K., CALOW, P., OLIVE P.J.W. The invertebrates: a new synthesis. 2. ed., Blackwell Publications, 1993.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			



NIELSEN, C. Animal evolution, interrelationships of living phyla. 2. ed. Oxford, 2001.
RUPPERT, E.E., RICHARD, S.F., BARNES, R.D. Zoologia dos Invertebrados. 7. ed. Roca, 2004.
HICKMAN JR., CLEVELAND P.; ROBERTS, L. S.; LARSON, A. Princípios Integrados de Zoologia, 11. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. STORER, T. I. Zoologia Geral. São Paulo. Comp. Ed. Mac., 2000.
CRACRAFT, J., DONOGHUE, M. J. Assembling the tree of life. Oxford University Press, 1. ed., 2004.
SCHMIDT-RHAESA, A. The evolution of Organ Systems. Oxford University Press, New York, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR	FUNDAMENTOS DE FÍSICA	CH	60h (30h T + 30h P)
		CRÉDITOS	04

EMENTA

Sistemas de Unidades. Medidas e Teoria do Erro. Mecânica. Energia e Leis da Termodinâmica. Ondas. Hidrostática. Óptica Geométrica. Eletricidade. Aplicações da Física a Sistemas Biológicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HALLIDAY, D.; RESNICK, R.; WALKER, J. Fundamentos de Física – Vols. 1, 2, 3 e 4, Rio de Janeiro, LTC, 9ª ed., 2012.

OKUNO, E.; CALDAS, I. L.; CHOW, C. Física para Ciências Biológicas e Biomédicas. Harper & Row do Brasil. São Paulo. 1982.

TIPLER, P. A., MOSCA, G. Física para Cientistas e Engenheiros – Vols. 1 e 2, Rio de Janeiro, LTC, 6ª ed., 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GONÇALVES, D. A Física Através dos Gráficos – Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico, 1975.

LUZ, A. M. R., ALVARENGA, B. G. Curso de Física – Vols. 1, 2 e 3, São Paulo, Scipione, 5ª ed., 2000.

POMPIGNAC, F. Física Geral Experimental IV: Texto de Laboratório. Salvador, BA: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1984. 174 p.

YOUNG, H.D., FREEDMAN, R. A., FORD, A. L. Física II, Sears e Zemansky – Termodinâmica e Ondas. 10ª ed., São Paulo, Pearson Addison Wesley, 2003.

YOUNG, H.D., FREEDMAN, R. A., FORD, A. L. Física III, Sears e Zemansky – Eletromagnetismo. 10ª ed., São Paulo, Pearson Addison Wesley, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR	BIOÉTICA E BIOSSEGURANÇA	CH	30h T
		CRÉDITOS	02

EMENTA

Estudo das inter-relações existentes entre a Ética, a Moral. Caracterização da Bioética como uma Ética Inserida na Prática. Comparação entre os diferentes modelos explicativos utilizados na Bioética. Reflexão bioética sobre temas atuais da biotecnologia como células-troncas, clonagem, projeto genoma, identificação pelo DNA, terapia e vacina gênicas e farmacogenômica. Bases conceituais da Biossegurança; Bioética e Biossegurança; O conceito de risco; Classes de risco; Avaliação de riscos; O processo saúde/doença no



ambiente laboratorial; Doenças relacionadas ao trabalho em laboratórios; O ambiente laboratorial; Contenção biológica; Desinfecção e esterilização; Gerenciamento de resíduos; Biossegurança no trabalho com animais de laboratório; Qualidade e Biosegurança. Legislação da comissão Técnica Nacional de Biosegurança CTNBio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- TELLES, J.L. Bioética e biorrisco: abordagem transdisciplinar. Rio de Janeiro: Interciência, 2003. 417 p. 2. JUNGES J. R. Bioética: perspectivas e desafios. São Leopoldo, RS: Unisinos, 1999. 322 p.
OLIVEIRA, F. Bioética: uma face da cidadania. 2. ed. São Paulo: Moderna, 2004. 200 p.
URBAN, C. de A. Bioética clínica. Rio de Janeiro: Revinter, 2003. 574 p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- SCHOLZE, S.H.C.; MAZZARO, M.A.T. Bioética e normas regulatórias: reflexões para o código de ética das manipulações genéticas no Brasil. Parcerias Estratégicas, v. 16, p.13-40, 2002.
SCHRAMM, F.R. Bioética e Biossegurança. In: Iniciação a Bioética, Conselho Federal de Medicina, 1998.
VIEIRA, T. R. Bioética e Biodireito. Editora Jurídica Brasileira. São Paulo, SP, 1999, 158 pp.
DINIZ, M.H. O Estado Atual do Biodireito. Editora Saraiva. São Paulo, SP, 2001, 792 pp.
Sacred Cows and Golden Geese – The Human Cost of Experiments on Animals.C. Ray Greek& Jean SwingleGreek. Ed. Continuum, London, 2000, 256pp
SANTOS FEIJÓ A.G. Animais na pesquisa e ensino: aspectos éticos e técnicos. EdiPUCRS, 2010, 421pp.
DALL'AGNOL. Bioética.Zahar Ed., 2005 58pp.

COMPONENTE CURRICULAR	BIOLOGIA DE CRIPTÓGAMAS	CH	60h (30h T + 30h P)
		CRÉDITOS	04

EMENTA

Evolução e classificação dos seres vivos. Introdução à Botânica Sistemática. Caracterização, taxonomia e evolução de algas, com base em sua morfologia e reprodução. Teorias sobre a origem dos eucariotos fotossintetizantes. Origem das plantas e conquista do ambiente terrestre pelas plantas. Introdução ao Reino Plantae. Caracterização, taxonomia e evolução de Bryophyta com base em sua morfologia e reprodução. Caracterização, taxonomia e evolução dos grupos de pteridófitas atuais. Métodos de coleta e preservação dos grupos de criptógamas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- EVERT, Ray F.; EICHORN, Susan E. Raven: Biologia vegetal. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. 856 p. ISBN 9788527723626.
REVIERS, Bruno de. Biologia e filogenia das algas. Porto Alegre: Artmed, 2006. 280 p. ISBN 8536306602.
BICUDO, Carlos E. de M.; MENEZES, Mariângela. Gêneros de algas de águas continentais do Brasil: chave para identificação e descrições. 2. ed. São Carlos: Rima, 2006. xiv, 489 p., [8] p. de estam ISBN 8576560887.
JUDD, Walter S. 1951. Sistemática vegetal: um enfoque filogenético. 3.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009. xvi, 632 p. ISBN 9788536317557.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR



- JOLY, Aylton Brandão. Botânica: introdução à taxonomia vegetal. 13 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002. 777 p. ISBN 8504002314.
- GEMTCHÜJNICOV, Irina Delanova de. Manual de taxonomia vegetal: plantas de interesse econômico agrícolas, ornamentais e medicinais. São Paulo: Ed. Agronômica Ceres, 1976.
- GONÇALVES, Eduardo Gomes; LORENZI, Harri. Morfologia vegetal: organografia e dicionário ilustrado de morfologia das plantas vasculares. 2.ed. São Paulo: Instituto Plantarum de Estudos da Flora, 2011. 512 p. ISBN 8586714382.
- POMPELLI, Marcelo Francisco; UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Práticas laboratoriais em biologia vegetal. Recife, PE: Ed. UFPE, 2017. 235 p.
- BALTAR, Solma Lúcia Souto Maior de Araújo. Manual prático de morfoanatomia vegetal. São Carlos: RiMa, 2006. 76 p. ISBN 8576561034.
- SAITO, Maria Lúcia; OLIVEIRA, Fernando de. Práticas de morfologia vegetal. São Paulo: Atheneu, 2000. 115 p. ISBN 8573792086.

TERCEIRO PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	BIOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO	CH	45h T
EMENTA			
Ferramentas Conceituais; Sistemas Modelo (vertebrados: Xenopus; Galinha; Camundongo; Zebrafish / Invertebrados: Drosophila; Caenorhabditis/Vegetais: Arabidopsis); Estabelecimento do Plano Corporal: Eixo e Camadas Germinativas; Somitos Mesodérmicos; Morfogênese, Diferenciação Celular e Organogênese; Crescimento e Desenvolvimento Pós-embrial; Desenvolvimento Vegetal; Evolução e Desenvolvimento.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
CAROLL, S.B. Infinitas formas de grande beleza. 1. ed. Jorge Zahar, 2006.			
LEWIS, W., BEDDINGTON, R. Princípios de Biologia do Desenvolvimento. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.			
MAYR, E. Isto é Biologia: A Ciência do Mundo Vivo. 3. ed. Cia das Letras, 2008.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
GOODMAN, C.S., COUGHLIN, B.C. The evolution of Evo-Devo biology. Proc. Natl. Acad. Sci. USA 97, 4424-4425, 2000.			
PETERSON, K.J., DAVIDSON, E.H. Regulatory evolution and origin of the bilaterians. Proc. Natl. Acad. Sci. USA 97, 4430-4433, 2000.			
GERHART, J. Inversion of the chordate body axis: Are there alternatives? Proc. Natl. Acad. Sci. USA 97, 4457-4462, 2000.			
GRAHAM, L.E., COOK, M.E., BUSSE, J.S. The origin of plants: body plan changes contributing to a major evolutionary radiation. Proc. Natl. Acad. Sci. USA 97, 4457-4462, 2000.			
ADAMSKA, M., DEGNAN, B.M., GREEN, K., ZWAFINK, C. What sponges can tell us about the evolution of developmental processes. Zoology, 114, 1-10, 2011.			

COMPONENTE CURRICULAR	BIOQUÍMICA	CH	60h (30h T + 30h P)
EMENTA			



Água e meio biológico. pH e tampão. Estrutura e função das biomoléculas: aminoácidos e proteínas, carboidratos, nucleotídeos e ácidos nucléicos, lipídios, vitaminas e coenzimas. Catálise e cinética enzimáticas. Metabolismo de carboidratos, de lipídios e de compostos nitrogenados. Metabolismo energético. Oxidações biológicas. Integração e regulação do metabolismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BERG, J.M., TYMOCZKO, J.L., STRYER, L. Bioquímica. 6. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.
LEHNINGER, A.L., NELSON, D.L., COX, M.M. Princípios de bioquímica. São Paulo: Sarvier, 2006.
VOET, D., VOET, J.G., PRATT, C.W. Fundamentos de bioquímica: a vida em nível molecular. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CAMPBELL, M. K. Bioquímica. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.
CAMPBELL, M. K., FARRELL, S. O. Bioquímica. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
CHAMPE, P. C. et al. Bioquímica ilustrada. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
DEVLIN, T. M.. Manual de bioquímica: com correlações clínicas. 6.ed. São Paulo: Blücher, 2007.
MARZZOCO, A., TORRES, B.B. Bioquímica básica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.
SMITH, C., MARKS, A.D., LIEBERMAN, M. Bioquímica médica básica de Marks: uma abordagem clínica. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR	BIOFÍSICA	CH	30h T
		CRÉDITOS	02

EMENTA

Sistema Internacional de Unidades. Água e soluções. Princípios de termodinâmica. Membranas celulares, transporte e distribuição de solutos. Bioeletricidade. Dinâmica dos fluidos. Biofísica da circulação e da respiração. Biofísica da função renal. Ondas mecânicas e eletromagnéticas. Biofísica da visão. Biofísica da fonação e da audição. Radiações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CAMBRAIA, J. et.al. Introdução à biofísica. 2. ed.. Viçosa: UFV, 2005.
DURÁN, J.E.R. Biofísica: fundamentos e aplicações. São Paulo: Prentice Hall, 2003.
GARCIA, E.A.C. Biofísica. São Paulo: Sarvier, 2002.
HENEINE, I.F. Biofísica básica. São Paulo: Atheneu, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- MOURÃO-JUNIOR, C.A., ABRAMOV, D.M. Curso de Biofísica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.
NELSON, P. Física biológica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
OKUNO, E., CALDAS, I.L., CHOW, C. Física para ciências biológicas e biomédicas. São Paulo: Harbra Ltda, 1982.
OLIVEIRA, J., WÄCHTER, P.H., AZAMBUJA, A.A. Biofísica para ciências biomédicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2002.



AIRES, M. M. Fisiologia. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008. BERNE, R. M. Fisiologia. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.
GUYTON, A. C.; HALL, J. E. Tratado de fisiologia médica. 11. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR	ZOOLOGIA DE INVERTEBRADOS II	CH	75h (30h T + 45h P)
		CRÉDITOS	05
EMENTA			
Aspectos morfofisiológicos, evolutivos, ecológicos, comportamentais e sistemáticos de: Cycloneuralia, Panarthropoda, Equinodermes e Protocordados.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BRUSCA, R.S.K.; BRUSCA, G. J. Invertebrados. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.			
TRIPLEHORN, C.A., JOHNSON, N.F. Estudo dos Insetos. Ed. Cengage Learning, 2011.			
BARNES, R.D.F., RICHARD, S. Zoologia dos Invertebrados. Uma abordagem funcional evolutiva. 7. ed. Roca, 2005.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
AMORIN, D.S. Elementos básicos de Sistemática Filogenética. 2. ed. Holos, 1997.			
NIELSEN, C. Animal evolution, interrelationships of living phyla. 2. ed., Ed Oxford, 2001.			
PAPAVERO, N. (Org). Fundamentos práticos de taxonomia zoológica. 2. ed. São Paulo: Ed. UNESP/ FAPESP, 1994.			
RUPPERT, E. E.; RICHARD, S.F., BARNES, R.D. Zoologia dos Invertebrados. 7. ed. Roca, 2005.			
SIMONKA, C.E., C. COSTA, S. Ide. Insetos Imaturos. Metamorfose e identificação. Ribeirão Preto, 2006.			
BUZZI, Z.J. Entomologia Didática. 4. ed. Curitiba: UFPR, 2002.			

COMPONENTE CURRICULAR	HISTÓRIA DA BIOLOGIA	CH	30h T
		CRÉDITOS	2
EMENTA			
Introdução à Filosofia das Ciências; O discurso científico; A ciência como uma forma de conhecimento; O método científico; Investigação científica em ciências biológicas; Teoria da seleção natural como exemplo de teoria científica.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
KUHN, T. S. A Estrutura das revoluções científicas. 10. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 2011. ABRANTES, P. Filosofia da biologia. Porto Alegre, RS: Artmed, 2011.			
POPPER, K.R. A lógica da pesquisa científica. 12. ed. São Paulo, SP: Cultrix, 2006.			
MAYR, E. Biologia, ciência única. Tradução de Marcelo Leite. 1. ed.. São Paulo, Companhia das Letras, 2005.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
DARWIN, C. A Origem das espécies. Tradução de Cláudia Cavalcanti. 1. ed. São Paulo: Editora Martin Claret, 2014.			
DESCARTES, R. Discurso do método. 1. ed. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: L&PM Editora, 2013.			
FUTUYMA, D. J. Biologia Evolutiva. FUNPEC-RP: 2. ed. Ribeirão Preto, 2002.			
DARWIN, Charles. Origem das espécies. São Paulo: Martin Claret , 2004			



COMPONENTE CURRICULAR	GEOLOGIA	CH	30h (15h T + 15h P)
		CRÉDITOS	02

EMENTA

Introdução às Geociências: Origem do universo e sistema solar; Estrutura interna do planeta; Tectônica Global; Minerais e rochas; Dinâmica externa; Processos e rochas sedimentares; Recursos minerais e energéticos. Tempo geológico e a vida no registro geológico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PRESS F., SIEVER, R., GROETZINGER, J. Para entender a Terra. Porto Alegre: Artmed, 2006.

POPP, J.H. Geologia Geral. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

SUGUIO, K. A Evolução Geológica da Terra e a Fragilidade da Vida. São Paulo: Edgard Blücher, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRITO, I. M. Bacias Sedimentares e Formações Pós-Paleozóicas do Brasil. Rio de Janeiro: Interciêncie, 1979.

GUERRA, A.T. Novo Dicionário Geológico e Geomorfológico. São Paulo: Bertrand Brasil, 2008.

MCALESTER, A.L. História Geológica da Vida. São Paulo: Edgard Blucher, 1968.

SALGADO-LABORIAU, M. L. História Ecológica da Terra. São Paulo: Edgard Blücher, 2004.

SCHUMANN, W. Gemas do Mundo. São Paulo: Disal, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR	ACE1 – Ativ. Curricular de Extensão 1	CH	45h T
		CRÉDITOS	extensão

EMENTA

Espaço destinado à execução das ações de intervenção social pelos discentes e comunidade por meio de um projeto na área ambiental do Programa de Extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018b. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PCE) 2014-2024 e dá outras providências (BRASIL, 2018);

RESOLUÇÃO CONSEPE nº 02, de 18 de janeiro de 2021. Regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM (CONSEPE, 2021a);

ARAÚJO FILHO, Targino de. (org.). Extensão universitária: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro, v. 1, p. 41-55, 2003.

PINHEIRO, J.V. e NARCISO, C. S. 2022. A importância da inserção de atividades de extensão universitária para o desenvolvimento profissional. Revista Extensão & Sociedade. 14: 56-68. Disponível em:

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, 2018, disponível em:



https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf.
Acesso em 02.08.2023.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 93p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC. Política Nacional de Extensão Universitária, Manaus, 2012.

REDE NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Documentos. Plano Nacional de Extensão Universitária, 2001. Disponível em: <http://www.renex.org.br> Acesso em: 17 jun. 2019.

REVISTA ELETRÔNICA EXTENSÃO EM DEBATE (REXD). Disponível em: <[https://www.seer.ufal.br/index.php/extensaoemdebate](http://www.seer.ufal.br/index.php/extensaoemdebate)> Acesso em: 17 jun 2019.

QUARTO PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	FISIOLOGIA BÁSICA	CH	60h (30h T + 30h P)
		CRÉDITOS	04
EMENTA			
Estudo do funcionamento de órgãos e sistemas do corpo humano, fornecendo ao aluno conhecimentos básicos de fisiologia.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BERNE, R.M., LEVY, M.N. Fisiologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1990. COSTANZO, L.S. Fisiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999. COSTANZO, L.S. Fisiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999. GUYTON, A.C., HALL, J.E. Tratado de Fisiologia Médica. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
AIRES, M.M. Fisiologia. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1999. BERALDO, W. T. Fisiologia. 3. ed. Belo Horizonte: UFMG, 1976. HAEBISCH, H. Fundamentos de Fisiologia Respiratória Humana. São Paulo: E.P.U, 1980. HOUSSAY, B. A. Fisiologia humana. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1984. SILBERNAGL, S., DESPOPOULOS, A. Fisiologia - texto e atlas. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2003. SILVERTHORN, D.U. Fisiologia Humana - Uma Abordagem Integrada. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.			

COMPONENTE CURRICULAR	BIOLOGIA DE VETORES	CH	45h (30h T + 15h P)
		CRÉDITOS	03
EMENTA			
Estudo dos principais insetos transmissores de doenças humanas. Métodos de coleta e preservação. Sistemática e bioecologia de vetores hematófagos (ciclo de vida, habitat, fontes alimentares, comportamento, capacidade vetorial e infecção natural). Métodos de controle de insetos vetores.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			



MARCONDES, CB. Entomologia médica e veterinária. 2ª edição. São Paulo, Editora Atheneu, 2011. 526 p.

FORATTINI OP. Entomologia Médica. Editora Edgard Blücher. São Paulo, 658p. 1973.
NEVES DP, MELO AL, GENARO O & LINARDI PM. Parasitologia Humana. Editora Atheneu, 11a. edição. São Paulo, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARCAVALLO RU et al. Atlas dos vetores da doença de Chagas nas Américas. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 1217p, 1998.

CONSOLI AGB & OLIVEIRA RL. Principais mosquitos de importância sanitária no Brasil. Editora Fiocruz. Rio de Janeiro, 228p, 1994.

FORATTINI OP. Entomologia Médica. Editora Edgard Blücher. São Paulo, 658p. 1973.

PESSOA SB, MARTINS AV. Parasitologia Médica. 11ed. Revista Ampl. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 872 p, 1988.

RANGEL EF. & LAINSON R. Flebotomíneos do Brasil. Editora Fiocruz, Rio de Janeiro, 367p, 2003.

REY L. Parasitologia. Guanabara Koogan. 2a. edição. Rio de Janeiro. 731p, 1991.

COMPONENTE CURRICULAR	MORFOLOGIA E ANATOMIA DE FANERÓGAMAS	CH	60h (30h T + 30h P)
		CRÉDITOS	04

EMENTA

Morfologia de órgãos vegetativos e reprodutivos: padrões básicos, adaptações e classificações.

Organização interna do corpo da planta e seu desenvolvimento. Células e tecidos vegetais. Anatomia dos órgãos vegetativos e reprodutivos: estrutura e desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

APPEZZATO-DA- GLÓRIA, B. & Carmello-Guerreiro, S. M. 2003. Anatomia Vegetal. Ed. UFV. 2ª ed.

GONÇALVES, E.G. & LORENZI, H. 2007. Morfologia Vegetal: Organografia e dicionário ilustrado de morfologia das plantas vasculares. São Paulo. Instituto Plantarum de estudos de flora. 416p.

RAVEN, P., EVERET, R. F. & EICHORN, S. E. 2007. Biologia Vegetal. Ed. Guanabara Koogan. 7ª ed.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUTTER, E. 1987. Anatomia Vegetal. Parte 1 - Células e tecidos. Editora Roca, 304p.

CUTTER, E. 1987. Anatomia Vegetal. Parte 2 - Órgãos. Editora Roca, 336p.

ESAU, K. 1988. Anatomia das Plantas com sementes. 3ª ed. São Paulo: Edgard Blücher. 320 p.

VIDAL, W.N.; VIDAL, M.R.R. 1999. Botânica – Organografia: quadros sinóticos ilustrados de fanerógamos. Viçosa, Ed. UFV. 114 p.

GONÇALVES, E.G. & LORENZI, H. 2007. Morfologia Vegetal: Organografia e dicionário ilustrado de morfologia das plantas vasculares. São Paulo. Instituto Plantarum de estudos de flora. 416p.

RAVEN, P., EVERET, R. F. & EICHORN, S. E. 2007. Biologia Vegetal. Ed. Guanabara Koogan. 7ª ed.



COMPONENTE CURRICULAR	ZOOLOGIA DOS CORDADOS	CH	60h (30h T + 30h P)
		CRÉDITOS	04
EMENTA			
Estudo teórico e prático dos aspectos morfo-fisiológicos, evolutivos, ecológicos, comportamentais e sistemáticos de: Chordata (Urochordata, Cephalochordata e Craniata) - Actinopterygii, Sarcopterygii e Elasmobranchii; Amphibia (Gymnophiona, Urodela e Anura); Testudinata. Lepdosauromorpha: Rhychocephalia e Squamata; Archosauromorpha: Crocodylia e Aves; Mammalia.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
HEISER, J.B.; POUGH, F.H.; JANIS, C.M. Vida dos Vertebrados. 4. ed. São Paulo: Atheneu, 2008.			
HICKMAN, J.R.; CLEVELAND, P.; ROBERTS, L.; LARSON, A. Princípios Integrados de Zoologia. 16. ed. São Paulo: Guanabara Koogan, 2016.			
HILDEBRAND, M. Análise da estrutura dos vertebrados. São Paulo: Atheneu, 2006.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ORR, R.T. Biologia dos Vertebrados. 5. ed. São Paulo: Roca, 1986.			
FUTUYMA, D. J. Biologia Evolutiva. 2. ed. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética/CNPq, 2002.			
MATEUS, A. Fundamentos de Zoologia Sistemática. São Paulo: Bloch, 1989. STORER, T. I. Zoologia geral. São Paulo: Mac, 2000.			
PAPAVERO, N. Fundamentos práticos de taxonomia zoológica: coleções, bibliografia, nomenclatura. Museu Paranaense Emílio Goeldi e Sociedade Brasileira de Zoologia, 1994.			
BENTON, M. J. Paleontologia de Vertebrados. São Paulo: Atheneu, 2008.			

COMPONENTE CURRICULAR	LEGISLAÇÃO E DIREITO AMBIENTAL	CH	45h T
		CRÉDITOS	3
EMENTA			
Ênfase na proteção do meio ambiente e nos princípios fundamentais do Direito Ambiental. O meio ambiente como direito humano. Principal legislação brasileira aplicável. Meios jurídicos de proteção ambiental. Aspectos jurídicos da proteção ao meio ambiente na esfera nacional.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ANTUNES, Paulo Bessa. Direito Ambiental. Rio de Janeiro: Lumen juris, 2004.			
MACHADO, Paulo Afonso Leme. Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Malheiros, 2006.			
MILARÉ, Edis. Direito do Ambiente a gestão Ambiental em Foco. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
FIORILLO, Celso A. P. Curso de Direito Ambiental Brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2006.			
FREITAS, Vladimir Passos de. Crimes contra a Natureza. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2000.			
LEITE, José Rubens Morato. Dano Ambiental: do individual ao coletivo extrapatrimonial: teoria e prática patrimonial e extrapatrimonial. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.			
MEDEIROS, Fernanda Luiza Fontoura de. Meio Ambiente: direito e dever fundamental. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2004.			
SEGUIN, Élida. O Direito Ambiental: nossa casa planetária. Rio de Janeiro: Forense, 2002.			



COMPONENTE CURRICULAR	ECOLOGIA	CH	60h (45h T + 15h P)
		CRÉDITOS	04
EMENTA			
Introdução à Ecologia. Característica dos organismos: adaptação e seleção natural, história de vida, interações ecológicas. Características das populações: padrões de distribuição, crescimento e dinâmica. Características das comunidades: riqueza, dinâmica e estrutura. Características dos ecossistemas: fluxo de matéria e de energia. Sucessão ecológica. Padrões de biodiversidade e biogeografia. Fundamentos da Educação Ambiental. Atividades práticas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
RICKLEFS, R.E. 2003. A Economia da Natureza. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.			
TOWNSEND, C.R., BEGON, M., HARPER, J.L. Fundamentos em Ecologia. Porto Alegre: Artmed, 2006.			
DAJOZ, R. Princípios de ecologia. 7. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ODUM, E.P., BARRET, G.W. Fundamentos de ecologia. São Paulo: Thomson, 2007.			
BARBAULT, R. Ecologia geral: estrutura e funcionamento da biosfera. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.			
BEGON, M., TOWNSEND, C.R., HARPER, J.L. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.			
PRIMACK, R.B., RODRIGUES, E. Biologia da Conservação. Londrina: Planta, 2001.			
CULLEN JR., L., RUDRAN, R. e VALLADARES-PÁDUA, C (Orgs.). 2006. Métodos de estudo em Biologia da Conservação e manejo de vida silvestre. 2 ed. Curitiba: Ed. UFPR e FBPN. 665p			
Artigos, textos e reportagens diversas indicadas ao longo do semestre, obtidos nos websites:			
Portal de Periódicos da Capes, http://www.scielo.org/ , http://www.oeco.org.br/ , http://cienciahoje.uol.com.br/ , http://www2.uol.com.br/sciam/			

COMPONENTE CURRICULAR	ACE2 – Ativ. Curricular de Extensão 2	CH	30h T
		CRÉDITOS	Extensão
EMENTA			
Espaço destinado à execução das ações de intervenção social pelos discentes e comunidade por meio de um projeto na área ambiental do Programa de Extensão.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018b. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PCE) 2014-2024 e dá outras providências (BRASIL, 2018);			



RESOLUÇÃO CONSEPE nº 02, de 18 de janeiro de 2021. Regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM (CONSEPE, 2021); ARAÚJO FILHO, Targino de. (org.). Extensão universitária: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro, v. 1, p. 41-55, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, 2018, disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em 02.08.2023.
- FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 93p.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC. Política Nacional de Extensão Universitária, Manaus, 2012.
- REDE NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Documentos. Plano Nacional de Extensão Universitária, 2001. Disponível em: <http://www.renex.org.br> Acesso em: 17 jun. 2019.
- REVISTA ELETRÔNICA EXTENSÃO EM DEBATE (REXD). Disponível em: <[https://www.seer.ufal.br/index.php/extensaoemdebate](http://www.seer.ufal.br/index.php/extensaoemdebate)> Acesso em: 17 jun 2019.

QUINTO PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	BIOLOGIA DE MICRORGANISMOS	CH	60h (30h T + 30h P)
		CRÉDITOS	04

EMENTA

História da microbiologia; a importância dos micro-organismos nas atividades humanas, caracterização dos grandes grupos de micro-organismos (bactérias, fungos e vírus); nutrição de cultivo de micro-organismos, controle do crescimento microbiano, interação micro-organismo/hospedeiro, noções de genética microbiana, métodos de estudo em microbiologia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. Microbiologia. 10 ed. Porto Alegre: Artmed, 2012.
- MADIGAN, M. T.; MARTINKO, J.M; PARKER, J. Microbiologia de Brock. 12 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- VERMELHO, A.B. Práticas de Microbiologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BROOKS, G.F., CARROLL, K. C., BUTEL, J. S., MORSE, S. A., MIETZNER, T. A. Microbiologia médica de Jawetz, Melnick e Adelberg. 25. ed. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2012.
- ENGELKIRK, P.G., DUBEN-ENGELKIRK, J. Burton, microbiologia para as ciências da saúde. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2012.
- BLACK, J.G. Microbiologia - Fundamentos e perspectivas. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
- SCHAECHTER, M., ENGLEBERG, N.C., EISENSTEIN, B.I., MEDOFF, G. Microbiologia - Mecanismos das Doenças Infecciosas. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.
- MURRAY, R.P., ROSENTHAL, K.S., KOBAYASHI, G.S., PFALLER, M.A. Microbiologia



Médica. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000. PELCZAR, M. J.; CHAN, E. C. S., KRIEG, N. R. Microbiologia - Conceitos e Aplicações. Vol. 1 e 2. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 1997.
--

COMPONENTE CURRICULAR	PALEONTOLOGIA	CH	45h (30h T + 15h P)
		CRÉDITOS	03
EMENTA			
Introdução a Paleontologia: conceitos, fundamentos e objetivos; Ramos da Paleontologia; Preservação dos fósseis: Tipos de fossilização; Tafonomia: processos e ambientes de fossilização, fossidiagênese; Histórico das pesquisas Paleontológicas no Brasil; Uso estratigráfico dos Fósseis, A Estratigrafia de Seqüências e o Registro Fóssil; Teorias Evolutivas; Extinções; Taxonomia e Sistemática; A vida primitiva do Pré-Cambriano ao Fanerozóico; Paleoecologia; Paleobiogeografia; Micropaleontologia; Paleobotânica; Paleoinvertebrados e Paleovertebrados; Bacias Sedimentares Brasileiras.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
CARVALHO, I. Paleontologia. Vol. 1. Rio de Janeiro: Interciência, 2004. CARVALHO, I. Paleontologia. Vol. 2. Rio de Janeiro: Interciência, 2004. MENDES, J.C. Paleontologia Geral. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1977. CAMOLEZ, T., ANELLI, L.E., MOKROSS, K. Extinção é para sempre: A história dos mamíferos gigantes da América do Sul. 1. ed. Oficina de Textos, 2003.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
CAMAÇO, H. H. Invertebrado fósiles. Editora Universitária de Buenos Aires, 1996. CLARKSON, E.N.K. Invertebrate Palaeontology and Evolution. 3. ed. Chapman & Hall, 1996. BABINSKI, M.E.C.B. DE O.; CARVALHO, R. G. Paleontologia dos Invertebrados: Guia de Aulas Práticas. São Paulo: IBLC Ltda, 1985. LIMA, M.R. Fósseis do Brasil. São Paulo: USP, 1989. POUGH, F.H.; JANIS, C.M. & HEISER, J.B. 2013. A vida dos vertebrados. Atheneu Editora: São Paulo. ZIEGLER, B. Introduction to Paleobiology: interpretations and applications. 3. ed. Minnesota: Burgers PublishingCompany, 1983.			

COMPONENTE CURRICULAR	METABOLISMO VEGETAL	CH	45h (30h T + 15h P)
		CRÉDITOS	03
EMENTA			
Fotossíntese. Respiração. Transporte vascular. Relações hídricas. Crescimento e desenvolvimento. Germinação de sementes. Amadurecimento de frutos. Fitocromos e florescimento. Hormônios vegetais.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
TAIZ, L.; ZEIGER, E.; MØLLER, I.M.; MURPHY, A. Fundamentos de Fisiologia Vegetal. 1 ^a ed. Porto Alegre: Artmed, 2021. MARRENCO, R.A., LOPES, N. F. Fisiologia vegetal: fotossíntese, respiração, relações hídricas e nutrição mineral. 3. ed. Viçosa: Editora UFV, 2009. TAIZ, L.; ZEIGER, E.; MØLLER, I.M.; MURPHY, A. Fisiologia e desenvolvimento vegetal. 6 ^a ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			



TAIZ, L.; ZEIGER, E. Fisiologia Vegetal.4. ed. Porto Alegre: Artmed., 2009
BUCHANAN, B.B.; GRUISSEM, W.; JONES, R.L. Biochemistry and molecular biology of plants. 2.ed. West Sussex: John Wiley & Sons, 2015. 1264p.
HALL, D.O.; RAO, K.K. Photosynthesis. 6.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. 232p. LENINGHER, A.L.; COX, N.; YARBOROUGH, K. Princípios de Bioquímica. 4.ed. Rio de Janeiro: Sarvier, 2006. 1232p.
NELSON, D.L.; COX, M.M.; DALMAZ, C.; TERMIGNONI, C.; PEREIRA, M.L.S..Princípios de Bioquímica de Lehninger. 7.ed. Porto Alegre, Artmed, 2018. 1312p.
PESSARAKLI, M. Handbook of plant and crop physiology. Boca Raton: CRC, 2021. 1192p.
RAVEN, P.H.; EVERET, R.F.; EICHORN, S.E. Biologia Vegetal. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. 876p.
REDA, T.; BALTRIMAITE, R.; KARPAVICIUS, T. Photosynthesis. Two Silence, 2021. 264p.
VOET, D.; VOET, J.G. Biochemistry. 3.ed. New York: John Wiley & Sons, Inc., 2005. 1360p.

COMPONENTE CURRICULAR	ANATOMIA COMPARADA DE VERTEBRADOS	CH	60h (30h T+ 30h P)
		CRÉDITOS	04

EMENTA

Fornecer ao estudante uma visão comparativa da estrutura, função e evolução do plano básico das principais linhagens de cordados. Anatomia Comparada dos Sistemas Esquelético, Muscular, Circulatório, Respiratório, Digestório, Urinário, Genital Masculino e Feminino e Nervoso; Tegumento Comum; Glândulas Endócrinas ; Órgãos dos Sentidos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

HILDEBRAND, M. 2006. Análise e Estrutura dos Vertebrados, 2^a edição. Editora Ateneu. São Paulo.
KARDONG, K. 2016. Vertebrados. Anatomia comparada, função e evolução. 7^a. Edição. Rio de Janeiro, Editora Guanabara. 824 p.
ROMER, A. S. & PARSONS, T. S. 1985. Anatomia Comparada dos Vertebrados. Atheneu Editora, São Paulo. 559 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HÖFLING, E.; OLIVEIRA, A. M. S.; RODRIGUES, M. T.; TRAJANO & ROCHA, P. L. B. 1995. Chordata. Edusp, São Paulo: 242 p.
HANKEN, J. & HALL, B. K. (eds.) 1993. The Skull. University of Chicago Press, Chicago. 3 volumes.
KENT, G. C. & MILLER, L. Comparative Anatomy of the Vertebrates, Wm. C. Brown Publishers, USA, 1997. 487 pp.
POUGH, F.H.; JANIS, C.M. & HEISER, J.B. 2013. A vida dos vertebrados. Atheneu Editora: São Paulo.
STAUBESAND, J. (ed.) 1988. Sobotta: Atlas de Anatomia Humana. Guanabara Coogan, Rio de Janeiro. 2 volumes.

COMPONENTE CURRICULAR	GENÉTICA	CH	60h (45h T+ 15h P)
		CRÉDITOS	04

EMENTA



Bases da hereditariedade. Herança monogênica (autossômica e ligada ao sexo), herança extranuclear. Herança quantitativa. Mitose e Meiose. Mutações e reparo do DNA. Ligações e interações gênicas. Mapeamento genético. Noções de citogenética e alterações cromossômicas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GRIFFTHS, A.J.F. Introdução a Genética. 8. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
PIERCE, B. Genética: um enfoque conceitual. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2011.
SNUSTAD, D. P., SIMMONS, M. J. Fundamentos de Genética. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FALCONER, D.S. Introdução à genética quantitativa. Viçosa: Imprensa Universitária da UFV, 1987.
LEWIN, B. Genes VII. Porto Alegre: Artmed, 2001.
MALACINSKI, G.M. Fundamentos de Biologia Molecular. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
RINGO, J. Genética Básica. 1. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.
VOGEL, F., MOTULSKY, A. G. Genética humana: problemas e abordagens. 3. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2000.
YOUNG, I. D. Genética Médica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2007.

COMPONENTE CURRICULAR	GESTÃO DE PROJETOS AMBIENTAIS	CH	60h T
		CRÉDITOS	04

EMENTA

Introdução a Gestão e Gerenciamento Ambiental - O que são projetos ambientais; importância dos projetos ambientais; projetos institucionais e de Pesquisa; modelos de Elaboração de Projetos; fases de Elaboração de Projetos; elaboração de Projetos ambientais Institucionais; análise e avaliação de Projetos ambientais; Financiamento de Projetos ambientais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ROCHA, José Sales Mariano da. Manual de projetos ambientais. Santa Maria: Imprensa Universitária, 1997.
FRANCO, M. da A. R. Planejamento Ambiental para a cidade sustentável. Coordenadoria de projetos Especiais do Ministério da Marinha. ARAMAR – Rio de Janeiro: CODESP, 1998.
BARBIERI, J. C. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 3.ª ed. São Paulo: Saraiva, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MAURO, Cláudio Antônio de (Coord.). Laudos Periciais em depredações ambientais. Rio Claro – SP: UNESP, 1997.
DIAS, R. Gestão Ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. 2.ª ed. São Paulo. Atlas, 2011.
PHILIPPI JR., A; ROMÉRIO, M.A.; BRUNA, G.C. Curso de Gestão Ambiental. São Paulo: Manole, 2004.
SEIFFERT, M. E. B. Gestão ambiental: instrumentos, esferas de ação e educação ambiental. 2.ª Ed. São Paulo: Atlas, 2011.



SEIFFERT, M. E. B. ISO 14001 - Sistemas de Gestão Ambiental. 3.ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

COMPONENTE CURRICULAR	ACE3 – Ativ. Curricular de Extensão 3	CH	45 h T
		CRÉDITOS	extensão
EMENTA			
Espaço destinado à execução das ações de intervenção social pelos discentes e comunidade por meio de um projeto na área ambiental do Programa de Extensão.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018b. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PCE) 2014-2024 e dá outras providências (BRASIL, 2018); RESOLUÇÃO CONSEPE nº 02, de 18 de janeiro de 2021. Regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM (CONSEPE, 2021a); ARAÚJO FILHO, Targino de. (org.). Extensão universitária: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro, v. 1, p. 41-55, 2003.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, 2018, disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf . Acesso em 02.08.2023. FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 93p. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC. Política Nacional de Extensão Universitária, Manaus, 2012. REDE NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Documentos. Plano Nacional de Extensão Universitária, 2001. Disponível em: http://www.renex.org.br Acesso em: 17 jun. 2019. REVISTA ELETRÔNICA EXTENSÃO EM DEBATE (REXD). Disponível em: < https://www.seer.ufal.br/index.php/extensaoemdebate > Acesso em: 17 jun 2019.			

SEXTO PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	BIOLOGIA DA CONSERVAÇÃO	CH	45h T
		CRÉDITOS	03
EMENTA			



Biologia da Conservação, Educação Ambiental e a crise global da biodiversidade. O conceito de Biodiversidade e suas implicações para a conservação biológica. Os valores e benefícios da conservação da biodiversidade - conservação in situ e ex situ. Problemas genéticos e demográficos das populações pequenas. Regeneração e reestruturação de comunidades biológicas. Espécies ameaçadas e processos causadores de Extinção. Áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade – Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- PRIMACK, R.B.; RODRIGUES, E. Biologia da conservação. Ed. Planta, 2001, 328p.
TOWNSEND, C. R.; BEGON, M.; HARPER, J. L. Fundamentos em Ecologia. 2. ed., Porto Alegre: Artmed, 2010.
RICKLEFS, R. E. A Economia da Natureza. 5. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ODUM, E.P., BARRET, G.W. Fundamentos em Ecologia. São Paulo: Thomson, 2007.
DAVES, N. B., KREBS, J. R. Introdução a Ecologia Comportamental. São Paulo: Atheneu, 1996.
BEGON, M. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas. Porto Alegre: Artmed, 2007.
PINTO-COELHO, R. M. Fundamentos em Ecologia. Porto Alegre: Artmed, 2000.
FUTUYMA, D.J. Biologia Evolutiva. 2. ed. Tradução, Mário de Vivo e Fábio de Melo Sene. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética/CNPq, 1992.

COMPONENTE CURRICULAR	ECOLOGIA DE POPULAÇÕES	CH	60h (45h T + 15h P)
		CRÉDITOS	04

EMENTA

História de ecologia de populações. Caracterização de populações - taxas de crescimento populacional, estrutura populacional, distribuição espacial. Tabelas de vida. Fatores de regulação de populações - fatores dependentes e independentes da densidade. História de vida. Interações entre populações - competição e predação. Conceitos básicos de genética de populações. Tamanho mínimo viável de populações. Dinâmica de metapopulações. Manejo de populações.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- AKÇAKAYA, H.R., M.A. BURGMAN & L.R. GINZBURG. Applied population ecology. Applied Biomathematics. Setauket, NY. Begon, M. & M. 1997.
MORTIMER. L. Population ecology: a unified study of animals and plants. Sinauer Associates, Inc. Sunderland, MA. 1986.
GOTELLI, N.J. A primer of ecology. 4th. Edition, Sinauer Associates, Sunderland, MA. 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- HUTCHINSON, G.E. An introduction to population ecology. Yale University Press, New Haven, Connecticut. 1978.
KREBS, C.J. Ecology. The experimental analysis of distribution and abundance. Harper & Row, New York. 1994.
LUDWIG, J.A. & J.E. Reynolds. Statistical Ecology. John Wiley & Sons, New York. 1988.
RICKLEFS, R.E. Ecology. Chiron Press, New York. Rockwood, L.L. 2006. Introduction to Population Ecology. Blackwell Scientific. Oxford. 1979.
SILVERTOWN, J.W & D. Charlesworth. Introduction to plant population ecology. 4th Edition BlackwellScience, Oxford. 2001.



SLOBODKIN, L.B. *Growth and regulation of animal populations.* Holt Rinehart, New York. 1961.

COMPONENTE CURRICULAR	TAXONOMIA VEGETAL	CH	60h (30 h T + 30h P)
		CRÉDITOS	04

EMENTA

A disciplina visa o fornecimento das bases teóricas para compreensão e discussão dos sistemas de classificação; estudar os princípios e métodos que regulam a taxonomia vegetal, bem como o desenvolvimento da metodologia prática em classificação e identificação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BARROSO, G.M.. *Sistemática de Angiospermas do Brasil.* Vols. 1 e 2. EDUSP Impr. Univ. de Viçosa, Viçosa, 245 + 377p. 1984
GONÇALVES, E.G. & LORENZI, H. 2007. *Morfologia Vegetal: Organografia e dicionário ilustrado de morfologia das plantas vasculares.* São Paulo. Instituto Plantarum de estudos de flora. 416p.
RAVEN, P., EVERET, R. F. & EICHORN, S. E. 2007. *Biologia Vegetal.* Ed. Guanabara Koogan. 7ª ed.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CRONQUIST, A. *The Evolution and Classification of Flowering Plants.* William C. Steere. New York, 1968. 395p.
CRONQUIST, A. *An Integrated System of Classification of Flowering Plants.* Columbia Univ. Press, New York, 1981. 1262p.
DAVIS, P.H. & HEYWOOD, V.H. *Principles of Angiosperm Taxonomy.* Robert E. Krieger Publishing Company Huntington, New York, 558p.1973.
EHRENDORFER, F. & DAHLGREN, R. *New evidence of relationships and modern systems of classifications of the angiosperms.* Nordic Journal of Botany. vol 3 (1).1983.
FOSBERG, F.R. & LACHET, M.H. *Manual for Tropical Herbaria.* RegnumVegetable. vol. 39. Utrecht. 1965.
HEYWOOD, V.H. (Trad.) *Taxonomia Vegetal.* Editora Nacional e Editora da Universidade de São Paulo.1970. 107p.
KUBITZKI, K. *Flowering plants evolution and classification of higher categories. Plant Systematics and Evolution. Supplementum 1.* 1977.
LAWRENCE, H.M. *Taxonomia das Plantas Vasculares.* Vols. I e II. Fundação Calouste Gulbenkian. 1951. 854p.
PIJL, L.. *Principles of dispersal in higher plants.* Springer-Verlag. New York.1982. 215p.
RADFORD, A.E. et al. *Vascular Plant Systematics.* Harper & Row, Publishers New York, Evanston, San Francisco, London. 1974. 891p.
RAVEN, P.H. & AXELROD, D.I. 1974. *Angiosperm Biogeography and Past Continental Movements.* An. Mo. Bot. Gard. 61 (9): 539-673.
SOLBRIG, O.T. *Principles and methods of plant biosystematics.* The Macmillan Company, London. 1970. 226p.
STACE, C.A. *Plant Taxonomy and Biosystematics. (Contemporary Biology).* Edward Arnold.



1980. 279p. STAFLEN, F.A. Código Internacional de Nomenclatura Botânica. H. Blume Ediciones, Madrid. 1975. 351p. STEBBINS, G.L. Flowering Plants Evolution above the species level. The Belknap Press of Harvard University Press Cambridge, Massachusetts. 1974. 397p. STREET, H.A. Essays in Plant Taxonomy. Academic Press Inc. Ltda., London. 1978. 274p. VALENTINE, D.H. Taxonomy Phytogeography and Evolution. Academic Press. Inc. Ltda. London. 1972. 399p. WALKER, J.W. The Bases of Angiosperm Phylogeny. An. Mo. Bot. Gard. 62(3).1975.

COMPONENTE CURRICULAR	EDUCAÇÃO AMBIENTAL	CH	60 h T
		CRÉDITOS	04
EMENTA			
Política Nacional de Educação Ambiental. Educação ambiental: evolução histórica e conceitual. Vertentes da Educação ambiental: ecológica, preservacionista esocio ambiental. Meio ambiente e cultura. Alternativas metodológicas para a inserção da Educação ambiental no currículo escolar. Tecnologias educacionais e instrumentação para a Educação Ambiental. Conceito, histórico, princípios e objetivos da percepção e interpretação ambiental.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
BARBIERI, C. B. Desenvolvimento e meio ambiente: as estratégicas de mudanças da Agenda 21. 15.ed. Petrópolis: Vozes, 2014. DIAS, R. Gestão ambiental: responsabilidade social e sustentabilidade. São Paulo: Atlas,2011. 219p. LAYRARGUES, P. P. (Org.). Identidades da Educação Ambiental brasileira. Brasília:Ministério do Meio Ambiente, 2004. Disponível em: http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/livro_ieab.pdf			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BONELLI, C., MANO, E. B., PACHECO, E. B. A. V. Meio ambiente, poluição e reciclagem. São Paulo: Edgard Blücher, 2005. BRASIL. Resolução n. 2, de 15 de junho de 2012. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental. Diário Oficial da União, Brasília, n. 116, seção 1, p. 70, 18 jun. 2012. Disponível em: http://conferenciainfanto.mec.gov.br/images/conteudo/iv-cnijma/diretrizes.pdf . BRASIL. Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola [Coordenação: Soraia Silva de Mello, Rachel Trajber]. – Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UNESCO, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf LEI No 9.795, DE 27 DE ABRIL DE 1999. Dispõe sobre as Políticas Nacionais de Educação Ambiental e de Meio Ambiente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9795.htm PETERS, E. L.; PIRES, P. T. L. Legislação ambiental federal. Curitiba, Editora Juruá. 2011. 387p.			

COMPONENTE CURRICULAR	AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS	CH	60h T
		CRÉDITOS	04



Processo de avaliação de Impactos Ambientais, conceitos e definições; Origem e Difusão da Avaliação de impactos Ambientais, Quadro Legal e Institucional no Brasil; processo de avaliação; Etapa de triagem, determinação do escopo do estudo e formulação de alternativas; planejamento e elaboração de um EIA; Identificação de Impactos; Estudos de base, diagnóstico e previsão de impactos ambiental;. Avaliação da Importância dos Impactos; Analise de risco; Plano de gestão Ambiental, Educação Ambiental e comunicação dos resultados; Analise Técnica dos Estudos e participação Pública; Tomada de decisão no processo de avaliação de impacto ambiental; Etapa de acompanhamento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRAGA, Benedito et al. Introdução à Engenharia Ambiental. 2^aed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005

ODUM, Eugene P. Ecologia. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988. 2010 434 p. ISBN 8520102492

SANCHES, Luis Enrique. Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AVALIAÇÃO e perícia ambiental. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012. 284 p. ISBN 9788528606980.

BARSAÑO, Paulo Roberto; BARBOSA, Rildo Pereira. Meio ambiente: guia prático e didático .2. ed. São Paulo: Érica, 2014. 256 p. ISBN 9788536503967.

LAWRENCE, D. Environmental Impact Assessment: Practical solutions to recurrent problems. New York: John Wiley. 2003.

TOMMASI, L.C. Avaliação de Impacto Ambiental. São Paulo: CETESB. 1994

GUERRA, Antonio José Teixeira ; CUNHA, Sandra Baptista da (Org.). Impactos ambientais urbanos no Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 416 p. ISBN 8528608026

COMPONENTE CURRICULAR	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	CH	60h (30 h T + 30h P)
		CRÉDITOS	04

EMENTA

Fundamentos legais, Conceitos, Repartição de competência, tipos, etapas, procedimentos e custos do licenciamento ambiental; estudos ambientais; empreendimentos que necessitam de licenciamento; legislação pertinente. Aplicações práticas com órgão Federal e Estadual. Aplicações prática com órgão Federal e Estadual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, P. B. Direito Ambiental. São Paulo: Atlas, 2013.

CUNHA, S. B. (org); Avaliação e perícia ambiental. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

MILARÉ, E. Direito Ambiental: De acordo com a Lei do Pacto F. Ambiental (LC 140/2011) e com o novo Código Federal. 8 ed. São Paulo: Revista dos tribunais 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FERNANDES, R. Compromisso de ajustamento de conduta ambiental. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

FIORILLO, C. A. P. Curso de direito ambiental brasileiro. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FREITAS, V. P. de (coord) Direito Ambiental em evolução. 1ed. nº 5. Curitiba: 2011.

PENTEADO, S. R. Certificação agrícola: selo ambiental e orgânico. 2. ed. Campinas: Via



Orgânica, 2010.
SÁNCHEZ, L. E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR	ECOFISIOLOGIA E ANATOMIA VEGETAL ECOLÓGICA	CH	60h (30h T + 30h P)
CRÉDITOS	04		

EMENTA

Estudo da estrutura interna de órgãos vegetativos de plantas vasculares de diferentes habitats e suas variações anatômicas em função de fatores de estresses abióticos e bióticos. Assimilação de nitrogênio. Fisiologia ambiental. A planta sob condições de estresse.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TAIZ, L.; ZEIGER, E.; MØLLER, I.M.; MURPHY, A. Fundamentos de Fisiologia Vegetal. 1ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2021.
MARRENCO, R.A., LOPES, N. F. Fisiologia vegetal: fotossíntese, respiração, relações hídricas e nutrição mineral. 3. ed. Viçosa: Editora UFV, 2009.
TAIZ, L.; ZEIGER, E.; MØLLER, I.M.; MURPHY, A. Fisiologia e desenvolvimento vegetal. 6ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.
GONÇALVES, E.G. & LORENZI, H. Morfologia Vegetal: Organografia e dicionário ilustrado de morfologia das plantas vasculares. São Paulo. Instituto Plantarum de estudos de flora. 416p. 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BUCHANAN, B.B.; GRUISSEM, W.; JONES, R.L. Biochemistry and molecular biology of plants. 2.ed. West Sussex: John Wiley & Sons, 2015. 1264p.
HALL, D.O.; RAO, K.K. Photosynthesis. 6.ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. 232p. LENINGHER, A.L.; COX, N.; YARBOROUGH, K. Princípios de Bioquímica. 4.ed. Rio de Janeiro: Sarvier, 2006. 1232p.
NELSON, D.L.; COX, M.M.; DALMAZ, C.; TERMIGNONI, C.; PEREIRA, M.L.S.. Princípios de Bioquímica de Lehninger. 7.ed. Porto Alegre, Artmed, 2018. 1312p.
PESSARAKLI, M. Handbook of plant and crop physiology. Boca Raton: CRC, 2021. 1192p.
RAVEN, P.H.; EVERET, R.F.; EICHORN, S.E. Biologia Vegetal. 8.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014. 876p.
REDA, T.; BALTRIMAITE, R.; KARPAVICIUS, T. Photosynthesis. Two Silence, 2021. 264p.
VOET, D.; VOET, J.G. Biochemistry. 3.ed. New York: John Wiley & Sons, Inc., 2005. 1360p.

COMPONENTE CURRICULAR	ACE4 – Ativ. Curricular de Extensão 4	CH	45h P
CRÉDITOS	extensão		

EMENTA

Espaço destinado à execução das ações de intervenção social pelos discentes e comunidade por meio de um projeto na área ambiental do Programa de Extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA



RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018b. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PCE) 2014-2024 e dá outras providências (BRASIL, 2018);

RESOLUÇÃO CONSEPE nº 02, de 18 de janeiro de 2021. Regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM (CONSEPE, 2021a);

ARAÚJO FILHO, Targino de. (org.). Extensão universitária: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro, v. 1, p. 41-55, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, 2018, disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em 02.08.2023.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 93p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC. Política Nacional de Extensão Universitária, Manaus, 2012.

REDE NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Documentos. Plano Nacional de Extensão Universitária, 2001. Disponível em: <http://www.renex.org.br> Acesso em: 17 jun. 2019.

REVISTA ELETRÔNICA EXTENSÃO EM DEBATE (REXD). Disponível em: <[https://www.seer.ufal.br/index.php/extensaoemdebate](http://www.seer.ufal.br/index.php/extensaoemdebate)> Acesso em: 17 jun 2019.

SÉTIMO PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	BIOLOGIA MOLECULAR	CH	60h (30h T + 30h P)
EMENTA	CRÉDITOS	04	

Histórico da Biologia Molecular. Estrutura dos ácidos nucléicos. Organização da cromatina e estrutura dos cromossomos. Organização gênica em procariotos e eucariotos. Mecanismos de replicação de DNA em procariotos e eucariotos. Transcrição e processamento do RNA. Código genético e síntese de proteínas. Mecanismos de regulação da expressão em procariotos e eucariotos. Principais técnicas em Biologia Molecular (Isolamento de ácidos nucleicos. PCR. Eletroforese de ácidos nucléicos. Tecnologia do DNA recombinante e clonagem. Bibliotecas gênicas. Sequenciamento de DNA e Genômica). Problemas atuais e perspectivas de Biologia Molecular.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GRIFFITHS, A.J.F.; WESSLER, S. R.; LEWONTIN, R. C.; GELBART, W. M.; SUZUKI, D. T.; MILLER, J. H. Introdução à Genética. 9. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2009.

MALACINSKI, G. M. Fundamentos de Biologia Molecular. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

TURNER, P. C. Biologia Molecular. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR



ALBERTS, B., JOHNSON, A., LEWIS, J., RAFF, M., ROBERTS, K., WALTER, P. Biologia Molecular da Célula. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.
KARP, G. Biologia celular e molecular: conceitos e experimentos. 3. ed. Barueri: Manole, 2005
MICKLOS, D. A.; FREYER, G. A. A Ciência do DNA. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
WATSON, J. D.; BAKER, T. A.; BELL, S. P.; GANN, A.; LEVINE, M.; LOSICK, R. Biologia Molecular do Gene. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
ZAHAR, A., FERREIRA, H.B., PASSAGLIA, L.M.P. Biologia molecular básica. 3. ed. Ed.

COMPONENTE CURRICULAR	FUNDAMENTOS DE IMUNOLOGIA	CH	60h T
		CRÉDITOS	04
EMENTA			
Compreensão geral do sistema imune como mecanismo de defesa e proteção contra a proliferação de agentes nocivos ou estranhos e das células e moléculas que são os componentes essenciais da resposta imunológica. Análise dos componentes celulares da relação deles com a função desempenhada no hospedeiro. Descrição dos diversos mecanismos imunológicos envolvidos com a manutenção da saúde e com o desenvolvimento de doenças. Compreensão das possíveis respostas patológicas decorrentes da ativação do sistema imune. Conhecimento de métodos diagnósticos e terapias baseadas em abordagens imunológicas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H. Imunologia básica: funções e distúrbios do sistema imunológico, 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007. ABBAS, A. K.; LICHTMAN, A. H.; PILLAI, S. V. Imunologia celular e molecular. 6. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008. ROITT, I.; RABSON, A. Imunologia básica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2003.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
KENNETH, M. Imunologia de Janeway. 8 ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 868p ROITT, I.M., DELVES, P.J. Fundamentos de imunologia. 12 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013. SCHEINBERG, M. GELLER, M. Diagnóstico e tratamento das doenças imunológicas. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. PARSLOW, T.G., STITES, D. Imunologia médica. 10. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. CHAPEL, H. et al. Imunologia para o clínico. 4. ed. Rio de Janeiro: Revinter, 2003. HYDE, R.M. Imunologia. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara koogan, 2002. ROITT, I., BROSTOFF, J., MALE, D. Imunologia Básica. 5. ed. São Paulo: Maloine, 1999.			

COMPONENTE CURRICULAR	ECOLOGIA DE COMUNIDADES E ECOSISTEMAS	CH	60h (45 h T + 15h P)
		CRÉDITOS	04
EMENTA			
Ecologia e conservacionismo: caracterização geral. Natureza dos Ecossistemas. A dinâmica dos ecossistemas. Fatores ecológicos. Sucessão ecológica. Métodos de estudo em ecologia. O papel da vegetação e da flora no equilíbrio da biosfera. O papel da fauna no equilíbrio da biosfera. As consequências da tecnologia no equilíbrio da biosfera. Manejo da fauna silvestre.			



BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ODUM, E.P. Ecologia. 2 ed. São Paulo, Pioneira, 1986. 434p.
- PAIVA, M. P. Conservação da Fauna Brasileira. Ed. Interciência, Rio de Janeiro, 1999. 260p.
- RICKLEFS, R.E. A economia da natureza. 5 ed. Editora Guanabara Koogan. 2003. 498p.
- TOWNSEND, C.R.; BEGON, M.; HARPER, J.L. 2 ed. Porto Alegre. Fundamentos em ecologia. Artmed Editora. 2006 592p.
- DAJOZ, R. Princípios de Ecologia. 7 ed. Porto Alegre. Artmed Editora. 2005. 520p.
- BEGON, M., TOWNSEND, C.R. & HARPER, J.L. Ecologia: de indivíduos a ecossistemas. ArtmedEditora, 2007, 752 p. 4 ed.
- KREBS, C.J. Ecology: the experimental analysis of distribution. 1994. 1
- GOLLEY, F.B. A History of the Ecosystem Concept in Ecology: More Than the Sum of the Parts. Yale University Press; Reprinteddition. 1996.
- LÉVÈQUE, C. Ecologia: dos ecossistemas à biosfera. 1 ed. Lisboa. Instituto Piaget. 2001. 572p.
- PIANKA, E. 1994. Evolutionary Ecology. New York. Harper Collins Coll. Publi. New York Harper Collins.
- RICKLEFS, R.E. A Economia da Natureza. 4^a ed. Rio de Janeiro. Ed. Guanabara Koogan. 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALLEGRE, C. Ecologia das cidades, ecologia dos campos. 1 ed. Lisboa. Instituto Piaget. 1993. 226p.
- CULLEN Jr, L.; RUDRAN, R.; VALLADARES-PADUA, C. Métodos de estudo em biología da conservação e manejo da vida silvestre. Ed. Da UFPR, Fundação o Boticário de Proteção a Natureza, 2003. 667p.
- GARAY, I.; DIAS, B. Conservação da biodiversidade em ecossistemas tropicais: avanços conceituais e revisão de novas metodologias de avaliação e monitoramento. Ed. Vozes, 2001, 430p.
- LEAL, I.R.; TABARELLI, M.; SILVA, J.M.C. Ecologia e conservação da caatinga. Ed. Universitária da UFPE, 2003, 822p.
- LIMA, L.M.Q. - Tratamento de lixo, Ed. Hemus Ltda, 1986, 240p.

COMPONENTE CURRICULAR	LICENCIAMENTO AMBIENTAL	CH	60h (30 h T + 30h P)
		CRÉDITOS	04

EMENTA

Fundamentos legais, Conceitos, Repartição de competência, tipos, etapas, procedimentos e custos do licenciamento ambiental; estudos ambientais; empreendimentos que necessitam de licenciamento; legislação pertinente. Aplicações práticas com órgão Federal e Estadual. Aplicações prática com órgão Federal e Estadual.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ANTUNES, P. B. Direito Ambiental. São Paulo: Atlas, 2013.
- CUNHA, S. B. (org); Avaliação e perícia ambiental. 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- MILARÉ, E. Direito Ambiental: De acordo com a Lei do Pacto F. Ambiental (LC 140/2011) e com o novo Código Federal. 8 ed. São Paulo: Revista dos tribunais 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR



FERNANDES, R. Compromisso de ajustamento de conduta ambiental. Rio de Janeiro: Renovar, 2008.

FIORILLO, C. A. P. Curso de direito ambiental brasileiro. 11 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

FREITAS, V. P. de (coord) Direito Ambiental em evolução. 1ed. nº 5.Curitiba: 2011.

PENTEADO, S. R. Certificação agrícola: selo ambiental e orgânico. 2. ed. Campinas: Via Orgânica, 2010.

SÁNCHEZ, L. E. Avaliação de impacto ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de Textos, 2008.

COMPONENTE CURRICULAR	ACE5 – Ativ. Curricular de Extensão 5	CH	45 h			
EMENTA	CRÉDITOS extensão					
BIBLIOGRAFIA BÁSICA						
RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018b. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PCE) 2014-2024 e dá outras providências (BRASIL, 2018); RESOLUÇÃO CONSEPE nº 02, de 18 de janeiro de 2021. Regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM (CONSEPE, 2021a); ARAÚJO FILHO, Targino de. (org.). Extensão universitária: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro, v. 1, p. 41-55, 2003.						
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR						
BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, 2018, disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf . Acesso em 02.08.2023. FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 93p. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC. Política Nacional de Extensão Universitária, Manaus, 2012. REDE NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Documentos. Plano Nacional de Extensão Universitária, 2001. Disponível em: http://www.renex.org.br Acesso em: 17 jun. 2019. REVISTA ELETRÔNICA EXTENSÃO EM DEBATE (REXD). Disponível em: < https://http://www.seer.ufal.br/index.php/extensaoemdebate > Acesso em: 17 jun 2019.						

OITAVO PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	Estágio Curricular Obrigatório I	CH	240
EMENTA	CRÉDITOS 16		



Inserção do discente em um ambiente profissional das áreas da Biologia (universidade, empresas públicas ou privadas), para promoção do desenvolvimento de habilidades a partir da aplicação dos conhecimentos acadêmicos e técnicos da profissão Biólogo e do reconhecimento dos seus instrumentos para o benefício da sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Lei do Estágio Nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm

BRASIL. Orientação Normativa nº 02 de 24 de junho de 2016. Estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

UFVJM. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Resolução Nº 32-CONSEPE/2008. Estabelece normas de estágio para discentes.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Conselho Federal de Biologia. Parecer CFBio Nº 01/2010. GT REVISÃO DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO – Proposta de requisitos mínimos para o biólogo atuar em pesquisa, projetos, análises, perícias, fiscalização, emissão de laudos, pareceres e outros serviços nas áreas de meio ambiente, saúde e biotecnologia. Disponível em: http://www.cfbio.gov.br/admin/_lib/file/docAnexos/Parecer

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CES Nº 1.301 de 07 de dezembro de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Ciências Biológicas. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES130_1.pdf

ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 2009. 160p

BELL, J. Projeto de pesquisa. Guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. Porto Alegre: Artmed, 2008. 224p

COMPONENTE CURRICULAR	TCC I	CH	30h P
		CRÉDITOS	02

EMENTA

Elaboração do Trabalho de conclusão de curso pautado nas Normas aprovadas pelo Colegiado do Curso, utilizando conhecimentos teóricos, metodológicos e éticos sob orientação docente. Compreensão dos procedimentos científicos a partir de um estudo de um problema de saúde; desenvolvimento de habilidades relativas às diferentes etapas do processo de pesquisa; aplicação de um protocolo de pesquisa; elaboração e apresentação do relatório de pesquisa.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Maria Margarida de. Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

ECO Humberto. Como se faz uma tese. 21. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.



MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. 6. ed. Fundamentos da Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NAHUZ, Cecília dos Santos; FERREIRA, Lusimar Silva. Manual de Normalização de Monografias. 4. ed. São Luís: Visionária, 2007.

POLIT, Denise F; BECK.CherylTatano; HUNGLER, Bernadette P. Fundamentos de Pesquisa em Enfermagem: Métodos, avaliação e utilização. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004

VASCONCELOS, Eduardo Mourão. Complexidade e Pesquisa Interdisciplinar – Epistemologia e metodologia operativa. São Paulo: Vozes, 2002.

CERVO, A.L., BERVIAN, P.A. Metodologia científica. 5. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

RUIZ, J.A. Metodologia científica: guia para referência nos estudos. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

SOARES, E. Metodologia científica: lógica, epistemologia e normas. São Paulo: Atlas, 2003.

COMPONENTE CURRICULAR	ACE6 – Ativ. Curricular de Extensão 6	CH	45h
		CRÉDITOS	extensão

EMENTA

Espaço destinado à organização de eventos pelos discentes e comunidade, na área ambiental do Programa de Extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018b. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PCE) 2014-2024 e dá outras providências (BRASIL, 2018);

RESOLUÇÃO CONSEPE nº 02, de 18 de janeiro de 2021. Regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM (CONSEPE, 2021a);

ARAÚJO FILHO, Targino de. (org.). Extensão universitária: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro, v. 1, p. 41-55, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, 2018, disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em 02.08.2023.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 93p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades

Públicas Brasileiras e SESu/MEC. Política Nacional de Extensão Universitária, Manaus, 2012.

REDE NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Documentos. Plano Nacional de Extensão Universitária, 2001. Disponível em: <http://www.renex.org.br> Acesso em: 17 jun. 2019.

REVISTA ELETRÔNICA EXTENSÃO EM DEBATE (REXD). Disponível em: <<https://www.seer.ufal.br/index.php/extensaoemdebate>> Acesso em: 17 jun 2019.



NONO PERÍODO

COMPONENTE CURRICULAR	Estágio Curricular Obrigatório II	CH	120h
CRÉDITOS	08		

EMENTA

Inserção do discente em um ambiente profissional das áreas da Biologia (universidade, empresas públicas ou privadas), para promoção do desenvolvimento de habilidades a partir da aplicação dos conhecimentos acadêmicos e técnicos da profissão Biólogo e do reconhecimento dos seus instrumentos para o benefício da sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRASIL. Lei do Estágio Nº 11.788 de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943.

LEI no 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nos 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

MEDIDA PROVISÓRIA no 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11788.htm

BRASIL. Orientação Normativa nº 02 de 24 de junho de 2016. Estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional.

UFVJM. Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Resolução Nº 32-CONSEPE/2008. Estabelece normas de estágio para discentes.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Conselho Federal de Biologia. Parecer CFBio Nº 01/2010. GT REVISÃO DAS ÁREAS DE ATUAÇÃO – Proposta de requisitos mínimos para o biólogo atuar em pesquisa, projetos, análises, perícias, fiscalização, emissão de laudos, pareceres e outros serviços nas áreas de meio ambiente, saúde e biotecnologia. Disponível em:

http://www.cfbio.gov.br/admin/_lib/file/docAnexos/Parecer

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer CNE/CES Nº 1.301 de 07 de dezembro de 2001. Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Ciências Biológicas. Disponível em http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES130_1.pdf

ANDRADE, M. M. Introdução à metodologia do trabalho científico. São Paulo: Atlas, 2009. 160p BELL, J. Projeto de pesquisa. Guia para pesquisadores iniciantes em educação, saúde e ciências sociais. Porto Alegre: Artmed, 2008. 224p

COMPONENTE CURRICULAR	TCC II	CH	30h P
CRÉDITOS	02		

EMENTA

Elaboração de Trabalho de Conclusão do Curso (TCC), chamado de monografia, seguindo as normas para elaboração do TCC que constam no projeto pedagógico do curso, sob orientação de professor efetivo de um dos departamentos que ofertam disciplinas para o curso de Ciências Biológicas. Organização e apresentação de resultados preliminares.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA



GIUSTI, C. L. L.; GOMES, Z. M. F.; OLIVEIRA, A. A.; ZIBETTI, C. D. D. Teses, dissertações, trabalhos acadêmicos: manual de normas da Universidade Federal de Pelotas. Pelotas. 2006. 61f. Disponível em: <http://prppg.ufpel.edu.br/index.php?page=documentos>.

ECO, Umberto. Como se faz uma tese. 23. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. 174 p. (Coleção Estudos; 85) ISBN 9788527300797.

MULLER, M. S. Normas e padrões para teses, dissertações e monografias. Londrina: Ed. UEL. 1999. 91p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRADE, M. M. Introdução a metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009. 160 p.

CARVALHO, M. C. O. Construindo o saber: metodologia científica: fundamentos e técnicas. 4. ed. Campinas: Papirus, 1994. 175 p. ISBN 853080071

FRANÇA, J. L. Manual de normalização de publicações técnico-científicas. 4.ed. Belo Horizonte: Editora UFMG. 1999. 213p. ISBN 8570411537.

SÁ, E. S. Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 188 p. ISBN 8532611818.

TOBIAS, J. A. Como fazer sua Pesquisa. 6. ed., atual. São Paulo: Editora Ave-Maria, 2005. 78 p. ISBN 852760232600.

COMPONENTE CURRICULAR	ACE7 – Ativ. Curricular de Extensão7	CH	45h
		CRÉDITOS	extensão

EMENTA

Espaço destinado à organização de eventos pelos discentes e comunidade, na área ambiental do Programa de Extensão.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº 7, de 18 de dezembro de 2018b. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PCE) 2014-2024 e dá outras providências (BRASIL, 2018);

RESOLUÇÃO CONSEPE nº 02, de 18 de janeiro de 2021. Regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri - UFVJM (CONSEPE, 2021a);

ARAÚJO FILHO, Targino de. (org.). Extensão universitária: conceitos, métodos e práticas. Rio de Janeiro, v. 1, p. 41-55, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 - Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira. Brasília, 2018, disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em 02.08.2023.

FREIRE, Paulo. Extensão ou Comunicação? Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, 93p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras e SESu/MEC. Política Nacional de Extensão Universitária, Manaus, 2012.

REDE NACIONAL DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA. Documentos. Plano Nacional de Extensão Universitária, 2001. Disponível em: <http://www.renex.org.br> Acesso em: 17 jun. 2019.

REVISTA ELETRÔNICA EXTENSÃO EM DEBATE (REXD). Disponível em: <<https://>



<http://www.seer.ufal.br/index.php/extensaoemdebate> Acesso em: 17 jun 2019.

11.7.2 Ementário e Bibliografia das Unidades Curriculares Eletivas e Optativas

COMPONENTE CURRICULAR	Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS)	CH	60
		CRÉDITOS	04
EMENTA			
Libras, Língua oficial e natural da comunidade surda brasileira. Organização e estruturação da Língua de Sinais. Estratégias contextualizadas de comunicação visual. História da Educação de Surdos, e principais abordagens educacionais. Legislação brasileira e referências legais no campo da surdez. Aquisição de linguagem, alfabetização, letramento e português como segunda língua para surdos. Estratégias didático-pedagógicas e perfil dos profissionais da área da surdez. Aspectos fisiológicos da surdez. Especificidades socioculturais e identitárias do povo surdo.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
CAPOVILLA, F. C.; RAPHAEL, W. D. Dicionário Encyclopédico Ilustrado Trilíngue da Língua de Sinais Brasileira. São Paulo: EDUSP, 2001. v.1, v.2. FELIPE, Tanya A; MONTEIRO, Myrna S. Libras em Contexto: curso básico, livro do Estudante – Brasília : Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC: SEESP, 2007. Disponível para download na página: www.scribd.com/doc/95562107/Livro-Estudante-2007 . GESSER, A. Libras? Que Língua é essa? São Paulo: Parábola, 2009.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ALBRES, Neiva de Aquino. NEVES, Sylvia Lia Grespan. De Sinal em Sinal: comunicação em LIBRAS para aperfeiçoamento do ensino dos componentes curriculares. 1ª edição – São Paulo SP, 2008. BRITO, Lucinda Ferreira. Por uma gramática de línguas de sinais. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro: UFRJ, Departamento de Linguística e Filologia, 1995. GOLDFELD, Marcia. A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista. 2. ed. São Paulo: Plexus Editora, 2002. SKLIAR, C. (org.) A Surdez: um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998. THOMAS, A. da S. e LOPES, M. C. (orgs). A Invenção da Surdez: Cultura, alteridade, Identidade e Diferença no campo da educação. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2004.			

COMPONENTE CURRICULAR	Princípios Básicos de Taxonomia Biológica	CH	60
		CRÉDITOS	04
EMENTA			
Conceito de classificação natural e artificial. Sistemática Lineana: como escrever o nome de táxons, autoria e espécies. Escolas taxonômicas e como viam a classificação (Essencialista, Morfológica Clássica, Evolutiva, Cladística). PhyloCode. Sinonímia e Homonímia. Tipos: Série tipo, holótipo, síntipo, parátipo, lectótipo e paralectótípico. Tipos de diagnose: por caráter ou por posição filogenética. Taxonômica e paleontologia. Respeito fundamental ao monofiletismo			



como base de nomeação. Como classificar: sequenciação e subordinação. Códigos de classificação por grupos de seres vivos: ICZN, ICBN, ICNCP, ICNP, ICTV e Baltimore Classification. História do acervo biológico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AMORIM, D.S. Elementos básicos de sistemática filogenética. São Paulo: Sociedade Brasileira de Entomologia, 1994.

JUDD, Walter S. Sistemática vegetal:um enfoque filogenético. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.

MATEUS, A. Fundamentos de zoologia sistemática. Lisboa, Portugal: Fundação Calouste Gulbenkian, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

PAPAVERO, N. (Org.). 1994. Fundamentos práticos de taxonomia zoológica: coleções, bibliografia, nomenclatura. Editora da Universidade Estadual Paulista, UNESP.

QUICKE, D.L.J. 2014. Principles and Techniques of Contemporary Taxonomy. Springer Verlag.

SCHUH, R.T.; A.V.Z. BROWER, 2009. Biological Systematics: Principles and Applications. Comstock Publ. Assoc.

WILEY, E. O. Filogenetics: teory and practice of phylogenetic systematic. New york: John Wiley & Sons, 1981.

WINSTON, J.E. 1999. Describing Species. Practical Taxonomic Procedure for Biologists. Columbia Univ. Press.

COMPONENTE CURRICULAR	Introdução à Ilustração Científica	CH	60
		CRÉDITOS	04

EMENTA

Introdução às ferramentas básicas (utilização de carvão, grafite, giz de cera, giz pastel, guache e aquarela, óleo e acrílica e diferentes tipos de superfície); Noções de luz/sombra, profundidade e ponto de fuga; Das pinturas rupestres aos ilustradores das expedições do séc. XIX; Das expedições do séc. XIX às ilustrações em periódicos científicos; Ilustração I (observação e controle motor); Ilustração II (observação e inserção das cores).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARNEIRO, DIANA. **Ilustração Botânica, princípios e métodos**. Editora UFPR, 1ª reimpressão, 228 p., 2015.

PEREIRA, ROSA MARIA ALVES (org.). **Ilustração Zoológica**. Frente Verso Editora, 1ª ed., 104 p., 2016.

ZWEIFEL, FRANCES W. **A Handbook of Biological Illustration**. 2nd ed., 137 p., 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

HAECKEL, Ernst. **Art Forms in Nature**. PrestelVerlag, 139 p., 2019.

Mee, Margaret. **Flores da Floresta Amazônica**. Escrituras Editora, 167 p., 2009.

ANA MARIA DE MORAES BELLUZZO (org.), **O Brasil dos Viajantes**, Fundação Odebrecht, 3ª ed., 192 p., 2000.

WALLACE, ALFRED RUSSELL. **PEIXES do Rio Negro**. Mônica de Toledo-Piza Ragazzo (org.), EdUsp/ImprensaOficial, 528 p., 2002.



MARCELINO, A. & REGO, D. (Eds.) (2019). Desenho(s) em construção.
CIEBA/FBAUL. ISBN: 978-989-8944-18-4.

COMPONENTE CURRICULAR	BIOLOGIA DE CAMPO	CH	60h
		CRÉDITOS	04
EMENTA			
Exemplos de questões biológicas que podem ser exploradas por meio de trabalhos de campo. Exemplos de delineamento amostral e métodos de coleta de dados empregados em trabalhos de campo em Ecologia, Botânica e Zoologia.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
AURICCHIO, P. & M. G. SALOMÃO (Ed.). Técnicas de Coleta e Preparação de Vertebrados para Fins Científicos e Didáticos. Terra Brasilis, São Paulo, 350 p. 2002. BOLTOVSKOY, D.; M.J. GIBBONS. L. HUTCHINGS & D. BINET,.General biological features of the South Atlantic. In: South Atlantic Zooplankton. D. Boltovskoy (Ed.), Backhuys Publishers, Leiden. 1999. Pp 1-42. FIDALGO, O. & BONONI, V.L. 1984. Técnicas de coleta, preservação e herborização de material botânico. Instituto de Botânica, São Paulo, 62p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
CULLEN JR., L., RUDRAN, R. e VALLADARES-PÁDUA, C (Orgs.). 2006. Métodos de estudo em Biologia da Conservação e manejo de vida silvestre. 2 ed. Curitiba: Ed. UFPR e FBNP. 665p. GUERRA, M. 1988. Introdução à Citogenética Geral. Guanabara-Koogan. JUDD, W.S., CAMPBELL, C.S., KELLOGG, E.A., STEVENS, P.F. & DONOGHUE, M.J. 2002. Plant Systematics: A Phylogenetic Approach. Second Edition. Sinauer Associates, Inc., Sunderland, MA, 576 p. KEARNS, C. & INOUYE, W. 1993. Techniques for pollination biologists. University Press of Colorado, Niwot, 583 p. PAPAVERO, N. (Organizador). 1994. Fundamentos Práticos de Taxonomia zoológica: Coleções, Bibliografia, Nomenclatura. 2a. Ed. EditoraUnesp – FAPESP, 285 p. RAVEN, P.H., EVERET, R.F. & EICHHORN, S.E. 2007. Biologia Vegetal. 7a. Ed. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 830 p. RIBEIRO-COSTA, C.S. & R.M. ROCHA. 2006. Invertebrados – Manual de aulas práticas. Série Manuais Práticos em Biologia 3, Editora 2a Edição Holos, 271 Pp			

COMPONENTE CURRICULAR	TÉCNICAS LABORATORIAIS EM BOTÂNICA	CH	60h
		CRÉDITOS	04
EMENTA			
Procedimentos padrões de técnicas de laboratório aplicado às diferentes áreas da botânica em situações diárias de preparo de material didático e na pesquisa.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			



FIDALGO, O. & BONONI, V.L. 1984. Técnicas de coleta, preservação e herborização de material botânico. Instituto de Botânica, São Paulo, 62p.

POMPELLI, M.F. Práticas laboratoriais em biologia vegetal [recurso eletrônico] / [organizador] Marcelo F. Pompelli ; com prefácio de Miguel Pedro Guerra. – Recife : Ed. UFPE, 2017 (https://www.researchgate.net/publication/336027100_Praticas_Laboratoriais_em_Biologia_Vegetal).

OLIVEIRA. D.M.T.; MACHADO, S.R. Álbum didático de Anatomia Vegetal [recurso eletrônico]. Instituto de Biociências de Botucatu—UNESP, PROIN – CAPES . 2009. <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/643329>)

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CULLEN JR., L., RUDRAN, R. e VALLADARES-PÁDUA, C (Orgs.). 2006. Métodos de estudo em Biologia da Conservação e manejo de vida silvestre. 2 ed. Curitiba: Ed. UFPR e FBNP. 665p.

GUERRA, M. 1988. Introdução à Citogenética Geral. Guanabara-Koogan.

JUDD, W.S., CAMPBELL, C.S., KELLOGG, E.A., STEVENS, P.F. & DONOGHUE, M.J. 2002. Plant Systematics: A Phylogenetic Approach. Second Edition. Sinauer Associates, Inc., Sunderland, MA, 576 p.

KEARNS, C. & INOUYE, W. 1993. Techniques for pollination biologists. University Press of Colorado, Niwot, 583 p.

PAPAVERO, N. (Organizador). 1994. Fundamentos Práticos de Taxonomia zoológica: Coleções, Bibliografia, Nomenclatura. 2a. Ed. EditoraUnesp – FAPESP, 285 p.

RAVEN, P.H., EVERET, R.F. & EICHHORN, S.E. 2007. Biologia Vegetal. 7a. Ed. Editora Guanabara Koogan, Rio de Janeiro, 830 p.

RIBEIRO-COSTA, C.S. & R.M. ROCHA. 2006. Invertebrados – Manual de aulas práticas. Série Manuais Práticos em Biologia 3, Editora 2a Edição Holos, 271 Pp

COMPONENTE CURRICULAR	Empreendedorismo e Inovação na Área Ambiental	CH	60 h
CRÉDITOS	04		

EMENTA

Conceitos na área de empreendedorismo. Oportunidades de inovação. Modelo e Plano de negócio. Fundamentos em administração de empresas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

TIDD, J.; BESSANT, J. Gestão de Inovação. 5ª Ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.
FRANZ, H-W. et al. Challenge social innovation: potentials for business, social entrepreneurship, welfare and civil society. Heidelberg: Springer, 2012.
TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável / 2 ed. São Paulo: Makron Books, 2006.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental: enfoque estratégico aplicado ao desenvolvimento sustentável / 2 ed. São Paulo: Makron Books, 2006.
BURGELMAN, R. A., CHRISTENSEN, C. M., WHEELWRIGHT, S. C. Gestão Estratégica da Tecnologia e da Inovação: Conceitos e Soluções (5 Ed.). Porto Alegre: McGraw-Hill, 2012
MOREIRA, D. A; QUEIROZ, A. C. Inovação organizacional e tecnológica. São Paulo: Thomson Learning, 2007.
SILVA, C. et al. Inovação e sustentabilidade. Curitiba: Aymará Educação, 2012.



TIGRE, P. B. Gestão da Inovação: a economia da tecnologia no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006.

COMPONENTE CURRICULAR	Planejamento ambiental	CH	60 h
		CRÉDITOS	04
EMENTA			
Conceitos básicos em planejamento ambiental. Ferramentas e instrumentos de planejamento. Governança e dimensão político-institucional em processos decisórios. Planejamentos de uso do solo e setoriais no Brasil.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
CALIJURI, Maria do Carmo (Coord.); CUNHA, Davi Gasparini Fernandes (Coord.). Engenharia Ambiental: conceitos, tecnologia e gestão. Rio de Janeiro: Campus, c2013. xxxii, 789 p., il. (BG – 5)			
SANTOS, Rozely Ferreira dos. Planejamento ambiental: teoria e prática. São Paulo: Oficina de Textos, 2004. 184 p., il. color. (BC - 8)			
SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. 5.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 556 p., il. 5.ed. (BC - 9)			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BARANDIER, Henrique; INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL; PROCEL. Planejamento e controle ambiental-urbano e a eficiência energética. Rio de Janeiro: PROCEL, 2013. 218 p., il. color. (Guia técnico PROCEL edifica). ISBN [Broch.].(BC – 2)			
Engenharia ambiental: fundamentos, sustentabilidade e projeto. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, c2012. xxiii, 617p., il., 28 cm.(BG – 5) MARICATO, Erminia. Brasil, cidades: alternativas para a crise urbana. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 2008. 204 p. 3 ed. (BC – 4)			
PHILIPPI JR., Arlindo, editor. Saneamento, saúde e ambiente: fundamentos para um desenvolvimento sustentável. Barueri: Manole, 2005. xvi, 842 p., il. (Ambiental, 2). ISBN 85-204-2188-1 (Enc.). (BC - 2\BG - 4\BM – 6)			
VESILIND, P. Aarne. Introdução à engenharia ambiental. Tradução de AllTasks; revisão técnica Carlos Alberto de Moya Figueira Netto, Lineu Belico dos Reis. São Paulo: Cengage Learning, c2011. xviii, 438p., il., 26 cm. (BG – 6)			

COMPONENTE CURRICULAR	Biodiversidade de mamíferos Neotropicais	CH	60 h
		CRÉDITOS	04
EMENTA			
Características das principais ordens de mamíferos com ênfase na fauna Neotropical; Aspectos evolutivos, anatômicos, fisiológicos, ecológicos e conservação dos mamíferos neotropicais. Principais métodos de coleta e observação de mamíferos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
REIS N.R. et al. (Eds.). Mamíferos do Brasil. Londrina, 437 p. 2006.			
PAGLIA, A.P.; FONSECA, G.A.B. DA; RYLANDS, A. B.; et al. (2012). <i>Lista Anotada dos Mamíferos do Brasil/Annotated Checklist of Brazilian Mammals</i> . 2ª Edição / 2nd Edition.			



Occasional papers in conservation biology, 6:76pp. Conservation International, Arlington, VA. 76pp.

MMA. 2018. Livro Vermelho da fauna brasileira ameaçada de extinção. Volume 2 - Mamíferos. Ministério do Meio Ambiente. 625p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

NORÓES A.M.; URSINE R.; MAIA, A.L.; LESSA, L.G. 2023. Small mammals (Didelphimorphia, Rodentia) of Espinhaço Range in Eastern Brazil: checklist updates and implications for species conservation. Revista Espinhaço. 12(1).

GARDNER, A.L. (2008). Mammals of South America: marsupials, xenarthrans, shrews, and bats. University of Chicago Press, Chicago and London

HILDEBRAND, M. Análise da estrutura dos vertebrados. São Paulo: Atheneu,. 700 p. 1995.

LESSA, L. G.; CARVALHO, R. F.; ASTÚA, D. 2022. Food habits of South American marsupials. Cáceres, N.; Dickman C.R. (eds), American and Australasian Marsupials: An Evolutionary, Biogeographical, and Ecological Approach, Springer.

PATTON, J.L.; PARDIÑAS, U.F.J. & D'ELÍA, G. (Eds.). (2015). Mammals of South America, volume 2: rodents. University of Chicago Press, Chicago and London.

COMPONENTE CURRICULAR	Fisiologia do estresse abiótico em plantas	CH	60 h
EMENTA:		CRÉDITOS	04

Estresses abióticos. Bases moleculares da resistência aos estresses. Estresse luminoso. Temperaturas supra-ótimas e choque térmico. Estresse por resfriamento e congelamento. Estresse hídrico e resistência à seca. Deficiência de oxigênio. Salinidade. Poluição ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA:

BUCHANAN B, GRUISEM W, JONES RL (2000) Biochemistry & Molecular Biology of Plants. American Society of Plant Biologist, Rockville, 1367 p.

NELSON DL, COX MM (2005) Lehninger: Princípios de Bioquímica (tradução de WR Loodi& AA Simões) 4. ed. Sarvier, São Paulo, 1202 p.

TAIZ L, ZEIGER E (2004) Fisiologia Vegetal (tradução de Eliane Romanato Santarém et al.) 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 719 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

BUCHANAN, GRUISEM, L. JONES.(2015) Biochemistry& molecular biology of plants. Rockville USA

LAMBERS, H.; RIBAS-CARBÓ, M. (2005). Plant Respiration: From Cell to Ecosystem, Vol 18. Advances in Photosynthesis and Respiration Series. Springer, Dordrecht, The Netherlands

LAMBERS, H.; STUART, CHAPIN III. F.; PONS, T.L. (2008). Plant physiological ecology, 2nd edition. Springer, New York

LARCHER, W. 2005. Ecofisiologia Vegetal. 1a ed. Editora Rima. 550P

TAIZ, L; ZEIGER, E; MOLLER, IM, Murphy A. 2017. Plant physiology and development, 6th edition. Sinauer Associates, Sunderland

COMPONENTE CURRICULAR	Estruturas secretoras em plantas	CH	60 h
		CRÉDITOS	04



EMENTA

Conceitos de secreção. Classificação das estruturas secretoras. Caracterização morfológica e funcional das estruturas secretoras. Correlação entre estrutura-função. Contribuição do estudo das estruturas secretoras para as diferentes áreas da Botânica. Significado biológico da secreção.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- FAHN A. 1988. Secretory tissues in plants. New Phytologist 108: 229-257.
FAHN A. 2002. Functions and location of secretory tissues in plants and their possible evolutionary trends. Israel Journal of Plant Sciences 50: S59-S64.
FAHN, A. Secretory tissues in plants. London: Academic Press, 1979. 302 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- APEZZATO-DA-GLÓRIA B.; CARMELLO-GUERREIRO S.M. 2006. Anatomia vegetal. Viçosa: Editora Universidade Federal de Viçosa.
ESAU K. 1977. Anatomy of seed plants. 2. ed. New York: John Wiley & Sons
ROSHCHINA V. V.; ROSHCHINA V.D. 1993. The excretory function of higher plants. New York: Springer Verlag.
VIVANCO J.M.; BALUSKA F. 2012. Secretions and exudates in biological systems. Heidelberg: Springer.
WERKER E.; ZAMSKI E. 1985. Secretion and secretory structures in plants. Israel Journal of Botany 34: 67 – 395.
EVERT R.F.; EICHORN S.E. 2006. Esau's plant anatomy: meristems, cells, and tissues of the plant body: their structure, function, and development. 3ed. (Hardcover). New York: John Wiley& Sons.

COMPONENTE CURRICULAR	Morfologia Interna de Insetos	CH	60 h
		CRÉDITOS	04

EMENTA

Aspectos morfológicos e funcionais de: Tegumento, Corpo gorduroso, Tecidos conectivos, Sistema circulatório, Sistema respiratório, Sistema digestório, Sistema excretor, Sistema nervoso, Glândulas e Sistema Reprodutor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CRANSTON, P. S., GULLAN, P.J. 2007. Os insetos: um resumo de entomologia. 3.ed. São Paulo: Roca. 440p.
BORROR, D.J. & D.M. DELONG. 1988. Introdução ao estudo dos insetos.7.ed. São Paulo, Edgard Blücher, 653p.
TRIPLEHORN, C.A. & JOHNSON, N.F. 2015. Estudo dos insetos 2.ed. Tradução Noveritis do Brasil. São Paulo: Cengage Learning. 761p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BUZZI, Z. J. 1985. Entomologia Didática. Curitiba: Ed. Universidade Federal do Paraná. 272 p.
CHAPMAN, R.F. 2007. The insects: structure and function. 4.ed. Nova York: Cambridge, 770 p.
CRUZ-LANDIM, C., ABDALLA, F.C. (eds). 2002. Glândulas exócrinas das abelhas. Ribeirão Preto SP: Funpec. 181 p.
VILELA, E.F., DELA LUCIA, T.M.C. 1987. Feromônios de insetos: biologia, química e emprego no manejo de pragas. Viçosa: 155 p.
LIMA, A. DA COSTA, 1939-1962. Insetos do Brasil. 12 vols. Escola Nacional de Agronomia, Rio de Janeiro.



COMPONENTE CURRICULAR	Comportamento Animal	CH	60 h
		CRÉDITOS	04
EMENTA			
Comportamento Alimentar, Comportamento de defesa, Comportamento reprodutivo e Comportamento Social.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ALCOCK, J. 2011. Comportamento Animal. 9ª ed. Porto Alegre: Artmed, 624 p. DEL-CLARO, Kleber. 2004. Comportamento Animal. Uma Introdução à Ecologia Comportamental. Jundiaí: Livraria e Editora Conceito, 132 p. http://www.leci.ib.ufu.br/leci/ DAVIES, N. B.; KREBS, JOHN R. 1996. Introdução à Ecologia Comportamental. São Paulo: Atheneu, 420p.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
ADES, C. 1997. O Morcego, outros bichos e a questão da consciência Animal. A consciência numa perspectiva biológica • Psicol. USP 8 (2) • 1997. https://doi.org/10.1590/S0103-65641997000200007 FERRAZ, M. R. 2011. Manual de Comportamento Animal. Rúbio. 224P. LORENZ, K. (1981). Os fundamentos da etologia. São Paulo, Ed. Universidade Estadual Paulista, 1995. WAAL, F. 2021. Somos inteligentes o bastante para saber quão inteligentes são os animais? Rio de Janeiro: Zahar. 454p. CAMILA PALHARES TEIXEIRA, CRISTIANO SCHETINI DE AZEVEDO E LUCIANA BARÇANTE (Eds) . 2018 Comportamento Animal: uma Introdução aos Métodos e à Ecologia Comportamental Editora Appris. Artigos Científicos da área.			

COMPONENTE CURRICULAR	Noções básicas de Bioinformática: ferramentas e aplicações em análise de genes e genomas	CH	60 h
		CRÉDITOS	04
EMENTA			
O que é bioinformática e qual sua importância. Necessidades computacionais da bioinformática. Estação de trabalho da bioinformática. Bancos de dados biológicos. Ferramentas de bioinformática. Aplicação da bioinformática na análise de genomas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			



MALACINSKI, G. M. Fundamentos de Biologia Molecular. Ed. Guanabara Koogan. 4º ed. 2005.

MICKLOS, D. A.; FREYER, G. A. A Ciência do DNA. Ed. Artmed. São Paulo. 2a ed. 2005.
GIBAS, C. & JAMBECK, P. Desenvolvendo Bioinformática: ferramentas de software para aplicações em biologia. Ed. Campus, 2001.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

COSTA, Ana Maria; MARTINS, Cesar. Estrutura e evolução dos genomas. Planaltina, DF.: Embrapa Cerrados, 2010. 110 p.

NOTARI, Daniel Luis; ALBA, Gabriel Dall'; SILVA, Scheila de Avila. Bioinformática Contexto Computacional e Aplicações. 2020. <https://ucs.br/educks/livro/bioinformatica-contexto-computacional-e-aplicacoes/>

TEIXEIRA, Mônica. O projeto genoma humano. São Paulo, SP: Publifolha, 2001. 92 p.

VERLI, Hugo. Bioinformática: da biologia à flexibilidade molecular. 2014.

<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/166105/001012172.pdf?sequence=1>
DIEGO TRINDADE DE SOUZA. 2021. Introdução à bioinformática. Editora da Unicamp.

COMPONENTE CURRICULAR	Microbiologia Ambiental	CH	60 h
		CRÉDITOS	04

EMENTA

Noções de ecologia microbiana. Caracterização dos grupos de micro-organismos envolvidos nos ciclos biogeoquímicos, ciclagem de nutrientes e compostagem. Interações entre microrganismos e plantas e animais. Ecologia de grupos funcionais de micro-organismos do solo. Aspectos biotecnológicos da microbiologia ambiental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

MELO, I. S. Microbiologia Ambiental. 2ª Ed. Ver. Ampl. – Jaguariúna: Embrapa Meio Ambiente, 2008. 647 p.

MELO,I.S.; AZEVEDO,J.L. (Org.) Ecologia Microbiana. Jaguariúna: embrapa-cnpma, 2001, 488p.

SIQUEIRA,J.O; MOREIRA,F.M.S.; GRISI,B.M.;HUNGRIA,M.; ARAÚJO,R.S. Microrganismos e processos biológicos do solo: perspectiva ambiental. Brasília: EMBRAPA, 1994. 142p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MELO.I.S.; AZEVEDO,J.L. (Org.) Microbiologia Ambiental: Manual de Laboratório. Jaguariúna: embrapa-cnpma, 1997, 98p.

MADIGAN, M. T.; MARTINKO, J.M; PARKER, J. Microbiologia de Brock. 14 ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.

TORTORA, G. J.; FUNKE, B. R.; CASE, C. L. Microbiologia. 12 ed. Porto Alegre: Artmed, 2016.
BLACK,J.G.; BLACK,L.J. Microbiologia - Fundamentos e perspectivas, 10 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2021.

PELCZAR, M. J.; CHAN, E. C. S., KRIEG, N. R. Microbiologia - Conceitos e Aplicações. Vol. 1 e 2. 2 ed. São Paulo: Makron Books, 1997.



COMPONENTE CURRICULAR	Flora dos Campos Rupestres	CH	60
		CRÉDITOS	04
EMENTA			
Histórico dos estudos da flora dos campos rupestres. Diversidade florística dos campos rupestres e características ambientais. Principais grupos taxonômicos de plantas que ocorrem nos campos rupestres. Padrões de distribuição geográfica de alguns táxons dos campos rupestres. Endemismos, ameaças e conservação.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
APG IV. Angiosperm Phylogeny Group. 2016. An update of the Angiosperm Phylogeny Group classification for the orders and families of flowering plants: APG IV. Botanical Journal of the Linnean Society 181(1): 1-20. doi:10.1111/boj.12385			
Flora e Funga do Brasil. Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Disponível em: < http://floradobrasil.ibpj.gov.br/ >.			
JUDD, W. S. Sistemática vegetal: um enfoque filogenético. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2009.			
SOUZA, V.C. & LORENZI, H. 2012. Botânica Sistemática. 3ª. ed. Instituto Plantarum. Nova Odessa.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BFG [Brazil Flora Group] 2015. Growing knowledge: An overview of seed plant diversity in Brazil. Rodriguésia 66: 1085– 1113.https://doi.org/10.1590/2175-7860201566411			
ECHTERNACHT L, TROVÓ M, OLIVEIRA CT, PIRANI JR, 2011. Areas of endemismo in the Espinhaço Range in Minas Gerais, Brazil. Flora 206: 782-791			
SANO, PT; TROVÓ, M; ECHTERNACHT, L.; COSTA, FN; WATANABE, MTC. & GIULIETTI, AM. (2014). A importância da conservação de espécies raras no Brasil. In: G. Martinelli; T. Messina; L. Santos Fo. (Orgs.). Livro vermelho da Flora do Brasil: Plantas Raras do Cerrado. 1ed. Centro Nacional de Conservação da Flora, Rio de Janeiro. p. 16-20			
SILVEIRA FAO, NEGREIROS D, BARBOSA NPU, et al. (2015) Ecology and evolution of plant diversity in the endangered campo rupestre: a neglected conservation priority. Plant Soil. doi:10.1007/s11104-015-2637-8			
SPIX, J.B. & MARTIUS, C.F.P. VON. 1981. Viagem pelo Brasil vol. II. 4ª ed. Editora Itaiaia Ltda. Belo Horizonte			
VANZOLINI, P.E. & HEYER, W.R. (eds) 1988. Proceedings of a workshop on neotropical distribution patterns. Academia Brasileira de Ciências. Rio de Janeiro. Vasconcelos MF. 2011. O que são campos rupestres e campos de altitude nos topo de montanhas do leste do Brasil? Revista Brasileira de Botânica. Vol. 34, 2: 241-246.			
ZAPPI, DC; MORO, M; MEAGHER, TR & NIC LUGHADHA, E. 2017. Plant Biodiversity Drivers in Brazilian Campos Rupestres: Insights from Phylogenetic Structure. Front. Plant Sci. 8:2141. doi: 10.3389/fpls.2017.02141			
Também serão utilizados periódicos correntes de sistemática vegetal em geral, como Acta Botanica Brasiliensis, Boletim de Botânica da Universidade de São Paulo, Geonomos, Rodriguesia, entre outros. Também serão utilizados trabalhos atuais de revisões taxonômicas de grupos botânicos ocorrentes em campos rupestres e listas oficiais de espécies ameaçadas de extinção.			



COMPONENTE CURRICULAR	Simulação de processos Biológicos	CH	60
		CRÉDITOS	04
EMENTA			
Conceitos e aplicações de simulação; introdução ao NetLogo (software usado para simulação); Simulação baseada em agentes; Simulação de seleção natural; Simulação de crescimento populacional sem ou com predadores e competidores; Simulação de dinâmica de ocupação de manchas (ilhas ou fragmentos); Simulação de organização de sistemas complexos; Emprego da simulação em pesquisa; Emprego da simulação no ensino;			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
GOTELLI, NJ. Ecologia, 4 ^a ed., Londrina, PR, Planta, 2009 RIDLEY, M. Evolução, 3 ^a ed., Porto Alegre, RS, Artmed, 2006 RICKLEFS, RE. A Economia da Natureza, 6 ^a ed., Rio de Janeiro, RJ. Guanabara. 2011			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
WILENSKY, U. NetLogo 5.0.5 User Manual, Evanston, IL, Northwestern University, 2013 DARWIN, Charles. Origem das espécies. São Paulo, SP. Martin Claret. 2004 DAWKINS, R. A Escalada do Monte Improvável. São Paulo, SP. Schwarcz. 1998 DAWKINS, R. O maior espetáculo da Terra. São Paulo, SP. Companhia das Letras. 2009. GOULD, SJ. e ELDREDGE, N. Punctuated equilibrium comes of age. Nature, 366. 1993.			

COMPONENTE CURRICULAR	Florística e Fitossociologia	CH	60
		CRÉDITOS	04
EMENTA			
Métodos e técnicas para elaboração de estudos florísticos e de estrutura de ecossistemas tropicais. Uso potencial de floras, inventários florísticos e fitossociológicos. Morfologia de parte vegetativas e reprodutivas aplicada à sistemática; uso e elaboração de chaves analíticas. Variáveis e índices fitossociológicos. Técnicas de coleta e herborização; elaboração de planilhas de campo e organização e discussão de dados florísticos e fitossociológicos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			



ANGIOSPERM PHYLOGENY GROUP. [A.P.G. III] 2009. An update of the Angiosperm Phylogeny Group classification for the orders and families of flowering plants: APG III. Bot. J. Linnean Soc. 161: 105-121.

FELFILE, J.M., EISENLOHR, P.V., MELO, M.M.R.F., ANDRADE, L.A. Fitossociologia no Brasil – Métodos e estudos de caso. Viçosa: Editora UFV. 2011.

GONÇALVES, E.G.; LORENZI, H. 2008. Morfologia Vegetal: Organografia e dicionário ilustrado de Morfologia das Plantas VASCULARES. São Paulo: Instituto Plantarum de estudos da flora. 448 p.

MARTINS, F.R. Estrutura de uma floresta mesófila. 2a ed. Campinas: Ed. UNICAMP. 1993. MARTINS, S.V. Ecologia de Florestas Tropicais do Brasil. Viçosa: Editora UFV. 2012.

MUELLER-DOMBOIS, D. & ELLENBERG, H. Aims and methods of vegetation ecology. New York: John Wiley& Sons. 1974.

JOLY, A. B. 1993. Botânica. Introdução à taxonomia vegetal. Comp. Ed. Nacional. São Paulo.

JUDD, W. S.; CAMPBELL, C. S.; KELLOG, E. A. & STEVENS, P. F. 1999. Plant Systematics: A Phylogenetic Approach. Sinauer Associates, Inc.

RAVEN, P. H.; EVERET, R. F. & EICHHORN, S. E. 1996. Biologia Vegetal. 5a ed. Ed. Guanabara. Rio de Janeiro . 728 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAMPBELL, D.G. & HAMMOND, D. Floristic Inventory of Tropical Countries. Nova York: New York Botanical Garden. 1989. HOLM-NIELSEN, L.B., NIELSEN, I.C. & BALSLEV, H. Tropical Forests: Botanical dynamics, Speciation and Diversity. London.: Academic Press. 1989. MORIN, N.R., WHETSTONE, R.D., WILKEN, D. & TOMLINSON, K.L. Floristics for the 21st Century. Missouri Botanical Garden, USA. 1989.

SOUZA, V.C.; LORENZI, H. 2005. Botânica Sistemática: guia ilustrado para identificação das famílias de Angiospermas da flora brasileira, baseado em APG II. Nova Odessa-SP: Instituto Plantarum de estudos da flora. 640 p.

SOUZA, V.C. & LORENZI, H. 2008. Botânica Sistemática. 2 ed. Nova Odessa, SP: Instituto Plantarum 704 p

COMPONENTE CURRICULAR	FENOLOGIA DE ECOSISTEMAS TROPICAIS	CH	60
		CRÉDITOS	04
EMENTA			



Permitir ao aluno conhecer os aspectos relacionados com a fenologia da floração e frutificação nos diferentes biomas e nos níveis de comunidade, espécies e populações e sua relação com a sazonalidade climática. Será dada ênfase à importância da fenologia como base para estudos de biologia floral, dispersão de sementes e outros que envolvam a utilização de recursos vegetais, além de taxonomia e preservação. Será realizado trabalho de campo para aplicação dos métodos de observação e coleta de dados fenológicos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CRAWLEY, M.J. (ed.) 1986. Plant Ecology. Blackwell Scientific Publications, Oxford.
RIBEIRO, J.F.; FONSECA, C.E.L. DA; SOUSA-SILVA,J.C. Cerrado: caracterização e recuperação de Matas de Galeria.Planaltina : EMBRAPA-CPAC, 2001. 899 p.
SANO,S.M.; ALMEIDA, S.P.de Cerrado: ambiente e flora. Planaltina : EMBRAPA-CPAC, 1998. 556 p.Sano, S.MM; Almeida, S.P. & Ribeiro, J.F. 2008. Cerrado: Ecologia e Flora. Embrapa Cerrados. Brasília, DF. 2volumes. 1279 p

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BAWA, K.S. & HADLEY, M. (eds.) 1990. Reproductive ecology of tropical forest plants. Man and the biosphere 7. UNESCO e The Pathernon Publishing Group, Paris.
FAEGRI, K. & VAN DER PIYL, L. 1979. The principles of pollination ecology. Pergamon Press, New York
GARWOOD, N.C. 1983. Seed germination in a seasonal tropical forest in Panamá: a community study. Ecol.Monographs 53: 159-181.
LEIGH, E.G., RAND, A.S. & WINDSOR, D.M. 1982. (eds). The ecology of tropical forest: seasonal rhythms and long term changes. Smithsonian Institution Press. Washington.
LIETH, H. 1974. Phenology and seasonality modeling. Springer Verlag. Berlim.
RATHCKE, B. & LACEY, E.P. 1985. Phenological patterns of terrestrial plants. Annual Review of Ecology and Systematics. 16: 179-214.
RATTER, J.A., BRIDGEWATER, S., ATKINSON, R., & RIBEIRO, J.F. 1996. Analysis of the floristic composition of the Brazilian cerrado vegetation II: comparison of the woody vegetation of 98 areas. Edinb. J. Bot. 53: 153-180.
SARMIENTO, G. 1984. The Ecology of Neotropical Savannas. Harvard University Press. Cambridge.



12 AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Em consonância com a legislação educacional vigente, o processo de avaliação compreende uma importante etapa da trajetória acadêmica, sendo realizado de modo processual, contextual e formativo, com predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Possibilita, desse modo, não só a proficiência em termos de conteúdo, outrossim, permite a verificação do desenvolvimento de competências, conhecimentos, habilidades e atitudes, propiciando intervenções necessárias para garantir a efetividade dos processos de ensino e de aprendizagem (CONSEPE, 2019).

No âmbito do Curso, a avaliação deverá estar em sintonia com o perfil do egresso, e será parte integrante do processo de ensino e de aprendizagem, de caráter contínuo, sendo desenvolvida nas várias unidades curriculares e atividades do curso, e organizada como um reforço, em relação ao aprendizado e ao desenvolvimento das competências dos discentes.

O processo de avaliação objetiva o acompanhamento progressivo do discente, e desempenhará diferentes funções, como: diagnosticar o conhecimento prévio, os seus interesses e necessidades; detectar dificuldades de aprendizagem; orientar os docentes quanto ao planejamento de estratégias e formas de superação das dificuldades apresentadas pelos discentes. Nesse contexto, os discentes serão incentivados a serem protagonistas nos procedimentos avaliativos, aprendendo a identificar suas fragilidades, avaliando sua própria aprendizagem e aprendendo a dialogar com o docente e, assim, construir metodologias avaliativas alternativas.

Em consonância com as DCNs, o processo avaliativo será diversificado e adequado às etapas e às atividades do curso, distinguindo o desempenho em atividades teóricas, práticas, labororiais, de pesquisa e extensão e, em cada unidade curricular, a avaliação poderá ser realizada mediante: monografias, exercícios ou provas dissertativas, apresentação de seminários e trabalhos orais, relatórios, projetos e atividades práticas, entre outros, que demonstrem o



aprendizado e estimulem a produção intelectual dos estudantes, de forma individual ou em equipe e outras estratégias avaliativas estabelecidas pelos docentes e registradas nos planos de ensino (BRASIL, 2019).

Será aprovado, de acordo com o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFVJM, o discente que comparecer obrigatoriamente a, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das aulas teóricas e práticas computadas separadamente, e demais avaliações, concomitantemente com a obtenção de média final igual ou superior a 60 (sessenta) pontos nas avaliações, na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos.

Terá direito a outra avaliação na unidade curricular (exame final), o discente que não estiver reprovado por frequência, e que, no conjunto das avaliações ao longo do período letivo, obtiver média final igual ou superior a 40 (quarenta) e inferior a 60 (sessenta) pontos.

No caso da realização de exame final, será aprovado na unidade curricular o discente que obtiver nota igual ou superior a 60 (sessenta) pontos, ficando registrado no histórico a nota obtida no exame final.

Será considerado reprovado na unidade curricular o discente que:

- I – Comparecer a menos de 75% (setenta e cinco por cento) das horas-aulas teóricas e práticas ministradas;
- II – Obtiver média final inferior a 40 (quarenta) pontos, não tendo, portanto, direito ao exame final;
- III – Obtiver, após a realização do exame final, resultado inferior a 60 (sessenta) pontos.

Os critérios de avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) são especificados em regulamento próprio aprovado pelo Colegiado do Curso.

Os docentes serão incentivados pela Coordenação e pelo NDE a ofertarem plano de orientação de estudos aos discentes que não obtiveram aquisição de conhecimentos satisfatórios, considerando o Art. 101 do Regulamento dos Cursos de Graduação da UFVJM



13 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO CURSO

O processo de acompanhamento e avaliação do curso se refere a uma atividade contínua e essencial para a melhoria e para a garantia da qualidade de seu PPC. Deve indicar os avanços, as descontinuidades e os resultados dos processos de ensino e de aprendizagem, devendo ser motivo de constante reflexão.

O acompanhamento e avaliação do PPC dar-se-á pela atuação conjunta do Núcleo Docente Estruturante (NDE), do Colegiado e da Coordenação do Curso, de forma contínua, sempre procurando buscar a participação de todos os envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem.

Neste contexto avaliativo, cabe ressaltar que, o NDE é corresponsável pela elaboração, implementação, atualização e consolidação do PPC, tendo função consultiva, propositiva e de assessoramento sobre matéria de natureza acadêmica.

Em relação ao Colegiado de Curso no contexto de avaliação do PPC, dentre suas atribuições estão: propor ao Conselho de Graduação a elaboração, acompanhamento e revisão do projetos pedagógicos; propor ao Departamento ou órgão equivalente o oferecimento de UCs, modificações de ementas e pré-requisitos; providenciar a oferta semestral das UCs e decidir, em conjunto com o Departamento ou órgão equivalente, questões relativas aos respectivos horários; e coordenar e executar os procedimentos de avaliação do curso (CONSU, 2015).

Por fim, cabe a Coordenação de Curso atuar como articuladora e organizadora na implantação do PPC, buscando a integração do conhecimento das diversas áreas. Entre suas competências estão: apresentar o PPC aos docentes e discentes do Curso, enfatizando a sua importância como instrumento norteador das ações desenvolvidas; apresentar as propostas de revisão e alterações do PPC ao Colegiado de Curso, em relação às ementas, às cargas horárias e aos pré-requisitos; propor inovações curriculares de forma planejada



e consensual, visando uma melhora da ação educacional; e coordenar o processo permanente de melhoria do Curso (CONSEPE, 2009).

Muitos instrumentos já consolidados na prática institucional poderão ser reunidos no processo de avaliação do PPC, que deve incluir: reuniões pedagógicas; discussões em grupos por área e multiáreas; análise de relatórios com indicadores, entre eles o índice de retenção e evasão nas unidades curriculares e no curso, e o número de concluintes; acompanhamento da inserção dos egressos no mercado de trabalho e na pós-graduação. Também serão considerados no processo de avaliação do PPC os resultados decorrentes dos instrumentos de avaliação do curso, como: relatórios de avaliação do Ministério da Educação (MEC), e avaliações internas, realizadas no âmbito da UFVJM e do Curso.

O PPC deverá ser apreciado e aprovado pelos órgãos consultivos e deliberativos da UFVJM, incluídos o Colegiado do Curso, o Conselho de Graduação (CONGRAD) e o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE).

Objetivando-se a avaliação das competências desenvolvidas pelos discentes destacam-se o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e as ações de acompanhamento do egresso.

13.1 Estratégias de acompanhamento do egresso

Como forma de acompanhar a inserção profissional do egresso, ou, conforme o caso, sua continuidade na vida acadêmica, serão realizadas pesquisas online, por meio de questionários encaminhados ao e-mail dos egressos, como forma de coletar informações que possam ser objeto de discussão e construção de estatísticas, visando ao acompanhamento da gestão do curso.

A abordagem de questões como:

- área de atuação profissional;



- tempo médio para inserção profissional;
- região onde exerce atividade profissional;
- efetiva contribuição dos conhecimentos adquiridos ao longo do curso para a atuação profissional;
- principais dificuldades encontradas para sua inserção profissional;

Os dados coletados podem contribuir significativamente para a análise da estrutura do curso e para a elaboração de estratégias de aperfeiçoamento das suas atividades. Outra estratégia a ser desenvolvida como forma de acompanhamento do egresso é a criação, como parte do próprio site do curso, de um “portal dos egressos”, onde os mesmos terão a oportunidade de prestar informações sobre sua inserção profissional ou prosseguimento da vida acadêmica, bem como contribuir com críticas e sugestões às atividades desenvolvidas pelo curso.

14 ADMINISTRAÇÃO ACADÊMICA DO CURSO

14.1 Coordenação do Curso

As competências dos Coordenadores de Curso de graduação da UFVJM são estabelecidas pela Resolução nº 09 – CONSEPE, de 19 de junho de 2009, quais sejam:

coordenar, acompanhar e orientar todas as atividades didático-pedagógicas do Curso; representar o Curso nas diversas instâncias universitárias; planejar e realizar reuniões com os docentes do Curso, para discussão do desempenho acadêmico dos discentes e indicação de estratégias que visem à melhoria do processo ensino-aprendizagem; coordenar o processo permanente de melhoria do Curso; zelar pelo cumprimento do Calendário Acadêmico. De acordo com o Estatuto da UFVJM, o coordenador e vice-coordenador do curso serão eleitos pelos pares com mandato de dois anos, permitida uma reeleição. (UFVJM, 2014a).



14.2 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante, instituído pela Resolução CONSEPE Nº 4, de 10 de março de 2016, tem função consultiva, propositiva e de assessoramento sobre matéria de natureza acadêmica, integrando a estrutura de gestão acadêmica em cada curso de graduação. É corresponsável pela elaboração, implementação, atualização e consolidação do Projeto Pedagógico do Curso. (UFVJM, 2016). Suas principais atribuições são (UFVJM, 2016): contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação. O NDE Será constituído pelo(a) Coordenador(a) do Curso, como seu presidente e por no mínimo mais 4 (quatro) docentes que ministram disciplinas no curso, sendo o limite máximo definido pelo Colegiado do Curso.

14.3 Colegiado do Curso

O Colegiado, além de ser o órgão de decisão na esfera do Curso, também tem a função de assumir o papel de articulador da formação acadêmica, auxiliando a Coordenação na definição e acompanhamento das atividades complementares do Curso. Além disso, busca acompanhar e monitorar, juntamente com a Coordenação de Curso, o processo de ensino e aprendizagem no intuito de adequar as orientações para que a formação prevista no PPC ocorra de forma plena, contribuindo para a inserção adequada do futuro profissional na sociedade e no campo de trabalho. Neste sentido, o Colegiado participará da análise dos instrumentos de avaliação e deliberação das propostas apresentadas pelo NDE.



Conforme o disposto no Art. 36 do Estatuto da UFVJM, a coordenação didático científica e pedagógica de cada curso de graduação será exercida por um Colegiado de Curso, sendo de acordo com o Regimento Geral da Instituição integrado por (UFVJM, 2014):

- 01 coordenador do curso;
- 01 vice-coordenador do curso;
- cinco representantes docentes;
- três representantes discentes.

As atribuições do Colegiado de Curso são (CONSU, 2015): coordenar o Processo Eleitoral para eleger o Coordenador e o Vice-Coordenador; propor ao Conselho de Graduação a elaboração, acompanhamento e revisão dos projetos pedagógicos; orientar, coordenar e avaliar as atividades pedagógicas, buscando compatibilizar os interesses e as especificidades dos cursos atendidos pelo colegiado; decidir sobre as questões referentes à matrícula, reopção, dispensa e inclusão de atividades acadêmicas curriculares, transferência, continuidade de estudos, obtenção de novo título e outras formas de ingresso, bem como das representações e recursos contra matéria didática, obedecida à legislação pertinente; propor ao Departamento ou órgão equivalente que ofereça disciplinas ao curso, modificações de ementas e pré-requisitos das disciplinas do curso; providenciar a oferta semestral das disciplinas e decidir em conjunto com o Departamento ou órgão equivalente, questões relativas aos respectivos horários; reportar ao órgão competente os casos de infração disciplinar; subsidiar os órgãos superiores da Universidade sobre a política de capacitação docente; coordenar e executar os procedimentos de avaliação do curso.

14.4 Corpo Docente

O corpo docente da UFVJM compreende: os professores das carreiras de magistério; os professores visitantes, substitutos e voluntários, nos termos do Regimento Geral; e outras categorias docentes previstas em lei.



Entende-se por atividades de magistério exercidas por docentes, na UFVJM: as pertinentes ao ensino, à pesquisa e à extensão; as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia e coordenação; além de outras previstas na legislação vigente (CONSU, 2014).

Conforme previsto no PDI da UFVJM, torna-se fundamental a implantação de programas e ações que abranjam o apoio didático aos docentes, de forma a contribuir para fortalecer o processo formativo e minimizar os índices de retenção e evasão (Resolução CONSU nº 08, 2023).

Dessa forma, em 2009 foi instituído o Programa de Formação Pedagógica Continuada para a Docência (FORPED), por meio da Resolução CONSEPE nº 34, de 20 de novembro de 2009 (CONSEPE, 2009). O Programa tem como objetivo promover o aprimoramento pedagógico permanente do corpo docente, mediante:

- O estímulo à reflexão sobre a prática pedagógica no Ensino Superior a partir da estruturação didática do processo de ensino e dos elementos que a constituem;
- A avaliação crítica da retenção e da evasão dos estudantes;
- A apropriação de novas concepções e metodologias de ensino-aprendizagem e processos avaliativos; o estímulo à inovação didática e curricular, à troca de experiências bem-sucedidas, e à produção de material didático-pedagógico;
- O estímulo à capacitação para uso de tecnologia da informação no processo de ensino-aprendizagem; e
- A promoção de ações que visem o exercício da interdisciplinaridade.

Neste contexto, o curso de Bacharelado em Ciências Biológicas deve manter permanente Programa de Formação e Desenvolvimento do seu corpo docente, com vistas à valorização da atividade de ensino, ao maior envolvimento dos professores com o Projeto Pedagógico do Curso e ao seu aprimoramento em relação a proposta formativa, contida no Projeto Pedagógico, por meio do



domínio conceitual e pedagógico, que englobe estratégias de ensino ativas, pautadas em práticas interdisciplinares, de modo que assumam maior compromisso com o desenvolvimento das competências desejadas nos egressos.

O corpo docente do Curso é composto por servidores efetivos e substitutos lotados no ICET, e pode ser consultado no ANEXO V.

14.5 Corpo Técnico Administrativo

O corpo técnico-administrativo é representado por todos os servidores efetivos não docentes, os quais serão lotados, por ato do Reitor, nas Unidades Acadêmicas e nos demais órgãos da UFVJM, respeitada a legislação vigente. Tem por atividades: o planejamento, a organização, execução ou avaliação das atividades de apoio técnico; as inerentes ao exercício de direção, chefia, coordenação, assessoramento e assistência, na própria Instituição (CONSU, 2014).

O corpo técnico-administrativo do Curso é composto por servidores efetivos lotados no Departamento de Ciências Biológicas (DCBio), e pode ser consultado no ANEXO VI.

15 REFERÊNCIAS

15.1 BASE LEGAL

Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

Lei Nº 11.173, de 6 de setembro de 2005a. Transforma as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e dá outras providências.



Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o Estágio de Estudantes.

Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. Dispõe sobre a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências.

Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência Física.

Instituição Normativa nº 213, de 17 de dezembro de 2019. Estabelece orientações sobre a aceitação de estagiários no âmbito da Administração Pública.

Decreto nº 5626, de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o Art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

Parecer nº 213 CNE/CES, de 2008. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, Bacharelados, na modalidade presencial.

Parecer nº 1301 CNE/CES, de 2001. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Ciências Biológicas

Portaria nº 2.117 MEC, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em Cursos de graduação presenciais ofertados por instituições de educação superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.

Resolução nº 7 CNE/CES, de 11 de março de 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Ciências Biológicas.

Resolução nº 7 CNE/CES, de 18 de junho de 2007. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial.



Resolução nº 03 CNE/CES, de 02 de junho de 2007. Dispõe sobre procedimentos a serem adotados quanto ao conceito de hora aula, e dá outras providências.

Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014 e dá outras providências.

Resolução nº 2 CNE/CP, de 15 de junho de 2012. Parecer CNE/CP nº 14/2012. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Resolução nº 1 CNE/CP, de 30 de maio de 2012. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

Resolução nº 1 CNE/CP, de 17 de junho de 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.

Resolução nº 4 CNE/CES, de 6 de abril de 2009. Dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação em Biomedicina, Ciências Biológicas, Educação Física, Enfermagem, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Nutrição e Terapia Ocupacional, Bacharelados, na modalidade presencial.

Resolução nº 1 (CONAES), de 17 de junho de 2010. Normatiza o Núcleo Docente Estruturante – NDE e dá outras providências.

15.2 LEGISLAÇÃO INSTITUCIONAL

Resolução nº 22 (CONSEPE), de 16 de março de 2017. Estabelece normas para o Trabalho de Conclusão de Curso da UFVJM.

Resolução nº 33 (CONSEPE), de 14 de dezembro de 2021. Regulamenta as Atividades Complementares (AC) e as Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AAC) no âmbito da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Resolução nº 11 (CONSEPE), de 11 de abril de 2019. Estabelece o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFVJM.

Resolução nº 21 (CONSEPE), de 25 de julho de 2014. Altera a Resolução nº. 02 – CONSEPE, de 26 de fevereiro de 2010 que estabelece as normas de Estágio dos Discentes dos cursos de Graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).



Resolução nº 04 (CONSEPE), de 10 de março de 2016. Institui o Núcleo Docente Estruturante- NDE nos Cursos de Graduação da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM e revoga a Resolução CONSEPE nº 16, de 18 de junho de 2010.

Resolução nº 17 (CONSEPE), de 24 de agosto de 2016. Revoga, *ad referendum* do CONSEPE, o art. 5º e parágrafos da Resolução nº 21 CONSEPE, de 25 de julho de 2014 e dá outras providências.

Resolução nº 2 (CONSEPE), de 18 de janeiro de 2021. Regulamenta a curricularização das atividades de extensão nos cursos de graduação no âmbito da UFVJM.

Resolução nº 11 (CONSU), de 11 de abril de 2014a. Reestrutura o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NACI), da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e dá outras providências.

Resolução nº 03 (CONSU), de 23 de março de 2015. Estabelece o Regimento Geral da UFVJM.

Resolução nº 18 (CONSU), de 17 de março de 2017. Aprova o Regulamento do Programa de Assistência Estudantil da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

Resolução nº 08 (CONSU), de 27 de novembro de 2023. Aprova o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFVJM para o quadriênio 2024 – 2028.

15. 3 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, Presidência da República, Casa Civil. Regulamenta as profissões de Biólogo e de Biomédico, cria o Conselho Federal e os Conselhos Regionais de Biologia e Biomedicina, e dá outras providências.

Conselho Federal de Biologia - CFBio. Parecer Nº 01/2010. GT Revisão das áreas de atuação - proposta de requisitos mínimos para o biólogo atuar em pesquisa, projetos, análises, perícias, fiscalização, emissão de laudos, pareceres e outros serviços nas áreas de meio ambiente, saúde e biotecnologia.

Conselho Federal de Biologia - CFBio. Resolução nº 300, de 07 de dezembro de 2012. Estabelece os requisitos mínimos para o Biólogo atuar em pesquisa, projetos, análises, perícias, fiscalização, emissão de laudos, pareceres e outras



atividades profissionais nas áreas de Meio Ambiente e Biodiversidade, Saúde e, Biotecnologia e Produção.

Andrade, P.C.B.; Lessa, L.G.; Geise, L.; Pacheco, M.A.C. (2017). Survey of small mammals (Rodentia and Didelphimorphia) in a Cerrado reserve: Central Espinhaço mountain range, Brazil. *Oecologia Australis*, 21 (2): 147–155.

Drummond, G.M.; Martins, C.S.; Machado, A.B.M.; Sebaio, F.A. & Antonini, Y. (orgs.). (2005). Biodiversidade em Minas Gerais: um atlas para sua conservação. Fundação Biodiversitas. Belo Horizonte.

Lessa, L.G.; Costa, B.M.A.; Rossoni, D.M.; Tavares, V.C.; Dias, L.G.; Júnior, E.A.M. & Silva, J.A. (2008). Mamíferos da Cadeia do Espinhaço: riqueza, ameaças e estratégias para conservação. *Megadiversidade*, 4 (1-2): 218-232.

Mittermeier, R.A.; Fonseca, G.A.B.; Rylands, A.B. & Brandon, K. (2005). Uma breve história da conservação da biodiversidade no Brasil. *Megadiversidade*, 1 (1):14-21.

Norões A.; Ursine R.; Maia, A; Lessa, L.G. 2023. Small mammals (Didelphimorphia, Chiroptera and Rodentia) of Espinhaço Range in eastern Brazil: checklist updates and implications for species conservation. *Revista Espinhaço*, 12(1).

Giulietti, A.M.; Pirani, J.R. & Harley, R.M. (1997). Espinhaço range region. In: Davis, S.D. (ed). Centres of plant diversity: a guide and strategy for their conservation. Cambridge, IUCN Publication Unity, Reino Unido. pp. 397-404.
Silveira, F.A.O.; Barbosa, M.; Beiroz, W.; Callisto, M.; Macedo, D.R.; Morellato, L.P.C.; Neves, F.S.; Nunes, Y.R.F.; Solar, R.R. & Fernandes, G.W. (2019). Tropical mountains as natural laboratories to study global changes: A longterm ecological research project in a megadiverse biodiversity hotspot. *Perspectives in Plant Ecology, Evolution and Systematics*, 38: 64-73.



16 ANEXOS

16.1 ANEXO I - Infraestrutura

A abertura de uma nova modalidade de formação (Bacharelado em Ciências Biológicas) contará com o aproveitamento de parte dos recursos humanos (Docentes e Técnicos Administrativos) e da infraestrutura atualmente implantada para o funcionamento do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Localizado em um prédio de três andares com uma área total de 7.502,94 m², o DCBio apresenta instalações físicas adequadas que dão suporte às atividades teóricas e práticas do Curso de Licenciatura Plena em Ciências Biológicas e suporte para as atividades práticas de disciplinas ministradas aos cursos de Farmácia, Agronomia, Engenharia Florestal e Zootecnia. Além do DCBio, neste prédio também funciona o Departamento de Ciências Básicas (DCB), que também oferece disciplinas ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas. Cerca de 80% das atividades desenvolvidas nos laboratórios concentram-se no turno da noite atendendo às demandas do Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas.

Neste sentido, a estrutura física atual atende plenamente ao desenvolvimento das atividades acadêmicas necessárias à implantação de um novo curso, que deverá funcionar em turno integral com Unidades Curriculares oferecidas à tarde e à noite.

As atuais instalações do DCBio compreendem uma sala para Coordenação e Chefia, uma sala para a secretaria do curso, sala de reuniões, 8 gabinetes de trabalho para os docentes e laboratórios. As atuais instalações atendem à estrutura necessária à implantação do curso de Bacharelado com relação à sua estrutura administrativa, laboratorial e gabinetes para os futuros docentes.



Gabinetes para trabalho dos docentes em regime de dedicação exclusiva – DE

Os docentes efetivos contam com gabinetes de trabalho individual com espaço aproximado de 18 m², equipados com estação de trabalho, armários e computadores.

Sala para Técnicos-administrativos

Os funcionários técnicos administrativos contam com uma sala de apoio com aproximadamente 18 m² e equipada com mesas, cadeiras, e armários, além de dois escaninhos.

Sala para coordenação/chefia e sala de reuniões

Os trabalhos de administração (coordenação) do curso são realizados em duas salas com aproximadamente 18 m² cada (uma sala destinada à coordenação e chefia do DCBio), e uma sala destinada a secretaria de departamento. Os espaços permitem o atendimento aos alunos, e estão equipados com computadores, mesas, cadeiras e armários. O prédio conta ainda com um espaço adequado para a realização de reuniões, equipado com tela de projeção, mesa de reunião, cadeiras e armários.

Copa

O prédio conta com uma pequena copa equipada com geladeira, fogão e armários para dar suporte às atividades do corpo docente e técnicos administrativos do DCBio.

Auditórios

Dois auditórios com espaço para 60 pessoas cada e equipados com quadros brancos, telas de projeção, mesas e cadeiras dão suporte ao desenvolvimento de atividades didático-pedagógicas do DCBio, como



apresentações de Trabalhos de Conclusão de Curso, defesas de mestrado, palestras e aulas.

Sala para o Herbário (DIAM)

Uma sala com aproximadamente 30 m², equipada com armários e aparelho desumidificador abriga o Herbário do Departamento de Ciências Biológicas (DIAM).

Sala para Coleções Zoológicas

Uma sala com aproximadamente 18 m², equipada com armários e aparelho desumidificador que abriga, atualmente, as Coleções Zoológicas de Entomologia e Mastozoologia.

Laboratórios (interface ensino-pesquisa)

Para o desenvolvimento das atividades práticas do curso de Ciências Biológicas o curso conta com laboratórios equipados com armários, bancadas, de trabalho, quadros brancos, telas de projeção, vidraria e equipamentos básicos para atendimento às necessidades específicas de cada disciplina (microscópios, destiladores de água, geladeiras, freezers, estufas, etc.). Alguns laboratórios são de responsabilidade do DCB (Anatomia Humana, Fisiologia e Bioquímica), enquanto outros são compartilhados pelos dois departamentos (Citologia, Histologia e Microbiologia). Os laboratórios de Ecologia, Zoologia, Botânica, Biologia Molecular, Genética, Parasitologia, Imunologia e Informática estão sob responsabilidade direta do DCBio.

Cada laboratório tem em média 70 m² comportando até 36 alunos por ambiente. Os laboratórios que atendem diretamente ao Curso de Ciências Biológicas encontram-se relacionados a seguir (descrição dos equipamentos por laboratório no Apêndice): Laboratório de Informática, Laboratório de Citologia, Laboratório de Histologia, Laboratórios de Botânica (Fisiologia Vegetal;



Morfologia Vegetal, Sistemática e Taxonomia Vegetal), Laboratório de Ecologia, Laboratório de Zoologia de Invertebrados, Laboratório de Zoologia de Cordados e Anatomia Comparada, Laboratório de Imunologia, Laboratório de Parasitologia, Laboratório de Genética, Laboratório de Biologia Molecular, Laboratório de Microbiologia.

Biblioteca

O campus JK da UFVJM dispõe de uma Biblioteca integrante do Sistema de Bibliotecas (SISBI) da UFVJM, e tem como missão organizar, disseminar e democratizar o acesso à informação, dando suporte ao ensino, à pesquisa e à extensão, sustentando e colaborando com a Universidade, no papel de propulsora do desenvolvimento regional e nacional.

Possui acervo atualizado periodicamente, compatível com o Projeto Pedagógico do Curso e com o número de vagas. O acervo é constituído por livros, *E-books*, periódicos, portais, vídeos, DVDs e CD-ROMs contemplando obras físicas e digitais.

Dentre os periódicos existentes, a Biblioteca oferece acesso ao Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que é uma biblioteca virtual e reúne publicações científicas nacionais e internacionais.

O Pergamum é o software utilizado para gerenciamento dos serviços, pelo qual podem-se realizar consultas, renovações e reservas dentro e fora da Biblioteca.



16.2 ANEXO II - Resolução para Atividades Complementares (ACs)

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES (ACs) DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS.

CAPÍTULO I

Das finalidades

Art. 1º As Atividades Complementares (ACs) são parte integrante da Estrutura Curricular dos cursos de graduação, estão previstas como atividades obrigatórias nas Diretrizes Curriculares Nacionais e no Projeto Pedagógico do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas.

A §1º As Atividades Complementares serão desenvolvidas dentro do prazo de conclusão do curso, conforme definido em seu Projeto Pedagógico, sendo componente curricular obrigatória para a graduação do(a) discente, que deverá estar matriculado no curso quando do envio da documentação necessária para avaliação das ACs.

§2º Caberá ao(a) discente participar de Atividades Complementares que privilegiem a construção de comportamentos sociais, humanos, culturais e profissionais. Tais atividades serão adicionais às demais atividades acadêmicas e deverão contemplar os grupos de atividades descritas neste Regulamento.

Art. 2º As Atividades Complementares têm por objetivo enriquecer o processo de ensino e aprendizagem, privilegiando:

- I Atividades de pesquisa, ensino e publicação;
- II Atividades de extensão, cultura esporte e publicação;
- III Atividades de representação estudantil, capacitação profissional, e atividades de inserção cidadão e formação integral/holística.

CAPÍTULO II



Do local e da realização

Art. 3º As Atividades poderão ser desenvolvidas na própria UFVJM ou em organizações públicas e privadas que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando o alcance dos objetivos previstos neste Regulamento.

Parágrafo único. As Atividades Complementares serão realizadas, no contraturno do aluno, não sendo justificativa para faltas em outras unidades curriculares.

CAPÍTULO III

Das atribuições

SEÇÃO I

Do Coordenador do Curso

Art. 4º Compete ao Coordenador do Curso:

- I. indicar professor responsável ou comissão avaliadora para coordenar as ações das Atividades Complementares no âmbito do curso;
- II. propiciar condições para o processo de avaliação e acompanhamento das Atividades Complementares;
- III. supervisionar o desenvolvimento das Atividades Complementares;
- IV. definir, ouvido o Colegiado do Curso, procedimentos de avaliação e pontuação para as ACs em consonância com o PPC;
- V. validar, ouvido o Colegiado do Curso, as unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas ACs, em consonância com o PPC do curso;
- VI. julgar, ouvido o Colegiado de Curso, a avaliação das ACs não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO II



Do Colegiado do Curso

Art. 5º Compete ao Colegiado do Curso:

- I. Propor, ao Coordenador do Curso, procedimentos de avaliação e pontuação para as Atividades Complementares, em consonância com o PPC do curso;
- II. Propor, ao Coordenador do Curso, as unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas ACs, em consonância com o PPC;
- III. Propor ao Coordenador do Curso, a avaliação das ACs não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO III

Do Professor Responsável ou Comissão Organizadora

Art. 6º Compete ao professor responsável ou comissão organizadora:

- I. Analisar e validar a documentação das Atividades Complementares apresentadas pelo(a) discente, considerando este Regulamento;
- II. Avaliar e pontuar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo(a) discente, de acordo com os critérios estabelecidos, considerando a documentação apresentada;
- III. Orientar o(a) discente quanto à pontuação e aos procedimentos relativos às ACs;
- IV. Controlar e registrar as ACs desenvolvidas pelos discentes, bem como os procedimentos administrativos inerentes a essas atividades;
- V. Lançar no sistema e encaminhar, ao setor responsável, o resultado das avaliações das ACs;
- VI. Participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às ACs.

SEÇÃO IV

Do Aluno



Art. 6º Compete ao(a) discente da UFVJM, matriculado no curso de Bacharelado em Ciências Biológicas:

- I. Informar-se sobre o Regulamento e atividades oferecidas, dentro ou fora da UFVJM, que propiciem pontuações para Atividades Complementares;
- II. Inscrever-se e participar, efetivamente, das atividades;
- III. Solicitar a matrícula e a avaliação das ACs, conforme prevê este Regulamento;
- IV. Providenciar documentação comprobatória referente à sua participação efetiva em Atividades Complementares;
- V. Apresentar a documentação necessária para a pontuação e avaliação das ACs até a data limite estabelecida pelo professor responsável ou comissão organizadora;
- VI. Arquivar a documentação comprobatória das Atividades Complementares e apresenta-la sempre que solicitado;
- VII. Após a publicação do resultado, retirar a documentação apresentada ao professor responsável, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos.

§1º A participação em toda e qualquer atividade a ser computada como AC deverá ser comprovada mediante apresentação de documentação devidamente legitimada pelo(a) órgão/entidade promotora da atividade em que conste a participação do(a) discente, deverá conter carimbo e assinatura, data de emissão do certificado, especificação de carga horária, período de execução (data de início e data de término) e descrição da atividade, além de outras formas de registros que forem pertinentes à atividade executada.

§2º A documentação não retirada dentro do prazo estabelecido neste Regulamento será eliminada.

CAPÍTULO IV



Da avaliação das Atividades Complementares

Art 7º. Na avaliação das Atividades Complementares desenvolvidas pelo(a) discente, serão consideradas a sua relevância, a compatibilidade com a Resolução e com os objetivos do curso, bem como o total de horas dedicadas à atividade.

Parágrafo único: somente serão considerados, para efeito de pontuação, participação em atividades desenvolvidas a partir do ingresso do(a) discente no Curso de Ciências Biológicas, devendo estas serem comprovadas por meio de declarações ou certificados.

Art. 8º Cada hora comprovada na(s) atividades(s) corresponderá a uma hora de registro de Atividade Complementar.

Art. 9. As Atividades Complementares foram separadas em três grupos visando distinguir, privilegiar, organizar, contemplar e atribuir valores às diversas ações apresentadas.

- Grupo I: Compreende as atividades de pesquisa, ensino e publicação;
- Grupo II: Compreende as atividades de extensão, cultura esporte e publicação;
- Grupo III: Compreende as atividades de atividades de representação estudantil, capacitação profissional, e atividades de inserção cidadão e formação integral/holística

Parágrafo único: A discriminação das atividades que compõem os grupos I, II e III encontram-se relacionadas na Tabela para Contagem de Horas de Atividades Complementares, anexa a este Regulamento.

Art. 10. O aluno deverá integralizar:



- No Grupo I: mínimo de 40 (quarenta) horas de ACs;
- No Grupo II: mínimo de 30 (trinta) horas de ACs;
- No Grupo III: minimo de 20 (vinte) horas de ACs.

Capítulo V

Da pontuação e aprovação

Art. 11. As Atividades Complementares serão avaliadas segundo a carga horária ou por participação efetiva nas atividades.

§1º As atividades que se enquadram em mais de um grupo serão pontuadas por aquele que propiciar maior pontuação ou ao critério de preferência do(a) discente.

§2º As atividades que se enquadram em mais de um item serão pontuadas por aquele que propiciar maior pontuação.

Art. 13. O(A) discente deverá participar de atividades que contemplem os três grupos designados no Art. 10. desta Resolução.

Art. 14 A inscrição para avaliação das Atividades Complementares será realizada pelo aluno quando do cumprimento do total de horas previstas neste regulamento, após aplicação da Tabela para Contagem de Horas de Atividades Complementares (em anexo).

Parágrafo Único. A inscrição será realizada através de preenchimento de formulário *on line*, em data a ser divulgada no início de cada semestre letivo pela comissão responsável.



Art. 15. A documentação apresentada deverá estar devidamente legitimada pela Instituição emitente e conterá carimbo e assinatura, especificação de carga horária, período de execução e descrição da atividade, e outras formas de registros que forem pertinentes à atividade executada.

Art. 16. Será considerado aprovado o(a) discente que, após a avaliação da comissão organizadora ou professor responsável, integralizar 90 (noventa) horas de Atividades Complementares.

CAPÍTULO V

Disposições finais

Art. 15. Os casos omissos neste regulamento serão resolvidos pelo Colegiado do Curso considerando também a Resolução nº. 33 - CONSEPE, de 14 de dezembro de 2021.

Art. 16. Este regulamento poderá ser alterado por sugestão da maioria dos membros do Colegiado do Curso desde que haja consonância com a Resolução nº. 33 - CONSEPE, de 14 de dezembro de 2021, ou demais resoluções específicas



FORMULÁRIO PARA REQUISIÇÃO DE CONTAGEM DE HORAS DE ATIVIDADE COMPLEMENTARES (ACs) DO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA UFVJM.

Nome:

Matrícula:

Ano de conclusão/semestre:

Número de horas de ACS obtidas no grupo I:

Número de horas de ACs obtidas no grupo II:

Número de horas de ACs obtidas no grupo III:

OBSERVAÇÕES:

1. Para a requisição de contagem de horas de ACs, são necessários os seguintes documentos:

- a) Este formulário de requisição devidamente preenchido;
- b) Tabela de atividades complementares do Grupo I, com os campos referentes às horas comprovadas na atividade e horas de ACs obtidas devidamente preenchidos;
- c) Tabela de atividades complementares do Grupo II, com os campos referentes às horas comprovadas na atividade e horas de ACs obtidas devidamente preenchidos;
- d) Tabela de atividades complementares do Grupo III, com os campos referentes à horas comprovadas na atividade e horas de ACs obtidas devidamente preenchidos;
- e) Fotocópias dos comprovantes de atividades realizadas devidamente numeradas de acordo com as tabelas dos Grupos I, II e III. Tais comprovantes devem ser organizados em ordem numérica crescente.

2. As requisições que não estiverem devidamente instruídas não serão avaliadas.

Para uso do professor responsável ou da comissão avaliadora

situação do discente: () aprovado; () reprovado

observações:



ANEXO II - TABELA PARA CONTAGEM DE HORAS DE ATIVIDADES COMPLEMENTARES (AC) DO CURSO BACHARELADO EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

GRUPO I: atividades de pesquisa, ensino e publicação. Mínimo de **40 horas** de Atividades Complementares neste grupo.

No	ATIVIDADES	MÁXIMO DE HORAS PERMITIDAS	HORAS COMPROVADAS NA ATIVIDADE	HORAS OBTIDAS
01	Participação e aprovação em unidades curriculares de curso de graduação presencial (exceto Unidades Curriculares equivalentes às oferecidas pelo Curso de Bacharelado - desde que aprovadas pelo Colegiado do Curso)	Limitado a 15 horas		
02	Participação em palestras, congressos e seminários relacionados às Ciências Biológicas ou áreas afins.	Limitado a 15 horas		
03	Participação em cursos e/ou minicursos relacionados às Ciências Biológicas.	Limitado a 15 horas		
04	Atuação, como preletor, em palestras e seminários de caráter científico, tecnológico e/ou de gestão.	Limitado a 15 horas		



05	Atuação, como preletor ou monitor, em cursos, minicursos e oficinas de caráter científico, tecnológico e/ou de gestão.	Limitado a 15 horas		
06	Apresentação de trabalhos, na forma de pôster, em eventos científicos, tecnológicos e/ou de gestão.	01 hora de AC para cada apresentação comprovada. Limitado a 15 horas.		
07	Apresentação de trabalhos, na forma oral, em eventos científicos, tecnológicos e/ou de gestão.	01 hora de AC para cada apresentação comprovada. Limitado a 15 horas.		
08	Participação em projetos de iniciação científica e/ou tecnológica, remunerados ou não.	Limitado a 15 horas		
09	Participação em atividades de Monitoria, remunerada ou não, de cursos da UFVJM ou de cursos de escolas públicas de nível fundamental ou médio, desde que aprovada pela Comissão Permanente de Avaliação de Atividades Complementares.	Limitado a 15 horas		
10	Participação efetiva na organização de eventos de caráter científico, tecnológico e/ou de gestão.	Limitado a 15 horas		



11	Publicações em revistas técnicas ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional indexados.	5 horas de AC para cada publicação. Limitada a 15 horas.		
12	Patentes ou publicações em revistas técnicas ou em periódicos científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional indexadas.	3 horas de AC para cada publicação comprovada. Limitado a 15 horas		
13	Publicações em anais de eventos técnico-científico de abrangência local, regional, nacional ou internacional.	1 hora de AC para cada publicação. Limitado a 15 horas.		
14	Participação em grupos de estudos referentes à ciência, tecnologia e/ou gestão.	Limitado a 15 horas		
15	Participação em projetos de ensino registrado na Progep	Limitado a 15 horas		
16	Cursos online de fundamento científico, tecnológico e/ ou de gestão, desde que aprovados pela Comissão Permanente de Avaliação de Atividades Complementares.	Limitado a 15 horas		



17	Participação em programas de intercâmbio.	Limitado a 15 horas		
18	Participação em eventos de pesquisa sem declaração ou de carga horária no certificado	1 hora de AC para cada dia de participação comprovada. Limitada a 15 horas		

GRUPO II: atividades de extensão, cultura esporte e publicação. Mínimo de **30 horas** de Atividades Complementares neste grupo.

No	ATIVIDADES	MÁXIMO DE HORAS PERMITIDAS	HORAS COMPROVADAS NA ATIVIDADE	HORAS OBTIDAS
01	Participação em atividades esportivas tais como dança, ginástica, lutas e esportes, realizadas sob orientação profissional e desenvolvidas em escolas, clubes, academias ou espaços culturais.	Limitado a 05 horas		
02	Participação, com aproveitamento, em cursos de língua estrangeira.	Limitado a 05 horas		
03	Participação em atividades artísticas e culturais, tais como banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, espetáculos (teatro, coral, dança, ópera,	Limitado a 05 horas		



	circo, mostras de cinema) festivais e outras.			
04	Participação em oficinas e/ou cursos de formação pessoal, interpessoal e/ou psicológica.	Limitado a 05 horas		
05	Participação efetiva na organização de eventos de caráter artístico, social e/ou cultural.	Limitado a 05 horas		
06	Participação em exposição artística ou cultural, como expositor.	Limitado a 05 horas		
07	Participação em projetos de extensão, remunerados ou não, de interesse social, artístico e/ou cultural.	Limitado a 15 horas		
08	Atuação, como preletor, em seminários e palestras relacionados à extensão universitária, cultura e/ou arte.	Limitado a 15 horas		
09	Atuação, como preletor ou monitor, em cursos, minicursos e oficinas relacionados à extensão universitária, cultura e/ou arte.	Limitado a 15 horas		
10	Participação em eventos de extensão universitária e/ou de interesse social, artístico e/ou cultural.	Limitado a 15 horas		



11	Apresentação de trabalhos, na forma de pôster, em eventos de extensão universitária, cultura e/ou arte.	01 hora de AC para cada apresentação comprovada. Limitado a 10 horas		
12	Apresentação de trabalhos, na forma oral, em eventos de extensão universitária, cultura e/ou arte.	01 hora de AC para cada apresentação comprovada. Limitado a 10 horas		
13	Publicações em revistas ou periódicos relacionados à extensão universitária, cultura e/ou arte, de abrangência local, regional, nacional ou internacional indexadas.	5 horas de AC para cada publicação comprovada. Limitado a 15 horas		
14	Publicações em anais de eventos relacionados à extensão universitária, cultura e/ou arte, de abrangência local, regional, nacional ou internacional.	3 horas de AC para cada publicação comprovada. Limitado a 12 horas		
15	Participação em eventos de extensão universitária, cultura e/ou arte sem declaração de carga horária no certificado.	01 hora de AC para cada apresentação comprovada. Limitado a 15 horas		



16	Participação em atividades benéficas	Limitado a 05 horas		
----	--------------------------------------	---------------------	--	--

GRUPO III: atividades de atividades de representação estudantil, capacitação profissional, e atividades de inserção cidadão e formação integral/holística . Mínimo de **20 horas** de Atividades Complementares neste grupo.

No	ATIVIDADES	MÁXIMO DE HORAS PERMITIDAS	HORAS COMPROVADAS NA ATIVIDADE	HORAS OBTIDAS
01	Estágio não obrigatório (com a apresentação do relatório devidamente assinado pelas partes) na área do curso	Limitado a 15 horas		
02	Trabalho efetuado pelo estudante e relacionado ao tema empreendedorismo.	Limitado a 15 horas		
03	Trabalho com vínculo empregatício que proporcione oportunidade de complementar a formação do estudante.	Limitado a 15 horas		
04	Participação em Empresa Júnior e Incubadora Tecnológica.	Limitado a 15 horas		



05	Trabalho efetuado pelo aluno, voltado para o empreendedorismo, dentro da área do curso de Ciências Biológicas	Limitado a 15 horas		
06	Trabalho com vínculo empregatício dentro da área do curso de Ciências Biológicas	Limitado a 15 horas		
07	Participação em Empresa Júnior, Incubadora Tecnológica e entidade de classe profissional	Limitado a 15 horas		
08	Participação efetiva em Diretórios, Centros Acadêmicos e Entidades de Classe (sindicatos, conselhos regionais e nacionais).	Limitado a 5 horas		
09	Participação em Conselhos, Congregações, Colegiados e outros órgãos administrativos da UFVJM.	05 horas de AC para cada semestre comprovado. Limitado a 5 horas		
10	Participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio, associações escolares e outros similares.	Limitado a 5 horas		



11	Participação em atividades benéficas.	Limitado a 5 horas		
12	Doação de sangue.	Limitado a 4 horas		
13	Atuação, como mesário, em eleições institucionais, municipais estaduais ou nacionais.	Limitado a 5 horas		
16	Participação em comissões, designadas por portaria.	horas de AC para cada portaria. Limitado a 5 horas		



16.3 ANEXO III – Resolução para o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

NORMAS COMPLEMENTARES DE TCC – CIÊNCIAS BIOLÓGICAS/UFVJM

COLEGIADO DO CURSO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS DA UFVJM

Estabelece normas complementares à Resolução Nº22, do CONSEPE DE 16/03/2017 para o Trabalho de Conclusão do Curso de Bacharelado em CIÊNCIAS BIOLÓGICAS da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM.

O Colegiado do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, no uso de suas atribuições regimentais e estatutárias, considerando o Manual de Normalização de monografias, dissertações e teses da UFVJM, o qual estabelece normas para elaboração dos trabalhos realizados na UFVJM,

RESOLVE:

CAPÍTULO I

Da natureza do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 1º - O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é um componente obrigatório da estrutura curricular do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas da UFVJM a ser cumprido pelo discente, visando elaboração de um trabalho científico como resultado do trabalho de pesquisa, investigação científica e extensão.

Art. 2º - O tema do TCC será determinado em conjunto pelo estudante e por seu orientador levando em conta as competências e habilidades do bacharel tais como especificadas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Ciências Biológicas.

CAPÍTULO II

Do conteúdo e modalidade do Trabalho de Conclusão de Curso

Art. 4º - O conteúdo do TCC deverá estar inserido na área de conhecimento das Ciências Biológicas, conforme definido pela CAPES.

Art. 5º - Serão aceitos TCC com conteúdos oriundos de:



- I. Projetos de pesquisa
- II. Projetos de extensão
- III. Projetos de ensino

Art. 6º - Os TCC originados de **Projetos de pesquisa** devem:

I - Possuir como anexo o registro do projeto na Pró-reitoria de Pesquisa e Pós Graduação (PRPPG), e a aprovação, quando necessário, pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) e/ou pela Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA).

Art. 7º - Os TCC originados de **Projetos de extensão** devem:

I - Possuir como anexo o devido registro do projeto na Pró-reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC). Os projetos de extensão caracterizados como interface na pesquisa, com seres humanos e/ou animais, deverão obedecer às regras descritas no Artigo acima desta resolução.

Art. 8º - Os TCC originados de **Projetos de ensino** devem:

I - Possuir como anexo o devido registro do projeto na Pró-reitoria de Graduação (PROGRAD).

Art. 9º - São consideradas modalidades de TCC no âmbito do Curso de Ciências Biológicas da UFVJM:

- I. Monografia
- II. Artigo Científico aceito ou publicado em periódico
- III. Livro ou Capítulo de Livro
- IV. Trabalho completo publicado em Anais de Congressos ou outros eventos científicos reconhecidos pela comunidade acadêmica.

Art. 10º- A conclusão do TCC será formalizada após defesa pública e aprovação do trabalho por uma Comissão Examinadora durante a disciplina TCC-2 na qual o discente deverá estar regularmente matriculado.

§ 1º Casos que envolverem dados sigilosos/patente, o orientador deverá solicitar ao Colegiado do Curso, com antecedência mínima de 30 dias, defesa fechada.



CAPÍTULO III

Da Orientação e Coorientação do TCC

Art. 11º - O número de orientações simultâneas por docente será de 3 (três) alunos, não tendo limite para co-orientações.

Art. 12º - O controle da quantidade de orientações por docente deverá ser feito pelo professor responsável pela disciplina TCC-1 e apresentada, semestralmente, ao Colegiado do Curso, em sua primeira reunião ordinária.

Art. 13º - Compete ao professor responsável pela disciplina de TCC1 a sugestão de possíveis orientadores aos alunos segundo a relação de vagas de orientação do presente semestre letivo.

Art. 14º - Os alunos matriculados na disciplina de TCC-1 deverão apresentar o Termo de Compromisso de Orientação assinado (Anexo A) até o final do semestre letivo no prazo estipulado pelo professor da disciplina.

Art. 15º - Caso o aluno não obtenha êxito na escolha do orientador, o Colegiado do Curso realizará indicação entre os docentes, priorizando os seguintes critérios:

- I. Docentes sem nenhuma orientação de TCC.
- II. Docentes com o menor número de TCC.

Art. 16º - O TCC deverá ser orientado por um docente efetivo da UFVJM ou docente substituto do Departamento de Ciências Biológicas da UFVJM. Quando substituto, o desenvolvimento e defesa do TCC deverão ocorrer dentro do período de contrato com a universidade. Esse compromisso deverá ser assumido pelo discente e pelo docente mediante avaliação e aprovação do Colegiado de Curso que considerará o contrato do substituto e a oferta da disciplina de TCC-2 na qual deverá ocorrer a defesa.

Art. 17º - O TCC poderá ter até um co-orientador com anuência do orientador e homologado pelo Colegiado do Curso no Termo de Compromisso de Orientação/Co-orientação (Anexo A). Poderá co-orientar o TCC qualquer servidor da UFVJM ou profissional da comunidade externa habilitado na área de interesse do TCC.

§ 1º Caso o orientador não seja um professor efetivo do Departamento de Ciências Biológicas, recomenda-se que o TCC seja co-orientado por um docente do Curso de Ciências Biológicas.

Art. 18º - Caso no intercurso da orientação o professor orientador se torne impedido de orientar seja por afastamento da instituição ou outro motivo legal ou eventual, em período superior a 90 dias, a orientação será transferida automaticamente para o co-



orientador, quando este for docente da UFVJM. Na ausência desta possibilidade, o Colegiado de Curso deverá indicar novo orientador. Tais alterações deverão ser encaminhadas/solicitadas oficialmente pelo acadêmico ou orientador, com a devida justificativa, para apreciação e deferimento do Colegiado do Curso.

CAPÍTULO IV

Das atribuições docentes das disciplinas relacionadas

Art. 19º - São atribuições do professor da disciplina de TCC-1:

- I. Divulgar para os discentes a relação dos docentes e suas respectivas áreas de atuação, assim como o número de vagas disponíveis para orientação;
- II. Realizar o levantamento da demanda dos discentes e a disponibilidade dos professores orientadores;
- III. Estabelecer e divulgar, com antecedência, os prazos para entrega do Termo de Compromisso de Orientação contendo o aceite do orientador e do co-orientador, quando houver.

Art. 20º - São atribuições do professor da disciplina de TCC-2:

- I. Definir e divulgar o período da(s) defesa(s) do TCC, em consonância com o Calendário Acadêmico;
- II. Encaminhar à Coordenação do Colegiado o cronograma da(s) defesa(s) do TCC do semestre, contendo nome dos discentes e respectivos orientadores, até o final da primeira quinzena das aulas;
- III. Organizar com os discentes as sessões da(s) defesa(s) de TCC;
- IV. Agendar salas e equipamentos audiovisuais necessários à realização da(s) defesa(s) de TCC;
- V. Emitir certificados de orientação para os professores orientadores e co-orientadores de TCC (Anexo B) e de participação aos membros da Comissão Examinadora (Anexo C).
- VI. Realizar o registro de faltas e notas dos discentes no sistema de registro e controle acadêmico da universidade;
- VII. Ao final da disciplina, encaminhar à Coordenação do Curso as Fichas de Avaliação do TCC (Anexo D) e as atas de defesa assinadas (Anexo E).

CAPÍTULO V

Da defesa e Avaliação do TCC

Art. 21º - A defesa do TCC perante uma Comissão Examinadora e em sessão pública é componente obrigatório para aprovação na disciplina de TCC-2.

§ 1º A defesa do TCC no âmbito do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas da UFVJM poderá ser, a critério do orientador, nas seguintes modalidades:

- I. Banca



II. Workshop ou Sessão de pôster

Art. 22º - A Comissão Examinadora para as duas modalidades deverá ser composta por 3 (três) membros:

I. Orientador e dois docentes ou;

II. Orientador, um docente e um servidor Técnico-Administrativo qualificado na área de estudo do trabalho ou;

III. Orientador, um docente e um profissional com titulação igual ou superior a graduação qualificado na área de estudo do trabalho.

§ 1º A escolha dos membros da Comissão Examinadora é de responsabilidade exclusiva do orientador.

Art. 23º - Na modalidade Banca, o discente deverá encaminhar a cada membro, um exemplar físico ou eletrônico do TCC, no prazo mínimo de 10 (dez) dias antecedentes à data de defesa.

§ 1º A indicação da composição da banca deverá ser feita mediante o preenchimento (Anexo F) e entrega ao professor responsável pela disciplina TCC-2, no mínimo, 15 dias antes da defesa.

Art. 24º - A defesa do TCC em ambas as modalidades será realizada pelo discente conforme cronograma estabelecido pelo professor responsável da disciplina TCC-2.

Art. 25º - Cada aluno terá entre 10 a 20 minutos para a apresentação oral. Cada membro da Comissão Examinadora disporá, ao término da apresentação do(s) discente(s), de até 10 (dez) minutos para arguição, sugestão ou comentário que julgar necessário.

Parágrafo único. No caso da modalidade Banca, caberá ao orientador a decisão de permitir ou não a participação da plateia ao final da defesa desde que não exceda o tempo máximo de 60 (sessenta) minutos previstos de sessão.

Art. 26º - Na modalidade Workshop ou Sessão de Pôster, o discente deverá preparar um pôster, nas dimensões 0,90 comprimento x 1,0 largura.

Art. 27º - Em ambas as modalidades, todos os componentes da Comissão Examinadora deverão emitir nota individualmente, conforme Anexo D.

Art. 28º - Será considerado aprovado, o discente cujo TCC obtiver nota média igual ou superior a 60%.



§ 1º No caso da modalidade Banca, a nota final no e-campus só será lançada pelo professor da disciplina TCC-2 após o envio da versão final do TCC, com anuênciia do orientador (Anexo G).

§ 2º- A versão final deverá ser enviada em formato eletrônico para o email informado pelo professor da disciplina TCC-2, no prazo estabelecido, em arquivo único identificado, no formato (.pdf), incluindo a ata de defesa original assinada pelos membros da banca (Anexo E).

Art. 29º - A entrega da versão final do TCC fora do prazo estabelecido pelo professor da disciplina implicará na reprovação do(a) discente na disciplina e, consequentemente, na impossibilidade da colação de grau.

Art. 30º - Caso o discente seja reprovado na disciplina de TCC-2, deverá refazer o TCC e submetê-lo novamente à avaliação dentro do prazo de integralização do curso, mediante renovação semestral da matrícula na referida disciplina.

CAPÍTULO VI

Das disposições finais

Art. 31º- Os casos omissos deverão ser resolvidos pelo Colegiado do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas.

Art. 32º- Esta Resolução entrará em vigor a partir da implementação do Projeto Pedagógico de Curso.



ANEXO A – TERMO DE COMPROMISSO DE ORIENTAÇÃO

Assumo o compromisso de orientar o(a) discente _____, regularmente matriculado(a) no Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas da UFVJM, no desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Declaro estar ciente de minhas responsabilidades previstas na Resolução CONSEPE vigente que estabelece as normas de elaboração para o Trabalho de Conclusão de Curso da UFVJM.

Assumo o compromisso de participar como co-orientador(a) do(a) discente acima relacionado(a), regularmente matriculado(a) no Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas da UFVJM, no desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Título do TCC:

	Assinatura
Nome do Orientador:	
Nome do Co-orientador, se houver:	
Nome do(a) Discente:	

Data: ____ / ____ / ____



ANEXO B: DECLARAÇÃO DE ORIENTAÇÃO

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri através do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas certifica que

_____ orientou o(a) discente _____ no desenvolvimento do Trabalho de

Conclusão de Curso intitulado

“ _____ ”

,

Por ser verdade, firmo a presente.

Diamantina, ____ de _____ de 20__.

Assinatura do Professor
Responsável pela disciplina



ANEXO C: DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO DA COMISSÃO AVALIADORA

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri através do Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas certifica que

Examinadora do Trabalho de Conclusão de Curso intitulado
“ _____”, de autoria do(a)
discente _____.

Por ser verdade, firmo a presente.

Diamantina, ____ de _____ de 20__.

**Assinatura do Professor
Responsável pela disciplina**



ANEXO D: FICHA DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Título do TCC	
Autor(es)	

Comissão Examinadora	Nota (0 a 100%)
Orientador:	
Examinador 1:	
Examinador 2:	
Média (Nota Final)	

Critérios a serem utilizados:

Apresentação, forma e estilo adequados, Estrutura adequada (Título, Resumo, Introdução/ Revisão bibliográfica, Metodologia, Resultados, Discussão e Conclusões) e Domínio de conteúdo.



ANEXO E: ATA DE DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

No dia _____ do mês de _____ do ano de dois mil e vinte _____, às _____ horas, reuniu-se a Comissão Examinadora composta pelos membros _____ (orientador), _____ e _____, para julgar o Trabalho de Conclusão de Curso intitulado “_____”, de autoria do(a) discente _____.

Após a exposição oral, o(a) discente foi arguido(a) pelos componentes da Comissão Examinadora. Em seguida, a Comissão reuniu-se, sem a presença do(a) discente e do público, para julgamento e expedição do resultado final.

O TCC foi considerado

- () Aprovado
() Aprovado com ressalvas
() Reprovado

E para constar, eu _____ (responsável pela disciplina), lavrei a presente ata que vai subscrita e assinada.

Examinador

1:

Examinador

2:

Orientador:

Responsável
disciplina:

pela



**ANEXO F: INDICAÇÃO DE MEMBROS PARA BANCA DE DEFESA DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Título do TCC	
Autor(es)	

<u>Orientador</u>	
<u>Instituição</u>	
<u>Contato</u>	

<u>Examinador 1</u>	
<u>Instituição</u>	
<u>Contato</u>	

<u>Examinador 2</u>	
<u>Instituição</u>	
<u>Contato</u>	

<u>Suplente</u>	
<u>Instituição</u>	
<u>Contato</u>	



**ANEXO G: ANUÊNCIA DO ORIENTADOR SOBRE A VERSÃO FINAL DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

Declaro para os devidos fins que o(a) discente _____, sob minha orientação, efetuou as correções sugeridas pela Comissão Examinadora e que documento entregue trata-se da versão final do TCC.

Diamantina, _____ de _____ de 20____.



16.4 ANEXO IV – Descrição da Natureza da Extensão

Quadro Descrição da Natureza de Extensão – Aprovado na 79ª Reunião Extraordinária do Conselho de Extensão e Cultura – COEXC:

DESCRIÇÃO DA NATUREZA DE EXTENSÃO	
ASPECTO1	MODALIDADE DA AÇÃO
SUPORTE /ORIENTAÇÕES	LEGAL Projeto, Programa, Curso, Evento e Prestação o de Serviço. (Cf. Art. 3o. da Res. CONSEPE n.2/2021).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	(X)Programa (X)Projeto (X)Curso/ Oficina (X)Evento (X)Prestação deServiço
ASPECTO2	VÍNCULO DA AÇÃO
SUPORTE /ORIENTAÇÕES	LEGAL 1- Institucional/UFVJM; (Cf. Art. 3o. da Res. CONSEPE n.2/2021)
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	(X) Institucional/UFVJM; ()Governamental; ()Não-Governamental
ASPECTO3	TIPO DE OPERACIONALIZAÇÃO
SUPORTE /ORIENTAÇÕES	LEGAL 2- Atividade Complementar/UFVJM; (Cf. Art. 3o. da Res. CONSEPE n.2/2021)
DESCRIÇÃO/ OPÇÃO SELECIONADA	(X)UnidadeCurricular; (X)AtividadeComplementar; ()Práticacomocomponentecurricular; ()Estágio
ASPECTO 4	CÓDIGO(S) E NOME(S) DA(S) UCS DO PPC VINCULADAS À AÇÃO DE EXTENSÃO
SUPORTE /ORIENTAÇÕES	LEGAL Cf. Art. 3o. da Res. CONSEPE n.2/2021)
DESCRIÇÃO /OPÇÃO SELECIONADA	ACE 1; ACE2; ACE3; ACE4; ACE5; ACE6; ACE7. O curso de Bacharelado em Ciências Biológicas ofertará sete (07) Atividades Curriculares de Extensão, as denominadas ACEs. Neste contexto, serão oferecidas em cada ACE, no mínimo dois projetos para a participação e envolvimento dos discentes sob a coordenação de um docente responsável. Os discentes participarão de projetos de



		extensão vinculados a um Programa, devidamente registrados na Pró-reitoria de Extensão, e desenvolvidos nas ACE1, ACE2, ACE3, ACE4 e AC5. Finalmente, os resultados destes projetos serão vivenciados nas ACE6 e ACE7.
ASPECTO 5		COMPONENTES CURRICULARES DAS UCS COM BASE NA DCN DO CURSO VINCULADAS À AÇÃO DE EXTENSÃO.
SUPORTE /ORIENTAÇÕES	LEGAL	Art. 14 Os Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs) dos cursos de graduação devem ressaltar o valor das atividades de extensão, caracterizando-as adequadamente quanto à participação dos estudantes, permitindo-lhes, dessa forma, a obtenção de créditos curriculares ou carga horária equivalente após a devida avaliação. (Cf. Art.14 - Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA		A extensão universitária é a atividade que se integra à Estrutura Curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa. Em cumprimento às normas legais, no âmbito do curso serão previstas 330 (trezentas e trinta) horas de ações de extensão universitária objeto de creditação, e serão distribuídas entre as unidades curriculares ACE1 a ACE7 da seguinte forma: os projetos desenvolvidos poderão fazer parte das atividades dos discentes do curso para materializar a curricularização da extensão. Logo, o curso de Bacharelado em Ciências Biológicas ofertará sete (07) Atividades Curriculares de Extensão, as denominadas ACEs. Neste contexto, serão oferecidas em cada ACE, no mínimo dois projetos para a participação e envolvimento dos discentes sob a coordenação de um docente responsável. Os discentes participarão de projetos de extensão vinculados a um Programa e desenvolvidos nas ACE1, ACE2, ACE3, ACE4 e AC5. Finalmente, os resultados destes projetos serão vivenciados nas ACE6 e ACE7.
ASPECTO 6		OBJETIVOS
SUPORTE /ORIENTAÇÕES	LEGAL	Informar os objetivos da ação de extensão o vinculado á creditação o. Regulamento da PROEXC
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA		No âmbito institucional as ações de extensão objetivam ampliar e aprofundar as relações entre a UFVJM e outros setores da sociedade, em especial os Vales do Jequitinhonha e Mucuri, através da interação dialógica entre a comunidade externa e a universidade, visando contribuir com alternativas de transformação da realidade, no sentido da melhoria das condições de vida e do fortalecimento da cidadania. Com relação à formação dos discentes, as ações de extensão visam



	contribuir para a sua formação técnica e cidadã, possibilitando a eles a vivência de experiências que os aproximem de questões contemporâneas, que instiguem a busca por soluções para problemas da sociedade e promova o desenvolvimento do seu conhecimento através do contato com os atores sociais envolvidos nessas ações.
ASPECTO 7	METODOLOGIA
SUPORTE /ORIENTAÇÕES	LEGAL Informar a estratégia e a metodologia a ser adota na realização da ação de extensão vinculada a creditação. Regulamento da PROEXC.
DESCRÍÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	<p>Para o desenvolvimento das ações de extensão vinculadas à creditação é prevista a integração entre docentes, discentes e técnicos-administrativos.</p> <p>Essas ações deverão promover a interdisciplinaridade e serão constituídas de metodologias que estimulem a participação e a democratização do conhecimento, colocando em relevo a contribuição de atores não universitários em sua produção e difusão.</p> <p>Nas ações de extensão a serem realizadas (Programas, Projetos, Cursos/Oficina, Eventos ou Prestação de Serviços), poderão ser empregadas, em todas as etapas, metodologias como: realização de experimentos, levantamento de dados, sensibilização, implementação, capacitação, intervenção, registros etc. Poderão ser desenvolvidos trabalhos junto às escolas de Educação Básica, palestras, seminários, oficinas entre outros, sempre garantindo a interação dialógica entre a comunidade externa e a universidade. A discriminação das metodologias a serem utilizadas em cada ação extensionista será feita quando da elaboração do Plano de Ensino e da submissão da ação à PROEXC pelo docente responsável pela unidade curricular (ACE), considerando que, no âmbito do PPC não é possível fazer tal previsão.</p> <p>A participação do público-alvo se dará através da realização e acompanhamento das atividades propostas, sendo garantida a interação dialógica e troca de conhecimento entre os envolvidos.</p> <p>As ações extensinonistas deverão possibilitar a aprendizagem em métodos e processos de extensão universitária. Deverão contribuir para o desenvolvimento da aprendizagem e para a formação dos discentes a partir da interação com a realidade da população brasileira, em especial a das regiões de abrangência da UFVJM, qualificando-os para os desafios enfrentados no mundo atual em relação à atuação profissional e ao exercício da cidadania.</p> <p>As ações de extensão serão previamente registradas na Pró-Reitoria de Extensão (PROEXC), pelo docente responsável pela unidade curricular a qual as ações estão vinculadas. Essas ações serão por ele acompanhadas e avaliadas. O docente estará ciente de que, ao final da vigência da ação registrada, ele deverá submeter o Relatório Final à apreciação da PROEXC para análise e certificação.</p> <p>Os indicadores de avaliação serão escolhidos pelo docente responsável, considerando o previsto no Art. 99, da Resolução nº. 11, de 11 de</p>



		abril de 2019 que estabelece o Regulamento dos Cursos de Graduação da UFVJM.
ASPECTO8		INTERAÇÃO DIALÓGICA DA COMUNIDADE ACADÊMICA COM A SOCIEDADE
SUPORTE /ORIENTAÇÕES	LEGAL	Informar sobre a proposta da ação na interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social (Cf. I, Art. 5o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO /OPÇÃOSELECLONADA		A realização das ações de extensão previstas se dará mediante a interação dialógica da universidade com a comunidade externa por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social. Desta forma, prevê-se mútuo benefício entre estes, visto que os atores sociais que participam das ações de extensão ofertadas pelas unidades curriculares também contribuem para a produção do conhecimento, oferecendo os saberes construídos em sua prática cotidiana, em seu fazer profissional ou vivência comunitária.
ASPECTO9		INTERDISCIPLINARIDADE E INTERPROFISSIONALIDADE
SUPORTE /ORIENTAÇÕES	LEGAL	Informar sobre a proposta da ação de extensão da formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular. (Cf. II, Art. 5o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃOSELECLONADA		O planejamento e execução das ações extensionistas previstas devem estar baseadas na formação técnica e cidadã dos discentes e devem considerar a complexidade da realidade social. Para isso, pretende-se promover a interação de modelos, conceitos e metodologias oriundas de várias unidades curriculares e áreas do conhecimento constantes da Estrutura Curricular do curso, assim como a construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais. Dessa maneira, espera-se imprimir às ações de extensão universitária a consistência teórica e operacional de que sua efetividade depende.
ASPECTO10		INDISSOCIABILIDADE ENSINO – PESQUISA – EXTENSÃO
SUPORTE /ORIENTAÇÕES	LEGAL	Informar sobre a proposta da ação de extensão e a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico. (Cf. IV, Art. 5o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃOSELECLONADA		As ações de extensão previstas estarão vinculadas ao processo de ensino e pesquisa, de modo a contribuir, também, para a formação dos discentes e para a geração de conhecimentos, através de processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico. A relação entre Extensão-Esino será buscada com a inserção dos discentes como protagonistas de sua formação técnica e cidadã. Essa visão do discente como protagonista deve ser estendida, na ação de



		<p>Extensão Universitária, a todos os envolvidos (discentes, docentes, técnico-administrativos, pessoas das comunidades, discentes de outras Universidades e do ensino médio).</p> <p>A relação Extensão-Pesquisa, visando à produção de conhecimento, será buscada sustentando-se principalmente em metodologias participativas no formato investigação-ação (ou pesquisa-ação), que priorizam: métodos de análise inovadores, a participação dos atores sociais e o diálogo. Para o desenvolvimento das ações extensionistas, poderá ser buscada a incorporação/envolvimento de discentes de pós-graduação bem como incentivada a produção acadêmica a partir das atividades de Extensão.</p>
ASPECTO 11		<p>IMPACTO NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE: CARACTERIZAÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS GRADUANDOS NA AÇÃO PARA SUA FORMAÇÃO ACADÊMICA</p>
SUPORTE /ORIENTAÇÕES	LEGAL	<p>Descrever a contribuição da ação de extensão para o impacto na formação do discente, conforme estabelece a legislação vigente:</p> <p>“Art. 6º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior:</p> <ul style="list-style-type: none">- a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;- o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;- a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;- a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa; <p>V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural; VI – o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;</p> <p>VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira”. (Cf. I-VII, Art. 6º. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).</p>
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA		<p>As ações de extensão previstas contribuirão para a formação integral dos discentes, formando cidadãos críticos e responsáveis. Será possibilitada a eles a vivência de experiências que os aproximem de questões contemporâneas, que instiguem a busca por soluções para problemas da sociedade e promova o desenvolvimento do seu conhecimento através do contato com os atores sociais envolvidos nessas ações.</p>



		Essas ações deverão possibilitar a aprendizagem em métodos e processos de extensão universitária. No contexto de realização das ações extensionistas, os discentes serão estimulados a serem protagonistas no desenvolvimento das atividades, e serão capacitados para a realização das atividades previstas. Essa capacitação se dará através de aulas, experimentos, levantamento de dados entre outros.
ASPECTO 12		IMPACTO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
SUPORTE /ORIENTAÇÕES	LEGAL	Informar sobre a proposta da ação de extensão e produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais; (Cf. III, Art. 5o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).
DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA		Através do desenvolvimento das ações extensionistas aqui previstas busca-se o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade, respeitando e promovendo a interculturalidade. Prevê a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social da Universidade, em especial no atendimento das demandas das comunidades que abrangem os Vales do Jequitinhonha e Mucuri, objetivando contribuir com alternativas de transformação da realidade, no sentido da melhoria das condições de vida, do fortalecimento da cidadania e do desenvolvimento regional. As ações serão direcionadas para a produção e construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira. Visa promover uma reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa, e incentivar a atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural. É previsto que a própria Universidade, enquanto parte da sociedade, também será transformada, a partir da construção e aplicação dos conhecimentos adquiridos com a ação, da integração entre docentes, discentes e técnico-administrativos na realização de ações de extensão universitária, e da possibilidade de promover a aprendizagem através de métodos e processos de extensão universitária.
ASPECTO 13		DESCRIÇÃO DO PÚBLICO-ALVO
SUPORTE /ORIENTAÇÕES	LEGAL	Informar sobre o perfil e participação do público-alvo na ação de extensão e, principalmente, a interação com a comunidade externa. Pois são consideradas atividades de extensão as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas às instituições de ensino superior e que estejam vinculadas à formação do estudante, nos termos desta Resolução, e conforme normas institucionais próprias. (Cf. Art. 7o. Resolução n. 7, CNE - 18, dez., 2018).



DESCRIÇÃO / OPÇÃO SELECIONADA	As ações de extensão terão como público-alvo a comunidade externa à UFVJM que tenha suas demandas contempladas no contexto de cada ação extensionista proposta. Além disso, serão abrangidas a comunidade acadêmica da UFVJM, e terão a participação ativa de discentes, de modo que as ações contribuam para a sua formação, e sua formação contribua para o desenvolvimento das ações.
-------------------------------	--



16.5 ANEXO V – CORPO DOCENTE

O corpo docente da UFVJM compreende: os integrantes das carreiras de magistério; os docentes visitantes e substitutos, nos termos do Regimento Geral da UFVJM; outras categorias docentes previstas em lei. Entende-se por atividades de magistério: as pertinentes ao ensino, à pesquisa e à extensão; as inerentes ao exercício de direção, assessoramento, chefia e coordenação, exercidas por docentes, na UFVJM, além de outras previstas na legislação vigente.

O cumprimento do presente Projeto Pedagógico requer a participação de todos os docentes ligados ao curso (Tabela 1), que devem estar comprometidos com o desenvolvimento de atividades previstas em cada Unidade Curricular e com a utilização de metodologias diversificadas de ensino.

Tabela 1. Corpo docente efetivo em regime de dedicação exclusiva – Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas, maio de 2023.

Docente	Titulação	Regime	Lattes	Área
Anete Pedro Lourenço	Doutorado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/3377693208639907	Biologia Molecular
Conceição Aparecida dos Santos	Doutorado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/6061333111494752	Biologia Celular
Cristina Fontes Diniz	Doutorado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/2384486301488984	Química
Dayana T. Francino	Doutorado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/4319415571098647	Morfologia Vegetal
Elaine Cristina Cabrini	Doutorado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/0079433403548655	Fisiologia Vegetal
Evelyn A. M. Sanchez Bizan	Doutorado	40h/DE		Paleontologia
Fabiane Nepomuceno da Costa	Doutorado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/1305205346683231	Sistemática Vegetal
Mayra Figueiredo Goulart	Doutorado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/0622379844023008	Ecologia Vegetal
Soraya de Carvalho Neves	Doutorado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/3523194409704557	Geologia



Alexandre Soares dos Santos	Doutorado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/5728597199020574	Bioquímica
Carlos Victor M. Filho	Doutorado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/9251503287241388	Sistemática Vegetal
José Bosco I. Junior	Doutorado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/2757601509303385	Biologia Celular
Leonardo Guimarães Lessa	Doutorado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/3838025862771000	Ecologia e Evolução
Thiago Santos	Doutorado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/8602060117222533	Ecologia e Evolução
Rodrigo César Marques	Doutorado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/5808731517197523	Sistemática e Taxonomia
Ricardo Barata	Doutorado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/7084091825773201	Parasitologia
Rinaldo Duarte	Doutorado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/4780253973484378	Imunologia
Harriman Aley Moraes	Doutorado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/7572776163967412	Biofísica
Marco Fabrício dias Peixoto	Doutorado	40h/DE	http://lattes.cnpq.br/4660848298254835	Fisiologia
Fernando Júnio de Miranda		40h/DE	http://lattes.cnpq.br/1212806555293894	Física
Concurso		40h/DE		
Concurso		40h/DE		



16.6 ANEXO VI – CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O corpo técnico-administrativo é representado por todos os servidores efetivos não docentes, os quais serão lotados, por ato do Reitor, nas Unidades Acadêmicas e nos demais órgãos da UFVJM, respeitada a legislação vigente. Tem por atividades: o planejamento, a organização, execução ou avaliação das atividades de apoio técnico; as inerentes ao exercício de direção, chefia, coordenação, assessoramento e assistência, na própria Instituição.

Na Tabela 2 consta a relação do atual corpo técnico-administrativo lotado no DCBio.

Tabela 2 - Corpo Técnico-Administrativo – Curso de Bacharelado em Ciências Biológicas, maio de 2023.

	Técnico	Cargo	Nível	Titulação
1	Cássia Michele Cabral	Laboratório/Biologia	D	Doutorado
2	Daniel José Silva Viana	Laboratório/Biologia	D	Doutorado
3	Darliana da Costa Fonseca	Laboratório/Biologia	D	Doutorado
4	Renata L. Ursine	Laboratório/Biologia	D	Doutorado
5	Samuel S. O. Giordani	Laboratório/Biologia	D	Doutorado
6	Concurso	Laboratório/Biologia	D	
7	Concurso	Técnico Administrativo	D	



16.7 ANEXO VIII Acordos de Cooperação



31/05/2023, 18:24

SEI/UFVJM - 1065176 - Documento



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

TERMO DE ACORDO ENTRE DCB e DCBio

Este Termo vem estabelecer **ACORDO PARA OFERTA DE UNIDADES CURRICULARES** entre os Departamentos de Ciências Biológicas (DCBio/FCBS/UFVJM) e Departamento de Ciências Básicas (DCB/FCBS/UFVJM).

Tendo em vista a formulação do PPC da proposta de Bacharelado em Ciências Biológicas (aprovada pela congregação da FCBS em 07/10/2022), se faz necessário firmar uma parceria entre os departamentos supracitados, para oferta de unidades curriculares. Neste sentido, o DCB assume a responsabilidade de ofertar a seguinte unidade curricular:

1. **Bioquímica** - Unidade curricular já ofertada para o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (a unidade será ministrada concomitantemente à Licenciatura em Ciências Biológicas e não haverá aumento no número total de discentes). Carga horária: 60 horas/aula.
2. **Biofísica** - Unidade curricular já ofertada para o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (a unidade será ministrada concomitantemente à Licenciatura em Ciências Biológicas e não haverá aumento no número total de discentes). Carga horária: 30 horas/aula.

O oferecimento das unidades curriculares acima listadas, pelo DCB, obedecerá ao número de vagas estabelecidos nos respectivos Projetos Pedagógicos dos Cursos e as disposições do Regulamento de Cursos de Graduação da UFVJM.

Em caso de alteração nos PPCs, no que se refere à oferta do número de vagas em ambos os cursos (licenciatura e bacharelado em Ciências Biológicas), o presente termo deve ser adequado a nova condição de oferta.

Toda e qualquer alteração neste Termo, somente poderá ocorrer a partir do consentimento explícito das partes envolvidas, mediante a formulação de novo acordo.

Diamantina, 05 de maio, de 2023

Ana Paula Nogueira Nunes
Chefe do Departamento de Ciências Básicas

Thiago Santos
Chefe do Departamento de Ciências Biológicas/UFVJM



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Santos, Chefe de Departamento**, em 05/05/2023, às 11:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
DIAMANTINA - MINAS GERAIS



31/05/2023, 18:24

SEI/UFVJM - 1065176 - Documento



Documento assinado eletronicamente por **Ana Paula Nogueira Nunes, Chefe de Departamento**, em 12/05/2023, às 11:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do **Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015**.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1065176** e o código CRC **7736DDF3**.

Referência: Processo nº 23086.006259/2023-61

SEI nº 1065176

https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1135276&infra_sist... 2/2



TERMO DE ACORDO ENTRE DEFI e DCBio

Este Termo vem estabelecer **ACORDO PARA OFERTA DE UNIDADES CURRICULARES** entre os Departamentos de Ciências Biológicas (DCBio/FCBS/UFVJM) e Departamento de Educação Física (DEFI/FCBS/UFVJM).

Tendo em vista a formulação do PPC da proposta de Bacharelado em Ciências Biológicas (aprovada pela congregação da FCBS em 07/10/2022), se faz necessário firmar uma parceria entre os departamentos supracitados, para oferta de unidades curriculares. Neste sentido, o DEFI assume a responsabilidade de ofertar a seguinte unidade curricular:

- 1) **Fisiologia Básica** - Unidade curricular já ofertada para o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (a unidade será ministrada concomitantemente à Licenciatura em Ciências Biológicas e não haverá aumento no número total de discentes). Carga horária: 60 horas/aula.

O oferecimento das unidades curriculares acima listadas, pelo DEFI, obedecerá ao número de vagas estabelecidos nos respectivos Projetos Pedagógicos dos Cursos e as disposições do Regulamento de Cursos de Graduação da UFVJM.

Em caso de alteração nos PPCs, no que se refere à oferta do número de vagas em ambos os cursos (licenciatura e bacharelado em Ciências Biológicas), o presente termo deve ser adequado a nova condição de oferta.

Toda e qualquer alteração neste Termo, somente poderá ocorrer a partir do consentimento explícito das partes envolvidas, mediante a formulação de novo acordo.

Diamantina, 03 de Maio de 2023.

Assinado digitalmente por
Leonardo Madeira Pereira
CPF: ***305396**
03/05/2023 15:14:08

Chefe do Departamento de Educação Física

Thiago Santos

Chefe do Departamento de Ciências Biológicas/UFVJM

Assinado digitalmente por
Thiago Santos
CPF: ***083106**
31/05/2023 19:29:15



31/05/2023, 18:26

SEI/UFVJM - 1085878 - Documento



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

TITULO

Este Termo vem estabelecer **ACORDO PARA OFERTA DE UNIDADES CURRICULARES** entre o Departamento de Ciências Biológicas (DCBio/FCBS/UFVJM) e o Departamento de Química(DEQUI/FACET/UFVJM).

Tendo em vista a formulação do PPC da proposta de Bacharelado em Ciências Biológicas (aprovada pela congregação da FCBS em 07/10/2022), se faz necessário firmar uma parceria entre as unidades supracitadas, para oferta de unidades curriculares da seguinte forma: o DEQUI assume a responsabilidade de ofertar a seguinte unidade curricular:

1. **Fundamentos de Química** - Unidade curricular já ofertada para o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (a unidade será ministrada concomitantemente à Licenciatura em Ciências Biológicas e não haverá aumento no número total de discentes)
2. Mantendo o horário de oferta da referida unidade curricular no período noturno, para as aulas teóricas e experimentais.

O oferecimento da unidade curricular acima listadas, pelo DEQUI, obedecerá ao número de vagas estabelecidos nos respectivos Projetos Pedagógicos dos Cursos e as disposições do Regulamento de Cursos de Graduação da UFVJM.

Em caso de alteração nos PPCs, no que se refere à oferta do número de vagas em ambos os cursos (licenciatura e bacharelado em Ciências Biológicas), o presente termo deve ser adequado à nova condição de oferta.

Toda e qualquer alteração neste Termo, somente poderá ocorrer a partir do consentimento explícito das partes envolvidas, mediante a formulação de novo acordo.

Diamantina, 25 de maio, de 2023

Helen Rose de Castro Silva Andrade
Chefe do Departamento de Química

Thiago Santos
Chefe do Departamento de Ciências Biológicas



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Santos, Chefe de Departamento**, em 25/05/2023, às 20:24, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
DIAMANTINA - MINAS GERAIS



31/05/2023, 18:26

SEI/UFVJM - 1085878 - Documento



Documento assinado eletronicamente por **Helen Rose de Castro Silva Andrade, Chefe de Departamento**, em 29/05/2023, às 16:45, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1085878** e o código CRC **D1E59AES**.

Referência: Processo nº 23086.006259/2023-61

SEI nº 1085878

https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1157173&infra_sist... 2/2



31/05/2023, 18:26

SEI/UFVJM - 1082412 - Documento



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

TERMO DE ACORDO ENTRE DCBio e DME

Este Termo vem estabelecer **ACORDO PARA OFERTA DE UNIDADES CURRICULARES** entre os Departamentos de Ciências Biológicas (DCBio/FCBS/UFVJM) e Departamento de Matemática e Estatística (DME/FACET/UFVJM).

Tendo em vista a formulação do PPC da proposta de Bacharelado em Ciências Biológicas (proposta aprovada pela congregação da FCBS em 07/10/2022), se faz necessário firmar uma parceria entre os departamentos supracitados, para oferta de unidades curriculares. Neste sentido, o DME assume a responsabilidade de ofertar a seguinte unidade curricular:

1) Fundamentos de Física (código atual MAT026) - Unidade curricular já ofertada para o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas no seguinte formato: 1º) Turma com 36 vagas ofertadas, sendo 30 vagas determinadas em edital de admissão (vestibular) + 20% dessas vagas determinados em norma interna atualmente vigente da UFVJM; 2º) Carga Horária Semestral de 60 horas, correspondendo a uma Carga Horária Semanal de 4 horas; 3º) A unidade curricular é ministrada no turno noturno.

Os alunos do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas farão parte da mesma turma acima descrita, já ofertada ao curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, sem aumento do número de vagas ofertadas, sem aumento/criação de cargas horárias semanal e semestral, além das já ofertadas. Para isso, o número de vagas na turma atendida pela Unidade Curricular de MAT026, para alunos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, será reduzido para 15 vagas (a serem determinadas em edital de admissão/vestibular) + 20 % dessas vagas (determinados pela norma interna da UFVJM), criando-se assim, para alunos do curso do Bacharelado em Ciências Biológicas, 15 vagas (a serem determinadas em edital de admissão/vestibular) + 20 % dessas vagas (determinados pela norma interna da UFVJM), de forma que, o número de vagas na Unidade Curricular de MAT026 ofertadas a esta turma mista é igual a 36 vagas.

Os alunos do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas e os alunos do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas, através desta turma mista, compartilharão da mesma ementa, do mesmo conteúdo programático, do mesmo horário de aula e do mesmo local de aulas.

O oferecimento da unidade curricular acima listada, pelo DME, obedecerá ao número de vagas estabelecidos nos respectivos Projetos Pedagógicos dos Cursos e as disposições do Regulamento de Cursos de Graduação da UFVJM. Em caso de alteração nos PPCs, no que se refere à alteração no formato de oferta da Unidade Curricular de MAT026 a ambos os cursos (licenciatura e bacharelado em Ciências Biológicas), o presente termo deve ser alterado a nova condição de oferta e toda e qualquer alteração neste Termo somente poderá ocorrer a partir do consentimento explícito das partes envolvidas, mediante a formulação de novo acordo.

Gilmar de Sousa Ferreira

Chefe do Departamento de Matemática e Estatística

https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1153514&infra_sist... 1/2



31/05/2023, 18:26

SEI/UFVJM - 1082412 - Documento

Thiago Santos
Chefe do Departamento de Ciências Biológicas/UFVJM



Documento assinado eletronicamente por **Thiago Santos, Chefe de Departamento**, em 23/05/2023, às 08:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gilmar de Sousa Ferreira, Chefe de Departamento**, em 30/05/2023, às 20:07, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1082412** e o código CRC **EA1048F8**.

Referência: Processo nº 23086.006259/2023-61

SEI nº 1082412

https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=1153514&infra_sist... 2/2



TERMO DE ACORDO ENTRE ICT e DCBio

Este Termo vem estabelecer **ACORDO PARA OFERTA DE UNIDADES CURRICULARES** entre o Departamento de Ciências Biológicas (DCBio/FCBS/UFVJM) e o Instituto de Ciência e Tecnologia/UFVJM.

Tendo em vista a formulação do PPC da proposta de Bacharelado em Ciências Biológicas (aprovada pela congregação da FCBS em 07/10/2022), se faz necessário firmar uma parceria entre as unidades supracitadas, para oferta de unidades curriculares. Neste sentido, o ICT assume a responsabilidade de ofertar as seguintes unidades curriculares:

- 1) **Paleontologia** - Unidade curricular já ofertada para o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (a unidade será ministrada concomitantemente à Licenciatura em Ciências Biológicas e não haverá aumento no número total de discentes). Carga horária: 45 horas/aula.
- 2) **Geologia** - Unidade curricular já ofertada para o curso de Licenciatura em Ciências Biológicas (a unidade será ministrada concomitantemente à Licenciatura em Ciências Biológicas e não haverá aumento no número total de discentes). Carga horária: 30 horas/aula.

O oferecimento das unidades curriculares acima listadas, pelo ICT, obedecerá ao número de vagas estabelecidos nos respectivos Projetos Pedagógicos dos Cursos e as disposições do Regulamento de Cursos de Graduação da UFVJM.

Em caso de alteração nos PPCs, no que se refere à oferta do número de vagas em ambos os cursos (licenciatura e bacharelado em Ciências Biológicas), o presente termo deve ser adequado a nova condição de oferta.

Toda e qualquer alteração neste Termo, somente poderá ocorrer a partir do consentimento explícito das partes envolvidas, mediante a formulação de novo acordo.

Diamantina, 19 de maio de 2023



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
DIAMANTINA - MINAS GERAIS



Documento assinado digitalmente

gov.br LIBARDO ANDRES GONZALEZ TORRES
Data: 19/05/2023 08:57:18-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>

Libardo Andres González Torres

Diretor em exercício do Instituto de Ciência e Tecnologia/UFVJM

Thiago Santos

Chefe do Departamento de Ciências Biológicas/UFVJM

Documento assinado digitalmente

gov.br THIAGO SANTOS
Data: 31/05/2023 19:33:33-0300
Verifique em <https://validar.itd.gov.br>



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI
RESOLUÇÃO Nº 29/2024 - CONSEPE, DE 28 DE AGOSTO DE 2024**

Aprova o Projeto Pedagógico do curso de Graduação em Ciências Biológicas-Bacharelado, da Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde (FCBS), da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

O CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, e tendo em vista o que deliberou em sua 214º sessão sendo a 153º em caráter ordinário,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Biológicas-Bacharelado, da Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde-FCBS.

Parágrafo único: O projeto pedagógico do curso de graduação em Ciências Biológicas-Bacharelado contempla os elementos básicos indicados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso.

Art. 2º A carga horária total do curso de Ciências Biológicas-Bacharelado corresponde a 3.285 (três mil duzentas e oitenta e cinco) horas a serem integralizadas no tempo mínimo de 4,5 (quatro e meio) anos e máximo de 6,5 (seis e meio) anos.

Art. 3º O Projeto Pedagógico do Curso de Graduação em Ciências Biológicas-Bacharelado é parte integrante desta Resolução com vigência a partir do 1º semestre de 2025.

Art. 4º Esta resolução entrará em vigor a partir da data da sua publicação.

FLAVIANA TAVARES VIEIRA



Documento assinado eletronicamente por **Flaviana Tavares Vieira, Vice-Presidente do Consepe**, em 28/08/2024, às 11:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1518090** e
o código CRC **2BB54865**.

Referência: Processo nº 23086.000906/2024-11

SEI nº 1518090



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CONGREGAÇÃO FCBS 2022/1 07 DE OUTUBRO DE 2022

Ata da 1ª reunião ordinária da Congregação/FCBS de 2022/1, ocorrida dia 07 de outubro de 2022, sexta-feira, 14h, via web conferência:meet.google.com/hyy-wbyp-uyq

Aos 07 (sete) dias do mês de outubro do ano de 2022, sexta - feira, às 14 horas, via web conferência, ocorreu a 1ª Reunião Ordinária da Congregação/FCBS, 2022/1, da Congregação da Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, sob a Presidência do prof. Cláudio Heitor Balthazar. A reunião contou com a presença dos conselheiros conforme lista de presença a seguir e cujos registros dos nomes equivalem às presenças. Já o acréscimo da palavra ausente à frente do nome de cada conselheiro, corresponde à situação de não comparecimento: Direção *pró-tempore* do Biotério Central/FCBS: Bernardo Coelho Horta; **Chefias dos Departamentos:** Ciências Básicas: Harriman Aley Moraes (Chefe em exercício devido ao afastamento do Chefe, prof. Marcos Luciano Pimenta Pinheiro); Ciências Biológicas: Thiago Santos; Educação Física: Marcelo Siqueira de Jesus (ausente); Enfermagem: Gabriela de Cássia Ribeiro - Vice; Farmácia: Andréa Renata Malagutti; Fisioterapia: Alessandra de Carvalho Bastone; Nutrição: Dora Neumann (vice); Odontologia: Suelleng Maria Cunha Santos Soares (Vice). Coordenações dos cursos de graduação: Ciências Biológicas: José Bosco Isaac Júnior; Educação Física Bacharelado: Flávio de Castro Magalhães; Educação Física Licenciatura: Flávia Gonçalves da Silva; Enfermagem: Christiane Motta Araújo; Farmácia: Renata Aline Andrade; Fisioterapia: Pedro Henrique Scheidt Figueiredo e participação da vice-coordenação da fisioterapia, prof. Sabrina a partir de 16h15; Nutrição: Lucilene Soares Miranda; Odontologia: Anacélia Mendes Fernandes (ausente). Representantes docentes: Rinaldo Duarte (suplente de Simone Gomes de Oliveira). Representantes Técnicos administrativos: Ieda Baracho dos Santos - Ciências Básicas/Suplente; Elizeu de Castro Pereira - Ciências Biológicas/titular; Carolina Monteiro da Silva - Lotada na Direção da FCBS/titular; Emerson André Nogueira - Educação Física; Emília de Fátima Durães Fonseca - Odontologia/titular (ausente). Representantes discentes da Graduação: Sem representações. Representantes discentes da Pós-Graduação: sem representação. Coordenações de Pós-Graduação: Resid. Fisiot. na Saúde Coletiva – Refisc.: Henrique Silveira Costa (ausente); Ensino em Saúde – EnSA: Mirtes Ribeiro; PMPGCF: Elisabete Adriana Esteves (ausente); Resid. Multip. Saúde do Idoso: Ana Carolina Lanza Queiroz (ausente); Educação em Ciências, Matemática e Tecnologia: Aline de Souza Janerine (ausente); Mestrado em Biologia Animal: Rodrigo César Marques, Ciências da Saúde: Marco Fabrício Dias Peixoto (ausente); Ciências Farmacêuticas: Sandro Luiz Barbosa dos Santos (ausente); PPGOdonto: Olga Flecha Dumont (vice); Curso de Pós - Graduação Mestrado SaSA: Rosana Passos Cambraia; Coord. Curso de Pós – Graduação – PPGReab.: Vinícius Cunha de Oliveira.

I. ABERTURA: O Presidente da Congregação, prof. Cláudio desejou boas vindas a todos. A seguir passou ao segundo item.

II. APRECIAÇÃO DAS ATAS: A) 6.^a reunião ordinária da Congregação, semestre 2021/2, de 22/08/2022, 14 h, via web conferência. Aprovada com 15 (quinze) votos favoráveis e 12 (doze) abstenções. No momento da aprovação eram 27 (vinte e sete) conselheiros presentes.

III. CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS: Não se aplica.

IV. COMUNICAÇÃO DE RESULTADOS:

- 1. Processo 23086.008419/2022-26: mudanças dos códigos das disciplinas ofertadas pela prof. Ana Paula Azevedo Hemmi. A reunião com a chefia do DCB e coordenações envolvidas ocorreu dia 01 de setembro de 2022, via web conferência. Ficou acordado que, com vistas a atender os aspectos da organização administrativa e pedagógica, os códigos das disciplinas deverão ser nomeadas como disciplinas do DCB, além da continuidade das ações conjuntas/intervenções do Colegiado do Curso de Fisioterapia conforme sinalizado pelo coordenador do curso de fisioterapia anteriormente. A Congregação aprovou a deliberação dos coordenadores na reunião citada.
- V. CORRESPONDÊNCIAS RECEBIDAS:** Não se aplica.

VI. CORRESPONDÊNCIAS A REFERENDAR:

- 1. Processo 23086.010186/2022-21: Envio do Ofício **ad referendum** da Cong./FCBS 119 (0836306) à Progep referente à solicitação de redução carga horária da docente Luciara Leão Viana Fonseca, Departamento de Odontologia e atual Diretora de Assistência à Saúde - Dasa/Proace. A Congregação aprovou por ampla maioria a redução da carga horária da docente.
- 2. Processo 23086.012307/2022-70: Instalação **ad referendum** da Cong./FCBS da comissão para análise acerca da utilidade relacionada às atividades fins da instituição e registro de equipamento do laboratório de pesquisa BIOMAT/Odontologia perante o setor de Patrimônio/UFVJM: Portaria 66 (0816697). A Congregação aprovou a comissão por ampla maioria.
- 3. Processo 23086.012236/2022-13: Afastamento da sede de interesse do docente Thiago Santos, Departamento de Ciências Biológicas/FCBS, entre os dias 28/08 e 07/09 (11 dias) para trabalho de campo referente ao projeto "Padrões de diversidade de cupins (Blattaria: Isoptera) em áreas de Campo Rupestre" (protocolo de registro na PRPPG 4662022). A Congregação aprovou o afastamento por ampla maioria.
- 4. Processo 23086.011762/2022-58: Prorrogação do afastamento de interesse do Servidor Técnico administrativo Gilton de Jesus Gomes, por mais 01 (um) ano a partir de 02 de setembro de 2022. Portaria anterior de afastamento nº 2722 de 05 de setembro de 2019. Ofício nº 114/Cong./FCBS (0827262) à Divisão de Capacitação e Desenvolvimento (DCD/Progep). A Congregação da FCBS aprovou a prorrogação do afastamento por unanimidade.
- 5. Processo 23086.010518/2022-78: Afastamento para doutorado de interesse da Técnico - administrativa Andreza Isabel de Souza Costa, Departamento de Odontologia/FCBS. Processos relacionados ao assunto: 23086.012772/2022-19 e 23086.013311/2022-55. A vice-chefe do Departamento, Suelleng M. C. Santos Soares, informou a necessidade de retornar com o assunto para o departamento para verificação de alguns procedimentos necessários e alinhamento da situação para posterior retorno à Congregação.

VI.C CONCURSOS: Não se aplica.

VI. D. ELEIÇÕES: REFERENDAR - COMISSÕES ELEITORAIS, AÇÕES E MEMBROS ELEITOS NOS PROCESSOS ELEITORAIS:

PROCESSOS ELEITORAIS				
Comissões/Conselhos e demais organizações	Nº de vagas disponíveis	Nº Processo/ou Fonte originária da demanda		
1. Forped/Prograd	01 Titular e Suplente	<p>A Comissão eleitoral: Prof. Elaine Cristina Cabralini; Prof. Antônio Moacir de Jesus Lima/Depenf e Leida Calegário de Oliveira/Defar. Portaria atualizada nº 57(0805773) torna sem efeito a 09 (0601584).23086.012189/2021-19.</p> <p>Processo eleitoral Concluído: 23086.010223/2022-00</p> <p>Forped/Prograd: Vacâncio ; Christiane Mota Araújo e Célio Marcos Ferreira.</p>		<p>Re resultado processo 2300 (Edital 01 -</p> <p>Po lavrada pela P</p> <p>El Macedo C</p> <p>titular e J</p> <p>Melo/DCB- Su</p> <p>A aprovou a el maioria.</p>
5. Conselho de Curadores (Concur)	Saída a pedido do Suplente: Antônio Souza Santos e Fernando Costa Archanjo (titular) Eleição para titular e suplente(?)	23086.007658/2022-69: Solicitação de desligamento da representação suplente da FCBS: Antônio Souza Santos no Conselho de Curadores (Concur).	Pedido de desligamento de suplência feita por Antônio Souza Santos/Defar. A titularidade é de Fernando Costa Archanjo/Defar. Verificar mandato: 28/09/20 a 27/09/2022:	<p>Re Comissão de E</p> <p>Po (0816144)</p> <p>Pr Sobrinho Sil</p> <p>Membro</p> <p>Pr Perez Dias/Nu</p> <p>Pr Tossige Gc</p> <p>Membro</p> <p>Té administrativc</p> <p>Barbosa da</p> <p>Membro</p> <p>A aprovou a coi</p> <p>maioria.</p> <p>O em andament</p>
09. Repres. Docente na Congregação/FCBS	Titular e Suplente	Eleição provimento vacância da outra representação docente da FCBS na Congregação/FCBS.	Finalização de mandato: Adriana Netto Parentoni e George Sobrinho Silva.	<p>Re mesma Comi acima:</p> <p>Po 67 (0820763)</p> <p>A aprovou a coi</p> <p>maioria.</p> <p>O em andament</p>

A Congregação da FCBS aprovou as designações das comissões bem como as indicações para as comissões/conselhos da UFVJM.

VII. E. PROGRESSÕES

E. PROMOÇÕES: 1. Finalização do Processo 23086.008156/2022-55: referendar o envio do Parecer da comissão de avaliação do processo de promoção funcional para a Classe de Titular de interesse do docente Paulo Celso Prado Telles Filho, Departamento de Enfermagem/FCBS/UFVJM. Ofício 110 (0820685) à CPPD. A Congregação aprovou, por unanimidade, o encaminhamento do processo à CPPD. 2. Início do Processo 23086.012263/2022-88: encaminhamento à CPPD do ofício/Congreg/FCBS nº 112 (0823391) referente à solicitação de promoção funcional para a Classe de Titular de interesse do docente Marivaldo Aparecido de Carvalho, Departamento de Ciências Básicas/FCBS. A Congregação aprovou, por unanimidade, o encaminhamento do processo à CPPD. 3. Início do Processo 23086.012578/2022-25 referendar a instalação **ad referendum** da comissão responsável pela avaliação referente promoção funcional, da Classe C, Nível IV - Denominação de Professor Adjunto, para o nível I da Classe D, Professor Associado, de interesse do docente Leandro Batista Cordeiro, Departamento de Educação Física/FCBS/UFVJM. Portaria/FCBS nº 69 (0829398). Ofício 125 (0843770) à CPPD encaminhando o parecer da comissão. A Congregação aprovou, por unanimidade, o encaminhamento do parecer e do processo. 4. Processo 23086.010505/2022-07: encaminhamento à CPPD do ofício/Congreg/FCBS nº 78 (0800427), referente à solicitação de progressão funcional, da Classe C, Nível II - Denominação de Professor Adjunto, para o nível III da mesma Classe, de interesse do docente Paula Cristina Pelli Paiva, Departamento de Odontologia/FCBS/UFVJM. A Congregação aprovou, por unanimidade, o encaminhamento do processo. 5. Processo 23086.012501/2022-55: encaminhamento à CPPD do ofício/Congreg/FCBS nº 116 (0834857), referente à solicitação de progressão funcional, da Classe C, Nível III - Denominação de Professor Adjunto, para o nível IV da mesma Classe, de interesse do(a) docente Ricardo Lopes Rocha, Departamento de Odontologia/FCBS/UFVJM. A Congregação aprovou, por unanimidade, o encaminhamento do processo. 6. Processo 23086.012210/2022-67: encaminhamento à CPPD do ofício/Congreg/FCBS nº 117 (0834919) referente à solicitação de aceleração da promoção funcional pro fim do estágio probatório de interesse do (a) docente Ana Carolina Lanza Queiroz, Departamento de Enfermagem/FCBS/UFVJM. A Congregação aprovou, por unanimidade, o encaminhamento do processo. 7. Processo 23086.010505/2022-07: encaminhamento à CPPD do ofício/Congreg/FCBS nº 118 (0835086), referente à solicitação de progressão funcional, da Classe C, Nível III - Denominação de Professor Adjunto, para o nível IV da mesma Classe, de interesse do(a) docente Paula Cristina Pelli Paiva, Departamento de Odontologia/FCBS/UFVJM. A Congregação aprovou, por unanimidade, o encaminhamento do processo. 8. Processo 23086.012098/2022-64: encaminhamento à CPPD do ofício/Congreg/FCBS nº 121 (0838871), referente à solicitação de progressão funcional, da Classe D, Nível I - Denominação de Professor Associado, para o nível II da mesma Classe, de interesse do(a) docente Liliane da Consolação Campos Ribeiro, Departamento de Enfermagem/FCBS/UFVJM. A Congregação aprovou, por unanimidade, o encaminhamento do processo. 9. Processo 23086.013274/2022-85: encaminhamento à CPPD do ofício/Congreg/FCBS nº 123 (0842649), referente à solicitação de aceleração da promoção funcional por fim de estágio probatório, de interesse da docente Renata Patrícia Fonseca Gonçalves, Departamento de Enfermagem/FCBS. A Congregação aprovou, por unanimidade, o encaminhamento do processo. 10. Início do Processo 23086.011028/2022-99: encaminhamento à CPPD do ofício/Congreg/FCBS nº 122 (0842595), referente à solicitação de promoção funcional, da Classe D, Nível IV - Denominação de Professor Associado, para a Classe de Titular, de interesse da docente Ana Catarina Perez Dias, Departamento de Nutrição/FCBS/UFVJM. A Congregação aprovou, por unanimidade, o encaminhamento do processo. 11. Processo 23086.013469/2022-25: encaminhamento à CPPD do ofício/Congreg/FCBS nº 128 (0846425), referente à solicitação de progressão funcional, da Classe C, Nível III - Denominação de Professor Adjunto, para o nível IV da mesma Classe, de interesse do docente Marcus Alessandro Alcântara, Departamento de Fisioterapia/FCBS/UFVJM. A Congregação aprovou, por unanimidade, o encaminhamento do processo. 12. Processo 23086.013847/2022-71: encaminhamento à CPPD do ofício/Congreg/FCBS nº 134 (0857895), referente à solicitação de progressão funcional, da Classe D, Nível II - Denominação de Professor Adjunto, para o nível III da mesma Classe, de interesse do docente Marco Fabrício Dias Peixoto, Departamento de Educação Física/FCBS/UFVJM. A Congregação aprovou, por unanimidade, o encaminhamento do processo. 13. Processo 23086.012436/2022-68: Instalação de comissão **ad referendum** nº 75/FCBS (0847991), para avaliação da promoção funcional, da Classe C, Nível IV - Denominação de Professor Adjunto para a Classe de Associado, de interesse da docente Mirtes Ribeiro, Departamento de Enfermagem/FCBS/UFVJM. Ofício 135 (0859583) encaminhando o parecer favorável da comissão à CPPD. A Congregação aprovou, com uma abstenção específica, o encaminhamento do parecer que fora incluído processo. 14. Processo 23086.014226/2022-12: encaminhamento à CPPD do ofício/Congreg/FCBS nº 136 (0860081), referente à solicitação de promoção funcional para a Classe de Titular de interesse do docente Alexandre Soares dos Santos, Departamento de Ciências Básicas/FCBS. A Congregação aprovou, por unanimidade, o encaminhamento do processo. 15. Processo 23086.014076/2022-39: encaminhamento à CPPD do ofício/Congreg/FCBS nº 139 (0860767), referente à solicitação de progressão funcional, da Classe A, Nível I - Denominação de Professor Adjunto, para o nível II da mesma Classe, de interesse da docente Elizabete Bagordakis Pinto, Departamento de Ciências Básicas/FCBS/UFVJM. A Congregação aprovou, por unanimidade, o encaminhamento do processo. 16. Processo 23086.010508/2022-32: encaminhamento à CPPD do ofício/Congreg/FCBS nº 138 (0860767), referente à solicitação de progressão funcional, da Classe D, Nível III - Denominação de Professor Associado, para o nível IV da mesma Classe, de interesse da docente Daniele Ferreira da Silva, Departamento de Nutrição/FCBS/UFVJM. A Congregação aprovou, por unanimidade, o encaminhamento do processo.

VII. ASSUNTOS DE PAUTA: 1. Processo 23086.002786/2022-16: distribuição de lousas interativas oferecidas à FCBS pela PRPPG. Foram discutidos aspectos a cerca do modelo, utilidade dos equipamentos e importância dos mesmos para os cursos de pós-graduação da FCBS. Os encaminhamentos adotados pela Congregação foram que as lousas interativas - modelo Smart Board 480, dentre os cursos de pós-graduação vinculados à FCBS, deverão ser instaladas: uma delas no Campus I e a outra no Campus JK no Prédio do DCB/DCBio, ambas com o intuito de atender, de forma coletiva, os cursos de pós-graduação vinculados à FCBS. Outro ponto deliberado por este conselho refere-se à responsabilidade patrimonial dos itens a qual recairá sobre a direção da FCBS, prof. Cláudio Heitor Balthazar. 2. Processo 23086.012525/2022-12: Acordo entre Departamento de Ciências Biológicas (DCBio/FCBS) e Faculdade de Medicina (Famed/UFVJM) sobre utilização das salas de aulas do prédio da Famed (antigo pavilhão de aulas III). Após a apresentação do Chefe do Departamento, prof. Thiago Santos do histórico das tratativas referentes ao assunto e das cessões das salas que já ocorrem junto à Famed, o professor Cláudio informou aos conselheiros que estabelecerá contato com o Diretor da Famed, prof. Donaldo para tratar do assunto e, na sequência, formalizará o acordo, via ofício à Famed bem como à Prograd/UFVJM. 3. Processo 23086.011980/2022-92: Regimento interno do Colegiado de Curso de Odontologia. Não foi discutido/apresentado. 4. Processo 23086.012336/2022-31: Criação da Liga Acadêmica Saúde da Criança e do Adolescente. Os conselheiros tiveram acesso à documentação e, após a apresentação da Vice - Chefe do Departamento, prof.ª Gabriela de Cássia Ribeiro, sobre a importância das ações da Liga, o Regimento foi aprovado por ampla maioria. 5. Processo 23086.014382/2022-75: Proposta do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas. Considerando que os conselheiros tiveram acesso à documentação e após a apresentação do Chefe do Departamento, prof. Thiago Santos do histórico das tratativas referentes ao assunto, a proposta do curso foi aprovada por ampla maioria sendo registradas apenas 03 (três) abstenções. O encaminhamento ao setor responsável será feito via ofício para apreciação e providências. 5. Calendário de reuniões ordinárias da Congregação do semestre 2022/1: 1º) 07/10/2022 e próximas reuniões: 2.º) 24/11, quinta-feira; 3.º) 21/12, quarta-feira; 4.º) 24/01, terça-feira e 5.º) 13/02, segunda - feira, todas às 14h.

VIII. Informes: Para ciência/leitura na Congregação:

1. Processo 23086.014369/2022-16: Destinado para inserção dos encargos docentes de todos os Departamentos em arquivo único referente ao semestre 2022/1. Prazo para inserções dos encargos no processo citado, após conferência pelos Chefes é em 17 de outubro de 2022. A Congregação tomou ciência da situação.

2. Reiteração do fluxo correto para encaminhamento de projetos (extensão ou pesquisa) que precisem da anuência da direção expresso em termos de anuência. A Congregação tomou ciência da situação.

3. Discussão sobre valores disponíveis nas U.O.s dos Departamentos - Necessidade de verificação, por parte das Chefias de Departamento, da expectativa real de uso para que não haja devolução de valores uma vez que está havendo escassez de valores para outras demandas da FCBS, a exemplo, Biotério Central". A Congregação tomou ciência dos fatos expostos por prof. Cláudio e tomarão as providências necessárias com relação ao assunto em tela. A reunião terminou às 17h05min. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Lucimar Alves Lopes e Silva, lavrei a presente ata, que, lida e aprovada, será assinada eletronicamente pela Presidência da Congregação.

Cláudio Heitor Balthazar

Presidente da Congregação - FCBS



Documento assinado eletronicamente por **Lucimar Alves Lopes e Silva, Servidor (a)**, em 09/11/2022, às 14:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudio Heitor Balthazar, Diretor (a)**, em 19/12/2022, às 19:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0901107** e o código CRC **DF631BEC**.

Plano de Desenvolvimento Institucional

2024 - 2028

Diamantina, dezembro de 2023



Universidade Federal dos
Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Plano de Desenvolvimento Institucional 2024-2028 (1523661)

SEI 230267011290/2024-03 / pg. 189



HISTÓRICO DE ALTERAÇÕES

Data	Versão	Descrição	Autor
31/10/2023	v.2023.1	Versão final entregue pela comissão geral de elaboração do PDI 2024-2028 UFVJM	Comissão Geral e Grupos de trabalhos
23/02/2024	v.2024.2	Versão revisada e diagramada	Coordenadoria de Comunicação Social

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - População e número de cursos por região imediata de abrangência da UFVJM	29
Figura 2 - Matriz SWOT (FOFA) da UFVJM	32
Figura 3 - Mapa Estratégico PDI 2024-2028 UFVJM	34
Figura 4 - Cadeia de Valor da UFVJM	35
Figura 2 - Matriz SWOT (FOFA) da UFVJM	61
Figura 6 - Estrutura organizacional da Reitoria	92
Figura 7 - Estrutura dos campi da UFVJM	93
Gráfico 1 - Número de discentes matriculados nos cursos de graduação presencial por região dos campi da UFVJM	30
Gráfico 2- Percentual de ocupação das vagas dos cursos de graduação presencial da UFVJM	31
Gráfico 3 - Distribuição dos programas de pós-graduação stricto sensu entre as unidades acadêmicas	69
Gráfico 4 - Distribuição dos servidores docentes por gênero	75
Gráfico 5 - Distribuição dos servidores docentes por faixa etária	76
Gráfico 6- Jornada de trabalho dos servidores docentes	76
Gráfico 7 - Titulação do corpo docente	76
Gráfico 8 - Quantitativo de docentes substitutos por campus	78
Gráfico 9 - Distribuição dos servidores TAE por faixa etária	79
Gráfico 10 - Titulação do corpo-técnico administrativos em educação	80
Gráfico 11 - Jornada de trabalho dos técnicos administrativos em educação	80
Gráfico 12 - Evolução do quantitativo de técnicos administrativos em educação	84
Gráfico 13 - Trabalhadores terceirizados por gênero	86

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 14 - Origem dos alunos da UFVJM	86
Gráfico 15- Total de alunos da UFVJM	87
Gráfico 16 - Estratificação do total alunos por modalidade	87
Gráfico 17 - Percentual de alunos da graduação cursando por gênero	87
Gráfico 18 - Total de alunos da graduação por raça e etnias	87
Gráfico 19 - Total de alunos da graduação por campi	88
Gráfico 20 - Percentual de alunos da pós-graduação por gênero	88
Gráfico 21 - Percentual de alunos da pós-graduação por raças e etnias	88
Gráfico 22 - Alunos da pós-graduação por campus	88
Gráfico 23 - Laboratórios da UFVJM por campus	107
Gráfico 24 - Número de cursos de graduação da UFVJM por conceito ENADE (a) e CPC (b) nos últimos 3 ciclos avaliativos do ENADE	122
Gráfico 25 - Evolução do Orçamento Matriz de Distribuição de Recursos Discricionários da UFVJM 2019 - 2023	124
 Quadro 1 - Composição da Comissão Geral e dos Grupos de Trabalhos para elaboração do PDI 2024-2028 UFVJM	23
Quadro 2 - Base legal de referência para elaboração do PDI	26
Quadro 3 - Área temáticas do PDI 2024/2028 UFVJM	34
Quadro 4 - Objetivos estratégicos área estratégica de ENSINO	36
Quadro 5 - Ações estratégicas área estratégica de ENSINO	37
Quadro 6 - Objetivos estratégicos área estratégica de PESQUISA	38

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 7 - Ações estratégicas área estratégica de PESQUISA	39
Quadro 8 - Objetivos estratégicos área estratégica de PESQUISA	39
Quadro 9 - Ações estratégicas área de EXTENSÃO	40
Quadro 10 - Objetivos estratégicos área transversal de ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	40
Quadro 11 - Ações estratégicas área transversal de ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	41
Quadro 12 - Objetivos estratégicos área transversal de INTERNACIONALIZAÇÃO	42
Quadro 13 - Ações estratégicas área transversal de INTERNACIONALIZAÇÃO	43
Quadro 14 - Objetivos estratégicos área transversal de SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	44
Quadro 15 - Ações estratégicas área transversal de SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	44
Quadro 16 - Objetivos estratégicos área transversal de INOVAÇÃO E EMPREENDORISMO	45
Quadro 17 - Ações estratégicas área transversal de INOVAÇÃO E EMPREENDORISMO	45
Quadro 18 - Objetivos estratégicos área transversal de GESTÃO DE PESSOAS	46
Quadro 19 - Ações estratégicas área transversal de GESTÃO DE PESSOAS	47
Quadro 20 - Objetivos estratégicos área de governança e gestão de INFRAESTRUTURA	48
Quadro 21 - Ações estratégicas área de governança e gestão de INFRAESTRUTURA	49
Quadro 22 - Objetivos estratégicos área de governança e gestão de TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	50
Quadro 23 - Ações estratégicas área de governança e gestão de TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	51
Quadro 24 - Objetivos estratégicos área de governança e gestão de PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	52
Quadro 25 - Ações estratégicas área de governança e gestão de PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO	52
Quadro 26 - Objetivos estratégicos área de governança e gestão de COMUNICAÇÃO	53
Quadro 27 - Ações estratégicas área de governança e gestão de COMUNICAÇÃO	54

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 28 - Ações estratégicas área governança e gestão MONITORAMENTO e AVALIAÇÃO	54
Quadro 29 - Descrição das instâncias de governança que envolvem a UFVJM	61
Quadro 30 - Cursos de graduação oferecidos pela UFVJM nos Campi I e JK em Diamantina	65
Quadro 31 - Cursos de graduação oferecidos pela UFVJM no Campus do Mucuri em Teófilo Otoni	66
Quadro 32 - Cursos de graduação oferecidos pela UFVJM no Campus Janaúba	66
Quadro 33 - Cursos de graduação oferecidos pela UFVJM na Educação a Distância	66
Quadro 34 - Cursos de graduação oferecidos pela UFVJM no Campus Unaí	66
Quadro 35 - Propostas de criação de novos cursos	67
Quadro 36 - Cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos pela UFVJM	69
Quadro 37 - Estrutura da UFVJM	89
Quadro 38 - Instâncias coletivas da UFVJM	90
Quadro 39 - Organização didático-científica da UFVJM	91
Quadro 40 - Unidades acadêmicas da UFVJM	93
Quadro 41 - Espaço físico das edificações UFVJM	101
Quadro 42 - Espaço físico – terrenos	101
Quadro 43 - Sistemas de informação	109
Quadro 44 - Dimensões definidas pelo SINAES	118
Quadro 45 - Eixos de avaliação definidos pelo SINAES	118
Quadro 46 - Mecanismos de avaliação dos cursos e da instituição	118
 Tabela 1 - Percentual de distribuição da população por faixa etária	 29

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 2 - Cursos de pós-graduação oferecidos pela UFVJM no Campus JK em Diamantina	68
Tabela 3 - Cursos de pós-graduação oferecidos pela UFVJM no Campus do Mucuri em Teófilo Otoni	68
Tabela 4 - Programas de pós-graduação e avaliação quadrienal vigente	70
Tabela 5 - Distribuição do quantitativo de docentes por classe	77
Tabela 6 - Evolução do corpo docente por escolaridade	79
Tabela 7 - Composição quadro de TAE por titulação e nível do cargo	82
Tabela 8 - Evolução do quantitativo de servidores TAE por nível do cargo	83
Tabela 9 - Evolução do quantitativo de servidores TAE por escolaridade	84
Tabela 10 - Evolução do nível de escolaridade dos TAES de 2016 para 2023	85
Tabela 11 - Quantitativo de terceirizados por campus / fazenda	85
Tabela 12 - Infraestrutura física das Bibliotecas	102
Tabela 13 - Evolução do quantitativo de trabalhadores das Bibliotecas	103
Tabela 14 - Usuários e acessos à biblioteca digital Minha Biblioteca	104
Tabela 15 - Número de títulos e exemplares - 2018-2022	104
Tabela 16 - Empréstimos anuais - 2018-2022	105
Tabela 17 - Evolução do Repositório Institucional - 2018-2022	105
Tabela 18 - Salas de Aula - quantidade, capacidade e tamanho	106
Tabela 19 - Auditórios – localização e capacidade	106
Tabela 20 - Coberturas de acesso à rede lógica	107
Tabela 21 - Coberturas de acesso à rede lógica	108
Tabela 22 - Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social global da UFVJM 2019 - 2023	124

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 23 - Orçamento Matriz de Distribuição de Recursos Discricionários da UFVJM autorizado no quinquênio 2019 - 2023

Tabela 24 - Projeção do orçamento da Matriz de Distribuição de Recursos Discricionários da UFVJM 2024 - 2028

124
125

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ACC	Atividades Complementares do Curso
ANDIFES	Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
APCNS	Avaliação de Propostas de Cursos Novos
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
BCT	Bacharelado em Ciência e Tecnologia
BDS	Biblioteca Digital e Sonora
BFC	Boletim Foco em Custos
BRACOL	Programa de Mobilidade Acadêmica Brasil-Colômbia
BRAFITEC	BRAsil France Ingénieur TECnologia
BSC	Balanced Scorecard
CACE	Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CC	Conceito de Curso
CoordCS	Coordenadoria de Comunicação Social
CENSUP	Censo da Educação Superior
CFTV	Círculo Fechado de Televisão
CGU	Controladoria-Geral da União
CIS	Comissão Interna de Supervisão
CITEC	Centro de Inovação Tecnológica
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMA	Coordenadoria de Meio Ambiente

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COMUT	Serviço de Comutação Bibliográfica
CONAES	Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CONCUR	Conselho de Curadores
CONSEPE	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CONSIC	Conselho de Integração Comunitária
CONSU	Conselho Universitário
COPESE	Coordenação de Processos Seletivos
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPC	Conceito Preliminar de Curso
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
CoordAEI	Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Institucionais
CTCM	Comitê Técnico, Científico e Multidisciplinar
DAPRP	Divisão de Apoio, Registro e Pesquisa de Preços
DASA	Diretoria de Atenção à Saúde
DCP	Diretoria de Convênios e Projetos
DEAD	Diretoria de Educação Aberta e a Distância
DED	Diretoria de Educação a Distância
DGI	Diretoria de Governança Institucional
DIPLAC	Diretoria de Planejamento das Contratações
DIRT	Divisão de Infraestrutura, Redes e Telecomunicação

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

DLC	Diretoria de Licitações e Contratos
DRI	Diretoria de Relações Internacionais
DSENG	Diretoria de Serviços de Engenharia e Manutenção dos Bens Patrimoniais
DSI	Divisão de Sistemas Institucionais
EAD	Educação a Distância
eMAG	Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico
e-MEC	Sistema de Regulação do Ensino Superior
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ePWG	Padrões Web em Governo Eletrônico
ETIR	Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos
FACE	Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
FACET	Faculdade de Ciências Exatas
FACSAE	Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas
FAFEID	Faculdades Federais Integradas de Diamantina
FAFEOD	Faculdade Federal de Odontologia
FAMED	Faculdade de Medicina de Diamantina
FAMMUC	Faculdade de Medicina do Mucuri
FAOD	Faculdade de Odontologia
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FAUBAI	Associação Brasileira de Educação Internacional

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

FCA	Faculdade de Ciências Agrárias
FCBS	Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde
FIH	Faculdade Interdisciplinar de Humanidades
FINEP	Financiadora de Estudos e Projetos
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
FOFA	Força, Oportunidade, Fraqueza, Ameaça
FORIPES	Fórum de Dirigentes das Instituições Públicas de Ensino Superior de Minas Gerais
FORPLAD	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração
FUNARBE	Fundação Arthur Bernardes
FUNDAEPE	Fundação Diamantinense de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão
GCUB	Grupo de Cooperação Internacional de Universidades Brasileiras
GT	Grupo de Trabalho
GTI	Grupos de Trabalho Integrado
HNEE	Universidade de Ciências Aplicadas para o Desenvolvimento Sustentável de Eberswalde
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Iniciação Científica
ICA	Instituto de Ciências Agrárias
ICET	Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia
ICT	Instituto de Ciências e Tecnologia
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

IECT	Instituto de Engenharia, Ciências e Tecnologia
IES	Instituição de Ensino Superior
IFE	Instituição Federal de Ensino
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
IGC	Índice Geral de Cursos
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor
ISBN	International Standard Book Number
ITI	Inovação Tecnológica e Industrial
IVS	Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica
JK	Juscelino Kubitschek
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAI DAI	Programa de Mestrados e Doutorados Acadêmicos para Inovação
MEC	Ministério da Educação
NACI	Núcleo de Acessibilidade e Inclusão
NBR	Norma Brasileira
NDE	Núcleo Docente Estruturante
NEXT	Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento do Departamento de Administração da FACE/UNB
NIS	Número de Identificação Social
NUCLI	Núcleo de Línguas

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OGU	Orçamento Geral da União
ONU	Organização das Nações Unidas
PAE	Programa de Assistência Estudantil
PAP	Programa de Apoio Financeiro à Publicação de Textos Científicos
PCCTAE	Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
PCD	Pessoas com Deficiência
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDP	Plano de Desenvolvimento de Pessoas
PEC-G	Programa de Estudantes-Convênio de Graduação
PES	Planejamento Estratégico Situacional
PET	Programa de Educação Tutorial
PGF	Procuradoria-Geral Federal
PIBEX	Programa Institucional de Bolsas de Extensão
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PLOA	Projeto de Lei Orçamentária Anual
PMA	Programa de Mobilidade Acadêmica
PNDP	Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas
PNE	Plano Nacional de Educação
PPG	Programas de Pós-Graduação
PROAAE	Pró-Reitoria de Acessibilidade e Assuntos Estudantis

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

PRORAD	Pró-Reitoria de Administração
PROAE	Programa de Apoio ao Ensino de Graduação
PROAPP	Programa de Apoio à Participação em Eventos Técnico-Científicos
PROCAMPO	Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
PROCARTE	Programa de Bolsas de Apoio à Cultura e à Arte
PROEXC	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
PROGEP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento
PRP	Programa de Residência Pedagógica
PRPPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
RFID	Tecnologia de Identificação por Radiofrequência
RI	Repositório Institucional
RU	Restaurante Universitário
SASI	Seleção Seriada
SESU	Secretaria de Educação Superior
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Pessoal
SIEXC	Sistema Integração de Extensão e Cultura
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISBI	Superintendência de Bibliotecas

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

CGIRC	Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controle Interno
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
EP	Escritório de Processos
URA	Unidade de Resposta Audível
DORC	Diretoria de Orçamento
DCF	Diretoria de Contabilidade e Finanças
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
IES	Instituições de Ensino Superior
PPC	Projetos Pedagógicos de Curso
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SLA	Service Level Agreement
STI	Superintendência de Tecnologia da Informação
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats
TAE	Técnicos Administrativos em Educação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCU	Tribunal de Contas da União
TDICS	Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação
TED	Termos de Execução Descentralizada
TI	Tecnologia da Informação

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFLA	Universidade Federal de Lavras
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UNB	Universidade de Brasília
UNIFAL	Universidade Federal de Alfenas
UNIMINAS	Consórcio de Universidades Mineiras
W3C	World Wide Web Consortium
WCAG	World Content Accessibility Guide

SUMÁRIO

1. SOBRE O PDI	23
1.1 Comissão, elaboração, aprovação e atualização	23
1.2 Acompanhamento e monitoramento	24
2. PERFIL INSTITUCIONAL	25
2.1 Histórico	25
2.2 Documentos de referência	26
2.3 Resultado do PDI anterior	28
2.4 Inserção regional	29
2.5 Missão, visão e valores institucionais	31
2.5.1 Missão	31
2.5.2 Visão	31
2.5.3 Valores	31
2.6 Ferramentas estratégicas para construção do PDI	31
2.6.1 Definições das áreas temáticas referenciais	33
2.6.2 Objetivos, indicadores, metas e ações estratégicas	35
3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL	55
3.1 Princípios pedagógicos da prática acadêmica	55
3.2 Perfil do egresso	56
3.3 Políticas de ensino	56
3.4 Políticas de extensão	58
3.5 políticas de pesquisa	58

SUMÁRIO

3.6 Políticas de gestão e governança	59
3.6.1 Comunicação	60
3.6.2 Governança	60
3.6.3 Inovação e Empreendedorismo	62
3.6.4 Internacionalização	62
3.6.5 Tecnologia da Informação	63
3.7 Responsabilidade Social	64
4. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA UFVJM E DOS CURSOS	65
4.1 Oferta de cursos de graduação	65
4.1.1 Criação e implantação de novos cursos de Graduação	67
4.2 Oferta de cursos de pós-graduação	68
4.2.2 Criação e implantação de novos cursos de pós-graduação	71
5. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	72
5.1 Cursos na modalidade Educação a Distância ofertados em convênio com a Universidade Aberta do Brasil	72
5.2 Cursos na modalidade Educação a Distância ofertados de forma institucional	73
5.3 Abrangência geográfica	73
5.4 Infraestrutura física, tecnológica e de pessoal	73
6. COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA	75
6.1 Perfil do corpo docente	75
6.1.1 Plano de carreira	77
6.1.2 Critérios de seleção e contratação	77

SUMÁRIO

6.1.3 Procedimentos para substituição (definitiva e eventual) dos professores do quadro	78
6.1.4 Perfil atual e pretendido	79
6.2 Perfil do corpo técnico-administrativo	79
6.2.1 Plano de carreira	80
6.2.2 Composição do quadro dos TAES	82
6.2.3 Critérios de seleção e contratação	83
6.2.4 Perfil atual e pretendido	83
6.3 Pessoal terceirizado	85
6.4 Perfil do corpo discente	86
7. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	89
7.1 Estrutura organizacional	92
7.2 Instâncias de decisão	93
7.3 Órgãos de apoio à atividade acadêmica	93
8. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES	94
8.1 Programas de apoio pedagógico e financeiro coordenados pela PROGRAD	94
8.2 Programas de apoio pedagógico e financeiro coordenados pela PRPPG	95
8.3 Programas de apoio pedagógico e financeiro coordenados pela PROEXC	96
8.4 Estímulos à permanência	96
8.5 Organização estudantil	98
8.6 Acompanhamento dos egressos	99

SUMÁRIO

9. INFRAESTRUTURA	100
9.1 Infraestrutura física	100
9.2 Biblioteca	101
9.2.1 Estrutura	102
9.2.2 Recursos humanos	103
9.2.3 Acervo	104
9.3 Salas de aula, auditórios e laboratórios	105
9.4 Infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação	107
9.5 Plano de acessibilidade	109
9.5.1 Acessibilidade metodológica ou pedagógica	111
9.5.2 Acessibilidade nas comunicações	112
9.5.3 Acessibilidade digital	112
9.5.4 Acessibilidade atitudinal	113
9.5.5 Acessibilidade nos transportes	114
9.5.6 Acessibilidade arquitetônica	114
9.6 Cronograma de expansão da infraestrutura	114
10. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL	117
10.1 Avaliação interna	119
10.1.1 Autoavaliação institucional	119
10.1.2 Instrumento de Avaliação do Ensino	120
10.2 Avaliação externa	120

SUMÁRIO

10.2.1 Mecanismos de avaliação externa no âmbito do Sinaes	120
10.2.2 Avaliação externa promovida pela Capes	121
10.3 Indicadores de qualidade da Educação Superior	121
11. GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA	122
11.1 Demonstrações da sustentabilidade financeira	123
11.2 Histórico e previsão orçamentária	123
11.3 Planos de investimento	125
12 FUNDАOES DE APOIO: RELAÇAO COM A INSTITUIÇÃO	126

1. SOBRE O PDI

O planejamento nas universidades é representado pelo Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), uma importante ferramenta que auxilia e subsidia o desenvolvimento do planejamento institucional dessas organizações. Constitui tanto uma forma de avaliação das instituições pelos órgãos responsáveis como um plano para a melhoria e para o acompanhamento da implementação das ações estratégicas traçadas, assim como um instrumento de gestão pública.

O PDI é o documento que identifica a Instituição de Ensino Superior (IES) no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver. Ao englobar elementos que influenciam a melhoria da qualidade do ensino, na uniformidade das tarefas administrativas e na otimização da gestão financeira, ele colabora para os objetivos de eficiência, eficácia, efetividade e transparência na gestão pública, estando a sua forma de apresentação disciplinada pelo Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

Nesse contexto, o PDI possui, entre outras finalidades: definir a missão, visão e valores da universidade e os objetivos estratégicos a serem alcançados, a curto, médio e longo prazo; definir as políticas, os programas e as ações necessárias para o cumprimento da missão e dos objetivos estratégicos; estabelecer as diretrizes para a gestão da universidade e a organização de seus recursos humanos, financeiros e materiais; orientar o planejamento e a gestão do ensino, da pesquisa e da extensão, visando ao aprimoramento da qualidade acadêmica; estabelecer as diretrizes para a promoção da inclusão social e da diversidade na universidade; promover a integração com a sociedade, visando à transferência do conhecimento gerado pela universidade; estabelecer as diretrizes para a promoção da internacionalização da universidade; estabelecer as diretrizes para a gestão

da sustentabilidade ambiental; estabelecer as diretrizes para a gestão da infraestrutura e dos serviços de apoio aos usuários e estabelecer o sistema de avaliação e monitoramento do planejamento institucional, visando à sua constante atualização e aprimoramento.

A elaboração do PDI representa uma ocasião favorável para reflexão sobre o que a instituição almeja, podendo resultar em uma ótima oportunidade para o seu aperfeiçoamento, tanto no que diz respeito à forma de gestão da IES como na execução das metas e objetivos nele previstos, visando fortalecer a atuação da UFVJM como um instrumento de transformação social regional e nacional nas suas diversas áreas de atuação.

1.1 COMISSÃO, ELABORAÇÃO, APROVAÇÃO E ATUALIZAÇÃO

Quadro 1 - Composição da Comissão Geral e dos Grupos de Trabalhos para elaboração do PDI 2024-2028 UFVJM

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO E GRUPOS DE TRABALHO	
Comissão Geral	I - Pró-Reitor(a) de Planejamento e Orçamento - Presidente; II - Diretor(a) de Governança Institucional - Vice-Presidente; III - Pró-Reitor(a) de Graduação; IV - Pró-Reitor(a) de Pesquisa e Pós-Graduação; V - Pró-Reitor(a) de Extensão e Cultura; VI - Pró-Reitor(a) da Gestão de Pessoas; VII - Pró-Reitor(a) de Administração; VIII - Diretor(a) de Tecnologia da Informação; IX - Diretor(a) de Orçamento; X - Diretor(a) de Comunicação; XI - Diretor(a) de Relações Internacionais; XII - Presidente da Comissão Própria de Avaliação - CPA; XIII - Diretor(a) do Centro de Inovação Tecnológica - CITEC; XIV - Representante da Assessoria de Assuntos Estratégicos e Institucionais; XV - Dois representantes dos Diretores ou Vice-Diretores das Unidades Acadêmicas; XVI - Diretor(a) do Campus Janaúba; XVII - Diretor(a) do Campus do Mucuri (Teófilo Otoni); XVIII - Diretor(a) do Campus Unaí; XIX - Dois representantes discentes da UFVJM; XX - Dois Técnicos Administrativos em Educação UFVJM;

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO E GRUPOS DE TRABALHO	
GT Campus Diamantina	I - Pró-Reitor(a) de Administração - Presidente; II - Diretor(a) de Governança Institucional - Vice-Presidente; III - Diretor da Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde; IV - Diretor da Faculdade de Medicina de Diamantina; V - Diretor do Instituto de Ciência e Tecnologia; VI - Diretor da Faculdade Interdisciplinar em Humanidades; VII - Diretor da Faculdade de Ciências Agrárias; VIII - Diretor da Faculdade de Ciências Exatas; IX - Presidente da Comissão Própria de Avaliação (CPA); X - Dois discentes representantes do Campus JK.
GT Campus do Mucuri	I - Diretor(a) do Campus do Mucuri - Presidente II - Diretor(a) da Faculdade de Medicina do Mucuri; III - Diretor(a) da Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas; IV - Diretor(a) do Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia; V - Um representante da Coordenação de Curso de cada Unidade Acadêmica do campus; VI - Dois Técnicos Administrativos em Educação representantes do campus; VII - Dois discentes representantes do campus.
GT Campus Janaúba	I - Diretor(a) do Campus Janaúba - Presidente; II - Diretor(a) do Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia - Vice-Presidente; III - Coordenador(a) do curso de Engenharia Elétrica; IV - Coordenador(a) do curso de Engenharia Física; V - Coordenador(a) do curso de Engenharia de Minas; VI - Coordenador(a) do curso de Engenharia de Materiais; VII - Coordenador(a) do Bacharelado Interdisciplinar; VIII - Dois Técnicos Administrativos em Educação representante do campus; IX - Dois discentes representantes do campus.
GT Campus Unaí	I - Diretor(a) do Campus Unaí - Presidente; II - Diretor(a) do Instituto de Ciências Agrárias - Vice-Presidente; III - Coordenador(a) do curso de Agronomia; IV - Coordenador(a) do curso de Engenharia Agrícola e Ambiental; V - Coordenador(a) do curso de Medicina Veterinária; VI - Coordenador(a) do Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias; VII - Coordenador(a) do curso de Zootecnia; VIII - Dois Técnicos Administrativos em Educação representante do campus; IX - Dois discentes representantes do campus.

Por oportuno, é importante destacar que em 11 de novembro de 2020 foi instituída a primeira comissão, bem como os respectivos grupos de trabalhos por eixos temáticos, conforme Portaria nº 2.412, de 11 de novembro de 2020, e Portaria nº 2.688, de 15 de dezembro de 2020, respectivamente, para elaboração do PDI da UFVJM. No entanto, os trabalhos foram cessados antes mesmo de serem finalizados, por meio da Portaria nº 1.330, de 25 de maio de 2022. Foram desenvolvidos alguns textos em parte dos capítulos definidos à época, os quais serviram para complementar a construção dos capítulos do PDI 2024-2028 UFVJM, a saber: Capítulo 10 e Capítulo 11.

Nesse contexto, foi elaborado e aprovado por todos os membros da comissão o Plano de Trabalho, conforme consta no Apêndice I, que norteou os trabalhos de elaboração do PDI, sobretudo na execução das atividades estabelecidas em cronograma.

Finalizados os trabalhos inerentes à elaboração do PDI, o documento foi encaminhado pela comissão ao Conselho Universitário (Consu), para apreciação, sendo a resolução emitida pelo presidente desse conselho o instrumento normativo adequado para a sua aprovação.

1.2 ACOMPANHAMENTO E MONITORAMENTO

O acompanhamento e monitoramento dos objetivos estabelecidos no PDI, com suas respectivas metas e indicadores, serão realizados anualmente através do uso da plataforma FOR.

A plataforma FOR, constituída pelos módulos ForPDI e ForRisco, é uma ferramenta em software para auxílio à gestão estratégica. Trata-se de um software resultante de pesquisas desenvolvidas pela Comissão de Planejamento do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração (Forplad), com participação da Universidade Federal de Alfenas (Unifal), Universidade Federal de Lavras (UFLA) e com o apoio do NEXT – Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento do Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade

e Gestão de Políticas Públicas (FACE) da Universidade de Brasília (UnB).

O módulo ForPDI propicia o acompanhamento em tempo real entre as metas estabelecidas e realizadas, inclusive os percentuais/níveis de execução e permite realizar o monitoramento pela comunidade interna e externa por meio de um Dashboard público com gráficos interativos e de fácil navegação. Assim, toda a comunidade acadêmica poderá acompanhar a qualquer tempo os objetivos, indicadores e metas constantes no PDI da UFVJM e como estão seus níveis de medição em relação aos resultados esperados.

O monitoramento de objetivos, indicadores e metas do PDI é a funcionalidade de maior relevância oferecida pelo ForPDI. Dentro da plataforma, os eixos temáticos, objetivos, indicadores e metas ficam dispostos em uma lista lateral à esquerda no formato de árvore hierárquica, na qual os níveis e subníveis são apresentados de modo que o Eixo Temático é visto como primeiro nível de abstração, seguido de seus objetivos, apresentados após a expansão dos subníveis do eixo. Assim, ao acessar um objetivo, os indicadores e suas respectivas metas são apresentados na árvore.

Acredita-se que o estabelecimento de objetivos com indicadores e metas mensuráveis representa um grande avanço em termos de gestão para UFVJM, uma vez que essa ação, aliada à adoção do ForPDI como ferramenta de monitoramento, aumentará potencialmente o desempenho dos gestores no acompanhamento do PDI ao longo de sua vigência, reduzindo drasticamente o esforço gasto na tarefa de gestão do plano.

Já o módulo ForRisco da plataforma FOR é uma ferramenta auxiliar estratégica para a gestão dos riscos inerentes aos diversos processos do PDI. Apesar de a sua discussão não ser o cerne deste documento, ela torna-se fundamental para o monitoramento e correção dos processos do PDI.

2. PERFIL INSTITUCIONAL

A elaboração do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da UFVJM, para o quinquênio de 2024 a 2028, torna-se um momento propício para repensar o papel da instituição como um instrumento concreto de transformação social. A nova era do conhecimento, somada à evolução tecnológica, apresenta-nos enormes desafios, sobretudo a necessidade de formar profissionais qualificados e inovadores para atuarem nesse novo cenário. Torna-se imperioso o desenvolvimento de estudos e pesquisas que estejam alinhados a essa realidade, ao mesmo tempo em que possam contribuir com o desenvolvimento sustentável das regiões de abrangência da UFVJM em interação direta com a sociedade, numa perspectiva de aproximar as comunidades da universidade, contribuindo sobremaneira para a geração e fortalecimento de políticas públicas e dos saberes inter e transdisciplinares.

2.1 HISTÓRICO

A Faculdade de Odontologia (FAOD) foi criada em setembro de 1953, pelo então presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira. Com desenho de Niemeyer, a FAOD foi a semente do que hoje é a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

O curso de Odontologia iniciou suas atividades em maio de 1954 com 15 alunos matriculados e funcionando, provisoriamente, na sede de um grupo escolar (atual Júlia Kubitschek). O edifício-sede da faculdade foi fundado no ano seguinte, construído na Rua da Glória, e refletia a modernidade da implantação do ensino superior na cidade, além de apresentar o projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer.

No dia 17 de dezembro de 1960, foi federalizada pelo então presidente Juscelino Kubitschek e transformou-se em Faculdade Federal de Odontologia (FAFEOD). Por muitos anos o curso de Odontologia foi o

único oferecido pela FAFEOD, uma vez que a federalização não acarretou muitas melhorias ou o encaminhamento de recursos para a instituição.

Em 1997 foi criado o curso de Enfermagem e, em 2002, com a autorização dos cursos de graduação de Fisioterapia, Farmácia e Nutrição, na área da Saúde, e Agronomia, Zootecnia e Engenharia Florestal, nas Ciências Agrárias, a FAFEOD tornou-se Faculdades Federais Integradas de Diamantina (FAFEID).

Em 8 de setembro de 2005, foi publicada a Lei nº 11.173 no Diário Oficial da União, que transformou as Faculdades Federais Integradas de Diamantina em Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. A implantação da universidade nos referidos Vales, também por meio da implementação do Campus do Mucuri em Teófilo Otoni, representou a interiorização do ensino público superior no estado de Minas Gerais, possibilitando a realização do sonho da maioria dos jovens aqui inseridos de prosseguir sua formação acadêmica.

Em 2011 foi aprovada pelo Conselho Universitário da UFVJM a criação dos campi de Unaí/MG e Janaúba/MG. Por meio da Resolução Consu nº 18, de 9 de novembro de 2012, foi aprovada a criação de cursos de graduação, modalidade presencial, a serem ofertados no Campus Unaí; e, por meio da Resolução Consu nº 10, de 6 de setembro de 2013, foi aprovada a criação de cursos de graduação, modalidade presencial, a serem ofertados no Campus Janaúba. Com a criação desses campi e respectivos cursos, consolidou-se o compromisso da UFVJM de atuar nos territórios da metade setentrional do estado, através de sua inserção nas quatro mesorregiões do estado de Minas Gerais: Jequitinhonha, Mucuri, Noroeste e Norte de Minas. O desafio é promover uma gestão multicampi orgânica eficiente, valorizando a autonomia no contexto de um sistema universitário integrado, tendo a aplicação e compartilhamento do conhecimento, da responsabilidade socioambiental e da formação de profissionais inovadores e comprometidos como capilaridade para alcance de todos na sociedade.

Atualmente, os cinco campi da Universidade Federal dos Vales

do Jequitinhonha e Mucuri atendem à população da vasta região Norte de Minas Gerais. Desde a sua criação, a instituição vem desenvolvendo importante trabalho, definindo um novo rumo para a juventude de uma região empobrecida, onde uma das maiores carências ainda é a falta de uma estrutura de ensino superior gratuita abrangente. Assim, os investimentos institucionais em pesquisa, ensino, extensão e cultura, nos níveis de graduação e pós-graduação, são fundamentais para a região.

2.2 DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA

Apresentam-se abaixo os normativos que serviram de referência para elaboração do PDI 2024-2028 da UFVJM.

Quadro 2 - Base legal de referência para elaboração do PDI

Legislação	Objeto	Referência	Implicação da legislação sobre o PDI
Portaria MEC nº 1.466/2001, de 12/07/2001	Autorização de curso fora de sede.	Art. 4	Pedidos de autorização devem ter como documentação o PDI, dentre outros.
Resolução CNE/CES 10, de 11 de março de 2002	Dispõe sobre o credenciamento, transferência de manutenção, estatutos e regimentos de instituições de ensino superior, autorização de cursos de graduação, reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos superiores, normas e critérios para supervisão do ensino superior do Sistema Federal de Educação Superior.	Art. 6; Art. 7	O PDI deve ser desenvolvido conjuntamente entre a mantenedora e a mantida; apresenta listagem dos documentos que devem ser incluídos no PDI; coloca o PDI como requisito para os atos de credenciamento e recredenciamento das IES; pode ser exigido no âmbito das ações de supervisão realizadas pela SESu/MEC; e deve sofrer aditamento no caso de modificações.
Portaria MEC nº 7, de 19/03/2004	Aditamentos por modificações no PDI.	Art. 1º	Alterações devem ser atualizadas no Sistema SAPIENS em virtude de inclusão e exclusão de cursos, ensejando alterações no PDI.
Portaria MEC nº 2.051, de 09/07/2004	Regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES.	Art. 15	As Comissões Externas de Avaliação das instituições examinarão, dentre outros documentos: I - O (PDI).

Legislação	Objeto	Referência	Implicação da legislação sobre o PDI	Legislação	Objeto	Referência	Implicação da legislação sobre o PDI
<u>Portaria MEC nº 4.361, de 29/12/2004</u>	Processos a serem protocolados junto ao Sistema de Acompanhamento de Processos das Instituições de Ensino Superior – SAPIEnS/MEC.	Art. 1; Art. 3; Art. 14; § 3	Necessidade do PDI para o credenciamento e recredenciamento das IES; PDI e seus aditamentos.	<u>Resolução CNE/CES nº 1, de 11 de março de 2016</u>	Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância.	Art. 2º §1º; Art. 5 §1e §3; Art. 6; Art. 7 § 4; Art. 9 § 3; Art. 10; Art. 14 § 1; Art. 16; Art. 17; Art. 25 § 1º	Necessidade de constar no PDI a modalidade educacional definida pela IES; os polos de EaD e a distinção entre polos; a expansão de cursos e polos EaD deverá estar subordinada aos termos do PDI; as IES deverão estabelecer, em seu PDI/PPI, a previsão detalhada de áreas, cursos e programas de educação a distância; nos processos de credenciamento para EaD deverá constar o PDI.
<u>Decreto nº 5.622, de 19/12/2005 (Revogado pelo Decreto nº 9.057, de 2017)</u>	Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Art. 12; Art. 26, II, alínea a	Necessidade do PDI para pedido de credenciamento da instituição; necessidade de constar no PDI vínculos para a oferta de cursos e programas a distância em bases territoriais múltiplas.	<u>Decreto nº 9.057, de 2017</u>	Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.	Art. 6º § 1; Art. 7º § 1; Art. 11; Art. 12 § único; Art. 13; Art. 22, Art. 23 §§ 1º, 2º e 3º	Necessidade do PDI para pedido de credenciamento da instituição; necessidade de constar no PDI vínculos para a oferta de cursos e programas a distância em bases territoriais múltiplas.
<u>Decreto nº 5.773/2006, de 09/05/2006 (Revogado pelo Decreto nº 9.235, de 2017)</u>	Supervisão e Avaliação das IES e seus cursos.	Art. 15; Art. 16	PDI como documento obrigatório no processo de credenciamento; apresenta elementos que devem constar no PDI.	<u>Decreto nº 9.235, de 2017</u>	Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.	Documento integral	PDI como documento obrigatório no processo de credenciamento; apresenta elementos que devem constar no PDI.
<u>Portaria Normativa MEC nº 2, de 10/01/2007 (Revogada pela Portaria Normativa MEC nº 40, de 12.12.2007)</u>	Procedimento de regulação e avaliação da educação superior – modalidade a distância.	Art. 3 §6	Cursos de EAD ofertados pelas instituições dos sistemas federal e estaduais devem estar previstos no PDI apresentado pela instituição, por ocasião do credenciamento.	<u>Estatuto da UFVJM</u>	Regulamenta o funcionamento da UFVJM.	Documento integral	Documento base para a construção do PDI da UFVJM 2024-2028.
<u>Portaria Normativa Nº 40, de 12/12/2007</u>	Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação.	Art. 2 §1; Art. 15 §5; Art. 26; Art. 46; Art. 57; Art. 57 §5; Art. 59	Análise dos dados inseridos no PDI pela Comissão de Avaliação durante visita in loco; necessidade do curso a ser autorizado constar no PDI; PDI como documento indispensável para o pedido de credenciamento para EAD; mudanças no PDI tramitarem como aditamento ao ato de credenciamento ou recredenciamento; pedido de credenciamento de campus fora de sede envolverá mudanças no PDI.	<u>Regimento Geral da UFVJM</u>	Dispõe sobre o funcionamento das atividades comuns às Unidades e aos demais órgãos da UFVJM nos planos didático-científico, administrativo, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial.	Documento integral	Documento base para a construção do PDI da UFVJM 2024-2028.
<u>Resolução CNE/CES nº 3, de 14/10/2010</u>	Regulamenta o Art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e recredenciamento de universidades do Sistema Federal de Ensino.	Art. 3; Art. 6	O credenciamento como universidade deve observar a compatibilidade do PDI e do Estatuto com a categoria de universidade, além de destacar a necessidade de inserir, eletronicamente em campo determinado, o PDI, dentre outros documentos.	<u>PDI UFVJM 2017-2021</u>	Documento norteador utilizado no período de 2017 a 2021.	Documento integral	Documento base para a construção do PDI da UFVJM 2024-2028.
				<u>Relatório de Gestão 2019</u>	Documento norteador utilizado no exercício de 2020.	Documento integral	Documento base para a construção do PDI da UFVJM 2024-2028.
				<u>Relatório de Gestão 2020 / Refiticação - RG 2020</u>	Documento norteador utilizado no exercício de 2021.	Documento integral	Documento base para a construção do PDI da UFVJM 2024-2028.
				<u>Relatório de Gestão 2021</u>	Documento norteador utilizado no exercício de 2022.	Documento integral	Documento base para a construção do PDI da UFVJM 2024-2028.

Legislação	Objeto	Referência	Implicação da legislação sobre o PDI
<u>Relatório de Gestão 2022</u>	Documento norteador utilizado no exercício de 2023.	Documento integral	Documento base para a construção do PDI da UFVJM 2024-2028.
<u>Relatório parcial de Autoavaliação Institucional CPA 2023 - Ano base 2022</u>	Documento norteador utilizado no exercício de 2023.	Documento integral	Documento base para a construção do PDI da UFVJM 2024-2028.

2.3 RESULTADO DO PDI ANTERIOR

Como ponto de partida para início dos trabalhos de elaboração do novo PDI da UFVJM tornou-se necessário realizar avaliação do PDI anterior, a fim de entender a evolução institucional acerca do que constava pactuado no referido documento.

O PDI da UFVJM, referente aos anos 2017-2021, teve o período de vigência postergado até 31 de dezembro de 2023, conforme Resolução Consu nº 7, de 29 de setembro de 2022, que aprovou a prorrogação de prazo do Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM), quinquênio 2017-2021.

Constavam como objetivos principais para consecução da missão institucional da UFVJM: Fundamentar o compromisso com a qualidade e consolidar-se como instituição de ensino voltada para a transformação social, em especial das regiões onde se insere; Produzir e disseminar conhecimento, primando pela indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; e Buscar uma prática pedagógica e curricular compatível com a formação de profissionais instrumentalizados para responder às demandas contemporâneas geradas pelo avanço científico/tecnológico e às exigências conjunturais em permanente evolução.

As metas projetadas para o alcance dos objetivos institucionais foram: Fomentar discussões que permitam uma maior flexibilidade de concepção e modelos curriculares, bem como de práticas didáticas e de avaliação da aprendizagem; Reestruturar os cursos da UFVJM e atualizar os projetos

pedagógicos em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais; Ampliar os processos de análise, acompanhamento, controle e avaliação dos cursos de graduação, incentivando a autoavaliação; Implementar ações que visem à redução dos índices de retenção e de evasão nos cursos de graduação; Consolidar e viabilizar ações de inclusão, em conjunto com as pró-reitorias, administração superior e unidades acadêmicas; Promover a expansão de recursos tecnológicos no ensino e o estímulo à utilização de tecnologias educacionais; Consolidar os campi e cursos de graduação recém-criados na UFVJM; Promover ações para consolidar os cursos de licenciatura; Promover ações de valorização e melhoria do trabalho docente nos cursos de graduação; Tornar mais eficientes os processos de gestão acadêmica como elementos basilares às ações de ensino; Ampliar a integração entre a educação superior e a educação básica e Ampliar a integração entre a graduação, a pós-graduação e a sociedade.

Para cada meta foram delimitadas algumas ações estratégicas a serem desenvolvidas com a finalidade de atingir os resultados pretendidos. Nesse quesito vale destacar que as metas colocadas não foram passíveis de mensuração objetiva, dado que não constaram descritos os indicadores correlacionados e o estágio em que se encontravam no momento de se estabelecer o que poderia ser melhorado e/ou implementado. No entanto, ao inferir que mesmo apresentando certo grau de complexidade para avaliar o que de fato foi alcançado, percebem-se pequenas evoluções das metas projetadas, algumas em menor e/ou maior grau, mas que ainda carecem de avanços e/ou implementação significativos para o futuro, principalmente no que diz respeito à consolidação dos campi novos. Dentre elas destacam-se: redução dos índices de retenção e de evasão nos cursos de graduação; atualização dos projetos pedagógicos em consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais; maior eficiência nos processos de gestão acadêmica como elementos basilares às ações de ensino; consolidação das ações de inclusão; consolidação dos cursos de licenciatura; promoção de ações de valorização e melhoria do trabalho docente nos cursos de graduação; garantia da eficiência nos processos de gestão acadêmica na

área do ensino e elaboração de objetivos e metas baseados em indicadores que permitam mensurar os avanços durante o período de vigência do PDI, proporcionando um cenário avaliativo que possibilite corrigir e/ou mudar rumos para garantir o cumprimento da missão e maximização do valor público institucional.

2.4 INSERÇÃO REGIONAL

A relação entre educação e desenvolvimento regional é de extrema importância e as universidades desempenham um papel fundamental na promoção desse desenvolvimento, especialmente nas regiões em que estão inseridas.

Os cursos de graduação e pós-graduação são a principal porta de entrada para a inserção regional da UFVJM, e a partir deles, são desenvolvidas inúmeras outras estratégias que envolvem a comunidade interna e externa. São grupos de estudos nas diferentes áreas do conhecimento contempladas pelos cursos ofertados pela instituição; projetos de pesquisa e extensão voltados para as comunidades e suas demandas; estágios nas instituições que demandam as áreas de formação ofertadas pelos cursos (escolas, hospitais, instituições de longa permanência, unidades básicas de saúde, setores produtivos, dentre outros), bem como parcerias com diferentes entidades públicas tanto nas cidades-sede quanto nas regiões de abrangência da instituição.

A UFVJM está inserida em quatro Regiões Geográficas Imediatas do estado de Minas Gerais: **Diamantina** (13 municípios e um total de 126.144 habitantes), sede da universidade; **Janaúba** (11 municípios e um total de 208.743 habitantes), **Teófilo Otoni** (27 municípios e um total de 453.423 habitantes) e **Unaí** (11 municípios e um total de 186.741 habitantes). Isso representa a abrangência de 62 municípios e uma população total de 975.051, na qual a universidade se faz presente por meio dos seus cursos de graduação e pós-graduação, pesquisa e extensão.

Dos discentes regularmente matriculados na graduação presencial da UFVJM, 99,68% têm entre 18 e 59 anos. De acordo com o IBGE, essa faixa etária representa uma média nacional de 60,4% da população.

Tabela 1 - Percentual de distribuição da população por faixa etária

População residente, segundo os grupos de idade (%)	
Faixa de idade	Percentual por faixa
0 a 4 anos	6,9%
5 a 9 anos	6,9%
10 a 13 anos	5,5%
14 a 17 anos	5,8%
18 a 19 anos	2,9%
20 a 24 anos	8,0%
25 a 29 anos	8,0%
30 a 39 anos	16,1%
40 a 49 anos	14,0%
50 a 59 anos	11,4%
60 a 64 anos	4,5%
65 anos ou mais	10,2%

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2021.

Ao considerar essa população ativa com potencial para estudar na UFVJM, é possível traçar o cenário apresentado na figura abaixo com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE):

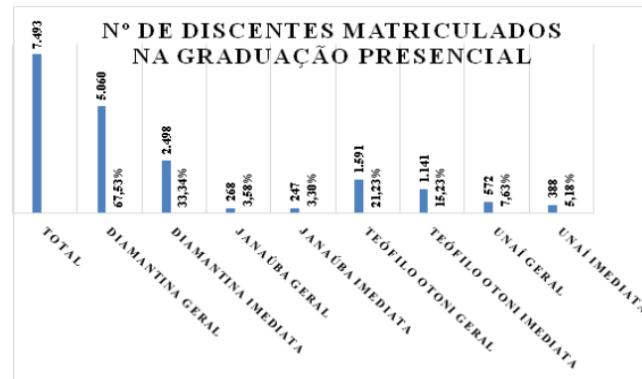
Figura 1 - População e número de cursos por região imediata de abrangência da UFVJM

Área de abrangência da UFVJM	População IBGE (2022)	Pop. entre 18 e 59 anos	Nº de cursos/Região Imediata	Pop. entre 18 e 59 anos/Curso	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (2010)				IDEB (2021)	
					IDHM	Renda	Longevidade	Educação		
Diamantina	13	126.144	76.191	26	2.930	0,624	0,599	0,805	0,513	5,6
Janaúba	11	208.743	126.081	4	31.520	0,628	0,584	0,792	0,537	5,3
Teófilo Otoni	27	453.423	273.867	10	27.387	0,606	0,591	0,791	0,478	5,2
Unaí	11	186.741	112.792	5	22.558	0,663	0,629	0,811	0,571	5,4
TOTAL	62	975.051	588.931	45	13.087	0,630	0,601	0,800	0,525	5,4

Fonte: IBGE, Atlas Brasil e INEP.

Apesar da região imediata de Unaí possuir números discretamente melhores do que as demais regiões de abrangência, percebe-se que a UFVJM está localizada em uma área com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) médio, aquém do ideal para uma região desenvolvida, com uma expectativa de longevidade positiva em detrimento de renda e educação baixas, sendo que esta última é corroborada pelo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), que tinha como meta a nota seis (6) para o ano analisado. Quando analisada a população entre 18 e 59 anos proporcionalmente ao número de cursos de graduação presenciais oferecidos por regiões imediatas de abrangência (que coincidem com o local onde os campi estão inseridos), na região imediata de Diamantina a população é extremamente inferior proporcionalmente àquelas das regiões imediatas de Janaúba, Teófilo Otoni e Unaí. Apesar dessa inferioridade na potencialidade de novos ingressos na região de abrangência, o gráfico a seguir aponta que os campi localizados em Diamantina têm um índice de matriculados consideravelmente maior em relação aos demais campi, tanto quando se olha para a região imediata (33,34%) como quando se olha considerando os discentes advindos de todas as regiões do país (67,53%).

Gráfico 1 - Número de discentes matriculados nos cursos de graduação presencial por região dos campi da UFVJM

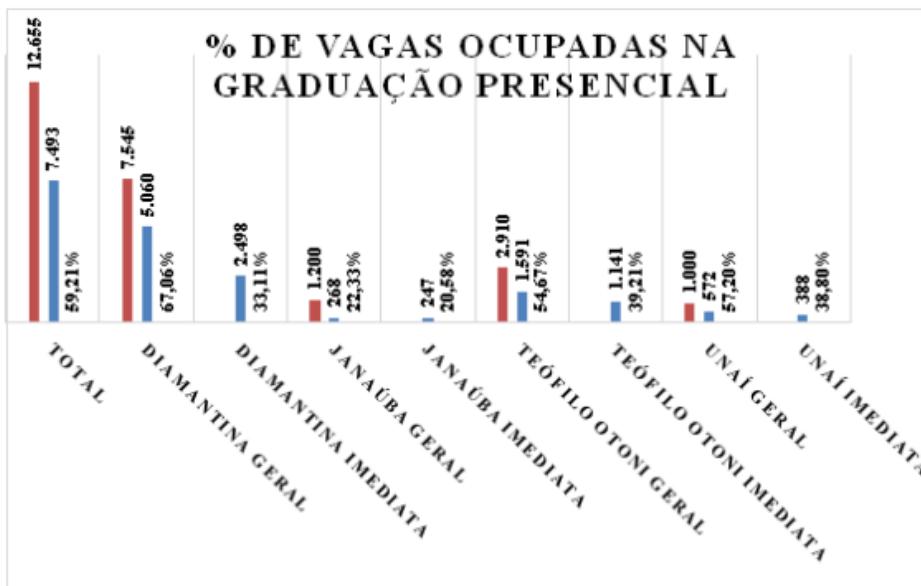


Fonte: Sistema e-Campus com dados extraídos via plataforma Metabase (apenas discentes classificados como ativos subtraindo os cursos de entrada (Bacharelados em Ciência e Tecnologia e o Bacharelado em Ciências Agrárias).

Além das regiões imediatas (Diamantina, Janaúba, Teófilo Otoni e Unaí) em que os campi da UFVJM estão inseridos, (57,08% das matrículas, 4.274 estudantes) a universidade vem trabalhando ao longo do tempo em outras 17 regiões imediatas (Águas Formosas, Almenara, Araçuaí, Capelinha, Curvelo, Espinosa, Guanhães, Ipatinga, Januária, Montes Claros, Patos de Minas, Patrocínio, Pedra Azul, Pirapora, Salinas, São Francisco e Sete Lagoas) por considerá-las estratégicas para o desenvolvimento regional. Esse trabalho desenvolvido pela Coordenação de Processos Seletivos (Copese) representa atualmente 25,28% dos discentes matriculados na graduação presencial da instituição, um total de 1.893 estudantes. Somando-se esse índice com os percentuais das regiões imediatas dos campi da UFVJM, a instituição conta atualmente com 6.167 discentes, 82,36% das matrículas.

Apesar de esse dado indicar para a interiorização do acesso à educação superior pública, gratuita e de qualidade com ampla maioria de estudantes advindos da própria região em que a universidade está inserida, o percentual de vagas ocupadas na graduação presencial encontra-se abaixo daquilo que é ofertado à comunidade. O gráfico a seguir, que em vermelho destaca as vagas disponíveis e em azul as vagas ocupadas, demonstra que a UFVJM deve traçar estratégias para ampliar a divulgação dos seus cursos, trabalhar políticas de permanência e êxito, bem como usar os indicadores do perfil socioeconômico dos discentes como um referencial na oferta de bolsas de estímulo à diplomação.

Gráfico 2- Percentual de ocupação das vagas dos cursos de graduação presencial da UFVJM



Fonte: Sistema e-Campus com dados extraídos via plataforma Metabase; [Home Page da UFVJM](#); Sistema e-MEC; PPCs dos cursos de Medicina (FAMED) e Serviço Social (FACSAE).

Os indicadores socioeconômicos das regiões em que a UFVJM está inserida mostram que uma significativa parcela da população encontra-se em situação de vulnerabilidade socioeconômica, o que demanda uma atuação mais incisiva da instituição, nas diversas áreas do saber e sociais: saúde, educação, cultura, meio ambiente, direitos humanos, entre outras.

2.5 MISSÃO, VISÃO E VALORES INSTITUCIONAIS

2.5.1 Missão

Promover o desenvolvimento científico, tecnológico, econômico e sociocultural da sua região, por meio da construção, aplicação e compartilhamento do conhecimento, da responsabilidade socioambiental

e da formação de profissionais inovadores e comprometidos com a construção de uma sociedade justa e democrática.

2.5.2 Visão

Consolidar-se como uma universidade socialmente relevante no âmbito regional, nacional e internacional.

2.5.3 Valores

- Ética;
- Transparência;
- Sustentabilidade;
- Democracia;
- Eficiência;
- Formação de qualidade;
- Inclusão;
- Excelência;
- Diversidade;
- Inovação.

2.6 FERRAMENTAS ESTRATÉGICAS PARA CONSTRUÇÃO DO PDI

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) traduz o planejamento da UFVJM e é uma importante ferramenta de auxílio para o planejamento institucional da organização, consiste em um plano para a melhoria e para o acompanhamento da implementação das estratégias idealizadas pela universidade e num instrumento de avaliação pelos órgãos de controle interno e externos, controle social e demais partes interessadas que envolvem a universidade.

De acordo com o Guia de Elaboração do PDI para as Instituições Federais de Ensino, desenvolvido pela UNIFAL, em parceria com a UFLA e UNB, articulada junto ao Fórum de Pró-Reitores de Planejamento e Administração (FORPLAD), da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), é fundamental que na elaboração do PDI sejam utilizadas ferramentas já presentes no contexto das organizações, tais como a análise *SWOT*, *Balanced Scorecard* (BSC), Planejamento Estratégico Situacional (PES), entre outras. Entretanto, além dessas ferramentas metodológicas, é importante considerar as especificidades relacionadas às universidades públicas e às legislações que as regem.

Nesse contexto, foram utilizadas como ferramentas estratégicas para a elaboração do PDI 2024-2028 da UFVJM a análise *SWOT* (FOFA) e o *Balanced Scorecard* (BSC) por serem complementares entre si, o que possibilita demonstrar e compreender o relacionamento existente entre as áreas estratégicas da UFVJM com sua Visão, Missão e Valores numa concepção mais coerente e adequada à realidade institucional da universidade.

A análise *SWOT*, por refletir a situação da organização de forma global, é utilizada para realizar o diagnóstico estratégico, visando à melhoria contínua, e também é conhecida por sua simplicidade, incentivo à colaboração, menor custo, flexibilidade e integração entre as diversas áreas organizacionais. Nessa concepção a Matriz *SWOT* da UFVM foi construída considerando os diversos indicadores institucionais, ambientes internos e externos conforme abaixo:

Figura 2 - Matriz SWOT (FOFA) da UFVJM

Força (Strengths)	Fraquezas (Weaknesses)
<ul style="list-style-type: none"> - Capacidade de fortalecer ações estratégicas para aumento da ocupação de vagas nos cursos de graduação e pós-graduação - Promoção de ações de capacitação e qualificação de servidores - Possui canais de comunicação de grande alcance com a comunidade interna e sociedade - Desenvolve projetos de extensão, cultura, pesquisa e inovação - Potencial para parcerias com organizações públicas para desenvolvimento de projetos <ul style="list-style-type: none"> - Potencial para firmar parcerias com organizações da iniciativa privada para desenvolvimento de estudos e projetos - Capacidade em promover ações de assistência estudantil para a permanência dos estudantes beneficiários na universidade - Espaço físico próprio para fortalecimento e criação de áreas de convivências <ul style="list-style-type: none"> - Condições de induzir e fortalecer a sustentabilidade ambiental - Capacidade de adoção e adequação a novas tecnologias no ambiente acadêmico e administrativo - Ampla presença regional no estado de Minas Gerais - Oferta de ensino superior público gratuito 	<ul style="list-style-type: none"> - Dificuldade de preenchimento das vagas oferecidas nos cursos de graduação e pós-graduação - Elevados índices de evasão e retenção dos estudantes em parte dos cursos de graduação e pós-graduação - Insuficiência de infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação - Inexistência de política de comunicação institucionalizada - Distanciamento territorial entre os campi - Incompreensão da relação entre força de trabalho, estrutura organizacional e processos organizacionais - Ausência de política de Qualidade de Vida nos ambientes administrativos e acadêmicos institucionalizada - Deficiência da cultura de planejamento, avaliação e monitoramento dos processos institucionais - Deficiência nos mecanismos de participação da sociedade civil organizada na busca por melhorias nos diversos processos organizacionais - Estrutura física existente insuficiente para promoção da convivência, acessibilidade e permanência nos campi - Dificuldade de participação efetiva das categorias minoritárias (sociedade civil, TAE's e discentes) nas instâncias colegiadas, dada sua constituição não paritária - Dificuldade de alinhamento para proposição de pautas nas instâncias colegiadas pelas categorias minoritárias - Campi fora de sede com infraestrutura física não consolidada - Inexistência de política de egressos institucionalizada - Dificuldade de reposição de vagas de técnicos administrativos e docentes - Inexistência de uma base unificada com todos os indicadores estratégico institucionais

Oportunidades (Opportunities)	Ameaças (Threats)
<ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de aderir aos Sistemas Estruturantes de Gestão e Governança do Governo Federal - Possibilidade de desenvolvimento científico e inovação tecnológica na região de abrangência da UFVJM - Novos paradigmas do processo de ensino-aprendizagem - Oportunidade de adesão a um novo modelo de trabalho pós-pandemia <ul style="list-style-type: none"> - Possibilidade de integração e compartilhamento de boas práticas entre as universidades públicas e demais organizações correlatas - Público-alvo vasto por ser a única universidade federal com sede no Centro Norte de Minas Gerais - Atividades extensionistas como propulsoras para novos estudantes matriculados <ul style="list-style-type: none"> - Parcerias com organizações públicas e privadas para captação de recursos e transferência de tecnologias - Promoção da imagem institucional - Contexto político voltado para o fortalecimento das políticas de educação superior, ciência, tecnologia e inovação - Demandas das regiões de abrangência da UFVJM <ul style="list-style-type: none"> - Revisão dos cursos de graduação e pós-graduação visando maior ocupação ou transformação conforme a necessidade da região de abrangência - Adesão às novas soluções tecnológicas e qualificação para melhoria dos processos administrativos e acadêmicos - Atualização do Organograma Institucional, Estatuto Institucional e Regimento Geral - Criação de novas vagas, cargos de direção, funções de coordenação de curso e funções gratificadas conforme o organograma da UFVJM - Novas diretrizes do novo Plano Nacional de Educação 2025-2035 	<ul style="list-style-type: none"> - Existência de novas universidades a distância na área de abrangência da UFVJM - Redução e estagnação orçamentária/ oscilações econômicas - Reflexos da pandemia da covid-19 na saúde e no ensino da comunidade acadêmica <ul style="list-style-type: none"> - Ausência de fomento à extensão universitária - Baixa procura de estudantes pela universidade - Recursos autorizados para assistência estudantil e funcionamento da instituição insuficiente para atender as necessidades institucionais - Recursos de capital autorizados para a instituição insuficientes para consolidação dos campi novos e estruturação de laboratórios e demais espaços físicos - Falta de poder de atratividade na estrutura das carreiras do corpo docente e técnico-administrativo <ul style="list-style-type: none"> - Percepção negativa da UFVJM pela sociedade - Realidade econômica da região de abrangência da UFVJM - Risco de fechamento de cursos por criticidade nos índices de ocupação - Possibilidade de mudanças políticas que coloquem em risco as políticas de educação superior, ciência, tecnologia e inovação - Não autorização de novos códigos de vagas para fortalecimento da força de trabalho da UFVJM <ul style="list-style-type: none"> - Não autorização de cargos de direção, funções de coordenação de curso e funções gratificadas conforme o organograma da UFVJM - Alteração nas legislações correlacionadas às áreas de atuação da UFVJM

A ferramenta *Balanced Scorecard* (BSC) é mais que um sistema tático ou operacional de mensuração: ele pode ser utilizado como um sistema de gerenciamento estratégico, gerenciando as estratégias organizacionais a longo prazo. Isso porque para cada uma das perspectivas é preciso definir seus respectivos objetivos, ações e indicadores, que servem para mensurar a evolução da organização em cada uma delas.

Para implementação do BSC, é utilizada uma sequência de três grandes etapas distintas: a) planejamento estratégico: momento em que são definidas a missão, visão de futuro, a análise de pontos fortes, fracos, oportunidades, ameaças da organização (análise SWOT), que irão subsidiar a formulação da estratégia da instituição; b) estratégia em ação: nessa etapa o *BSC* é utilizado para traduzir a estratégia em objetivos, indicadores, metas e planos de ação; e c) monitoramento: etapa em que a estratégia é analisada e revisada através do BSC.

2.6.1 Definições das áreas temáticas referenciais

A Comissão de Elaboração do PDI estabeleceu um plano de ação prévio para o desenvolvimento do plano, que envolveu quatro diferentes etapas: a) Seleção de documentos norteadores; b) Análise da estrutura do PDI atual da UFVJM e de outras Instituições Federais de Ensino Superior (Ifes); c) Reuniões para ajustes na proposta do plano de trabalho; d) Finalização e aprovação do plano de trabalho com estabelecimento de cronograma e definição de responsáveis por atividade. A partir da elaboração do plano foram coletadas diversas informações considerando as áreas de atuação da UFVJM e todo o contexto institucional, o que propiciou definir as áreas temáticas referenciais do PDI 2024-2028 da UFVJM, a saber: estratégicas, transversais e governança e gestão.

Para áreas estratégicas delimitaram-se as três áreas-fins da universidade, quais sejam: **ENSINO, PESQUISA e EXTENSÃO**; para as áreas transversais delinearam-se seis referenciais temáticos que se

inter-relacionam com as áreas-fins; estando ambas apoiadas nos cinco referenciais temáticos vinculados à área de governança e gestão, que englobam as atividades-meio de apoio e que, em decorrência da relevância nos resultados das áreas-fins, possuem grande importância para o cumprimento da missão institucional. O mapa estratégico do PDI 2024-2028 da UFVJM foi construído considerando as seguintes áreas temáticas:

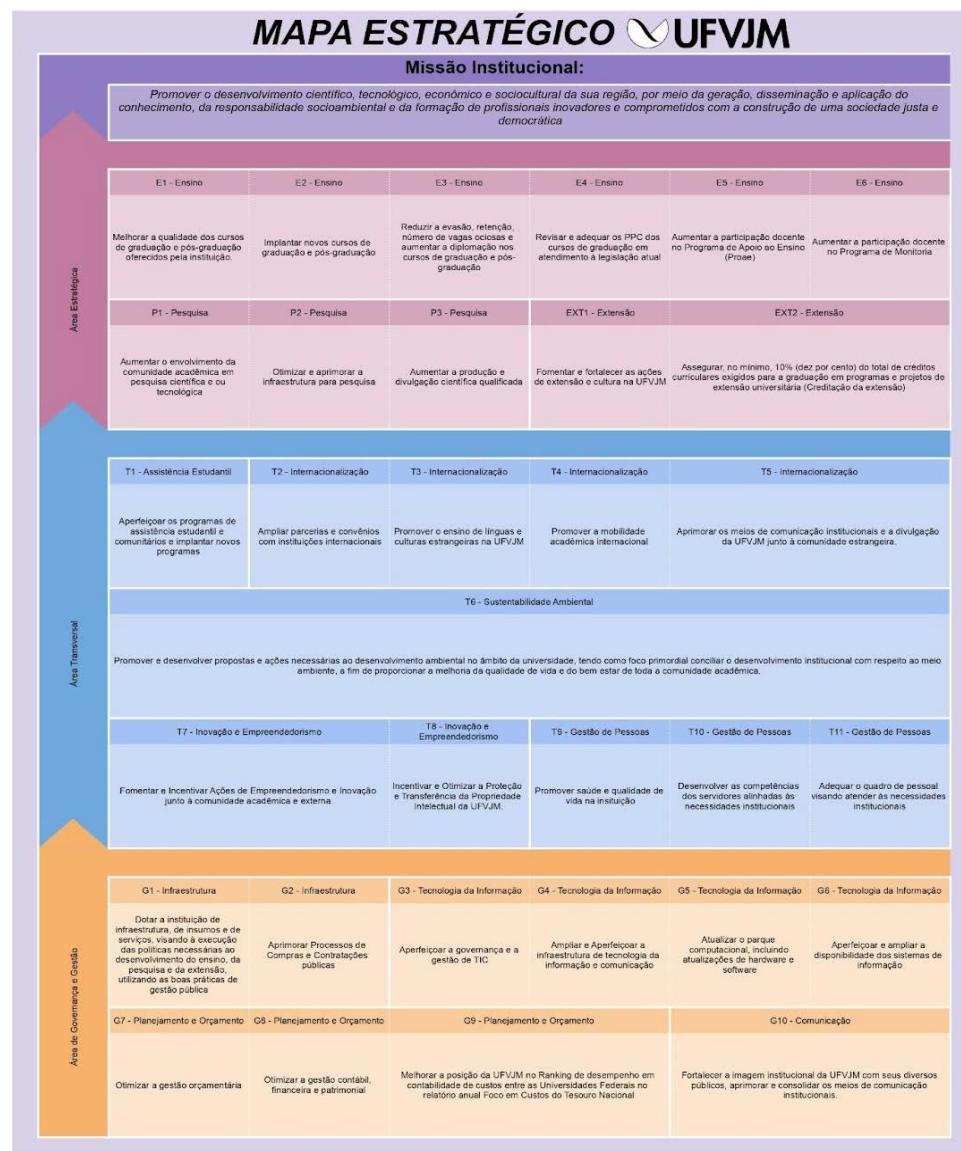
Quadro 3 - Área temáticas do PDI 2024/2028 UFVJM

Áreas Estratégicas	Áreas Transversais	Áreas de apoio de Governança e Gestão
- Ensino	- Assistência estudantil	- Pessoas
- Pesquisa	- Inclusão social e diversidade	- Infraestrutura física e de Tecnologia da Informação
- Extensão	- Esporte, saúde, cultura e lazer - Inovação e empreendedorismo - Sustentabilidade ambiental - Internacionalização	- Planejamento e Orçamento - Comunicação - Monitoramento e avaliação

Os **objetivos, indicadores e metas** vinculam-se às áreas estratégicas supramencionadas e foram construídos com a finalidade de alcançar a **Missão e Visão institucionais** sem perder de vista o conjunto de **Valores** que guiarão a atuação da UFVJM e a conduta de seus membros.

A partir de tais referenciais foi desenvolvido o Mapa Estratégico da UFVJM referente ao PDI 2024-2028, conforme abaixo:

Figura 3 - Mapa Estratégico PDI 2024-2028 UFVJM



Como forma de demonstrar a organização e agrupamento dos processos de trabalho da UFVJM para cumprimento da sua missão

institucional e consequentemente gerar valor público para a sociedade, foi desenvolvida uma representação gráfica de tais processos, o que se denomina Cadeia de Valor.

Figura 4 - Cadeia de Valor da UFVJM



Fonte: IBGE, Atlas Brasil e INEP.

2.6.2 Objetivos, indicadores, metas e ações estratégicas

Na etapa de planejamento estratégico, a Comissão de Elaboração do PDI, conjuntamente com os Grupos de Trabalhos – GT dos campi, atualizou os referenciais estratégicos da UFVJM, compostos por: Missão, Visão e Valores.

A Identidade Estratégica foi construída a partir da contribuição da comunidade acadêmica e comunidade externa por meio de consultas públicas e oficinas setoriais, e serviu, juntamente com a Matriz SWOT, de referência para desenvolver os objetivos institucionais e direcionar o planejamento em todos os campos de atuação.

Conforme constam dos Quadros 4 a 28, os objetivos estratégicos, indicadores, metas e ações estratégicas da UFVJM para o período de 2024 a 2028 foram divididos em 13 áreas temáticas conforme a seguir:

- a) Ensino
- b) Pesquisa
- c) Extensão
- d) Assistência estudantil
- e) Internacionalização
- f) Sustentabilidade ambiental
- g) Inovação e empreendedorismo
- h) Pessoas
- i) Infraestrutura
- j) Tecnologia da informação
- k) Planejamento e Orçamento
- l) Comunicação
- m) Monitoramento e avaliação

Na coluna “Responsáveis”, quando se tem mais de um setor indicado em cada meta ou ação estratégica, o setor grafado em **negrito** será o principal setor responsável em coordenar a implementação/execução em colaboração com os demais setores indicados.

Quadro 4 - Objetivos estratégicos área estratégica de ENSINO

Objetivos		Indicadores		Metas			
ID	Descrição	ID	Descrição	ID	Descrição	Situação/ano	Responsáveis
E1	Melhorar a qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação oferecidos pela instituição.	I1	Índice Geral de Cursos - IGC	M1	Obter conceito máximo (IGC=5) durante o período de vigência do PDI	4 / 2022	PROGRAD + DEAD + PRPPG
		I2	Conceito Preliminar de Curso - CPC	M1	Obter e manter conceito máximo (CPC faixa 5) em pelo menos 10 cursos durante o período de vigência do PDI	3 / 2022	PROGRAD + DEAD
		I3	Conceito de Curso - CC	M1	Obter conceito máximo (CC = 5) em pelo menos 40% das avaliações durante o período de vigência do PDI.	Não se aplica	PROGRAD + DEAD
		I4	Conceito ENADE	M1	Obter e manter o conceito máximo (ENADE faixa 5) em pelo menos 10 cursos durante o período de vigência do PDI	4 / 2022	PROGRAD + DEAD
		I5	Conceito médio CAPES dos programas de pós-graduação stricto sensu da UFVJM	M1	Aumentar em 0,3 o conceito médio CAPES dos programas de pós-graduação stricto sensu durante o período de vigência do PDI	3,71 / 2022	PRPPG
E2	Implantar novos cursos de graduação e pós-graduação	I1	Número de cursos de graduação	M1	Aumentar em pelo menos 4 o número de cursos de graduação ofertados no período de vigência do PDI	51 /2022	PROGRAD + DEAD
		I2	Número de programas de pós-graduação stricto sensu	M1	Aumentar em pelo menos 2 o número de cursos de pós-graduação stricto sensu ofertados no período de vigência do PDI	24 / 2022	PRPPG
		I3	Número de cursos de pós-graduação lato sensu	M1	Aumentar em pelo menos 2 o número de cursos de pós-graduação lato sensu ofertados no período de vigência do PDI	10 / 2022	PRPPG
E3	Reducir a evasão, retenção, número de vagas ociosas e aumentar a diplomação nos cursos de graduação e pós-graduação	I1	Índice de ocupação de vagas dos cursos de graduação	M1	Aumentar em 20% o índice de ocupação de vagas nos cursos de graduação durante a vigência do PDI	60% / 2022	PROGRAD + DEAD
		I2	Índice de evasão dos cursos de graduação	M1	Reducir anualmente em 3% o índice de evasão nos cursos de graduação	25% / 2022	PROGRAD + DEAD
		I3	Índice de aluno diplomados dos cursos de graduação	M1	Aumentar o índice de alunos diplomados em 5% ao ano nos cursos de graduação	25% / 2022	PROGRAD + DEAD
		I4	Índice de retenção dos cursos de graduação	M1	Reducir 4 pontos percentuais no índice de retenção a cada ano nos cursos de graduação	50% / 2022	PROGRAD + DEAD
		I5	Número de discentes matriculados nos programas de pós-graduação	M1	Aumentar anualmente em 2,5% o número de discentes matriculados nos programas de pós-graduação	922 / 2022	PRPPG
E4	Revisar e adequar os PPC dos cursos de graduação em atendimento à legislação atual	I1	Índices de PPCs dos cursos de graduação em conformidade com a legislação	M1	Atingir 100% dos cursos de graduação com o PPC em conformidade com a legislação durante o período de vigência do PDI	33% / 2022	PROGRAD + DEAD
E5	Aumentar a participação docente no Programa de Apoio ao Ensino (Proae)	I1	Índices de bolsas implementadas no Proae	M1	Implementar 100% do total de bolsas ofertadas para cada edital do Proae	60% / 2022	PROGRAD
E6	Aumentar a participação docente no Programa de Monitoria	I1	Índice de bolsas implementadas no Programa de Monitoria	M1	Implementar 100% do total de bolsas ofertadas para cada edital da monitoria	83% / 2022	PROGRAD

Quadro 5 - Ações estratégicas área estratégica de ENSINO

ID	Ação estratégica	Responsáveis
EA1	Informatizar 100% dos processos relacionados à graduação durante o período de vigência do PDI	PROGRAD + STI
EA2	Implementar a política de identificação e acompanhamento de egressos dos cursos de graduação e pós-graduação da UFVJM durante o período de vigência do PDI	PROGRAD + PRPPG
EA3	Fortalecer as ações do Fórum de Formação Pedagógica Continuada para a Docência (Forped)	PROGRAD
EA4	Propor atividades de nivelamento nas unidades curriculares com maior índice de retenção	PROGRAD + DEAD
EA5	Fortalecer as ações da Coordenação de Processos Seletivos (Copese) em relação a divulgação dos cursos em todos os campi da UFVJM	PROGRAD
EA6	Promover a revisão sistemática dos processos avaliativos com gestores acadêmicos, docentes, alunos e servidores técnico-administrativos, com o intuito de construir saberes sobre avaliação e, consequentemente, fortalecer a cultura avaliativa e melhorar a qualidade dos cursos de graduação e institucional da UFVJM	PROGRAD + DEAD
EA7	Promover maior interação entre o Núcleo Docente Estruturante (NDE), Coordenação dos Cursos de Graduação, Pró-Reitoria de Graduação e/ou Diretoria de Educação Aberta e a Distância, visando à melhoria da matriz curricular dos cursos de graduação	PROGRAD + DEAD
EA8	Propor discussões acerca dos processos avaliativos com gestores acadêmicos, docentes, alunos e servidores técnico-administrativos, com o intuito de construir saberes sobre avaliação e, consequentemente, melhorar a qualidade dos cursos de graduação e institucional da UFVJM	PROGRAD
EA9	Propor a criação de um programa institucional para acolhimento e manutenção dos discentes nos cursos de pós-graduação da UFVJM	PRPPG
EA10	Fortalecer a força de trabalho de pessoal efetivo e terceirizado para atender a demanda dos programas de pós-graduação e cursos de graduação da UFVJM	PROGRAD + PRPPG
EA11	Propor nas atividades de ensino dos cursos de graduação e pós-graduação a formação de profissionais inovadores comprometidos com o desenvolvimento regional e socioambiental, tendo como propulsores o empreendedorismo, empresas juniores, transferências de tecnologia, internacionalização e parcerias com o intermédio do Centro de Inovação Tecnológica e Diretoria de Relações Internacionais	PROGRAD + PRPPG + CITEC + DRI
EA12	Instituir ferramenta tecnológica que permita gerenciar a execução das ações afirmativas nos programas de pós-graduação da UFVJM (Monitorar a quantidade de discentes e docentes ingressantes por meio de políticas afirmativas)	PRPPG
E13	Implementar novos cursos a partir de projetos da CAPES, como o PARFOR-Equidade	PROGRAD

Quadro 6 - Objetivos estratégicos área estratégica de PESQUISA

Objetivos		Indicadores		Metas			
ID	Descrição	ID	Descrição	ID	Descrição	Situação/ano	Responsáveis
P1	Aumentar o envolvimento da comunidade acadêmica em pesquisa científica e ou tecnológica	I2	Número de orientadores com submissão de projetos de pesquisa PIBIC/PIBIT	M1	Aumentar em pelo menos 10% durante o período de vigência do PDI	206 (2022)	PRPPG
		I3	Número de projetos de pesquisa financiados por órgãos de fomento externos	M1	Aumentar em pelo menos 20% durante o período de vigência do PDI	46 (2022)	PRPPG
		I4	Índice de discentes de envolvidos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico	M1	Aumentar o índice de discentes envolvidos em pesquisa e desenvolvimento tecnológico em 1% ao ano	1276 (2022)	PRPPG
		I5	Número de pesquisadores da UFVJM designados como bolsistas produtividade em pesquisa e/ou desenvolvimento tecnológico no CNPq	M1	Aumentar o número de pesquisadores da UFVJM designados como bolsistas produtividade no CNPq em pelo menos 20% durante o período de vigência do PDI	23 (2022)	PRPPG
		I6	Número de bolsas de pós-graduação cota institucional	M1	Manter as cotas institucionais de bolsas da pós-graduação	52 / 2022	PRPPG
P2	Otimizar e aprimorar a infraestrutura para pesquisa	I1	Valor investido em custeio para pesquisa (R\$) com dotação da LOA da UFVJM	M1	Aumentar em pelo menos 2% ao ano o valor a ser investido em custeio para pesquisa com dotação da LOA da UFVJM	R\$ 335.300,00 (2022)	PRPPG
		I2	Valor investido em bens de capital para pesquisa (R\$) com dotação da LOA da UFVJM	M1	Investir anualmente pelo menos R\$ 100.000,00 em bens de capital para a pesquisa com dotação da LOA da UFVJM	R\$ 0,00 (2022)	PRPPG
P3	Aumentar a produção e divulgação científica qualificada	I1	Número de publicações por docentes via PAP (artigos, capítulos de livros, livros, revisões e traduções)	M1	Aumentar o número de publicações por docentes via PAP (artigos, capítulos de livros, livros, revisões e traduções) em pelo menos 1 unidade ao ano	22 (2022)	PRPPG
		I2	Número de publicações por discentes via PAP (artigos, capítulos de livros, livros, revisões e traduções)	M1	Aumentar o número de publicações por discente via PAP (artigos, capítulos de livros, livros, revisões e traduções) em pelo menos 1 unidade ao ano	4 (2022)	PRPPG
		I3	Número de apresentações de docentes em congressos, workshops e demais eventos científicos tecnológicos via PROAPP	M1	Aumentar o número de apresentações de docentes em congressos, workshops e demais eventos científicos tecnológicos via PROAPP em pelo menos 1 unidade ao ano	6 (2022)	PRPPG
		I4	Número de apresentações de discentes em congressos, workshops e demais eventos científicos tecnológicos via PROAPP	M1	Aumentar o número de apresentações de discentes em congressos, workshops e demais eventos científicos tecnológicos via PROAPP em 1 unidade ao ano	2 (2022)	PRPPG

Quadro 7 - Ações estratégicas área estratégica de PESQUISA

ID	Ação estratégica	Responsáveis
PA1	Propor nas atividades de pesquisa a formação de profissionais inovadores comprometidos com o desenvolvimento regional e socioambiental, tendo como propulsores o empreendedorismo, empresas juniores, transferências de tecnologia, internacionalização e parcerias com o intermédio do Centro de Inovação Tecnológica e Diretoria de Relações Internacionais	PRPPG + CITEC + DRI

Quadro 8 - Objetivos estratégicos área estratégica de PESQUISA

Objetivos		Indicadores		Metas			
ID	Descrição	ID	Descrição	ID	Descrição	Situação/ano	Responsáveis
EXT1	Fomentar e fortalecer as ações de extensão e cultura na UFVJM	I1	Índice de bolsas implementadas (%) = número de bolsas implementadas/ número de bolsas ofertadas x 100	M1	Implementar e manter anualmente 100% de bolsas em relação à quantidade ofertada (PIBEX e PROCARTE)	Implementadas 135 (100%) mantidas 118 (87%) / 2022	PROEXC
		I2	Quantidade de ações de extensão e cultura submetidas	M1	Aumentar 10% ao ano tendo como base o valor do ano anterior	352 / 2022	PROEXC
		I3	Quantidade de ações de extensão e cultura executadas e em execução	M1	Aumentar 10% ao ano tendo como base o valor do ano anterior	2076 / 2022	PROEXC
		I4	Índice de estudantes de graduação envolvidos em ações de extensão e cultura	M1	Aumentar 10% ao ano tendo como base o índice do ano anterior	10,91% / 2022	PROEXC
		I5	Índice de professores envolvidos em ações de extensão e cultura	M1	Aumentar 10% ao ano tendo como base o índice do ano anterior	41,44% / 2022	PROEXC
		I6	Índice de Técnicos administrativos envolvidos em ações de extensão e cultura	M1	Aumentar 10% ao ano tendo como base o índice do ano anterior	15,56% / 2022	PROEXC
		I7	Índice de estudantes de pós-graduação envolvidos em ações de extensão e cultura	M1	Aumentar 10% ao ano tendo como base o índice do ano anterior	8,57% / 2022	PROEXC
EXT2	Assegurar, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária (creditação da extensão)	I1	Número de cursos de graduação com PPCs adequados à curricularização da extensão	M1	Ter 100% dos cursos de graduação adequados à curricularização da extensão em seus PPCs até o ano de 2024	8 (2023)	PROEXC
		I2	Quantidade de ações de extensão vinculadas aos componentes curriculares dos cursos de graduação	M1	Ter pelo menos 50 ações de extensão vinculadas aos componentes curriculares dos cursos de graduação ao ano a partir de 2025	Dados inexistentes	PROEXC

Quadro 9 - Ações estratégicas área de EXTENSÃO

ID	Ação estratégica	Responsáveis
EXTA1	Construir e implementar formulário próprio para registro de ações de extensão vinculadas aos componentes curriculares dos cursos de graduação até o ano de 2024	PROEXC
EXTA2	Ter pelo menos um representante em dois Fóruns Regionais e Nacionais de Pró-Reitores de Extensão e Cultura por ano	PROEXC
EXTA3	Institucionalizar o programa de apoio aos discentes, docentes e técnicos administrativos para participação em eventos extensionistas e culturais durante o período de vigência do PDI	PROEXC
EXTA4	Revisar e atualizar as políticas de extensão e cultura institucional no período de vigência do PDI	PROEXC
EXTA5	Aprimorar o sistema de gestão das ações de extensão e cultura visando maior eficiência e eficácia das políticas de extensão e cultura institucional	PROEXC
EXTA6	Propor, nas atividades de extensão, a formação de profissionais inovadores, comprometidos com o desenvolvimento regional e com a questão socioambiental, tendo como propulsores o empreendedorismo social, o diálogo com as empresas júniores, as transferências de tecnologia, as tecnologias sociais, a internacionalização e as parcerias, com o intermédio do centro de inovação tecnológica e Diretoria de Relações Internacionais	PROEXC + CITEC + DRI
EXTA7	Instituir o Cartão Extensionista no âmbito da UFVJM durante o período de vigência do PDI para fomento das ações vinculadas aos projetos e extensão e cultura	PROEXC

Quadro 10 - Objetivos estratégicos área transversal de ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Objetivos		Indicadores		Metas			
ID	Descrição	ID	Descrição	ID	Descrição	Situação/ano	Responsáveis
T1	Aperfeiçoar os programas de assistência estudantil e comunitários e implantar novos programas	I1	Índice de discentes atendidos pelo Serviço de Psicologia	M1	Ofertar atendimento psicológico para no mínimo 10% dos estudantes beneficiários do Programa de Assistência Estudantil ao ano a partir do exercício de 2025	Dados inexistentes	PROAAE
		I2	Índice de deferimentos de cadastros de discentes que se inscrevem no Programa de Assistência Estudantil	M1	Aumentar a taxa de deferimento em 0,5% por edital/ano	1874/2022	PROAAE
		I3	Índice de discentes que acessam o Restaurante Universitário (RU) em relação ao número de inscritos	M1	Aumentar em pelo menos 3,8% ao ano o número de atendidos pelo RU, considerando os discentes que se inscrevem no Programa de Assistência Estudantil no Campus do Mucuri e possuem perfil para recebimento da alimentação de acordo com o decreto PNAES	494/2023 (inscritos 611)	PROAAE
		I4	Índice de ocupação da Moradia Estudantil Universitária	M1	Aumentar para 100% a ocupação das vagas na Moradia Estudantil Universitária durante a vigência do PDI	222/2022 (305 vagas)	PROAAE
		I5	Índice de estudantes que recebem atendimentos pedagógicos	M1	Aumentar em 5% ao ano o número de estudantes que recebem atendimentos pedagógicos a discentes beneficiários do Programa de Assistência Estudantil que sejam reprovados ou estejam em risco de reprovação	0/2022 (1979 estudantes no PAE)	PROAAE
		I6	Número de eventos culturais na Moradia Estudantil Universitária	M1	Realizar 1 evento por semestre na Moradia Estudantil Universitária para promover a integração entre os discentes	0 / 2022	PROAAE

Quadro 11 - Ações estratégicas área transversal de ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

ID	Ação estratégica	Responsáveis
TAS1	Fomentar a criação do Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE) em todos os campi e com isso implementar ações de atenção à saúde dos estudantes	PROAAE
TAS2	Desenvolver parcerias junto ao Sistema de Saúde Municipal para possibilitar aos nossos estudantes o acesso aos serviços de assistência à saúde	PROAAE
TAS3	Fortalecer a segurança alimentar dos estudantes em todos os campi; Manutenção do serviço de restaurante universitário em Teófilo Otoni e criar mecanismos (ou buscar recursos junto ao Ministério de Educação) para a expansão desse serviço para os demais campi	PROAAE
TAS4	Implementar o módulo de Gestão de Benefícios no e-Campus para realização de controle de cumprimento dos regulamentos do Programa de Assistência Estudantil e do acesso do estudante aos benefícios	PROAAE
TAS5	Implementar o módulo de Gestão do acesso ao Restaurante Universitário	PROAAE
TAS6	Implementar melhorias no módulo do e-Campus de seleção e concessão dos benefícios, de forma a interligá-lo com o Sistema de Gestão de Benefícios e possibilitar o upload de arquivos pelos estudantes	PROAAE
TAS7	Fortalecer o serviço de acompanhamento pedagógico com o intuito de garantir um bom desempenho acadêmico dos estudantes assistidos pelo Programa de Assistência Estudantil e sua consequente diplomação	PROAAE
TAS8	Fortalecer e ampliar a Moradia Estudantil Universitária (MEU) em Diamantina; Fomentar uma alternativa de moradia nos campi fora da sede	PROAAE
TAS9	Implementar ações de acompanhamento dos discentes egressos da UFVJM e que já foram atendidos pela Assistência Estudantil	PROAAE
TAS10	Revisão dos regulamentos do Programa de Assistência Estudantil e elaboração da Política de Assistência Estudantil institucional	PROAAE
TAS11	Revisar o Regimento interno da Pró-Reitoria de Acessibilidade e Assuntos Estudantis	PROAAE
TAS12	Desenvolver políticas de promoção cultural na Moradia Estudantil Universitária (MEU); Fomentar políticas de promoção cultural nos campi fora de sede	PROAAE
TAS13	Fomentar projetos de atividades esportivas na Moradia Estudantil Universitária (MEU); Elaborar o Plano de Política de Esportes e Lazer para todos os campi	PROAAE
TAS14	Ofertar permanentemente pelo menos 4 modalidades esportivas aos estudantes da Moradia Estudantil Universitária utilizando os equipamentos disponíveis em sua área de abrangência	PROAAE
TAS15	Desenvolver um programa de apoio pedagógico para 100% dos alunos reprovados ou com risco de reprovação que sejam atendidos pelo Programa de Assistência Estudantil; Desenvolver um programa de acompanhamento pedagógico a 100% dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação	PROAAE
TAS16	Aumentar o número de discentes inscritos no Programa de Assistência Estudantil e que ingressam por cota de renda	PROAAE
TAS17	Adquirir pelo menos 20 computadores para utilização dos discentes da Moradia	PROAAE
TAS18	Criar áreas de convivência na Moradia Estudantil Universitária (MEU)	PROAAE
TAS19	Criar áreas de convivência voltadas aos estudantes usuários da área de convivência do RU - Campus do Mucuri	PROAAE
TAS20	Realizar seminários locais sobre assistência estudantil com a participação dos estudantes em todos os campi	PROAAE
TAS21	Reducir o número de suspensões de benefícios devido ao não cumprimento dos regulamentos do Programa de Assistência Estudantil	PROAAE

Quadro 12 - Objetivos estratégicos área transversal de INTERNACIONALIZAÇÃO

Objetivos		Indicadores		Metas			
ID	Descrição	ID	Descrição	ID	Descrição	Situação/ano	Responsáveis
T2	Ampliar parcerias e convênios com instituições internacionais	I1	Índice de parcerias firmadas voltadas para a internacionalização	M1	Aumentar, em pelo menos 50%, o número de parcerias e/ou convênios internacionais ao longo da vigência do PDI	6 (2022)	DRI + PROGRAD + PRPPG + PROEXC + DCP
				M2	Renovar pelo menos 50% dos convênios que se encerrão durante o período de vigência do PDI	5 (2023)	DRI + PGF + DCP
				M3	Aumentar em 50% a rede de cooperação internacional durante a vigência do PDI	2 (2023)	DRI + Reitoria
T3	Promover o ensino de línguas e culturas estrangeiras na UFVJM	I1	Índice de bolsistas vinculados ao núcleo de línguas por idioma	M1	Aumentar o número de bolsistas do Núcleo de Línguas em pelo menos 50% para cada idioma (inglês, espanhol e português como língua estrangeira - PLE) ao longo da vigência do PDI	4 (2023)	DRI + NUCLI
		I2	Índice de cursos ofertados, vinculados ao núcleo de línguas por idioma	M1	Aumentar em pelo 50% a oferta de cursos de línguas pelo Nucli para a comunidade acadêmica até o final do período de vigência do PDI	11 (2022)	DRI + NUCLI
T4	Promover a mobilidade acadêmica internacional	I1	Índice de mobilidade internacional outgoing	M1	Apoiar a participação de discentes e servidores da UFVJM em programas de mobilidade internacional, aumentando em, pelo menos, 50% o número de mobilidade dessas categorias durante o período de vigência do PDI	4 (2022)	DRI + PROGRAD + PRPPG + PROGEP
		I2	Índice de mobilidade internacional incoming	M1	Apoiar a participação de discentes e servidores de universidades estrangeiras em programas de mobilidade internacional, aumentando em, pelo menos, 50% o número de mobilidade dessas categorias durante o período de vigência do PDI	3 (2022)	DRI + PROAAE + PROGRAD + PRPPG + Unidades Acadêmicas
		I3	Número anual de cursos preparatórios para proficiência em língua inglesa	M1	Realizar pelo menos uma oferta anual de cursos preparatórios para exames de proficiência em língua inglesa para atender demanda de alunos da graduação e pós-graduação participantes de programas de mobilidade internacional	Não se aplica	DRI + NUCLI + FIH
T5	Aprimorar os meios de comunicação institucionais e a divulgação da UFVJM junto à comunidade estrangeira	I1	Número de conteúdos digitais publicados voltados para a promoção da internacionalização	M1	Producir pelo menos 10 conteúdos mensais nas redes sociais da DRI durante o período de vigência do PDI	Não se aplica	DRI + CoordCS

Quadro 13 - Ações estratégicas área transversal de INTERNACIONALIZAÇÃO

ID	Ação estratégica	Responsáveis
TAI1	Elaborar proposta de novo Regimento Interno da DRI no primeiro semestre de vigência do PDI	DRI
TAI2	Elaborar a proposta de atualização da política de internacionalização da UFVJM no primeiro semestre de vigência do PDI	DRI
TAI3	Elaborar a proposta do plano de internacionalização da UFVJM no primeiro semestre de vigência do PDI	DRI
TAI4	Assegurar a contratação de pelo menos 1 estagiário por ano, para o setor, durante a vigência do PDI	DRI + PROGEP
TAI5	Implementar, junto com a PROEXC, pelo menos 1 ação de extensão voltada para atividade de internacionalização da UFVJM, durante a vigência do PDI	DRI + PROGEP
TAI6	Implementar sistema de gestão das informações de internacionalização na UFVJM durante a vigência do PDI	DRI + PROGRAD + PRPPG + PROEXC + STI
TAI7	Elaborar o manual de celebração de acordos de cooperação acadêmica internacional, até o final do primeiro ano de vigência do PDI, visando clareza e celeridade no processo	DRI + PGF + DCP
TAI8	Participação da equipe da DRI em pelo menos 2 eventos voltados à internacionalização de IES por ano de vigência do PDI	DRI
TAI9	Elaborar a Política Linguística para institucionalizar o ensino de línguas e culturas estrangeiras na UFVJM no primeiro ano de vigência do PDI	DRI + NUCLI + FIH
TAI10	Propor o intercâmbio virtual na UFVJM por meio de parcerias com universidades estrangeiras ao longo da vigência do PDI	DRI + PROGRAD + PRPPG + PROEXC
TAI11	Elaborar o programa de acolhimento ao estudante estrangeiro na UFVJM (auxílio-moradia, alimentação e ensino da cultura/língua portuguesa) até o final da vigência do PDI	DRI + PROAAE + PROGRAD + PRPPG
TAI12	Participar dos editais de fomento às ações de internacionalização	DRI + PROAAE + PROGRAD + PRPPG
TAI13	Disponibilizar, em língua estrangeira, conteúdos institucionais do portal UFVJM para o público estrangeiro, alunos e instituições, até o término da vigência do PDI	DRI + CoordCS
TAI14	Ofertar pelo menos uma disciplina em língua inglesa em cada unidade acadêmica dos cursos de graduação e pós-graduação ao longo da vigência do PDI	DRI + PROGRAD + PRPPG
TAI15	Ofertar anualmente o curso de Português como Língua Estrangeira (PLE) para acolhimento de estudantes internacionais de graduação e pós-graduação em mobilidade na UFVJM	DRI + NUCLI+ FIH
TAI16	Promover, pelo menos 1 vez por ano, atividades de integração entre os estudantes estrangeiros e a comunidade acadêmica (internationalização in house)	DRI + PROAAE + PROGRAD + PRPPG +Unidades Acadêmicas

Quadro 14 - Objetivos estratégicos área transversal de SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Objetivos		Indicadores		Metas			
ID	Descrição	ID	Descrição	ID	Descrição	Situação/ano	Responsáveis
T6	Promover e desenvolver propostas e ações necessárias ao desenvolvimento ambiental no âmbito da universidade, tendo como foco primordial conciliar o desenvolvimento institucional com respeito ao meio ambiente, a fim de proporcionar a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar de toda a comunidade acadêmica	I1	Quantidade de água tratada consumida nos campi da UFVJM	M1	Quantificar o montante de água tratada consumida nos campi da UFVJM em metros cúbicos (m³) e divulgar os dados anualmente com vistas à redução de 5% do consumo até 2028	105564 / 2022	CMA
		I2	Quantidade de energia elétrica consumida nos campi da UFVJM	M1	Quantificar o montante de energia elétrica consumida nos campi da UFVJM em quilowatt-hora (kWh) e divulgar os dados anualmente com vistas à redução 5% do consumo até 2028	2806116 / 2022	CMA
		I3	Quantidade de material reciclável coletado	M1	Quantificar a quantidade de material reciclável coletado em kg e divulgar os dados anualmente com vistas à redução do descarte incorreto. Dessa forma, pretende-se aumentar em pelo menos 10% o quantitativo coletado até 2028	11762 / 2022	CMA
		I4	Quantidade de resíduo orgânico gerado para compostagem em setores da UFVJM	M1	Quantificar a quantidade de resíduo orgânico coletado para compostagem em kg e divulgar os dados anualmente com vistas ao descarte correto dos resíduos orgânicos. Dessa forma, pretende-se aumentar em pelo menos 5% o quantitativo coletado até 2028	383549 / 2022	CMA
		I5	Quantidade de descarte de pilhas e baterias pela UFVJM	M1	Quantificar o montante de descarte de pilhas e baterias provenientes dos coletores instalados nas dependências dos campi da UFVJM por kg e divulgar os dados anualmente com vistas à redução do descarte incorreto desses resíduos	Não se aplica	CMA
		I6	Quantidade de descarte de resíduos químicos e biológicos da UFVJM	M1	Quantificar o montante de descarte de resíduos químicos e biológicos da UFVJM por kg e divulgar os dados anualmente com vistas à redução do descarte incorreto desses resíduos. Dessa forma, pretende-se aumentar em pelo menos 5% o quantitativo coletado até 2028	5573 / 2022	CMA

Quadro 15 - Ações estratégicas área transversal de SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

ID	Ação estratégica	Responsáveis
TSA1	Desenvolver ações de arborização e paisagismo nos espaços da UFVJM e divulgação das ações anualmente com vistas à melhoria dos ambientes da UFVJM	CMA
TSA2	Desenvolver ações de educação ambiental e divulgação das ações anualmente com vistas à melhoria dos indicadores relacionados ao meio ambiente na UFVJM	CMA
TSA3	Estimular a sustentabilidade ambiental nas diversas áreas de atuação da UFVJM por meio de campanhas educativas a toda a comunidade universitária	CMA

Quadro 16 - Objetivos estratégicos área transversal de INOVAÇÃO E EMPREENDORISMO

Objetivos		Indicadores		Metas			
ID	Descrição	ID	Descrição	ID	Descrição	Situação/ano	Responsáveis
T7	Fomentar e incentivar ações de empreendedorismo e inovação junto à comunidade acadêmica e externa	I1	Número de Ambientes Promotores de Inovação (API)	M1	Criar, até 2026, 1 API “Espaço Conecta” em cada campi	1 / 2022	Citec + Reitoria
		I2	Número de Projetos Pré-Incubados	M1	Apoiar, anualmente, pelo menos 3 projetos e/ou iniciativas	1 / 2022	Citec
		I3	Número de Empresas Incubadas	M1	A partir de 2025, incubar, por processo seletivo anual, pelo menos 2 empresas	0 / 2022	Citec
		I4	Número de Empresas Graduadas	M1	Ao final de 2027, ter pelo menos 1 empresa graduada dentre aquelas incubadas	0 / 2022	Citec
		I5	Número de Empresas Juniores	M1	Aumentar em pelo menos 1 o número total de empresas juniores reconhecidas, por ano	14 / 2022	Citec + PROEXC + Unidades Acadêmicas
		I6	Ranking de Universidades Empreendedoras (RUE)	M1	Subir em pelo menos 2 posições por edição durante o período de vigência do PDI	96 / 2022	Citec
		I7	Número de ações visando à conscientização e/ou capacitação de recursos humanos	M1	Organizar, anualmente, 1 evento institucional, visando integrar a inovação com a pesquisa, ensino e extensão	1 / 2022	Citec + PRPPG + PROGRAD + PROEXC
				M2	Realizar, anualmente, pelo menos 1 ação presencial por campus fora de sede	0 / 2022	Citec + Unidades Acadêmicas
				M3	Realizar, semestralmente, pelo menos 3 eventos on-line	2 / 2022	Citec
				M4	Apoiar, anualmente, pelo menos 5 ações de outros setores da UFVJM, empresas juniores ou parceiros externos	2 / 2022	Citec
		I8	Número de ações visando à promoção e/ou reconhecimento de iniciativas voltadas para o empreendedorismo e inovação	M1	Realizar, anualmente, 1 premiação “Prêmio Henrique Dumont” com categorias voltadas para iniciativas que desenvolvem soluções inovadoras na pesquisa, ensino e/ou extensão	0 / 2022	Citec + PRPPG + PROGRAD + PROEXC
		I9	Total de recursos captados externos	M1	Arrecadar pelo menos R\$30.000,00, anualmente, por meio de parcerias para viabilizar a execução das ações do CITEC	R\$150.000,00 / 2022	Citec
T8	Incentivar e otimizar a proteção e transferência da Propriedade Intelectual da UFVJM	I1	Número de Proteções no NIT (Patente, Marca e Programa de Computador)	M1	Aumentar em, pelo menos, 10% o número total de demandas requeridas, por ano	15 / 2022	Citec + PRPPG
				M2	Aumentar em, pelo menos, 25% o número de demandas analisadas, por ano	5 / 2022	Citec
				M3	Aumentar em, pelo menos, 20% o número de demandas depositadas no INPI, por ano	5 / 2022	Citec
		I2	Índice de Contratos de Cotitularidade Concluídos	M1	Executar, anualmente, pelo menos 50% do total das demandas depositadas em cotitularidade	39% em 2022 de 26 (vinte e seis) depositadas	Citec
		I3	Índice de Transferências de Tecnologias Formalizado	M1	Formalizar, anualmente, pelo menos 50% do total das demandas em negociação	0% em 2022 de 2 em negociação	Citec

Quadro 17 - Ações estratégicas área transversal de INOVAÇÃO E EMPREENDORISMO

ID	Ação estratégica	Responsáveis
TIE1	Ter, pelo menos, 1 estagiário remunerado na equipe do CITEC e pelo menos 2 estagiários não remunerados para participarem em projetos institucionais registrados pelo CITEC anualmente	CITEC

Quadro 18 - Objetivos estratégicos área transversal de GESTÃO DE PESSOAS

Objetivos		Indicadores		Metas			
ID	Descrição	ID	Descrição	ID	Descrição	Situação/ano	Responsáveis
TT9	Promover saúde e qualidade de vida na instituição	II1	Índice de Servidores Licenciados para Tratamento de Saúde: ISLTS = TGDA/DA/TS x 100 TGDA é o número geral de dias de afastamentos de servidores em licença para tratamento de saúde DA é o número de dias no ano e TS é o número total de servidores	MM1	Diminuir o índice em 5% ao ano	3,6 / 2022	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas + Diretoria de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho - DASQVT
		II2	N. ^o de ações de prevenção e promoção à saúde realizadas (programas, projetos, palestras, oficinas e outros)	MM1	Aumentar em 10% ao ano o número de ações de prevenção e promoção à saúde (programas, projetos, palestras, oficinas e outros)	40 / 2022	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas + Diretoria de Atenção à Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho - DASQVT
TT10	Desenvolver as competências dos servidores alinhadas às necessidades institucionais	II1	Índice de qualificação do corpo técnico-administrativo(IQCTA) = (5D + 3M + 2Esp + Gr + 0,5Ngr) / (D + M + Gr + Ngr) D é o no total de TA's doutores M é o total de TA's mestres Esp é o total de TA's especialistas Gr é o total de TA's graduados Ngr é o total de TA's não graduados	MM1	Aumentar o índice de qualificação até o nível de 2,75 até 2028	2,37 / 2022	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas + Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas
		II2	Índice de qualificação do corpo docente (IQCD) = (5D + 3M + 2Esp + Gr) / (D + M + Esp+Gr), em que: D é o n. ^o total de docentes doutores, M o de mestres; Esp o de especialistas; Gr o de graduados. Número Real Compreendido entre 1 (todos graduados) e 5 (todos doutores)	MM1	Aumentar o índice de qualificação até o nível de 4,87 até 2028	4,5 / 2022	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas + Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas
		II3	Taxa de capacitação do corpo técnico-administrativo (TCTA) = SC/TS x 100 em que: SC é o número de servidores técnico-administrativos capacitados; e TS é o número total de servidores técnico-administrativos	MM1	Aumentar a taxa de capacitação em 1% até 2028	17,55 / 2022	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas + Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas
TT11	Adequar o quadro de pessoal visando atender às necessidades institucionais	II1	Taxa de preenchimento das vagas Docentes TPVD = NVDP / NTVD x 100 NVDP - número de vagas docentes preenchidas por concurso NTVD - Número Total de vagas Docentes	MM1	Manter a taxa acima de 95 até 2028	84 / 2022	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas + Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas
		II2	Taxa de preenchimento das vagas TATPVTa = NVTAP / NTVTA x 100 NVTAP - número de vagas TA preenchidas NTVTA - Número total de vagas TA	MM1	Manter a taxa acima de 95 até 2028	90 / 2023	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas + Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas
		II3	Taxa de Setores Dimensionados (TSD) = SD/TS x 100 SD são a quantidade de UORGs dimensionados TS é o total de UORGs dimensionáveis da UFVJM	MM1	Atingir 100% de setores dimensionados até 2028	Não se aplica / 2022	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas + Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas
		II4	Taxa de adequação da força de trabalho das UORGs dimensionados (TAFT) = SFTA/SD x 100 SFTA - Setores com força de trabalho adequada SD - Setores Dimensionamentos	MM1	Atingir 80% da adequação da força de trabalho até 2028	Não se aplica / 2022	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas + Diretoria de Desenvolvimento de Pessoas

Quadro 19 - Ações estratégicas área transversal de GESTÃO DE PESSOAS

ID	Ação estratégica	Responsáveis
TGE1	Reestruturar o sistema de gestão de compras (requisição de compras), no período de vigência do PDI	PROGEP
TGE2	Instituir a Política de Atenção à Saúde da comunidade acadêmica	PROGEP
TGE3	Implementar programas de qualidade de vida	PROGEP
TGE4	Implantar projeto voltado para o fortalecimento do sentimento de pertencimento à UFVJM, práticas de reconhecimento e valorização profissional dos servidores	PROGEP
TGE5	Reestruturar o espaço físico da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e o Espaço do Servidor	PROGEP
TGE6	Promover a formação continuada dos servidores a partir dos gargalos de competência identificados	PROGEP
TGE7	Construir Planos de Capacitações Temáticas que visem melhorar os indicadores institucionais e as relações de trabalho (Iniciação no Serviço Público, Capacitação de Gestores, Preparação para a Aposentadoria, entre outros)	PROGEP
TGE8	Revisar e consolidar as políticas institucionais de qualificação dos servidores	PROGEP
TGE9	Dimensionar quantitativamente e qualitativamente a força de trabalho da carreira técnico-administrativa em educação	PROGEP
TGE10	Pactuar junto ao MEC novas vagas para recomposição da força de trabalho	PROGEP
TGE11	Realizar um diagnóstico da rotatividade de servidores da instituição	PROGEP
TGE12	Regulamentar a distribuição de vagas docentes	PROGEP
TGE13	Regulamentar o processo de gestão dos estagiários	PROGEP
TGE14	Implantar o sistema de gerenciamento de concursos e processos seletivos	PROGEP
TGE15	Implementar o Programa de Gestão de Desempenho (PGD)	PROGEP
TGE16	Aumentar a quantidade de serviços disponibilizados no SOUGOV	PROGEP
TGE17	Criar postos de atendimento da PROGEP nos campi	PROGEP
TGE18	Criar serviço de triagem para melhor acolhimento e direcionamento do usuário	PROGEP
TGE19	Implantação de chatbot para prestação de informação em tempo real	PROGEP
TGE20	Reformular a página da PROGEP	PROGEP
TGE21	Elaborar um novo manual do servidor	PROGEP
TGE22	Realizar seminários sobre os direitos e deveres e gestão de benefícios	PROGEP
TGE23	Elaborar vídeos explicativos sobre os direitos e deveres dos servidores	PROGEP

Quadro 20 - Objetivos estratégicos área de governança e gestão de INFRAESTRUTURA

Objetivos		Indicadores		Metas			
ID	Descrição	ID	Descrição	ID	Descrição	Situação/ano	Responsáveis
G1	Dotar a instituição de infraestrutura, de insumos e de serviços, visando à execução das políticas necessárias ao desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da extensão, administração utilizando as boas práticas de gestão pública	I1	Índice de chamados de manutenção atendidos (resolvidos)	M1	Atender em cada campus da UFVJM a, no mínimo, 70% dos chamados de serviço emitidos anualmente via GLPI para a Divisão de Manutenção dos Bens Patrimoniais	Não se aplica / 2022	DSENG + DIRETORIAS DE CADA CAMPUS
		I2	Número de planos de manutenção predial	M1	Elaborar os planos de manutenção de todas as edificações da UFVJM no período de vigência do PDI	32 edificações de um total de 119 / 2022.	DSENG
		I3	Número de projetos <i>as built</i> elaborados	M1	Elaborar os projetos <i>“as built”</i> de todas as edificações da UFVJM durante a vigência do PDI	28 edificações de um total de 119 / 2022	DSENG
		I4	Número de projetos de combate a incêndio e pânico aprovados pelos órgãos competentes	M1	Aprovar o PPCI em todas as edificações dos campi fora de sede e de pelo menos 20 edificações do Campus JK/I no período do PDI	1 projeto aprovado (Campus JK); 1 projeto aprovado (Campus Janaúba) e 1 projeto aprovado Campus do Mucuri / 2022	DSENG
		I5	Índice de edificações com sinalização tátil em conformidade com as normas vigentes	M1	Implantar a sinalização tátil, de alerta e direcional, em pelo menos: 20% das edificações no campus sede; 50% das edificações no Campus do Mucuri; 100% das edificações no campus em Janaúba e 100% das edificações no campus em Unaí	Não há sinalização tátil nas edificações em nenhum dos campi	DSENG + PROAAE
		I6	Área urbanizada dos campi de Janaúba e de Unaí (pavimentação, calçamento, iluminação, drenagem, paisagismo e acessibilidade)	M1	Urbanizar área de, no mínimo, 27.000 m ² no Campus Janaúba e 24.000 m ² no Campus Unaí no período do PDI	Não há urbanização nos campi de Janaúba e de Unaí	DSENG + PROAAD + DIRETORIAS DE CADA CAMPUS
		I7	Índice de edificações climatizadas	M1	Climatizar, durante o período de vigência do PDI, pelo menos 30% das edificações da UFVJM que recebem usuários de forma contínua (salas de aulas, bibliotecas, auditórios, unidades administrativas) por meio de energia limpa	Não se aplica / 2022	PROAAD + PROPLAN
G2	Aprimorar processos de compras e contratações públicas	I1	Percentual de itens frustrados nos pregões	M1	Reducir, para no máximo 25% (1 ^a tentativa), o percentual de itens frustrados em pregões no período de vigência do PDI	44,08% / 2022	DLC + DAPRP + DL
		I2	Percentual de execução de demanda prevista no PCA	M1	Finalizar anualmente 100% dos planejamentos referentes a contratações públicas previstas no PCA	98% / 2022	DIPLAC
		I3	Taxa de sucesso nas contratações de serviços	M1	Contratar 100% dos serviços com planejamento finalizado no exercício	95 % / 2022	DIPLAC

Quadro 21 - Ações estratégicas área de governança e gestão de INFRAESTRUTURA

ID	Ação estratégica	Responsáveis
GIN1	Reestruturar o sistema de gestão de compras (requisição de compras), no período de vigência do PDI	DLC + DAPRP + DLI
GIN2	Redefinir, no período de vigência do PDI, a metodologia do calendário de compras, em consonância ao Plano de Contratação Anual (PCA)	DLC + DAPRP + DLI
GIN3	Atualizar o Plano de Logística Sustentável da UFVJM	DIPLAC + DLC
GIN4	Aprimorar a Governança das Contratações e Aquisições públicas no âmbito da UFVJM	DIPLAC + DLC
GIN5	Dotar as edificações e ambientes da UFVJM de infraestrutura adequada para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração	PROAD + PROPLAN
GIN6	Garantir a execução e aprimoramento dos processos institucionais visando ao funcionamento e manutenção da UFVJM nas suas diversas áreas de atuação, sobretudo nas atividades essenciais, no intuito de propiciar maior eficiência, sustentabilidade ambiental e celeridade nos resultados	PROAD + PROPLAN
GIN7	Estruturar e consolidar os laboratórios do Comitê Técnico, Científico e Multidisciplinar (CTCM) do Campus do Mucuri da UFVJM visando ao desenvolvimento e fortalecimento de estudos e projetos de ensino, pesquisa e extensão na área de saúde na região do Vale do Mucuri	PROAD + PROPLAN CTCM
GIN8	Realizar estudos relacionados à atualização e manutenção da frota de veículos oficiais da UFVJM visando maior segurança para os usuários, a sustentabilidade econômica e ambiental da UFVJM	PROAD + PROPLAN
GIN8	Elaborar um plano geral de manutenção de equipamentos da UFVJM para viabilizar processo de contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva dos bens identificados	PROAD + PROPLAN
GIN9	Aquisição e/ou assinatura de acervo digital no período de vigência do PDI para atender 25% dos títulos constantes nos PPCs atualizados. Atualmente atende aproximadamente 19% conforme levantamento realizado em junho de 2023	SISBI
GIN10	Modernizar e tornar mais eficiente e eficaz o sistema de segurança do acervo das bibliotecas (RFID) dos Campi JK e do Mucuri durante a vigência do PDI. Atualmente somente 2 bibliotecas possuem sistemas de segurança com tecnologia diferente da informada	SISBI
GIN11, GIN8	Implantar sistemas de segurança do acervo das bibliotecas (RFID) nas bibliotecas dos Campi Janaúba e Unaí durante a vigência do PDI	SISBI
GIN12	Modernizar os espaços de convivência e de estudos das bibliotecas das UFVJM durante o período de vigência do PDI, por meio de reativação das cabines de estudo em grupo, espaços para exposições e construção de jardins internos	SISBI + PROAD
GIN13	Desenvolver estudos e projetos para promover a auto sustentabilidade em energia limpa da UFVJM por meio de instalação de usina solar no Campus Janaúba durante o período de vigência do PDI	PROPLAN + PROAD

Quadro 22 - Objetivos estratégicos área de governança e gestão de TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Objetivos		Indicadores		Metas			
ID	Descrição	ID	Descrição	ID	Descrição	Situação/ano	Responsáveis
G3	Aperfeiçoar a governança e a gestão de TIC	I1	Número de políticas e normativos relacionados à segurança da informação, gestão de software e governança de TIC publicadas	M1	Aumentar a quantidade de políticas publicadas em pelo menos 20% ao ano	6 /2022	STI + CGIRC
		I2	Número de processos tratados de acordo com a Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	M1	Identificar, no período de vigência do PDI, todos os processos de coleta de dados pessoais na instituição de acordo com a LGPD	Não se aplica	Comissão própria composta por servidores + EP + STI
				M2	Mapear e adequar pelo 50% dos processos de coletas de dados pessoais identificados de acordo com a LGPD no período de vigência do PDI	Não se aplica	Comissão própria composta por servidores + Escritório de Processo + STI
G4	Ampliar e aperfeiçoar a infraestrutura de tecnologia da informação e comunicação	I1	Índice de área coberta por rede sem fio	M1	Aumentar a cobertura de rede sem fio em 10% a cada ano durante a vigência do PDI considerando todos os campi	65% / 2022	STI
		I2	Índice de elaboração de projetos de rede cabeada	M1	Aumentar a conclusão de projetos em 14% a cada semestre durante a vigência do PDI	0 / 2022	STI
		I3	Índice de área coberta por rede cabeada	M1	Aumentar a cobertura de rede cabeada em 10% durante a vigência do PDI considerando todos os campi	90% / 2022	STI
		I4	Índice de aparelhos VoIP atualizados	M1	Aumentar o número de VoIP atualizados em no mínimo 30% a cada ano durante a vigência do PDI	0 / 2022	STI
		I5	Índice de campi com URA (Unidade de Resposta Audível) simples implantadas	M1	Implementar URA's em 40% dos campi da UFVJM durante a vigência do PDI	0 / 2022	STI
G5	Atualizar o parque computacional, incluindo atualizações de hardware e software	I1	Índice de manutenções preventivas realizadas em hardware e software	M1	Identificar a quantidade de manutenções preventivas a serem realizadas até 2026	0 / 2022	STI
				M2	Realizar a manutenção preventiva em pelo menos 50% dos itens identificados durante a vigência do PDI	0 / 2022	STI
		I2	Índice de manutenções corretivas realizadas em hardware e software	M1	Reducir em 30% o índice de manutenções corretivas durante a vigência do PDI	892 / 2022	STI
		I3	Índice de computadores substituídos	M1	Identificar a quantidade de computadores a serem substituídos até 2026	1391 / 2022	STI
				M2	Substituir pelo menos 15% dos computadores a cada ano durante o período de vigência do PDI	390 / 2022	STI

Objetivos		Indicadores		Metas			
ID	Descrição	ID	Descrição	ID	Descrição	Situação/ano	Responsáveis
G6	Aperfeiçoar e ampliar a disponibilidade dos sistemas de informação	I1	Processos estratégicos prioritários para a instituição, identificados para informatização e automação	M1	Identificar, no período de vigência do PDI, junto às pró-reitorias e unidades administrativas os processos estratégicos passíveis de informatização ou aprimoramento	Não se aplica	STI
				M2	Definir, no período de vigência do PDI, quais processos estratégicos a serem automatizados/informatizados/aprimorados conforme resultado da meta M1	Não se aplica	STI + CGIRC
		I2	Índice de projetos estratégicos informatizados	M1	Entregar 10% dos projetos estratégicos informatizados a cada semestre	Não se aplica	STI
		I3	Índice dos serviços acadêmicos em formato digital	M1	Identificar os serviços acadêmicos a serem ofertados em meio digital até 2026	Não se aplica	STI
				M2	Ofertar 100% dos serviços acadêmicos em formato digital, que atendem diretamente alunos regulares, egressos e comunidade sem vínculo com a instituição, durante o período de vigência do PDI	Não se aplica	Ouvidoria + Reitoria + STI
		I4	Índice de sistemas institucionais em conformidade com o acervo digital	M1	Realizar integração de 100% dos sistemas institucionais, passíveis de adequação, em conformidade com o acervo digital no período de vigência do PDI	Não se aplica	STI
		I5	Índice de soluções hospedadas na infraestrutura tecnológica não desenvolvidos pela STI	M1	Atender 100% das demandas aprovadas de hospedagem de software na infraestrutura tecnológica da STI para sistemas/softwares/aplicativos não desenvolvidos pela STI	5 / 2022	STI + CGIRC
		I6	Índice de sistemas e serviços migrados da nuvem privada para a nuvem pública	M1	Identificar os sistemas e serviços providos pela STI que estão hospedados no data center que podem ser migrados para nuvem pública até 2026	Não se aplica	STI + CGIRC
				M2	Realizar a migração de pelo menos 30% dos sistemas e serviços providos pela STI identificados em M1, pública durante a vigência do PDI	Não se aplica	STI + CGIRC
		I7	Índice de novos sistemas e serviços implantados nativamente em nuvem pública	M1	Identificar os sistemas e serviços a serem implantados diretamente em nuvem pública até 2026	Não se aplica	STI + CGIRC
				M2	Realizar a implantação de pelo menos 30% dos sistemas e serviços a serem implantados diretamente em nuvem pública durante a vigência do PDI	Não se aplica	STI + CGIRC

Quadro 23 - Ações estratégicas área de governança e gestão de TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

ID	Ação estratégica	Responsáveis
TIC1	Realizar pelo menos 1 ação de capacitação e 1 ação de conscientização em tópicos relacionados à segurança da informação junto à comunidade durante a vigência do PDI	STI
TIC2	Capacitar os servidores em relação à regulamentação interna de aplicação da LGPD ao longo da vigência do PDI	Comissão própria composta por servidores + PROGEP + STI
TIC3	Implantação da política de privacidade de dados na instituição	Comissão própria + STI
TIC4	Atualizar e adquirir ferramentas e insumos para execução de manutenção	STI
TIC5	Publicar normativo de gestão de documentos e arquivos digitais e segurança da informação da instituição	Comissão própria + STI
TIC6	Implantar solução de armazenamento e gestão de arquivos digitais	STI

Quadro 24 - Objetivos estratégicos área de governança e gestão de PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

Objetivos		Indicadores		Metas			
ID	Descrição	ID	Descrição	ID	Descrição	Situação/ano	Responsáveis
G7	Otimizar a gestão orçamentária	I1	Índice de execução do orçamento discricionário da LOA da UFVJM	M1	Executar trimestralmente 25% do orçamento discricionário autorizado na LOA da UFVJM	100% / 2022	DORC
G8	Otimizar a gestão contábil, financeira e patrimonial	I1	Índice de restos a pagar inscritos RP2 (discricionário) da LOA UFVJM	M1	Reducir anualmente 1,64% dos restos a pagar inscritos RP2 da LOA UFVJM	16,38 % do RP2 LOA UFVJM / 2022	DCF
		I1	Número de bens patrimoniais regularizados da UFVJM	M2	Regularizar 100% dos bens patrimoniais da UFVJM durante o período de vigência do PDI	Não se aplica	PROPLAN + PROAD + STI CITEC
G9	Melhorar a posição da UFVJM no ranking de desempenho em contabilidade de custos entre as universidades federais no relatório anual Foco em Custos do Tesouro Nacional	I1	Ranking de desempenho em contabilidade de custos entre as universidades federais do relatório anual Foco em Custos do Tesouro Nacional	M1	Alcançar, durante a vigência do PDI, a 3ª posição entre as universidades federais brasileiras no ranking de desempenho em contabilidade de custos do relatório anual Foco em Custos do Tesouro Nacional	7ª / 2022	DCF + DORC + Contador Responsável

Quadro 25 - Ações estratégicas área de governança e gestão de PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

ID	Ação estratégica	Responsáveis
GPO1	Implementar um novo sistema de gestão orçamentária interno durante o período de vigência do PDI	DORC
GPO2	Instituir um sistema gestão de custos até o ano de 2025	DCF
GPO3	Instituir um sistema de prestação de contas dos Termos de Execução Descentralizada firmados com a UFVJM até o ano de 2025	DCF
GPO4	Regulamentar o parcelamento de débitos de terceiros com a UFVJM durante o período de vigência do PDI	DCF
GPO5	Elaborar minuta de nova resolução em substituição à Resolução nº 12/2016 Consu / UFVJM - Relacionamento da UFVJM com Fundações de Apoio e submeter à presidência do Consu para análise e deliberação no primeiro ano de vigência do PDI	PROPLAN + DCP +DRI + CITEC + PROGRAD + PRPPG + PROEXC
GPO6	Estruturar a Unidade de Convênios e Parcerias no âmbito da UFVJM	REITORIA + DCP + PROGRAD + PRPPG + PROEXC + CITEC + DRI
GPO7	Atualizar regimento interno da Proplan no primeiro ano de vigência do PDI	PROPLAN
GPO8	Estruturar a Unidade de Planejamento Institucional no âmbito da UFVJM vinculada à Proplan	REITORIA + PROPLAN
GPO9	Regulamentar o sistema de distribuição orçamentária para as unidades acadêmicas e administrativas da UFVJM	PROPLAN + PROAD

Quadro 26 - Objetivos estratégicos área de governança e gestão de COMUNICAÇÃO

Objetivos		Indicadores		Metas			
ID	Descrição	ID	Descrição	ID	Descrição	Situação/ano	Responsáveis
G10	Fortalecer a imagem institucional da UFVJM com seus diversos públicos, aprimorar e consolidar os meios de comunicação institucionais	I1	Número de publicações da UFVJM nas redes sociais anualmente	M1	Ampliar para pelo menos 500 a quantidade de publicações nas redes sociais anualmente	461 (2022)	CoordCS
		I2	Fluxo anual de acesso ao portal institucional da UFVJM	M1	Ampliar o fluxo de acesso anual ao portal institucional em 10% ao longo da vigência do PDI	1.606.354 (2022)	CoordCS
		I3	Número de produção de episódios do podcast “Conto com Ciéncia”	M1	Ampliar em 8 por ano a produção de episódios do podcast “Conto com Ciéncia”	7 (2022)	CoordCS
		I4	Número de seguidores na página oficial do Instagram da UFVJM	M1	Aumentar em 20% o número de seguidores na página oficial do Instagram anualmente	19.966 (2022)	CoordCS
		I5	Número de cadastrados nas listas de transmissão pelo WhatsApp da UFVJM	M1	Aumentar em 15% o número de cadastrados nas listas de transmissão pelo WhatsApp anualmente	1.916 (2022)	CoordCS
		I6	Número de visualizações no canal oficial do YouTube da UFVJM	M1	Aumentar em 15% as visualizações no canal oficial do YouTube anualmente	14.510 (2022)	CoordCS
		I7	Índice de descrição dos cards criados pela CoordCS e postados nos perfis do Instagram, Facebook e Twitter	M1	Aumentar para 80% a descrição dos cards criados pela CoordCS e postados nos perfis do Instagram, Facebook e Twitter gerenciados pelo setor ao longo do PDI	276 (2022)	CoordCS
		I8	Índice de interpretação e tradução em Libras nos conteúdos audiovisuais produzidos	M1	Implantar a interpretação e tradução em Libras em pelo menos 20% dos conteúdos audiovisuais produzidos anualmente	27 / 2022	CoordCS
		I9	Número de pautas institucionais enviadas para veículos de imprensa	M1	Ampliar para pelo menos 12 o número de envio de pautas institucionais para a imprensa anualmente	5 (2022)	CoordCS

Quadro 27 - Ações estratégicas área de governança e gestão de COMUNICAÇÃO

ID	Ação estratégica	Responsáveis
GCOM1	Atualizar regimento interno da CoordCS no período de vigência do PDI	CoordCS
GCOM2	Elaborar, no período de vigência do PDI, a Política de Comunicação Institucional (PCI)	CoordCS
GCOM3	Viabilizar, no período de vigência do PDI, outorga de canal educativo para rádio universitária	CoordCS
GCOM4	Implementar, no período de vigência do PDI, o projeto #VempraUFVJM	CoordCS

Quadro 28 - Ações estratégicas área governança e gestão MONITORAMENTO e AVALIAÇÃO

ID	Ação estratégica	Responsáveis
GMA	Estruturar a utilização da Plataforma FORPDI no âmbito da UFVJM para o gerenciamento estratégico do PDI	DGI + PROPLAN + REITORIA
GMA	Realizar o monitoramento do PDI por meio da Plataforma FOR no Módulo FORPDI	DGI + PROPLAN + REITORIA
GMA	Realizar a revisão, avaliação parcial e atualização anual do PDI	DGI + PROPLAN + REITORIA
GMA	Realizar estudos e delimitar as tecnologias/ferramentas estratégicas para o monitoramento, revisão e atualização do PDI como suporte intermediário à Plataforma FOR	DGI + PROPLAN + REITORIA
GMA	Instituir e atualizar a página do PDI no portal da UFVJM	DGI + PROPLAN + REITORIA + STI +CoordCS
GMA	Propor normatização de regulamento interno que institucionalize os prazos para atualização, elaboração, aprovação e avaliação do PDI da UFVJM	DGI + PROPLAN + REITORIA
GMA	Revisar e aprimorar os processos de avaliação institucional interna e externa da UFVJM, incluindo a utilização de novas tecnologias e ferramentas estratégicas	CPA + PROGRAD + PRPPG + PROEXC + UNIDADES ACADÊMICAS

3. PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL

O Projeto Pedagógico Institucional (PPI) é um importante instrumento de gestão acadêmica nas Instituições de Ensino Superior (IES), com aspectos políticos, filosóficos e teórico-metodológicos. Ele orienta as práticas das instituições, levando em consideração sua trajetória histórica, missão, visão, inserção regional, vocação e objetivos gerais e específicos. O PPI tem como objetivo projetar a universidade para o futuro e destacar o papel da educação superior no desenvolvimento social, tanto em nível local, regional quanto nacional, por meio do ensino, pesquisa e extensão. Busca-se estabelecer diretrizes que levem a IES a aprimorar seu desempenho institucional e contribuir cada vez mais para a sociedade.

É fundamental que o PPI esteja alinhado com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), pois esse documento orienta as práticas acadêmicas, o compromisso da instituição com questões sociais e os mecanismos de integração regional. Além disso, o PPI define concepções sobre os processos de ensino, aprendizagem e avaliação. Cada IES é avaliada com base na análise dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC), que devem estar em consonância com o PPI, PDI e os propósitos institucionais. Esses documentos permitem que a instituição expresse sua visão sobre educação e a interação do ser humano na sociedade, além de garantir políticas e ações pedagógicas que promovam uma formação de qualidade.

O documento intitulado “Projeto Pedagógico Institucional 2022/2026” foi elaborado em observância à Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004; Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017; Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior, da Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior; Avaliação Externa de Instituições de Educação Superior: Diretrizes e Instrumento, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep/MEC); Estatuto e

Regulamento Geral da UFVJM; Planejamento Estratégico da UFVJM; Plano Nacional de Educação; Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); a Portaria nº 40/2007, reeditada em 2010, que consolida disposições sobre indicadores de qualidade, e a Portaria Normativa MEC nº 4, de 5 de agosto de 2008, que regulamenta a aplicação do Conceito Preliminar de Cursos (CPC); a Portaria MEC nº 1.383, de 31 de outubro de 2017, que aprova, em extrato, os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação para os atos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento nas modalidades presencial e a distância do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes); a Portaria Normativa MEC nº 12, de 5 de setembro de 2008, que cria o Índice Geral de Cursos da Instituição (IGC) como indicador de qualidade dos cursos oferecidos pelas IES; resoluções dos conselhos superiores e outros documentos oficiais desta universidade. Essa abordagem garante que a instituição esteja alinhada com os padrões de qualidade estabelecidos e promova uma educação de excelência. Cabe destacar que tais documentos serviram de base para a elaboração deste capítulo.

3.1 PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS DA PRÁTICA ACADÊMICA

A política pedagógica adotada pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) é pautada por princípios que orientam e norteiam as práticas acadêmicas em diferentes níveis de formação dos indivíduos. Esses princípios fundamentais visam ao desenvolvimento integral dos estudantes, preparando-os para os desafios do mundo contemporâneo.

Um dos princípios que guia a política pedagógica da UFVJM é o compromisso com a qualidade da educação superior. A instituição busca constantemente aprimorar seus cursos de graduação, pós-graduação

e demais programas educacionais, oferecendo uma formação sólida e atualizada. Por meio do diálogo constante com a comunidade acadêmica e a análise de indicadores internos e externos, a UFVJM identifica as demandas e necessidades dos estudantes, adaptando suas práticas, de acordo com as especificidades de cada curso, para atender a essas expectativas.

Além disso, a UFVJM tem como princípio a valorização da formação integral dos indivíduos. A universidade reconhece a importância de promover uma educação que vá além dos aspectos técnicos e científicos, incluindo também a formação ética, cidadã e humanística. Busca-se, assim, desenvolver nos estudantes habilidades e competências essenciais para o exercício profissional e para a atuação social responsável.

Outro princípio norteador é a interação entre a universidade e a sociedade. A UFVJM entende que sua missão vai além dos muros da instituição, sendo necessário estabelecer uma relação de reciprocidade com a comunidade em que está inserida. Isso se reflete na promoção de atividades de extensão, que visam uma relação de troca de conhecimentos e experiências entre a universidade e a sociedade, buscando o desenvolvimento mútuo.

A política pedagógica da UFVJM também prioriza a interdisciplinaridade e a inovação nas práticas acadêmicas. Reconhecendo a complexidade dos problemas contemporâneos, a universidade busca estimular a integração entre diferentes áreas do conhecimento, incentivando a interação entre professores e estudantes de diferentes cursos e programas. Dessa forma, cria-se um ambiente propício para o desenvolvimento de soluções inovadoras e para a formação de profissionais com uma visão ampla e multidisciplinar.

Por fim, a política pedagógica da UFVJM destaca o compromisso com a inclusão e a diversidade. A universidade busca promover uma educação que respeite e valorize as diferenças garantindo o acesso equitativo aos recursos educacionais e proporcionando um ambiente inclusivo e acolhedor para todos os estudantes.

Com base nesses princípios, a UFVJM reafirma seu compromisso com o desenvolvimento de diferentes níveis de formação dos indivíduos, preparando-os para enfrentar os desafios e contribuir de forma significativa para a sociedade. A política pedagógica adotada pela universidade busca garantir uma educação de qualidade, integral, interdisciplinar, inovadora, inclusiva e comprometida com a transformação social.

3.2 PERFIL DO EGRESO

O egresso dos cursos de graduação e/ou pós-graduação deve estar apto a colocar em prática competências e habilidades que foram trabalhadas em seu processo formativo e que permitam o exercício pleno de sua profissão. Deverá ter, entre outras, as seguintes características: ter visão holística e humanista, ser crítico, reflexivo, criativo, cooperativo e ético; estar apto a pesquisar, desenvolver, adaptar e utilizar novas tecnologias, com atuação inovadora e empreendedora; ser capaz de reconhecer as necessidades sociais e de formular, analisar e resolver, de forma criativa, os problemas de sua área de conhecimento específica; adotar perspectivas de conhecimentos interdisciplinares, multidisciplinares e transdisciplinares em sua prática; considerar os aspectos globais, políticos, econômicos, sociais, ambientais, culturais e de segurança e saúde no trabalho; atuar com isenção e comprometimento com a responsabilidade social e com o desenvolvimento sustentável; e propiciar o desenvolvimento local e regional, com interlocução global.

3.3 POLÍTICAS DE ENSINO

Tendo em vista a formação e qualificação de profissionais que contribuam com o processo de desenvolvimento da região de abrangência institucional e do país, a UFVJM tem buscado estruturar sua política e diretrizes de ensino de modo a promover o aprimoramento dos seus cursos de graduação e pós-graduação.

A universidade oferece a maioria dos seus cursos de graduação em regime semestral, adotando uma organização curricular que consiste em unidades curriculares, macro disciplinas, eixos ou módulos. De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais de cada área de formação, as estruturas curriculares englobam componentes obrigatórios, eletivos, optativos, de livre escolha e de opção limitada, proporcionando aos estudantes diferentes graus de autonomia e flexibilidade para complementar sua formação acadêmica. Os componentes curriculares são organizados em sistema de créditos, conforme regulamentação interna, e oferecidos em blocos, semestralmente, de acordo com as estruturas curriculares estabelecidas.

Atualmente, a UFVJM possui 51 cursos de graduação autorizados no e-MEC (46 presenciais e 5 a distância). Os cursos presenciais estão distribuídos em 11 unidades acadêmicas: Faculdade de Ciências Agrárias (FCA), Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde (FCBS), Faculdade de Ciências Exatas e Tecnológicas (Facet), Faculdade Interdisciplinar em Humanidades (FIH), Instituto de Ciência e Tecnologia (ICT), Faculdade de Medicina (Famed), Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas (Facsaes), Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia (Ictet), Faculdade de Medicina do Mucuri (Fammuc), Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia (IECT) e Instituto de Ciências Agrárias (ICA). Com o objetivo de levar a educação superior à população impossibilitada de acessar o ensino presencial, bem como fortalecer a formação de professores para a educação básica, nas áreas do conhecimento em que ainda há carência de formação na região, a UFVJM oferece, por meio da Diretoria de Educação Aberta e a Distância, 5 cursos na modalidade a distância, sendo 4 licenciaturas e 1 bacharelado. Entre os cursos oferecidos pela UFVJM, estão incluídos 13 cursos de licenciaturas, nas modalidades presencial e a distância, que apresentam especial importância para as regiões devido à demanda por esses profissionais.

As formas de ingresso aos cursos de graduação são: Seleção Seriada (Sasi); Sistema de Seleção Unificada (Sisu); processo seletivo para cursos

de Licenciatura em Educação do Campo; processo seletivo para cursos de graduação a distância. A Sasi é o processo seletivo no qual o candidato é avaliado ao longo de três etapas consecutivas, uma ao final de cada série do Ensino Médio, sendo que a classificação resulta da soma das três avaliações. Ao final de cada etapa, o candidato tem acesso à nota obtida, oportunizando a avaliação do seu rendimento, redirecionamento dos seus estudos e definição de aptidões. Na Sasi, a escolha do curso pretendido é feita apenas na terceira etapa avaliativa. Nessa etapa, é considerada a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). O sistema Sisu é gerenciado pelo Ministério da Educação e constitui o processo seletivo por meio do qual os candidatos são selecionados exclusivamente por meio da nota obtida no Enem. O processo seletivo para cursos de Licenciatura em Educação do Campo é realizado anualmente e consiste na realização de uma prova que contempla os conteúdos referentes ao Ensino Médio e uma redação. Já para os cursos de graduação a distância, o processo é realizado em três modalidades: pela utilização da nota do Enem; via processo seletivo próprio realizado por meio de prova de conteúdos referentes ao Ensino Médio e uma redação; pela apresentação de comprovação de condição de professor da rede pública de ensino.

A UFVJM oferta em seus cursos de graduação presenciais, no 1º semestre letivo anual, 50% das vagas para a Sasi, sendo o restante para o ingresso via Sisu, excetuando-se as vagas para o curso de Educação do Campo, cuja seleção é realizada em processo seletivo específico. Já no 2º semestre letivo do ano, todas as vagas são destinadas aos estudantes para seleção via Sisu. A UFVJM reserva, em todos os processos seletivos para os cursos de graduação, 50% das vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, que são distribuídas entre candidatos com renda familiar per capita de até um salário mínimo per capita. O quantitativo dessa reserva de vagas é distribuído por cotas entre candidatos autodeclarados pretos, pardos, indígenas, quilombolas e por pessoas com deficiências. Ainda com a finalidade de ampliar a possibilidade de participação dos estudantes das escolas públicas nos processos seletivos para ingresso

nos cursos de graduação, além da isenção da taxa de inscrição prevista na Lei nº 12.799/2013, a UFVJM concede 50% de isenção aos estudantes matriculados na rede pública de ensino e 100% aos candidatos cujas famílias estão cadastradas nos programas sociais, bastando o Número de Identificação Social (NIS) válido.

Visando preencher as vagas ociosas, a UFVJM promove semestralmente o Processo Seletivo de Vagas Remanescentes, considerando a nota obtida pelo estudante em uma das três últimas edições do Enem. Com isso, o estudante da UFVJM pode pleitear a mudança de curso, de campus ou de polo, no caso da Educação a Distância. Há ainda o processo de Transferência Externa e a Obtenção de Novo Título.

3.4 POLÍTICAS DE EXTENSÃO

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) possui uma visão clara e comprometida com a sociedade, entendendo a extensão universitária como um pilar fundamental na formação de seus egressos e no desenvolvimento regional. Através de sua Política de Extensão, a UFVJM estabelece diretrizes que promovem a integração entre a universidade e a sociedade, gerando ações transformadoras que melhoram a qualidade de vida da população.

A UFVJM adota a concepção de extensão da Política Nacional de Extensão, sendo um processo educativo, cultural e científico que une ensino e pesquisa de forma indissociável. Essa articulação permite uma relação de troca de conhecimentos e experiências entre a universidade e a sociedade, visando ao desenvolvimento mútuo. A extensão universitária se torna, assim, uma ponte entre a academia e a comunidade, ou seja, o conhecimento produzido na universidade é compartilhado e aplicado em benefício da sociedade.

Para atingir seus objetivos, a UFVJM adota as seguintes modalidades de atividades de extensão: programas, projetos, cursos, eventos e

prestação de serviços. Cada uma dessas modalidades possui características específicas, permitindo que a universidade atenda de forma mais adequada às demandas da sociedade e utilize suas competências de forma efetiva.

Além disso, a concessão de bolsas de extensão aos estudantes através de Programas Institucionais de Bolsas (Pibex e Procarte) torna-se um importante incentivo para a participação nas atividades extensionistas. Além dos recursos próprios da universidade, a Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proexc) estimula o estabelecimento de convênios e parcerias com outras instituições. A busca por sustentabilidade financeira é fundamental para garantir a continuidade e a expansão das atividades de extensão, ampliando o seu alcance e impacto na sociedade.

Nossa política de extensão tem a preocupação com a avaliação das atividades de extensão para que seja um processo contínuo e sistemático que garanta a qualidade e a efetividade das ações desenvolvidas pela universidade. Através dessa avaliação criteriosa, considerando critérios como relevância social, impacto na formação dos estudantes, qualidade técnica e científica, entre outros, é possível aprimorar constantemente as práticas extensionistas, fortalecendo o vínculo entre a UFVJM e a sociedade.

Por fim, é imprescindível que as atividades de extensão sejam registradas e divulgadas de forma ampla e transparente. Esse registro e divulgação valorizam o trabalho dos envolvidos e contribuem para a visibilidade da universidade. Atualmente a Proexc também conta com um Sistema Integração de Extensão e Cultura (Siexc) para o registro dessas ações. A Pró-Reitoria também utiliza mídias sociais como meio de comunicação entre a universidade e a comunidade.

3.5 POLÍTICAS DE PESQUISA

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) estimula, acompanha e viabiliza as atividades de pesquisa realizadas na UFVJM. Constitui objetivo estratégico da PRPPG a promoção da Política Institucional

de Pesquisa, de modo a proporcionar condições de pesquisa em todos os seus campi, fomentando e buscando recursos para a realização das atividades de pesquisa científica para o desenvolvimento das regiões onde a instituição atua.

Nesse sentido, a PRPPG fomenta recursos para apoio às atividades de seus pesquisadores. O Programa de Apoio Financeiro à Publicação de Textos Científicos da UFVJM (PAP) auxilia os pesquisadores no custeio para publicação de artigos científicos em periódicos nacionais e internacionais, livros e capítulos de livros, com recursos disponibilizados por meio de editais anuais. O programa tem o objetivo de estimular os servidores e estudantes de pós-graduação da universidade a incrementar sua produção científica qualificada, favorecer o desenvolvimento de áreas emergentes, valorizar a produção científica da UFVJM, incentivar a publicação em periódicos científicos de ampla circulação e fator de impacto e ampliar a divulgação de resultados das pesquisas científicas e tecnológicas.

Ademais, a PRPPG apoia as atividades de pesquisa por meio do Programa de Apoio à Participação em Eventos Técnico-Científicos (PROAPP), voltado para fomentar a participação de servidores efetivos e alunos regularmente matriculados em programas de pós-graduação stricto sensu da instituição em eventos de natureza técnico-científica, nacionais e internacionais, sobretudo congressos, simpósios, seminários e similares. O programa tem por objetivo estimular e apoiar a participação em eventos com intuito de aprimorar a formação e atualizar nossos servidores e alunato, promover a divulgação de trabalhos conduzidos na UFVJM, estimular o contato entre os pesquisadores da UFVJM com aqueles de outras instituições nacionais e internacionais, permitindo futuras parcerias interinstitucionais e ações de internacionalização.

Ao longo dos últimos 5 anos foram registrados na UFVJM 3.408 projetos de pesquisa, sendo: 675 em Ciências Agrárias, 231 em Ciências Biológicas, 933 em Ciências da Saúde, 445 em Ciências Exatas e da Terra, 548 em Ciências Humanas, 219 em Ciências Sociais Aplicadas, 306 em

Engenharias, 48 em Linguística, Letras e Artes e 3 em outros. Auxiliando no desenvolvimento desses projetos, a PRPPG coordena e mantém 10 laboratórios multiusuários de pesquisa científica e tecnológica. Esses laboratórios possuem recursos humanos e equipamentos de grande, médio e pequeno porte, e contam com o fornecimento de insumos, bem como contratações de manutenções preventivas e corretivas e aquisição de novos equipamentos. Os laboratórios abrigam principalmente a execução de projetos de pesquisas interdisciplinares de docentes e pós-graduandos, consistindo em uma base imprescindível para a produção científica e tecnológica da instituição.

Também, a UFVJM, por meio da PRPPG, possui convênios com agências de fomento como a Fapemig, CNPq e Finep, em que acompanha, ou coordena projetos individuais e institucionais de fomento às atividades de pesquisa e pós-graduação. Atualmente a PRPPG coordena o fornecimento de 85 bolsas de bolsas de IC da Fapemig, 68 oriundas do CNPq e 40 com o fomento institucional. Além dessas, 6 bolsas de ações afirmativas, 14 de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação do CNPq e 54 bolsas de Inovação Tecnológica e Industrial, voltadas exclusivamente aos discentes da graduação vinculados ao Programa de Mestrados e Doutorado Acadêmicos para Inovação - MAI DAI.

Como medida para o estímulo de internacionalização da pesquisa e da pós-graduação, em parceria com a Diretoria de Relações Internacionais, a PRPPG busca a participação em programas para o fomento de atividades no exterior, além da adesão a programas de mobilidade acadêmica internacional como, por exemplo, o programa de mobilidade internacional do Grupo de Cooperação de Universidades Brasileiras, o GCUB-mob.

3.6 POLÍTICAS DE GESTÃO E GOVERNANÇA

A estratégia de gestão para os próximos cinco anos tem como foco central a consolidação das práticas de gestão que visem oferecer estrutura

de apoio para as atividades de ensino, pesquisa, extensão e outras áreas interligadas. No âmbito das diversas políticas de gestão administrativa, destacam-se as áreas de Comunicação, Governança, Inovação e Empreendedorismo, Internacionalização e Tecnologia da Informação.

3.6.1 Comunicação

A Unidade de Comunicação Social da UFVJM é um órgão de assessoramento, vinculado diretamente à Reitoria da UFVJM, que busca consolidar e ampliar a imagem da UFVJM como instituição de grande importância no cenário regional e nacional, assim como a de seus dirigentes, professores, alunos e técnicos administrativos; aquecer as relações com a comunidade acadêmica, opinião pública em geral e demais públicos, utilizando a imprensa como mediadora e geradora de expectativas, além de otimizar o relacionamento junto a formadores de opinião, com o objetivo de transformar a universidade em fonte de informação segura e permanente em suas áreas de atuação.

O diálogo com a sociedade ocorre, principalmente, por meio do portal institucional e das mídias digitais oficiais da universidade, que são coordenadas pela equipe da Comunicação. Atualmente, a CoordCS atua na prestação de serviços nas seguintes áreas: Portal Institucional; Mídias Sociais; Jornalismo e Imprensa; Rádio Universitária e Audiovisual; Publicidade e Programação Visual. Apesar de ainda não constarem no organograma da diretoria, tendo em vista os trâmites legais necessários para alteração, os respectivos setores já foram criados internamente para execução das atividades mencionadas.

Com o aumento do trabalho e investimento da equipe nas mídias digitais (redes sociais e canais audiovisuais), que têm trazido uma importante interação e retorno institucional, o envolvimento da CoordCS em eventos da universidade tem se resumido ao apoio à realização de cerimônias da Reitoria e orientações a eventos institucionais, como cerimônias de colação

de grau presenciais e on-line.

Além das metas apresentadas neste documento, para alcançar o objetivo proposto é imprescindível que a equipe da CoordCS passe por uma ampliação e recomposição, para que consiga aumentar as atividades de produção de conteúdo informativo e retomar o cumprimento do “Plano de Ação: Execução do projeto Novo Portal UFVJM como estratégia para o cumprimento de legislações vigentes vinculadas aos sites dos órgãos federais”.

3.6.2 Governança

A Governança é a função direcionadora que “compreende essencialmente os mecanismos de liderança, estratégia e controle postos em prática para avaliar, direcionar e monitorar a atuação da gestão, com vistas à condução de políticas públicas e à prestação de serviços de interesse da sociedade”. (TCU, 2020).

Algumas instâncias foram criadas buscando ampliar medidas voltadas ao acompanhamento de seus resultados e soluções para a melhoria do seu desempenho por meio de instrumentos que promovam um processo decisório baseado em evidências, a exemplo do Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles (CGIRC) e da Diretoria de Governança Institucional (DGI). Citam-se ainda as diversas políticas implementadas, a exemplo da Política de Gestão de Riscos, o Programa de Integridade, a Gestão de Processos, com a criação do Escritório de Processos, entre outras.

A UFVJM vem trabalhando para a implementação da Política de Governança Institucional. Tão logo for aprovada a resolução pelo Conselho Universitário, a universidade formalizará a atual estrutura de governança em funcionamento.

O Modelo de Estrutura de Governança da UFVJM é representado na Figura 5 e, de modo sintetizado, compõe-se das instâncias descritas no

Quadro 29 abaixo, respectivamente:

Figura 2 - Matriz SWOT (FOFA) da UFVJM



Fonte: DGI, adaptado do TCU (2023).

Quadro 29 - Descrição das instâncias de governança que envolvem a UFVJM

Grupo	Descrição	Instância
Sociedade e Organizações superiores	A participação social é fundamental para a Governança Pública, por meio do exercício da cidadania, com o objetivo de apresentação de demandas e de controle, fiscalização, participação e avaliação dos atos governamentais. São responsáveis pelo estabelecimento das políticas, diretrizes, normas e planejamento de governo aplicados aos seus órgãos subordinados.	Sociedade Governo Federal Ministério da Educação
Instâncias Externas de Governança	São responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação, desempenhando importante papel para promoção da governança das organizações públicas. São autônomas e independentes, não estando vinculadas apenas a uma organização.	Congresso Nacional Ministérios CGU TCU
Instâncias Internas de Governança	São responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar sua conformidade e desempenho, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados. São, também, responsáveis por garantir que a estratégia e as políticas formuladas atendam ao interesse público, servindo de elo entre principal e agente.	Conselho Universitário Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Conselho de Curadores Reitoria/Gabinete/Diretoria de Governança
Instâncias Internas de apoio à Governança	Realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, bem como auditorias internas que avaliam e monitoram riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções identificadas à alta administração.	Auditoria Interna, Comissão de Ética, Comissão Própria de Avaliação, Corregedoria Unidade de Integridade, Ouvidoria, Procuradoria, Serviço de Informação ao Cidadão
Instâncias Externas de apoio à Governança	São responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento independente e, nos casos em que disfunções são identificadas, pela comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança, sejam elas internas ou externas.	Agentes Sociais Agentes Institucionais Agentes Econômicos
Instâncias de Gestão	Possuem estruturas que contribuem para a boa governança da organização. São responsáveis por coordenar a gestão tática e operacional em áreas específicas.	Reitoria, Pró-Reitorias, Unidades Acadêmicas, Diretorias, Coordenadorias

Fonte: DGI, adaptado do TCU (2023).

3.6.3 Inovação e Empreendedorismo

A UFVJM vem se adequando às mudanças na legislação, em especial a Lei nº 13.243/2016, que altera a relação da universidade e estimula o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação. Assim, as ações institucionais deverão permitir a promoção e a execução de ações que visem ao empreendedorismo, à inovação tecnológica e ao desenvolvimento regional e nacional.

O Centro de Inovação Tecnológica (Citec) é um órgão suplementar vinculado à Reitoria, criado pela Resolução Consu nº 8, de 9 de abril de 2010, com um grande desafio, o de apoiar toda a UFVJM no cumprimento de sua Missão Institucional, reafirmando valores como a integração sistêmica entre educação, trabalho e atuação social, a oportunidade de acesso à UFVJM e socialização de seus benefícios, o desenvolvimento sustentável, o respeito à cidadania e à diversidade étnica e cultural e a valorização das pessoas.

Sendo o principal responsável pelas ações de desenvolvimento tecnológico e regional, o Citec busca disseminar a cultura empreendedora e promover o desenvolvimento econômico e social em toda área de abrangência institucional. Desse modo, incentiva as parcerias entre os setores público e privado e a constante aproximação com a sociedade por meio do empreendedorismo, da transferência de tecnologia e da inovação, consolidando as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFVJM, de forma indissociada entre si e integradas na educação do cidadão.

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), em parceria com o CNPq oferece, por meio do Programa Institucional de Bolsas de Inovação Tecnológica (PIBIT), bolsas para discentes orientados por docentes de todos os cursos de graduação. Em 2020, a PRPPG aderiu ao Programa de Mestrados e Doutorados Acadêmicos para Inovação - MAI DAI, aprovando a primeira proposta em parceria com o CNPq e sete empresas público-privadas, dando início à maior iniciativa de parceria empresarial da instituição.

3.6.4 Internacionalização

Historicamente a UFVJM sempre esteve envolvida em projetos e atividades de internacionalização, por um lado participando de Programas de mobilidade acadêmica internacional, como o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), pelo qual a UFVJM recebe alunos estrangeiros desde 2008, ou estabelecendo acordos de cooperação com instituições internacionais.

Até o ano 2006 não existia uma área específica de assessoria internacional e as atividades de internacionalização se realizavam por meio da Reitoria. A partir da incorporação da, inicialmente, Assessoria de Relações Internacionais, posteriormente transformada em Diretoria de Relações Internacionais, foi possível orientar as atividades em eixos estratégicos a seguir:

- Fortalecimento das relações internacionais e o ensino de idiomas;
- Participação da UFVJM em redes;
- Participação da UFVJM em feiras internacionais;
- Implementação de programas de mobilidades;
- Apoio à assinatura de acordos de cooperação;
- Apoio ao ensino de idiomas.

A UFVJM, por meio da Unidade de Relações Internacionais, tem focado na internacionalização como forma de criar uma relação de cooperação entre a sua comunidade científica e a comunidade internacional, gerando oportunidades de conhecimento de outras culturas, fomentando o desenvolvimento da pesquisa, da pós-graduação e da graduação, além de propiciar a seus docentes e discentes a oportunidade de realização de mobilidade internacional. Esta pode gerar o aprofundamento de seus conhecimentos, bem como trazer experiências para a própria Universidade.

Para tanto, a UFVJM tem estabelecido parcerias com diversos com

organismos nacionais e internacionais, por meio da adesão a programas de incentivo à internacionalização da educação superior em áreas estratégicas, tais como:

- BRAFITEC;
- BRACOL;
- GCUB-Mob;
- PEC-G;
- SUSI LEADERS WINTER;
- Idiomas Sem Fronteiras;
- Erasmus Mundus (Projeto Babel);
- Erasmus+ (Projeto ceiA3).

Além disso, a UFVJM busca associar-se a instituições que promovam a internacionalização e atualmente é associada a:

- GCUB (Grupo Coimbra de Universidades Brasileiras);
- FAUBAI (Associação Brasileira de Educação Internacional);
- Rede UNIMINAS (Consórcio de Universidades Mineiras);
- Rede Andifes Idiomas sem Fronteiras;
- CNPq/Capes;
- FAPEMIG;
- IFMSA Brazil;
- Universidade de Ciências Aplicadas para o Desenvolvimento Sustentável de Eberswalde (HNEE), Alemanha;
- Université de Orléans, França;
- Escola Superior de Enfermagem de Coimbra, Portugal.

A internacionalização como instrumento de aperfeiçoamento

acadêmico desta IES está presente desde o primeiro alinhamento estratégico efetuado para o período 2009-2013.

Desde então, o avanço foi significativo no número de convênios firmados com instituições de ensino superior estrangeiras, assim como de discentes enviados ao exterior e estudantes estrangeiros recebidos na instituição. Porém, apesar do avanço existente no campo da internacionalização, seja ele ancorado em projetos oficiais ou por iniciativa de pesquisadores, existe ainda um caminho a ser percorrido, cujas principais metas encontram-se descritas no capítulo acerca dos objetivos e metas deste PDI.

3.6.5 Tecnologia da Informação

Vinculada à Reitoria, a Superintendência de Tecnologia da Informação tem como objetivo gerenciar os recursos tecnológicos necessários para adquirir, processar, armazenar e disseminar informações na UFVJM. Possui como finalidades principais gerenciar, monitorar e disponibilizar os recursos de tecnologia da informação, garantindo a disponibilidade dos serviços para a comunidade universitária, em apoio às atividades acadêmicas e administrativas, contribuindo para racionalizar os processos de tomada de decisão, por disponibilizar as informações e potencializar a comunicação entre os agentes, por meio do uso de redes de computadores e serviços.

Dentre as principais competências estão:

- Administrar os recursos computacionais de uso geral da instituição;
- Planejar, coordenar, orientar e supervisionar os trabalhos técnicos e administrativos referentes ao uso da informática, de acordo com as necessidades da instituição;
- Desenvolver e manter os sistemas computacionais necessários à

instituição;

- Propor a adoção e a difusão de novas tecnologias da informação;
- Propiciar infraestrutura em equipamentos e serviços de TI às atividades acadêmicas e administrativas da instituição;
- Assessorar as ações relativas à compra de equipamentos de informática;
- Prestar assistência técnica na área de hardware e software;
- Fazer a manutenção e dar suporte à rede computacional interna sob os aspectos físicos e lógicos.

3.7 RESPONSABILIDADE SOCIAL

A UFVJM, como autarquia pública, tem a responsabilidade de promover o acesso ao ensino superior de qualidade para todos os cidadãos, independentemente de sua condição socioeconômica. Além disso, deve buscar a inclusão e a equidade, garantindo oportunidades iguais para todos os estudantes, independentemente da raça, gênero, orientação sexual, origem étnica ou deficiência.

A responsabilidade social da UFVJM também engloba a produção e a difusão de conhecimento científico e tecnológico em benefício da sociedade. A universidade deve desenvolver pesquisas que contribuam para a solução de problemas sociais e econômicos, bem como disseminar esse conhecimento por meio de publicações, eventos e projetos de extensão.

Outro aspecto relacionado à responsabilidade social da universidade é o estímulo à participação da comunidade acadêmica em ações sociais, como projetos de voluntariado e de extensão universitária. Nesse cenário torna-se fundamental o incentivo dos seus estudantes e professores a se engajarem em atividades que promovam o bem-estar e o desenvolvimento das comunidades locais. A UFVJM tem o compromisso de contribuir para o desenvolvimento sustentável, adotando práticas de gestão ambiental

e promovendo a conscientização sobre a importância da preservação do meio ambiente e, sobretudo defender de forma plena a autonomia universitária – didático-pedagógica, administrativa, política e financeira – e salvaguardar a laicidade e a liberdade de pensamento, de pesquisa, de crítica e de expressão.

Desse modo, a fim de fortalecer e firmar sua relevância social a UFVJM deve desempenhar o seu papel colaborativo nos diferentes fóruns da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) e no Fórum de Dirigentes das Instituições Públicas de Ensino Superior de Minas Gerais (Foripes), visando articular políticas para o ensino superior em Minas Gerais e no Brasil, defendendo a universidade pública, gratuita e de fato acessível para todos.

4. CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA UFVJM E DOS CURSOS

Nos últimos anos, a UFVJM expandiu significativamente seus campi, cursos de graduação, polos de Educação a Distância e, consequentemente, a oferta de vagas para a população dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e das regiões Norte e Noroeste de Minas Gerais, anteriormente com acesso restrito ao sistema público de ensino superior, em virtude da ausência de universidade pública e gratuita na região. A UFVJM vem realizando seu papel de universidade regional, cumprindo a missão institucional no campo do ensino e da produção do conhecimento.

A expansão empreendida pela UFVJM tem como alicerce as demandas regionais, sendo fruto de debates com as comunidades interna e externa. Cabe à universidade dar “(...) prioridade máxima ao acesso a políticas de permanência dos filhos e filhas dos seus territórios de abrangência regional na universidade, em todos os campi. Não só estudo (estrutura), mas também condições de estudar, viver e conviver.” (Manifesto dos Povos dos Vales, 2023).

4.1 OFERTA DE CURSOS DE GRADUAÇÃO

A relação dos cursos de graduação (licenciatura e bacharelado), por modalidade (presencial e a distância) e por campi, atualmente ofertados pela UFVJM com as respectivas vagas, consta indicada nos quadros abaixo:

Quadro 30 - Cursos de graduação oferecidos pela UFVJM nos Campi I e JK em Diamantina

Unidade	Modalidade	Código e-MEC	Curso	Grau	Vagas Anuais
FCBS	Presencial	14613	ODONTOLOGIA	Bacharelado	60
	Presencial	18235	ENFERMAGEM	Bacharelado	30
	Presencial	48923	FARMÁCIA	Bacharelado	60
	Presencial	48919	FISIOTERAPIA	Bacharelado	60
	Presencial	48926	NUTRIÇÃO	Bacharelado	50
	Presencial	100900	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS	Licenciatura	60
	Presencial	100902	EDUCAÇÃO FÍSICA	Licenciatura	44
	Presencial	1292614	EDUCAÇÃO FÍSICA	Bacharelado	36
	Presencial	48921	AGRONOMIA	Bacharelado	50
FCA	Presencial	48915	ENGENHARIA FLORESTAL	Bacharelado	50
	Presencial	48917	ZOOTECNIA	Bacharelado	50
FACT	Presencial	100906	QUÍMICA	Licenciatura	60
	Presencial	100816	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO	Bacharelado	60
FIH	Presencial	100899	TURISMO	Bacharelado	80
	Presencial	121878	CIÊNCIAS HUMANAS	Bacharelado	60
	Presencial	1178742	GEOGRAFIA	Licenciatura	70
	Presencial	1178743	HISTÓRIA	Licenciatura	80
	Presencial	1178747	LETRAS - PORTUGUÊS E ESPANHOL	Licenciatura	60
	Presencial	1178746	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS	Licenciatura	60
	Presencial	1265050	EDUCAÇÃO DO CAMPO	Licenciatura	60
	Presencial	1178745	PEDAGOGIA	Licenciatura	80
	Presencial	121872	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	Bacharelado	300
ICT	Presencial	1178741	ENGENHARIA DE ALIMENTOS	Bacharelado	80
	Presencial	1178737	ENGENHARIA MECÂNICA	Bacharelado	80
	Presencial	1178735	ENGENHARIA QUÍMICA	Bacharelado	60
	Presencial	1292615	ENGENHARIA GEOLÓGICA	Bacharelado	80
FAMED	Presencial	1185076	MEDICINA	Bacharelado	60

Fonte: PROGRAD, UFVJM.

Quadro 31 - Cursos de graduação oferecidos pela UFVJM no Campus do Mucuri em Teófilo Otoni

Unidade	Modalidade	Código e-MEC	Curso	Grau	Vagas Anuais
FACSAE	Presencial	100868	ADMINISTRAÇÃO	Bacharelado	60
	Presencial	100918	CIÊNCIAS CONTÁBEIS	Bacharelado	60
	Presencial	100822	CIÊNCIAS ECONÔMICAS	Bacharelado	60
	Presencial	100916	MATEMÁTICA	Licenciatura	60
	Presencial	100866	SERVIÇO SOCIAL	Bacharelado	60
ICET	Presencial	121876	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	Bacharelado	240
	Presencial	1103225	ENGENHARIA CIVIL	Bacharelado	80
	Presencial	1103226	ENGENHARIA DE PRODUÇÃO	Bacharelado	80
	Presencial	1103224	ENGENHARIA HÍDRICA	Bacharelado	80
FAMMUC	Presencial	1292713	MEDICINA	Bacharelado	60

Fonte: PROGRAD, UFVJM.

Quadro 32 - Cursos de graduação oferecidos pela UFVJM no Campus Janaúba

Unidade	Modalidade	Código e-MEC	Curso	Grau	Vagas Anuais
IECT	Presencial	1270500	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	Bacharelado	240
	Presencial	1270506	ENGENHARIA DE MATERIAIS	Bacharelado	80
	Presencial	1270503	ENGENHARIA DE MINAS	Bacharelado	80
	Presencial	1270502	ENGENHARIA FÍSICA	Bacharelado	80

Fonte: PROGRAD, UFVJM.

Quadro 33 - Cursos de graduação oferecidos pela UFVJM no Campus Unaí

Unidade	Modalidade	Código e-MEC	Curso	Grau	Vagas Anuais
ICA	Presencial	1270508	CIÊNCIAS AGRÁRIAS	Bacharelado	-
	Presencial	1270509	AGRONOMIA	Bacharelado	50
	Presencial	1270510	ENGENHARIA AGRÍCOLA E AMBIENTAL	Bacharelado	50
	Presencial	1270511	MEDICINA VETERINÁRIA	Bacharelado	50
	Presencial	1270512	ZOOTECNIA	Bacharelado	50

Fonte: PROGRAD, UFVJM.

Quadro 34 - Cursos de graduação oferecidos pela UFVJM na Educação a Distância

Unidade	Modalidade	Código e-MEC	Curso	Grau	Vagas Anuais
DEAD	EAD	1168159	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	Bacharelado	300
DEAD	EAD	1165135	FÍSICA	Licenciatura	200
DEAD	EAD	1166758	MATEMÁTICA	Licenciatura	300
DEAD	EAD	1168156	QUÍMICA	Licenciatura	200
DEAD	EAD	1466648	PEDAGOGIA	Licenciatura	37

Fonte: PROGRAD, UFVJM.

4.1.1 Criação e implantação de novos cursos de Graduação

Atualmente, apenas o curso de Engenharia Elétrica, em grau de bacharelado, encontra-se em fase de criação/implementação e aguarda autorização do MEC para iniciar o seu funcionamento, com previsão para 2024. O curso será implementado no Campus Janaúba, na modalidade presencial. Apesar de o número de vagas e o turno de oferta não constarem na resolução de criação do curso, a Resolução Consu nº 06/2018, o projeto pedagógico prevê a oferta de 20 vagas/semestre, em um turno de oferta integral.

Nos termos do Estatuto da UFVJM, as unidades acadêmicas são órgãos responsáveis pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nestas estão inseridos os colegiados de curso que, por sua vez, são responsáveis pela coordenação didático-científica e pedagógica dos cursos de graduação. Assim, a abertura de um curso nas unidades já existentes necessariamente deve ocorrer a partir do interesse da respectiva unidade.

Nesse sentido, fez-se um levantamento junto às unidades acadêmicas sobre o interesse na abertura de novos cursos. Nesse levantamento a FIH, FCBS, Dead e o Icet manifestaram interesse na criação de cursos, conforme consta listado no quadro abaixo:

Quadro 35 - Propostas de criação de novos cursos

Campus	Unidade acadêmica	Curso	Duração (em períodos)	Modalidade	Grau	Turno de funcionamento
JK	Faculdade Interdisciplinar em Humanidades	Geografia	8	Presencial	Bacharelado	Vespertino/noturno
		Políticas Públicas (segundo ciclo do curso Ciências Humanas)	8	Presencial	Bacharelado	Noturno
		Filosofia	8	Presencial	Licenciatura	Noturno
		Música	8	Presencial	Bacharelado/Licenciatura	Vespertino/noturno
		Psicologia - Formação de Psicólogo	10	Presencial	Bacharelado	Vespertino/noturno
	Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde	Ciências Biológicas	9	Presencial	Bacharelado	Vespertino/noturno
	Diretoria de Educação Aberta e a Distância	Ciências da Natureza	8	Distância	Licenciatura	Distância
Do Mucuri	Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia	Engenharia de Gemas e Joias	10	Presencial	Bacharelado	Matutino (com a possibilidade de se tornar integral)
		Engenharia Agrícola e Ambiental	10	Presencial	Bacharelado	Matutino
		Agronomia	10	Presencial	Bacharelado	Matutino
		Engenharia de Energias Renováveis	10	Presencial	Bacharelado	Vespertino

Fonte: PROGRAD, UFVJM.

Como resultado da consulta pública para levantamento das demandas regionais no que concerne à criação de novos cursos de graduação, foram demandados para os campi da UFVJM no período de vigência do PDI 2024-2028 os seguintes cursos por ordem de votação:

Nos campi em Diamantina foram demandados os cursos de Medicina Veterinária; Licenciatura em Psicologia; Arquitetura e Urbanismo; Licenciatura em Matemática; Tecnólogo em Conservação e Restauro; Licenciatura em Artes; Museologia e Licenciatura em Filosofia. Para o Campus do Mucuri em Teófilo Otoni, foram requeridos os cursos de Direito (integral); Biomedicina; Enfermagem; Farmácia; Pedagogia (noturno); Engenharia de Gemas e Jóias (Gemologia); Engenharia Agrícola e Ambiental; Agronomia e Licenciatura em Artes (noturno). Para o Campus Janaúba, foram indicados os cursos de Engenharia da Computação (noturno); Tecnólogo em Energias Renováveis; Administração (diurno e noturno); Engenharia da Computação; Sistema da Informação (diurno e noturno). Já para o Campus Unaí foram requisitados os cursos de Medicina; Psicologia (noturno); Enfermagem; Nutrição; Fonoaudiologia; Tecnólogo em Agronegócio (noturno); Engenharia da Computação (noturno); Ciências Biológicas (noturno); Engenharia Florestal; Educação Física; Engenharia Química e Engenharia de Alimentos.

O processo de criação de novos cursos na UFVJM deverá ser ratificado pelos Conselhos Superiores da UFVJM, levando em consideração as demandas regionais, pontuações junto ao seu Órgão Superior (MEC) e governo federal, bem como contrapartidas dos governos e demais organizações locais, de modo a assegurar condições concretas e indispensáveis que garantam os recursos e demais infraestruturas (custeio, investimento, pessoal, laboratórios, equipamentos, entre outros) para a implementação e seu respectivo funcionamento.

4.2 OFERTA DE CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO

Nas tabelas abaixo são apresentados os cursos de pós-graduação stricto sensu ofertados pela UFVJM e suas respectivas notas da Capes.

Tabela 2 - Cursos de pós-graduação oferecidos pela UFVJM no Campus JK em Diamantina

Programa	Nível	Conceito
Biocombustíveis em rede Nacional	Mestrado e Doutorado	4
Biologia Animal	Mestrado	3
Ciência e Tecnologia de Alimentos	Mestrado	3
Ciência Florestal	Mestrado e Doutorado	4
Ciências da Nutrição	Mestrado	3
Ciências da Saúde	Mestrado e Doutorado	4
Ciências Farmacêuticas	Mestrado	3
Ciências Humanas	Mestrado Profissional	4
Educação	Mestrado Profissional	3
Educação em Ciências, Matemática e Tecnologia	Mestrado Profissional	3
Ensino em saúde	Mestrado Profissional	4
Estudos Rurais	Mestrado	4
Geologia	Mestrado	3
Multicêntrico em Ciência Fisiológicas	Mestrado e Doutorado	5
Odontologia	Mestrado e Doutorado	4
Produção Vegetal	Mestrado e Doutorado	5
Química	Mestrado e Doutorado	4
Reabilitação e Desempenho Funcional	Mestrado e Doutorado	4
Saúde, Sociedade e Ambiente	Mestrado Profissional	3
Zootecnia	Mestrado	4

Fonte: PRPPG, UFVJM.

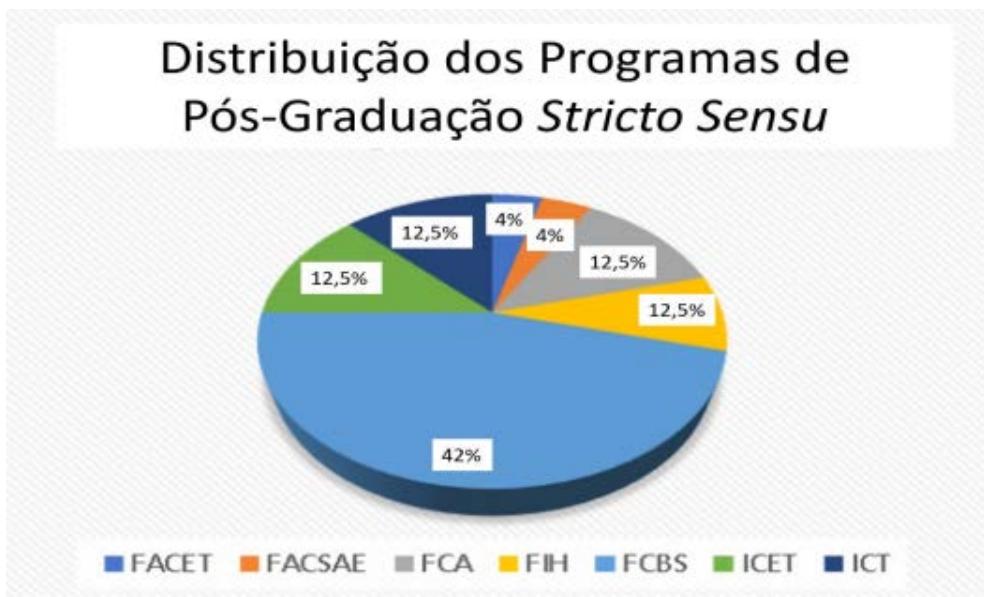
Tabela 3 - Cursos de pós-graduação oferecidos pela UFVJM no Campus do Mucuri em Teófilo Otoni

Programa	Nível	Conceito
Administração Pública	Mestrado Profissional	3
Matemática em rede Nacional	Mestrado Profissional	5
Tecnologia, Ambiente e Sociedade	Mestrado Profissional	3
Multicêntrico em Química	Doutorado	4

Fonte: PRPPG, UFVJM.

Os 24 programas de pós-graduação stricto sensu da UFVJM distribuem-se em 7 de suas 11 unidades acadêmicas, sendo 4 vinculados ao Campus do Mucuri e 20 no Campus JK, embora haja intercâmbio de docentes entre os campi e seus respectivos cursos. A FACET possui 1 programa (4%), FACSAE possui 1 programa (4%), FIH possui 3 programas (12,5%), ICET possui 3 programas (12,5%), FCA possui 3 programas (12,5%), ICT possui 3 programas (12,5%), a FCBS possui 10 programas (42%). A distribuição percentual de programas stricto sensu entre as unidades é apresentada no gráfico a seguir:

Gráfico 3 - Distribuição dos programas de pós-graduação stricto sensu entre as unidades acadêmicas



Fonte: PRPPG, UFVJM.

A pós-graduação stricto sensu oferecida pela UFVJM desempenha um papel de extrema relevância para os Vales do Jequitinhonha e Mucuri, bem como para as regiões Norte, Nordeste e Noroeste de Minas Gerais. Essas áreas, embora ricas em cultura e potencialidades econômicas e de

talentos humanos, frequentemente enfrentam desafios socioeconômicos e educacionais. A oferta de programas de pós-graduação nessas localidades contribui para a capacitação de profissionais altamente qualificados, estimulando o desenvolvimento local e regional. Através da realização de pesquisas específicas sobre as particularidades dessas regiões, a pós-graduação pode direcionar soluções inovadoras para problemas locais, impulsionando o crescimento sustentável e promovendo a inclusão social.

Nesse sentido, a UFVJM tem contribuído socialmente na formação de mestres e doutores nesses locais, proporcionando a atração e retenção de talentos, evitando a fuga de cérebros para grandes centros urbanos e fortalecendo o conhecimento aplicado ao contexto regional. Dessa forma, a pós-graduação stricto sensu torna-se um importante agente transformador, contribuindo para o avanço científico, tecnológico e social dessas áreas de Minas Gerais.

Quanto aos programas de pós-graduação lato sensu, são ofertados cursos na modalidade presencial e também na modalidade a distância, considerando a integração da universidade ao sistema da Universidade Aberta do Brasil. Vejamos:

Quadro 36 - Cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos pela UFVJM

Programa	Modalidade
Residência em Clínica Médica	Presencial
Residência em Fisioterapia na Saúde Coletiva	Presencial
Residência em Ginecologia e Obstetrícia	Presencial
Residência em Neurocirurgia	Presencial
Residência em Pediatria	Presencial
Residência Multiprofissional em Saúde do Idoso	Presencial
Especialização em Ortodontia	Presencial
Especialização em Engenharia Pública	Presencial

Programa	Modalidade
Curso de Especialização em Educação em Direitos Humanos	EAD
Curso de Especialização em Ensino de Filosofia no Ensino Médio	EAD
Curso de Especialização em Ensino de Geografia	EAD
Curso de Especialização em Ensino de Sociologia para o Ensino Médio	EAD
Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal	EAD
Curso de Especialização em Matemática para o Ensino Médio: Matemática na Prática	EAD
Curso de Ensino de Ciências "Ciência é 10!"Especialização em	EAD
Curso de Especialização em Didática, Práticas de Ensino e Tecnologias Educacionais	EAD

Fonte: PRPPG, UFVJM.

A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) é agência governamental brasileira responsável pela abertura, acompanhamento, avaliação e recomendação dos cursos de pós-graduação stricto sensu no Brasil desde 1951. Entre 1999 e 2013, a avaliação dos programas de pós-graduação (PPGs) ocorria a cada triênio, e a partir de 2014 a avaliação passou a ser quadrienal.

Na tabela abaixo, tem-se a relação dos PPGs da UFVJM, o respectivo ano de início de funcionamento e a nota obtida na avaliação quadrienal vigente. No quadriênio 2013-2016, dos 24 PPGs, 16 possuíam nota 3 ou conceito inicial de funcionamento A (aprovado), 6 possuíam nota 4 e dois PPGs possuíam conceito 5.

Na última avaliação quadrienal, que correspondeu ao período de 2017-2020, 5 dos 20 cursos coordenados exclusivamente pela UFVJM (20%) obtiveram aumento de nota na avaliação da Capes, sendo eles os PPGs em Ciências Humanas, em Ensino em Saúde, em Estudos Rurais e em Reabilitação e Desempenho Funcional.

Tabela 4 - Programas de pós-graduação e avaliação quadrienal vigente

Programas	Ano de Início de Funcionamento	Unidade Acadêmica	Nota Quadriênio	
			2013-2016	2017-2020
Administração Pública	2016	FACSAE	3	3
Biocombustíveis	2013	ICT	3	4
Biologia Animal	2015	FCBS	3	3
Ciência e Tecnologia de Alimentos	2016	ICT	3	3
Ciência Florestal	2010	FCA	4	4
Ciências da Nutrição	2019	FCBS	A	3
Ciências Farmacêuticas	2013	FCBS	3	3
Ciências Humanas	2013	FIH	3	4
Ciências da Saúde	2020	FCBS	A	4
Educação	2013	FIH	3	3
Educação em Ciências, Matemática e Tecnologia	2019	FCBS	3	3
Ensino em Saúde	2011	FCBS	3	4
Estudos Rurais	2016	FIH	3	4
Geologia	2017	ICT	3	3
Matemática em Rede Nacional	2017	ICET	5	5
Multicêntrico em Ciências Fisiológicas	2009	FCBS	4	4
Multicêntrico em Química de Minas Gerais	2014	ICET	4	4
Odontologia	2010	FCBS	4	4
Produção Vegetal	2006	FCA	5	5
Química	2009	FACET	4	4
Reabilitação e Desempenho Funcional	2015	FCBS	3	4
Saúde, Sociedade e Ambiente	2011	FCBS	3	3
Tecnologia, Ambiente e Saúde	2014	ICET	3	3
Zootecnia	2008	FCA	4	4

Legenda: A – aprovado.
Fonte: Plataforma Sucupira, CAPES.

As pós-graduações em Educação, Ensino e afins ofertadas desempenham um papel fundamental na formação de profissionais, sendo um caminho crucial para aprimorar a qualidade da educação. Esse nível avançado de estudos permite aos educadores aprofundarem seus conhecimentos teóricos e práticos, bem como desenvolver habilidades pedagógicas especializadas.

Ao ofertar programas de pós-graduação, especialmente nas áreas de formação de educadores, a UFVJM cumpre a sua missão institucional, possibilitando a melhoria dos indicadores educacionais nos territórios em que está inserida.

Por outro lado, os professores e demais profissionais da educação têm a oportunidade de se atualizar sobre as mais recentes abordagens educacionais, metodologias de ensino inovadoras e pesquisas relevantes na área.

Além disso, a pós-graduação possibilita a reflexão crítica sobre suas práticas docentes, incentivando-os a implementar mudanças positivas em suas salas de aula e, por consequência, melhorar o desempenho dos alunos. Ao valorizar a formação contínua dos professores, a pós-graduação em ensino contribui diretamente para o avanço da educação e o desenvolvimento de uma sociedade mais informada, criativa e preparada para enfrentar os desafios do futuro.

4.2.2 Criação e implantação de novos cursos de pós-graduação

A Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) tem ampliado significativamente sua oferta de cursos de pós-graduação stricto sensu. Durante o período de vigência do último Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), foram criados dois novos programas.

Além disso, a instituição planeja a implementação de cinco programas de pós-graduação adicionais nos próximos cinco anos, abrangidos pelo

PDI 2024-2028. Esses novos programas incluirão os cursos de Mestrado em Ciência, Tecnologia e Inovação; Mestrado em Educação: Docência, Território e Tecnologia; Programa de Pós-Graduação Política Social e Desenvolvimento Regional; Doutorado em Zootecnia e Mestrado em Turismo e Territórios Protegidos.

Vale ressaltar que a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) da UFVJM atua ativamente no estímulo à colaboração entre os programas de pós-graduação, promovendo parcerias entre os diferentes campi e instituições de ensino superior. Esse esforço visa fortalecer os programas de pós-graduação existentes e em fase de criação na UFVJM, bem como alinhar a UFVJM com as Diretrizes do Plano Nacional de Pós-Graduação, estabelecidas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Na consulta pública para levantamento das demandas regionais no que concerne à criação de novos cursos de pós-graduação por área, foram indicadas, por ordem das mais votadas, as seguintes demandas de Avaliação de Propostas de Cursos Novos (APCNs): Programa de Pós-Graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação; Programa de Pós-Graduação em Política Social e Desenvolvimento Regional; Programa de Pós-Graduação em Engenharia Civil; Programa de Pós-Graduação em Letras e Programa de Pós-Graduação em Turismo e Territórios Protegidos.

Nesse aspecto, vislumbra-se durante a vigência do PDI que os cursos de pós-graduação da UFVJM mantenham-se alinhados com as atuais diretrizes da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), com um enfoque proeminente no desenvolvimento sustentável, conforme delineado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU).

5. EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

O presente capítulo descreve o funcionamento da Diretoria de Educação Aberta e a Distância (Dead) da UFVJM, que tem como eixo estruturante a mediação desenvolvida por meio das Tecnologias Digitais de Comunicação e Informação (TDICs).

Ressalta-se, no tocante à EAD, a aprovação do recredenciamento da instituição para atuação na modalidade; a visita da Comissão Avaliadora do Inep aconteceu em setembro de 2019 e atribuiu à UFVJM o conceito final 4.

Os cursos na modalidade EaD são vinculados à Dead, seguindo as diretrizes institucionais da Pró-Reitoria de Graduação (Prograd), da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) e da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proexc).

A gestão dos cursos nos aspectos tecnológicos, pedagógicos e de infraestrutura é responsabilidade da Dead, que também fornece suporte a cursos presenciais de graduação, pós-graduação, extensão e para ações de capacitação desenvolvidas em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA), Plataforma Moodle.

5.1 CURSOS NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA OFERTADOS EM CONVÊNIO COM A UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

Instituída em 3 de novembro de 2009, a Dead foi criada como um órgão de apoio responsável pela coordenação, supervisão, assessoramento e pela prestação de suporte técnico à execução de atividades na modalidade de educação a distância.

A Dead tem como missão ampliar o acesso à educação, possibilitando aos estudantes se envolver em programas de ensino inovadores, dinâmicos e reconhecidos pelo MEC, com cursos que caracterizam-se por um

conjunto de diretrizes e estratégias que expressam e orientam a prática pedagógica de todos os envolvidos com a dinâmica didático-pedagógica-administrativa e tecnológica, tendo em vista as especificidades comuns a cursos na supracitada modalidade.

Por meio do tripé ensino, pesquisa e extensão, entre os anos de 2011 e 2023 foram ofertados pela Dead, por meio de convênio com a Universidade Aberta do Brasil (UAB), os cursos de graduação na modalidade a distância de Bacharelado em Administração Pública, Licenciatura em Física, Licenciatura em Matemática, Licenciatura em Pedagogia e Licenciatura em Química.

Para graduados e profissionais já em atuação e que buscam atualização, aperfeiçoamento ou formação continuada são oferecidos cursos de especialização que contemplam as demandas regionais e nacionais. Por tal motivo altera-se constantemente o catálogo para a oferta dos cursos.

Assim, para que se tenha uma memória dos cursos ofertados desde a fundação da diretoria, pode-se mencionar em relação à oferta de cursos de pós-graduação as especializações lato sensu na modalidade a distância subsidiados pelo Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), ao qual a UFVJM/DEAD realizou a adesão em 2009: Gestão Pública Municipal; Ensino de Filosofia para o Ensino Médio; Ensino de Sociologia para o Ensino Médio; Ensino de Geografia para o Ensino Médio; Ensino de Matemática para o Ensino Médio; Ensino de Ciências para os Anos Finais do Ensino Fundamental: Ciência é 10!, Educação em Direitos Humanos e Didática, Prática de Ensino e Tecnologias Educacionais.

A oferta desses e outros cursos vinculados à UAB é condicionada à abertura de edital e aprovação pela Diretoria de Educação a Distância (DED) da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e seguem as diretrizes internas da UFVJM e as especificidades estabelecidas pela Capes.

5.2 CURSOS NA MODALIDADE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA OFERTADOS DE FORMA INSTITUCIONAL

Além das ações vinculadas ao Convênio UAB, a DEAD/UFVJM realiza outras ações com fomentos oriundos de diferentes instâncias governamentais (estado, município e União). Pode-se mencionar cursos ofertados de forma institucional em parceria com municípios: Especialização Lato Sensu de Didática, Prática de Ensino e Tecnologias Educacionais e Curso Apoio Pedagógico para Egressos e Estudantes do 3º ano do Ensino Médio. Ressalta-se ainda o processo contínuo de construção e articulação de outras parcerias pela diretoria.

Também são realizadas pela DEAD/UFVJM capacitações para técnicos e docentes que atuam nos cursos presenciais e a distância da universidade e público externo, produção de materiais audiovisuais e manutenção dos ambientes e salas virtuais de aprendizagem, um acervo digital que reúne todos os materiais desenvolvidos na diretoria, os quais estão disponíveis para a comunidade acadêmica da UFVJM.

5.3 ABRANGÊNCIA GEOGRÁFICA

Diante da necessidade de formar profissionais qualificados e contribuir para o crescimento do país, em especial das regiões Norte, Nordeste, Noroeste mineiro e Vales do Jequitinhonha e Mucuri, a Diretoria de Educação Aberta e a Distância (Dead) desenvolve ações de pesquisa e extensão, voltadas para a educação a distância. Essas iniciativas visam à melhoria da prática pedagógica e de gestão dos cursos e atividades da diretoria.

Sem limitação de lugar, tempo, ocupação ou idade, a Educação a Distância da UFVJM oportuniza a ascensão na carreira profissional por meio de um processo planejado que valoriza a relação entre professores

e alunos, em especial aqueles que não moram na cidade mantenedora do polo.

Do ponto de vista do impacto territorial, até 2023 a Dead atende a 42 Polos de Apoio Presencial vinculados aos seguintes municípios: Águas Formosas, Almenara, Araçuaí, Bocaiúva, Brasília de Minas, Buritis, Buritizeiro, Capelinha, Carlos Chagas, Corinto, Cristália, Diamantina, Divinolândia de Minas, Francisco Sá, Itamarandiba, Jaíba, Janaúba, Januária, Jequitinhonha, Joaíma, João Pinheiro, Lagamar, Mantena, Minas Novas, Monte Azul, Montes Claros, Nanuque, Novo Cruzeiro, Padre Paraíso, Papagaios, Paracatu, Pedra Azul, Pompéu, Porteirinha, Rio Pardo de Minas, Salinas, São João da Ponte, Taiobeiras, Teófilo Otoni, Turmalina, Urucuia e Várzea da Palma.

Diante do exposto, ressalta-se os possíveis impactos e reflexos relacionados à capilaridade da atuação da Dead, que atende a estudantes vinculados a um universo de mais de 250 municípios localizados nas cidades circunvizinhas aos polos, oriundos de pelo menos 18 estados brasileiros.

A depender das demandas regionais, das demandas oriundas da DED/CAPES e também das demandas institucionais, a Dead pode ampliar o atendimento inserindo novos municípios e priorizando o atendimento do território da UFVJM. Tal ampliação também se baseia em estudos já realizados pela Dead e que ainda podem ser atualizados no decorrer da vigência deste PDI, bem como respaldando-se em políticas públicas vigentes, a exemplo do Plano Nacional de Educação, os Planos Municipais de Educação e outros, respeitando-se o dimensionamento da força de trabalho.

5.4 INFRAESTRUTURA FÍSICA, TECNOLÓGICA E DE PESSOAL

A Dead tem sua sede no Campus JK, município de Diamantina, onde encontra-se em sede própria, com acessibilidade, contando com salas da Diretoria e Coordenação Administrativa, Equipe de Avaliações e Assuntos

Acadêmicos, Laboratório de Informática, Coordenação de Tecnologia, Sala das Coordenações de Curso e da UAB, gabinetes dos professores, duas salas de Almoxarifado, sala de reuniões, laboratório multidisciplinar, estúdio e sala de edição de vídeo. Além disso, também conta com espaço físico no Campus do Mucuri, em Teófilo Otoni, onde há sala de coordenação de curso e salas de professores lotados na diretoria.

Para além dos espaços físicos específicos da Dead, os professores, tutores, técnicos e alunos (na ocasião dos encontros presenciais na sede da UFVJM) contam com outros espaços comuns da UFVJM como, por exemplo, biblioteca, pavilhão de aulas, auditórios, laboratórios e sala audiovisual da CoordCS.

Em termos da infraestrutura básica da EAD, destacam-se os espaços físicos dos polos de apoio presenciais. Os polos são uma estrutura acadêmica de apoio pedagógico, tecnológico e administrativo às atividades de ensino e aprendizagem dos cursos e programas ofertados a distância pelas instituições públicas de ensino superior.

Os polos dispõem de infraestrutura adequada e recursos humanos qualificados, disponibilizam aos estudantes o acesso às tecnologias de informação e comunicação (TIC) indispensáveis à mediação didático-pedagógica dos cursos a distância, em especial quanto ao Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utilizado, aos conteúdos digitais das disciplinas e à biblioteca física e virtual.

A Dead conta com uma estrutura tecnológica composta por: computadores, mesa digital, servidores, storage e servidor Avamar, lousas interativas, impressoras e estúdio de gravação com equipamentos próprios. Todo esse aparato tecnológico favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais interativas.

A Dead possui atualmente uma equipe composta por: 12 professores efetivos, 8 vagas de técnicos administrativos - no atual contexto 7 servidores encontram-se em exercício na diretoria e 1 vaga com atuação em

outro contexto institucional. Ainda dispõe da atuação de 8 colaboradores terceirizados.

No que se refere à atuação dos docentes, esses profissionais atuam nos cursos de graduação, pós-graduação e ainda no desenvolvimento de ações de pesquisa e extensão e no apoio às atividades administrativas: coordenação de cursos, estágios, tutoria, TCC, ACC, TI, direção, dentre outras.

Os servidores técnico-administrativos atuam no apoio administrativo e pedagógico no desenvolvimento de ações oriundas das diferentes fontes de fomento da Dead e ainda no atendimento das demandas específicas da oferta de cursos na modalidade da educação a distância, que exige uma atuação multiprofissional, que varia entre: atuação pedagógica, administrativa, financeira, tecnológica, dentre outras.

Possui atualmente uma equipe de profissionais especializados em Tecnologia da Informação (TI), sendo composta por analistas e técnicos. Essa equipe desempenha um papel fundamental na gestão da infraestrutura tecnológica da Dead, priorizando a manutenção dos computadores e sistemas responsáveis pelas atividades de ensino a distância (EAD), tais como: Moodle, Capacita, *Massive Open Online Courses* (MOOC) e a página oficial da Dead.

Além disso, a equipe técnica é responsável pelo suporte e manutenção dos servidores nos quais os serviços da Dead são hospedados. Vale ressaltar que todos esses servidores são do quadro permanente da instituição, garantindo assim um maior controle sobre a segurança e confiabilidade dos sistemas.

A equipe também desempenha um papel importante no suporte às mídias digitais, oferecendo assistência nas gravações e edições de vídeos, bem como nas transmissões de aulas e eventos. Esse suporte contribui para a qualidade e efetividade das atividades de ensino e aprendizagem realizadas pela diretoria.

Dada a restrição de servidores efetivos (técnicos e docentes) para atendimento a todas as demandas da Educação a Distância na UFVJM, especialmente aos seus cursos de graduação e pós-graduação, é fundamental a complementação de pessoal com equipe de colaboradores terceirizados.

Tais colaboradores são indispensáveis para auxiliar nos serviços da direção, coordenações de cursos, coordenação UAB, coordenação administrativa, coordenação de tecnologia da informação, especializações e equipe de provas. Há flutuação na quantidade de colaboradores terceirizados devido à dependência de fomentos externos, o que acarreta diversas dificuldades na realização/concretização de planejamentos.

Ainda cabe destaque a especificidade de complementação da equipe docente para oferta dos cursos de graduação e pós-graduação, o que é realizado por meio de editais de seleção de professores e tutores bolsistas e/ou voluntários, de acordo com as bolsas disponibilizadas pela DED/CAPES ou outras fontes de fomento.

Ressalta-se ainda, diante do exposto, a importância da ampliação/manutenção da equipe vinculada à diretoria, vez que a oferta de cursos na modalidade a distância demanda uma organização que conte com as especificidades da modalidade: atendimento aos Referenciais de Qualidade para Cursos Superiores na Modalidade a Distância e continuidade e ampliação do atendimento às demandas oriundas do território de atuação.

6. COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

A comunidade universitária é constituída pelos corpos docente, discente, técnico-administrativo e terceirizado, diversificados em suas atribuições e funções e unificados em seus objetivos institucionais.

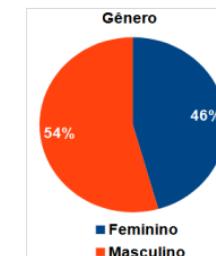
Essas pessoas colaboram com as atividades finalísticas e de apoio para o cumprimento das finalidades estatutárias e regimentais da universidade, bem como para o alcance de sua missão, visão, valores e objetivos estratégicos.

A gestão de pessoas na UFVJM divide-se na gestão dos servidores técnico-administrativos em educação e dos servidores docentes, sob a responsabilidade da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep) e há contratos de prestação de serviço terceirizado, administrados pela Pró-Reitoria de Administração (Proad).

6.1 PERFIL DO CORPO DOCENTE

Durante o período de 2016 a 2019, o corpo docente da UFVJM apresentou um crescimento significativo, totalizando um aumento de 14,19%. Nos últimos cinco anos, registrou-se um aumento de 1,21%, passando de 821 docentes efetivos em 2019 para 831 em 2023. Desses, 379 são do gênero feminino (46%) e 452 são do gênero masculino (54%) (SIAPE, 2023).

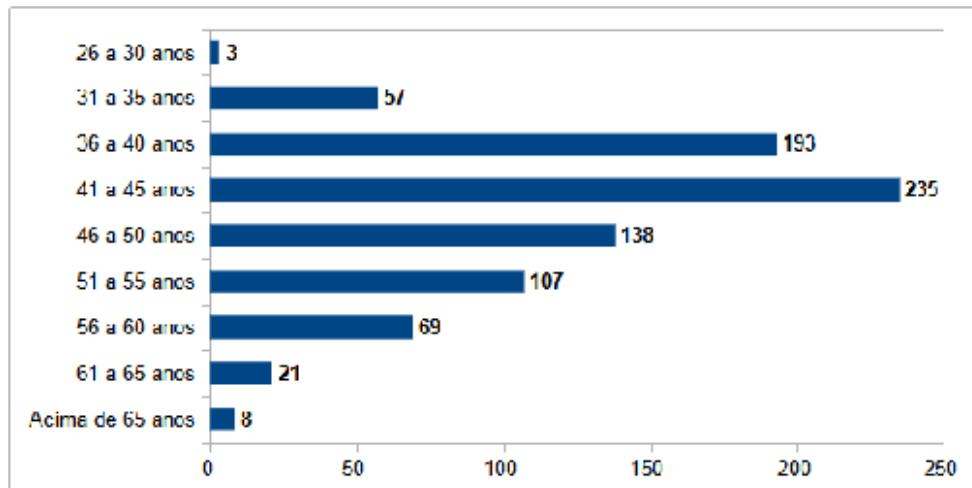
Gráfico 4 - Distribuição dos servidores docentes por gênero



Fonte: SIAPE, junho de 2023.

No que se refere ao perfil por faixa etária, pode-se observar que os docentes da UFVJM são relativamente jovens, sendo que: 30,44% têm idade entre 26 e 40 anos; 28,27% estão na faixa de 41 a 45 anos; 29,48% têm entre 46 e 55 anos; 10,83% possuem entre 56 e 65 anos; e 0,96% dos docentes tem mais de 65 anos.

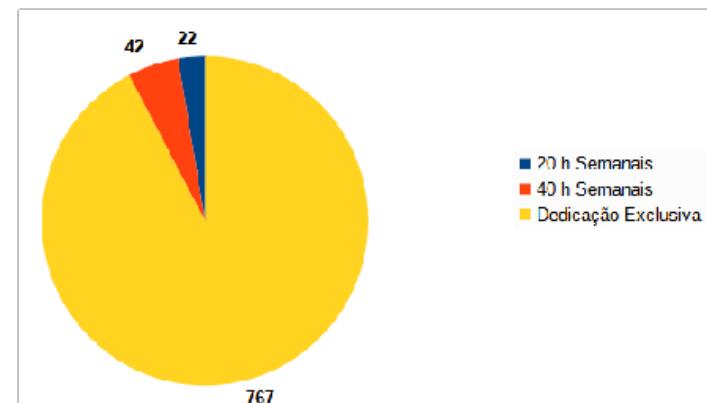
Gráfico 5 - Distribuição dos servidores docentes por faixa etária



Fonte: SIAPE, junho de 2023.

Na UFVJM, 92,29% dos docentes atuam em regime de dedicação exclusiva, 5,05% atuam em regime de 40h semanais sem dedicação exclusiva e 2,40% atuam 20h semanais. O regime de dedicação exclusiva é caracterizado pelo compromisso dos professores em se dedicarem integralmente às atividades acadêmicas, incluindo pesquisa, ensino, extensão, inovação e na área administrativa.

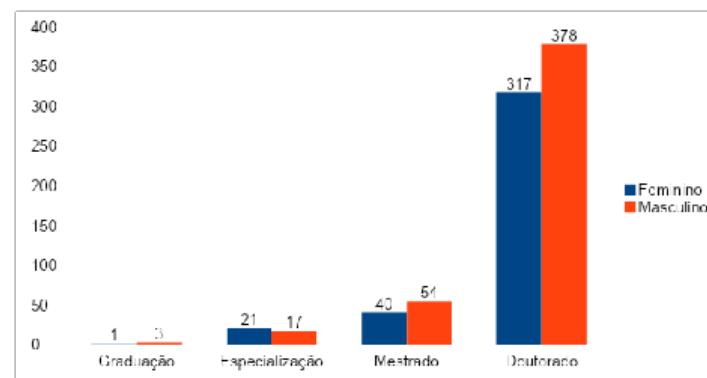
Gráfico 6- Jornada de trabalho dos servidores docentes



Fonte: SIAPE, junho de 2023.

O corpo docente da UFVJM é altamente qualificado, sendo que 83,63% dos professores possuem o título de doutorado, 11,31% são mestres, 4,57% são especializados e 0,48% são graduados. Os dados indicam que a UFVJM conta com um corpo docente potencialmente preparado, com um sólido *background* acadêmico e especialistas em suas respectivas áreas de conhecimento, perfil esse que contribui sobremaneira para a qualidade do ensino, da extensão e avanços na pesquisa e geração de inovação.

Gráfico 7 - Titulação do corpo docente



Fonte: SIAPE, junho de 2023.

6.1.1 Plano de carreira

O Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal foi estabelecido pela Lei n.º 12.772, datada de 28 de dezembro de 2012, e sofreu alterações através da Lei n.º 12.863, de 24 de setembro de 2013. Esse plano de carreira é composto pelas carreiras de Magistério Superior e de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, além dos cargos isolados de Professor Titular-Livre do Magistério Superior e Professor Titular-Livre do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico.

Na UFVJM, o corpo docente é composto exclusivamente pela carreira de Magistério Superior e por um cargo isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior. A Carreira de Magistério Superior é organizada em classes A, B, C, D e E (§ 1º do Art. 1º da Lei 12772/2012). As designações das classes são determinadas com base na titulação do ocupante do cargo, conforme estabelecido no § 2º do Art. 1º da lei mencionada anteriormente, redação dada pela Lei n.º 12.863, de 2013. Em relação ao quantitativo de docentes por classes, a UFVJM conta com:

Tabela 5 - Distribuição do quantitativo de docentes por classe

CLASSE	CAMPUS JANAÚBA	CAMPUS UNAÍ	CAMPUS DO MUCURI	DIAMANTINA	Total
Classe A	10	7	36	50	103
Classe B	3	1	17	27	48
Classe C	34	41	103	247	425
Classe D	2	6	22	178	208
Classe E	0	0	0	46	46
Titular-Livre	0	0	0	1	1
Total	49	55	178	549	831

Fonte: SIAPE, junho de 2023.

Sendo:

I - Classe A, inicial da carreira, com as seguintes designações:

- a) Professor Adjunto A, para portadores do título de doutor;
- b) Professor Assistente A, para portadores do título de mestre; ou
- c) Professor Auxiliar, para graduados ou portadores de título de especialista;

II - Classe B refere-se a designação de Professor Assistente;

III - Classe C, com a designação de Professor Adjunto;

IV - Classe D, com a designação de Professor Associado; e

V - Classe E, com a designação de Professor Titular.

O cargo isolado de Professor Titular-Livre do Magistério Superior está estruturado em uma única classe e nível de remuneração, conforme estabelecido no § 4º do Art. 1º da Lei 12772/2012. Esse cargo isolado tem como objetivo promover o desenvolvimento e o fortalecimento de competências, bem como alcançar a excelência no ensino e na pesquisa nas Instituições Federais de Ensino (IFE), conforme mencionado no § 3º do Art. 2º da lei mencionada.

A UFVJM instituiu, conforme estabelecido no art. 26 da Lei 12.772/2012, a Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) com membros eleitos pelos seus pares. O Regimento Interno da CPPD foi estabelecido pela Resolução Consu n.º 7, datada de 23 de julho de 2021. Essa comissão é responsável por conduzir o processo de avaliação dos docentes para fins de progressão e promoção na carreira do Magistério Superior, regidas pela Resolução Consu n.º 9, de 6 de setembro de 2013, alterada posteriormente pelas Resoluções do Consu n.º 18, de 6 de novembro de 2013, e n.º 2, de 29 de abril de 2016

6.1.2 Critérios de seleção e contratação

Os professores efetivos são contratados pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) por meio de concurso

público, seguindo o regime jurídico estabelecido pela Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

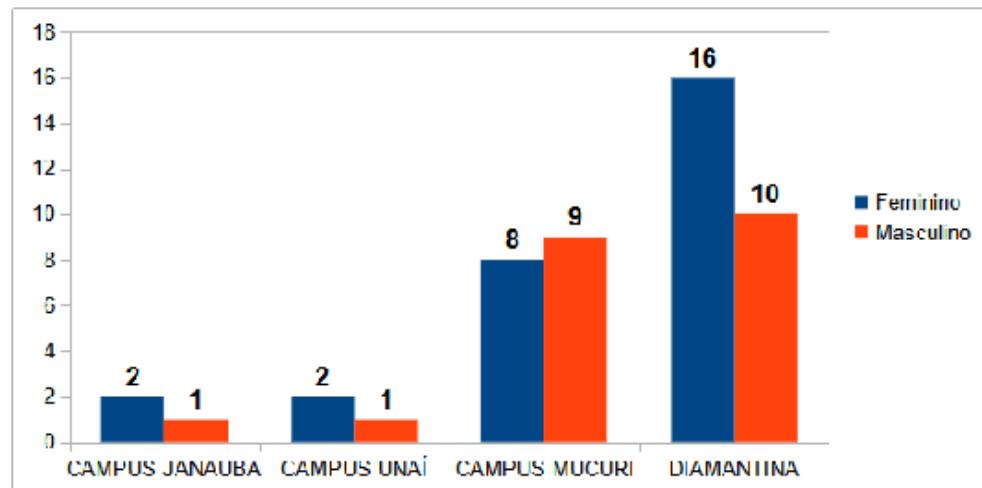
As diretrizes e procedimentos gerais para a realização do concurso público são definidos na Resolução Consu n.º 17, datada de 14 de dezembro de 2017. Adicionalmente, os editais de concurso público para professores efetivos são regidos pelo Edital de Condições Gerais (Edital 015, de 2 de janeiro de 2018), enquanto as condições específicas de cada concurso são estipuladas no Edital de Abertura de Concurso, publicado no Diário Oficial da União (DOU) e no site da UFVJM.

A contratação de professores substitutos, caráter temporário, ocorre por meio de um processo seletivo simplificado, regido pela Resolução Consu n.º 10, de 8 de maio de 2009, modificada pela Resolução Consu n.º 14, de 27 de abril de 2011. Já a contratação de professores visitantes e professores visitantes estrangeiros, também em regime temporário, é feita por meio de um processo seletivo simplificado, cujos critérios são estabelecidos em edital. A contratação temporária de professores substitutos, professores visitantes e professores visitantes estrangeiros segue também as disposições da Lei n.º 8.745, de 9 de dezembro de 1993, com observância ao estabelecido pelo Decreto n.º 7.485, de 18 de maio de 2011.

6.1.3 Procedimentos para substituição (definitiva e eventual) dos professores do quadro

Os procedimentos de substituição de professores do quadro ocorrem por meio de concurso público para provimentos das vagas efetivas, assim como pode ocorrer por meio da contratação de professores substitutos para situações específicas, nos termos da legislação acima referenciada. Atualmente, a UFVJM conta com 49 docentes substitutos, sendo 28 (57,14%) do sexo feminino e 21 (42,86%) do sexo masculino, abrangendo os diversos campi da instituição, conforme ilustrado no gráfico a seguir.

Gráfico 8 - Quantitativo de docentes substitutos por campus



Fonte: SIAPE, junho de 2023.

A contratação de professores substitutos é realizada com o objetivo de suprir a ausência de docentes efetivos devido a situações específicas, conforme estabelecido no §1º do Artigo 2º da Lei n.º 8.745/1993. Essas situações incluem: vacância do cargo, afastamentos ou licenças, e nomeações para ocupar cargos de direção, como reitor, vice-reitor, pró-reitor e diretor de campus.

O número total de professores substitutos e visitantes não pode exceder 20% do total de docentes efetivos em exercício na instituição federal de ensino (§1º, art. 2º, Lei n.º 8.745/1993). A distribuição de vagas de professores substitutos para substituir os docentes afastados para qualificação na UFVJM segue as diretrizes estabelecidas na Resolução Consepe n.º 4, datada de 13 de fevereiro de 2014.

No caso de impossibilidade de contratação de professores substitutos, os colegiados de curso ou departamentos devem se organizar de forma a garantir a cobertura das disciplinas não atendidas por docentes regulares.

6.1.4 Perfil atual e pretendido

O plano de expansão do corpo docente da UFVJM, assim como o das demais IFES, segue a política de recursos humanos do governo federal quanto à autorização para a realização de novos concursos e, por conseguinte, novas contratações.

No período de 2016 a 2019, o corpo docente da UFVJM apresentou um crescimento significativo, totalizando um aumento de 14,19%. Já nos últimos cinco anos, registrou-se um aumento de 1,21%, passando de 821 docentes efetivos em 2019 para 831 em 2023.

Além disso, é relevante mencionar o crescimento absoluto no número de docentes efetivos com doutorado. Até 2016, a UFVJM contava com 486 doutores, e atualmente esse número aumentou para 695, representando 83,63% do corpo docente efetivo, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tabela 6 - Evolução do corpo docente por escolaridade

Escolaridade	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Graduação	4	4	3	4	3	4	4	4
Especialização	30	49	53	55	45	45	39	38
Mestrado	199	176	171	150	133	118	102	94
Doutorado	486	527	560	612	630	351	674	695
Total	719	756	787	821	811	818	819	831
Evolução (%)	-	5,1%	4,1%	4,3%	-1,2%	0,9%	0,1%	1,5%

Fonte: SIAPE, junho de 2023.

A qualificação elevada do corpo docente é fundamental para promover um ambiente de aprendizagem enriquecedor e atualizado, proporcionando aos estudantes uma educação de qualidade e preparando-os para os desafios do mercado de trabalho e para a produção de conhecimento relevante.

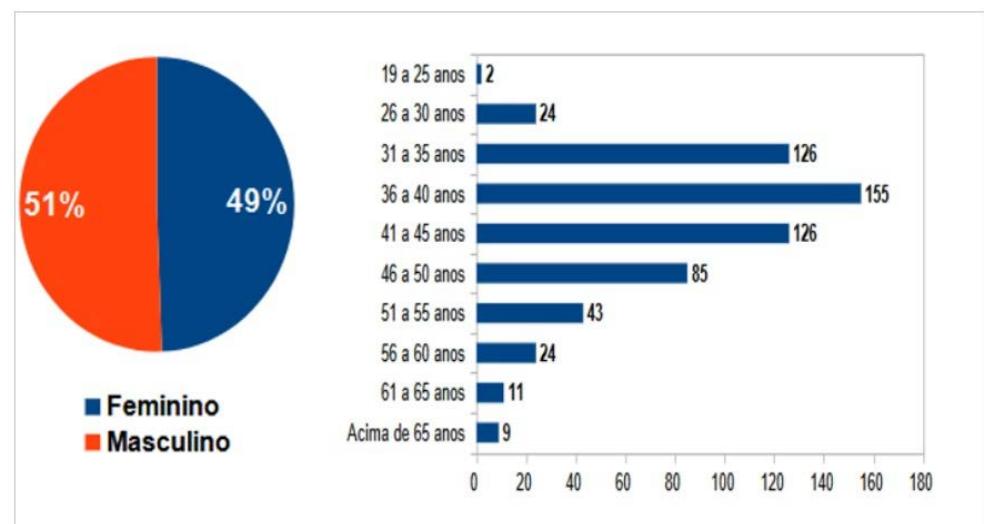
Os dados ressaltam a relevância da qualificação do corpo docente da

UFVJM, ilustrando seu compromisso com o ensino superior de qualidade e excelência. Nesse ângulo de análise, a universidade pretende, por meio de políticas de capacitação, expandir o seu quadro de docentes com título de doutorado, especialmente nas áreas de conhecimento que contribuam para os avanços na diplomação, aumento das pesquisas, publicações e patentes por meio do incentivo à inovação.

6.2 PERFIL DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

O corpo técnico-administrativo em educação (TAE) da UFVJM é composto por 605 servidores, dos quais 299 são do gênero feminino (49%) e 306 do gênero masculino (51%). 92,72% do quadro é relativamente jovem, compreendendo a faixa etária de 19 a 55 anos, 5,78% estão entre 56 a 65 anos e 1,48% acima de 65 anos.

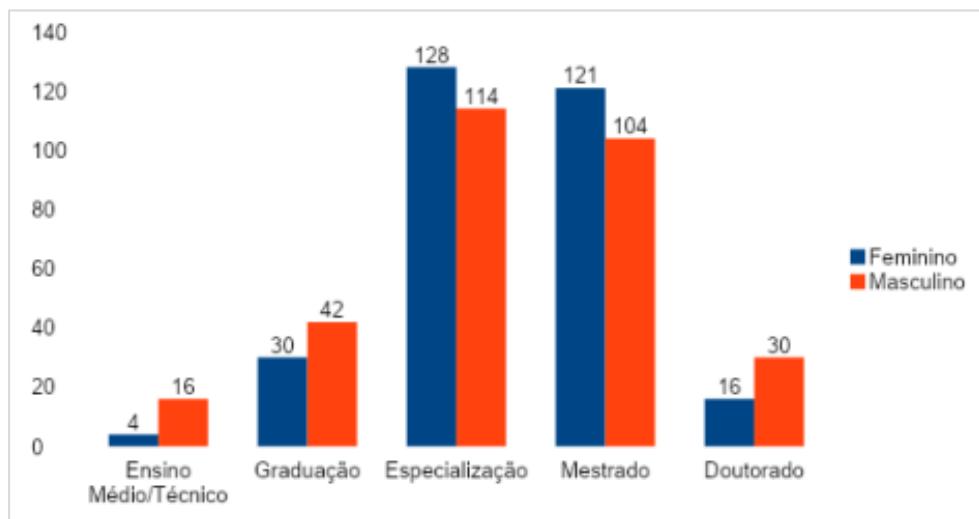
Gráfico 9 - Distribuição dos servidores TAE por faixa etária



Fonte: SIAPE, junho de 2023.

No que tange à escolaridade e à titulação verifica-se, conforme gráfico a seguir, que dos 605 servidores técnico-administrativos em educação, apenas 7,6% possuem doutorado. Uma parcela significativa possui mestrado (37,19%), enquanto outros 40% possuem especialização. Além disso, 11,90% têm graduação e 3,30% possuem ensino médio ou técnico.

Gráfico 10 - Titulação do corpo-técnico administrativos em educação



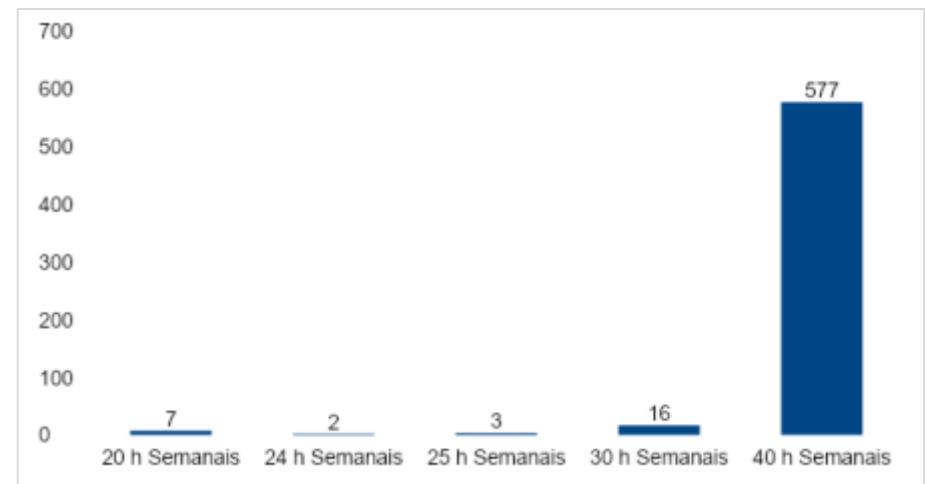
Fonte: SIAPE, junho de 2023.

Os dados demonstram um quadro qualificado de servidores técnico-administrativos, especialmente no nível de mestrado e especialização. No entanto, ressalta-se a necessidade de investimentos em mais políticas de incentivo à qualificação, a fim de alcançar melhores resultados. Isso é especialmente importante para os TAES que ainda possuem nível médio e graduação que desejam e necessitam alcançar o nível de formação stricto sensu, além de elevar o número de técnicos administrativos em educação com doutorado. Essas políticas têm um impacto direto na carreira e remuneração dos servidores TAES, assim como nos indicadores e nos resultados da instituição, visando à melhoria contínua.

No que diz respeito à jornada de trabalho, observa-se que a maioria dos técnicos administrativos (95,37%) cumprem uma carga horária de 40 horas semanais. Cerca de 2,6% cumprem uma carga horária de 30 horas semanais, enquanto os demais possuem jornadas de trabalho diferenciadas devido à especificidade de seus cargos, decisões judiciais ou outros fatores.

Essa distribuição de carga horária reflete a estrutura organizacional e as necessidades operacionais da instituição. É importante garantir que as jornadas de trabalho sejam adequadas e compatíveis com as demandas de cada função desempenhada pelos técnicos administrativos, assegurando eficiência e qualidade no desempenho de suas atribuições.

Gráfico 11 - Jornada de trabalho dos técnicos administrativos em educação



Fonte: SIAPE, junho de 2023.

6.2.1 Plano de carreira

A Lei n.º 11.091/2005 estabelece o Plano de Cargos e Carreira dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação, enquanto os Decretos n.º 5.824/2006 e 5.825/2006 regulamentam esse plano. Com o objetivo de fornecer orientações sobre questões relacionadas à carreira técnico-

administrativa em educação foi criada a Comissão Interna de Supervisão (CIS), por meio da Resolução Consu n.º 17, de 7 de agosto de 2009.

O Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE) é composto por cinco níveis de classificação: A, B, C, D e E. Essas classes representam conjuntos de cargos com a mesma hierarquia e são definidas com base em requisitos como escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, riscos e esforço físico necessários para o desempenho das atribuições.

Cada uma dessas classes é subdividida em quatro níveis de capacitação (I, II, III e IV), e cada nível de capacitação possui 16 padrões de vencimento básico. Esses padrões de vencimento estabelecem a remuneração-base para os técnicos administrativos em educação, variando de acordo com o nível de capacitação alcançado.

Essa estrutura salarial e de progressão no PCCTAE permite que os servidores possam progredir ao longo de suas carreiras, por meio da capacitação e do mérito profissional, alcançando níveis superiores de classificação e correspondentes aumentos salariais. Isso estimula o desenvolvimento e a valorização dos profissionais, incentivando a busca por qualificação e o aprimoramento contínuo de suas competências.

O desenvolvimento da carreira técnico-administrativa ocorre por meio da progressão por capacitação, que é a mudança de nível de capacitação no mesmo cargo e nível de classificação, obtida através da certificação em programas de capacitação compatíveis com o cargo ocupado, o ambiente organizacional e a carga horária mínima exigida. Essa progressão requer um interstício de 18 (dezoito) meses.

Outra forma é a progressão por mérito profissional, que consiste na mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente a cada 18 (dezoito) meses, baseada na avaliação de desempenho do servidor.

No que diz respeito às estratégias de capacitação e qualificação, a

Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), implementada pelo Decreto n.º 9.991, de 28 de agosto de 2019, tem como objetivo principal estabelecer uma cultura de planejamento das ações de desenvolvimento dos servidores, alinhada aos objetivos institucionais. Essa política visa identificar as necessidades de capacitação e qualificação dos servidores e registrar essas demandas no Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), que é elaborado anualmente.

O PDP é elaborado em conformidade com os Decretos n.º 9.991/2019, n.º 5.825/2006 e outros atos normativos da UFVJM. Ele é um instrumento importante para planejar e direcionar as ações de desenvolvimento dos servidores, levando em consideração as demandas identificadas e as diretrizes estabelecidas pela instituição. Por meio do PDP, busca-se promover a capacitação e qualificação dos servidores, de forma a atender às necessidades individuais e coletivas, contribuindo para o alcance dos objetivos institucionais.

O PDP está organizado em duas áreas: aperfeiçoamento e qualificação. As ações de aperfeiçoamento incluem a participação em cursos, seminários, simpósios, jornadas, congressos, encontros, oficinas, palestras, workshops e outras atividades similares. As ações de qualificação são oferecidas por instituições públicas ou privadas, nos níveis de graduação, pós-graduação lato sensu e stricto sensu, tanto internamente quanto externamente à UFVJM.

Durante o período de vigência do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), a UFVJM tem como objetivo ampliar a quantidade de ações de desenvolvimento realizadas, levando em consideração as mudanças contextuais e a disponibilidade orçamentária. O objetivo é aprimorar e qualificar ainda mais o perfil atual do corpo técnico-administrativo em educação e, inclusive, do corpo docente, conforme apresentado nos subcapítulos anteriores.

Essa ampliação das ações de desenvolvimento visa atender às demandas identificadas e proporcionar oportunidades de capacitação e

qualificação aos servidores, de forma a promover o contínuo aprimoramento de suas competências e habilidades. A UFVJM reconhece a importância de investir no desenvolvimento de seu quadro de pessoal, pois isso contribui para o fortalecimento institucional, melhoria dos serviços prestados e alcance dos objetivos propostos.

No entanto, é importante ressaltar que a ampliação das ações de desenvolvimento será realizada levando em conta as limitações orçamentárias da universidade e as diretrizes estabelecidas pelos decretos e atos normativos aplicáveis. Dessa forma, o planejamento e implementação das ações de capacitação e qualificação serão cuidadosamente gerenciados, visando maximizar os recursos disponíveis e garantir o impacto positivo no aprimoramento do corpo docente e técnico-administrativo em educação da UFVJM.

6.2.2 Composição do quadro dos TAES

O quadro de servidores administrativos da UFVJM é composto em ampla maioria pelos técnicos administrativos em educação (TAE) e uma pequena parcela de servidores extra-quadro que são os de carreiras descentralizadas (Procurador Federal, CLT e outros). O corpo TAE conta com cinco diferentes níveis de carreira. Com abordado no subcapítulo anterior, são designados como carreira A, B, C, D e E, sendo a classificação:

- A - Nível de escolaridade fundamental incompleto ou alfabetizado;
- B - Nível de escolaridade fundamental incompleto ou completo;
- C - Nível de escolaridade fundamental completo ou médio completo;
- D - Nível de escolaridade médio completo, médio profissionalizante ou curso técnico;
- E - Nível superior ou cargos de lei específica.

Tabela 7 - Composição quadro de TAE por titulação e nível do cargo

Nível de Carreira/ Titulação	B	C	D	E	Extra Quadro	Total
Ensino Médio/Técnico	2	2	16	-	-	20
Graduação	1	2	60	7	2	72
Especialização	2	3	145	92	-	242
Mestrado	1	5	132	87	-	225
Doutorado	-	-	32	13	1	46
Total	6	12	385	199	3	605

Fonte: SIAPE, junho de 2023.

Na UFVJM, os técnicos administrativos em educação são classificados em carreiras que abrangem os níveis B, C, D e E, conforme ilustrado na tabela. Cada uma dessas carreiras representa diferentes níveis de responsabilidades, requisitos, possibilidades de progressão na carreira e nível de escolaridade exigido para o ingresso.

Com base nos dados apresentados, é possível observar que a maioria dos técnicos administrativos em educação está concentrada em dois e três níveis de escolaridade acima do exigido para o ingresso na carreira. Especificamente na carreira de nível D, a maioria dos TAES possui escolaridade superior ao ensino médio exigido. Dos 385 TAES de nível D, 15% possuem graduação, 37,66% têm especialização, 34,28% são mestres e 8,31% são doutores.

Na carreira de nível E, que exige ensino superior, a UFVJM possui 199 TAES, dos quais 46,23% são especialistas, 43,71% são mestres e 6,53% são doutores. No entanto, de forma geral, a universidade ainda precisa investir continuamente em políticas de qualificação dos técnicos administrativos, buscando melhorar, ainda mais, os índices de qualificação. Dos 605 TAES, apenas 7,60% possuem título de doutorado.

Essa análise ressalta a importância de políticas institucionais que incentivem a qualificação contínua dos técnicos administrativos em

educação, visando aprimorar suas competências e contribuir para o avanço da instituição. O investimento em qualificação proporciona benefícios tanto para os servidores, em termos de crescimento profissional, quanto para a universidade, ao elevar seus indicadores e resultados.

6.2.3 Critérios de seleção e contratação

O processo de recrutamento, seleção e provimento dos cargos da carreira técnico-administrativa ocorre por meio de concursos públicos, que podem ser compostos por provas e títulos ou apenas provas. A responsabilidade por todo o processo do concurso é atribuída à UFVJM, conforme as disposições da Lei n.º 8.112/1990.

No desenvolvimento do concurso, é elaborado um edital específico para cada cargo, que estabelece critérios e etapas classificatórias e eliminatórias. Esses critérios podem envolver a comprovação de escolaridade adequada, experiência profissional, formação técnica e científica específica, entre outros requisitos relacionados à função em questão.

Além disso, é necessário observar as reservas de vagas previstas na legislação específica, que garantem a inclusão de pessoas com deficiência, beneficiários de ações afirmativas ou outros grupos determinados pela legislação. Também é importante considerar as condicionantes e restrições relacionadas ao ambiente de trabalho em que a vaga está inserida, levando em conta as necessidades e exigências específicas do cargo.

Em suma, a UFVJM segue as diretrizes da Lei n.º 8.112/1990 para conduzir o processo de recrutamento, seleção e provimento dos cargos da carreira técnico-administrativa, adotando critérios e etapas claras e objetivas, visando garantir a escolha de profissionais qualificados para as respectivas funções e atendendo às exigências legais e ao contexto específico de trabalho.

6.2.4 Perfil atual e pretendido

A evolução do quadro de técnicos administrativos em educação na UFVJM não tem sido suficiente para suprir as demandas da universidade. Ao longo dos anos, observa-se uma diminuição significativa dos cargos de nível A, B e C, sem que tenham sido substituídos ou repostos na mesma proporção.

No período de 2016 a 2023, houve um decréscimo de -45% nos cargos de nível B e -20% nos cargos de nível C. Atualmente, esses cargos representam apenas 3% do total de postos de trabalho, com um número reduzido de 18 servidores ocupando essas posições. Essa redução no número de cargos de níveis mais baixos da carreira técnico-administrativa pode acarretar sobrecarga de trabalho para os servidores remanescentes e afetar os serviços prestados pela universidade, que precisa recorrer à terceirização em alguns casos.

Tabela 8 - Evolução do quantitativo de servidores TAE por nível do cargo

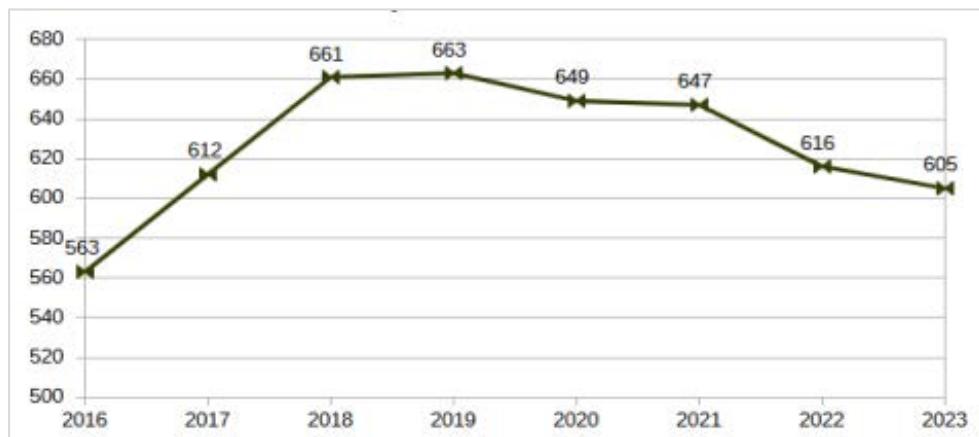
Classificação do Cargo	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Evolução
Cargos externos	6	8	7	7	5	7	4	3	-50%
B	11	11	10	9	9	9	7	6	-45%
C	15	14	15	15	15	14	12	12	-20%
D	349	371	416	415	408	404	389	385	10%
E	182	208	213	217	212	213	204	199	9%
Total	563	612	661	663	649	647	616	605	7,5%
Evolução	-	8,7%	8,0%	0,3%	-2,1%	-0,3%	-4,8%	-1,8%	-

Fonte: SIAPE, junho de 2023.

Com base nas informações fornecidas na tabela, verifica-se que houve um aumento no quadro geral de técnicos administrativos em determinados anos. Houve um acréscimo de 8,7% de 2016 para 2017 e de 8% de 2017 para 2018. No entanto, o crescimento foi mais limitado no período de 2018 para 2019, com um pequeno aumento de apenas 0,3%. No geral, em relação

a 2016 a universidade obteve um aumento acumulado em torno de 7,5% em relação a 2023, passando de 563 para 605 técnicos administrativos em educação. O quadro autorizado para provimento de TAE conta com 667 cargos, dos quais 605 estão providos e 62 serão objeto de concurso público a ser realizado no ano de 2023.

Gráfico 12 - Evolução do quantitativo de técnicos administrativos em educação



Fonte: SIAPE, junho de 2023.

Diante desse cenário, a universidade precisa reavaliar as necessidades do quadro de técnicos administrativos em educação e adotar medidas contínuas para promover uma reposição adequada de cargos, visando atender às demandas institucionais e garantir uma estrutura funcional adequada.

O bom funcionamento da universidade, a valorização e desenvolvimento dos servidores técnico-administrativos em educação também dependem das políticas de incentivo à capacitação e qualificação. Nesse sentido, o perfil do corpo de TAE é qualificado, concentrando-se 96,7% de seu quadro geral nos níveis de graduação a doutorado.

Nesse ângulo, é importante analisar a evolução do perfil do corpo técnico-administrativo em termos de escolaridade ao longo dos anos, a

fim de avaliar se as políticas de pessoal têm cumprido o seu efetivo papel de qualificação dos servidores em comparação com o quadro total de técnicos em cada período.

Os dados demonstram que houve uma evolução quantitativa de técnicos administrativos em educação com níveis mais elevados de escolaridade, incluindo aqueles que possuem um grau de formação superior ao exigido para o cargo. No entanto, quando comparados com o total de técnicos administrativos da época, os números mostram que o perfil de escolaridade do corpo técnico-administrativo não sofreu mudanças significativas ao longo dos anos.

Tabela 9 - Evolução do quantitativo de servidores TAE por escolaridade

Escalaridade	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Evolução
Ensino Fundamental	2	1	0	0	0	0	0	0	-100,0%
Ensino Médio/ Técnico	68	68	65	56	41	32	23	20	-70,6%
Graduação	142	160	159	131	116	97	85	72	-49,3%
Especialização	232	249	256	262	264	272	245	242	4,3%
Mestrado	114	124	165	182	191	206	222	225	97,4%
Doutorado	5	10	16	32	37	40	41	46	820,0%
Total	563	612	661	663	649	647	616	605	7,5%

Fonte: SIAPE, junho de 2023.

Em 2016, aproximadamente 25,2% dos técnicos administrativos possuíam graduação, enquanto em 2023 esse número diminuiu para 11,9%. No mesmo período, os técnicos administrativos com título de mestre representavam 41,2% do quadro em 2016, e em 2023 esse percentual se manteve em torno de 40%. Em relação aos doutores, em 2016 havia 0,9% de técnicos administrativos com esse título, enquanto em 2023 esse número aumentou para 7,6%.

Tabela 10 - Evolução do nível de escolaridade dos TAES de 2016 para 2023

Escolaridade	2016	(%)	2023	(%)
Ensino Fundamental	2	0,4	0	0,0%
Ensino Médio/Técnico	68	12,1	20	3,3%
Graduação	142	25,2	72	11,9%
Especialização	232	41,2	242	40,0%
Mestrado	114	20,2	225	37,2%
Doutorado	5	0,9	46	7,6%
Total	563	100%	605	100%

Fonte: SIAPE, junho de 2023.

Esses dados indicam que, apesar do aumento no número absoluto de técnicos administrativos com pós-graduação, o perfil geral do corpo técnico-administrativo não passou por mudanças significativas ao longo do período analisado. Ainda há uma proporção considerável de técnicos administrativos com graduação e um percentual relativamente baixo de técnicos administrativos com título de mestre e doutorado em relação ao total.

Essa análise ressalta a importância de políticas de qualificação e incentivo à formação continuada para essa categoria, visando elevar o nível de escolaridade e qualificação do corpo técnico, promovendo o desenvolvimento profissional e contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços prestados pela instituição.

6.3 PESSOAL TERCEIRIZADO

Os trabalhadores terceirizados constituem uma importante parcela da comunidade universitária. Ao longo dos anos, devido à extinção de cargos de níveis A, B e alguns de nível C na carreira de técnicos administrativos em educação e à falta de reposição desses cargos, a universidade se viu

compelida a contratar serviços terceirizados para desempenhar atividades como portaria, vigilância, serviços administrativos, conservação e limpeza, entre outros, conforme elencado a seguir:

Tabela 11 - Quantitativo de terceirizados por campus / fazenda

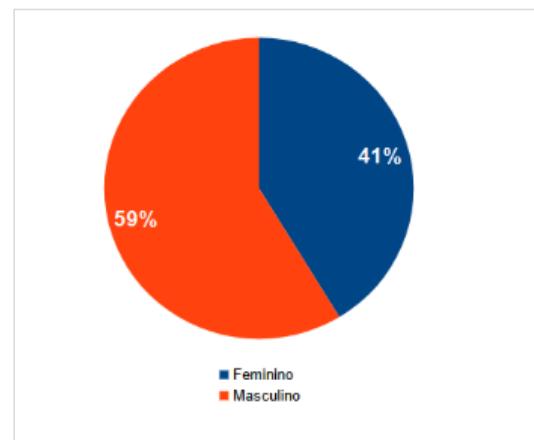
Função	Campus / Fazendas							Total
	Mucuri	Janaúba	Unaí	Couto de Magalhães	Curvelo	Diamantina		
Administrativo / Contínuo	13	-	3	-	-	77		93
Carregador	-	-	-	-	-	4		4
Jardineiro	1	-	-	-	-	9		10
Limpeza e Conservação	19	10	7	1	1	119		157
Manutenção Elétrica	3	-	-	-	-	8		11
Manutenção Hidráulica	-	-	-	-	-	2		2
Manutenção Predial	5	-	-	-	-	22		27
Mecânico	-	-	-	-	-	4		4
Motorista	4	2	2	-	-	11		19
Outros	-	-	1	-	-	2		3
Porteiro	2	3	3	-	-	10		18
Receppcionista	1	-	-	-	-	9		10
Técnico em Manutenção	1	-	-	-	-	11		12
Trabalhador Agropecuário	-	-	4	3	3	13		23
Tradutor-intérprete de libras	-	-	-	-	-	6		6
Vigilância e Segurança	10	6	6	4	4	31		61
Total	59	21	26	8	8	338		460

Fonte: Planilha CGU, maio de 2023.

Os trabalhadores terceirizados representam uma parte significativa do público da comunidade universitária, com total atual de 460 terceirizados,

sendo 190 do gênero feminino e 270 do gênero masculino.

Gráfico 13 - Trabalhadores terceirizados por gênero



Fonte: Planilha CGU, maio de 2023.

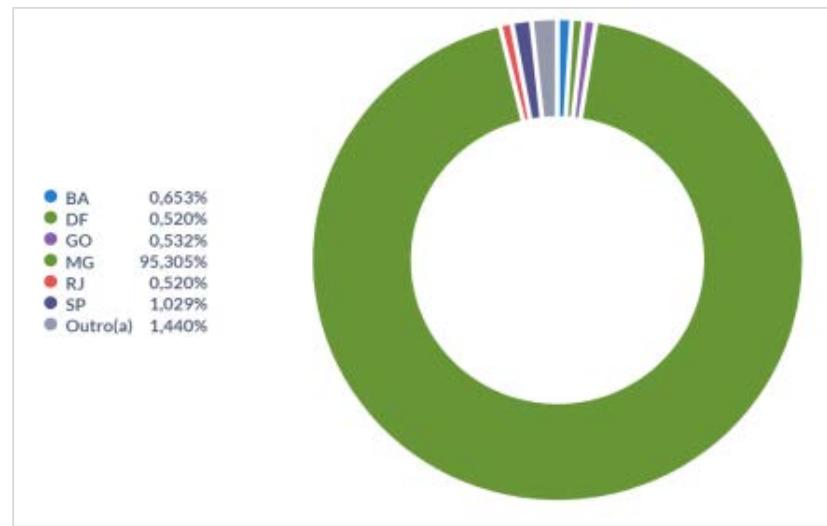
A opção pela terceirização foi uma forma de suprir a demanda por esses serviços essenciais, mantendo o funcionamento adequado da instituição. No entanto, a terceirização também apresenta desafios, como a necessidade de um acompanhamento rigoroso para garantir a qualidade dos serviços prestados e assegurar que os direitos trabalhistas dos funcionários terceirizados sejam respeitados.

É fundamental estabelecer mecanismos de controle e fiscalização para garantir que as empresas contratadas cumpram com suas obrigações legais e garantam condições dignas de trabalho aos seus funcionários. Além disso, é importante considerar a necessidade de avaliar constantemente a viabilidade da terceirização e buscar alternativas inovadoras para a prestação de serviços com qualidade, sustentabilidade e eficiência.

6.4 PERFIL DO CORPO DISCENTE

A comunidade universitária também é composta por nossos alunos das disciplinas isoladas, pelos alunos da graduação e da pós-graduação, oriundos de diversas localidades do país. Em número absoluto a UFVJM conta com o total de 8.267 estudantes, atualmente em curso. Desse total mais de 95% são oriundos de Minas Gerais e os demais são de outros estados do País. A distribuição dos alunos por região imediata (microrregião) e intermediária (mesorregião) é tratada no capítulo sobre inserção ambiental da UFVJM do presente documento.

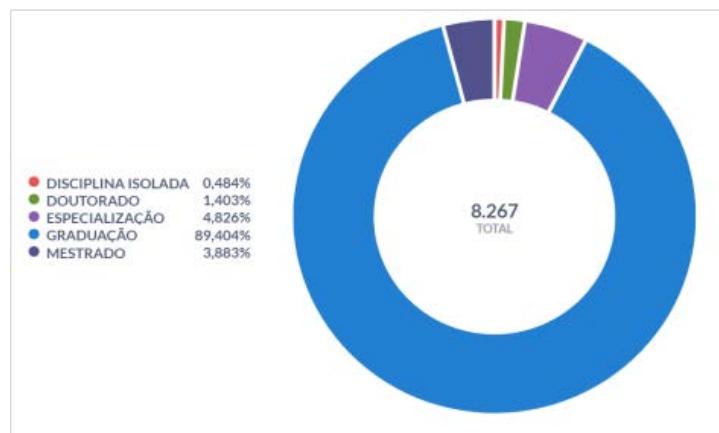
Gráfico 14 - Origem dos alunos da UFVJM



Fonte: Metabase UFVJM, 16 de junho de 2023.

Os 8.267 estudantes, atualmente em curso, são distribuídos em disciplinas isoladas (40), doutorado (116), especialização (399), graduação (7.391) e mestrado (321). Os dados a seguir demonstrados são dinâmicos e, portanto, modificam-se diuturnamente, mas em linhas gerais demonstram o perfil do corpo discente da universidade, especialmente em relação aos alunos regulares da graduação e pós-graduação.

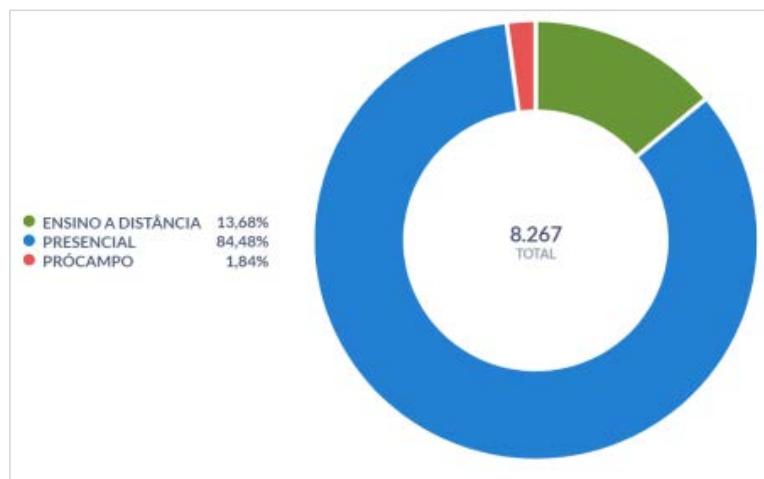
Gráfico 15- Total de alunos da UFVJM



Fonte: Metabase UFVJM, 15 de junho de 2023.

Os alunos da graduação, atualmente em curso, estão distribuídos em modalidades: a distância, presencial e programa Procampo. A UFVJM conta atualmente com 6.484 alunos cursando na modalidade presencial, 765 alunos na modalidade a distância e 152 alunos no programa Procampo.

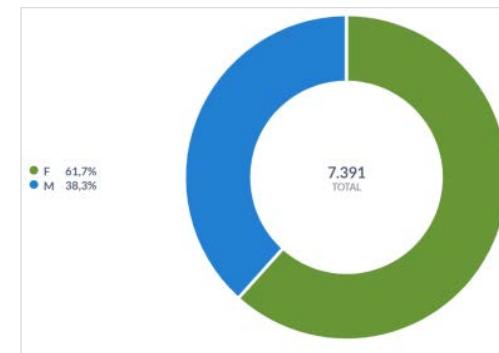
Gráfico 16 - Estratificação do total alunos por modalidade



Fonte: Metabase UFVJM, 15 de junho de 2023.

Com base nas informações do sistema de gestão acadêmica, o gênero feminino representa 61,7% do total de alunos da graduação, enquanto o gênero masculino representa 38,3%, conforme gráfico a seguir.

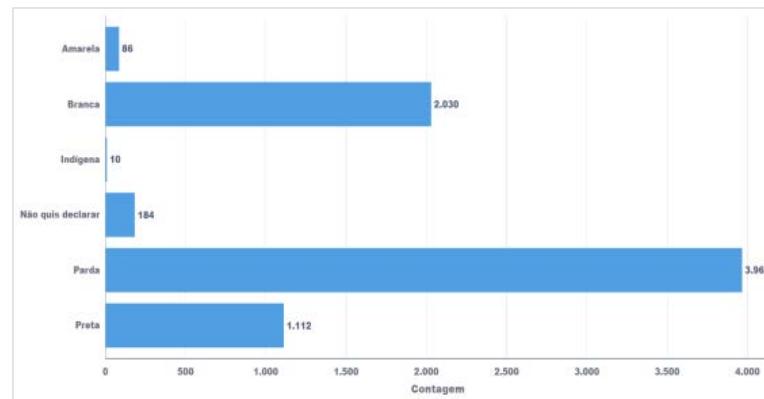
Gráfico 17 - Percentual de alunos da graduação cursando por gênero



Fonte: Metabase UFVJM, 15 de junho de 2023.

No que se refere às raças e etnias autodeclaradas pelos alunos de graduação, 53,67% são da raça parda; 27,46%, branca; 15,07%, preta; 1,16%, amarela; 0,13%, indígena, e 2,49% optaram por não autodeclarar sua raça ou etnia.

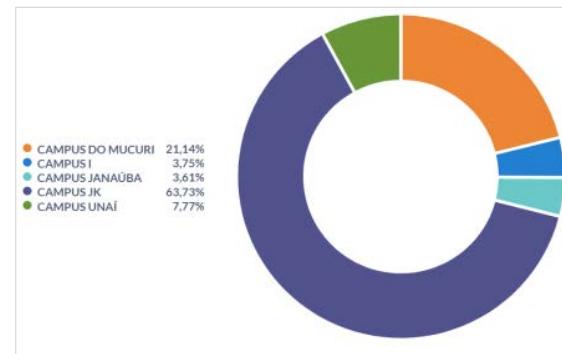
Gráfico 18 - Total de alunos da graduação por raça e etnias



Fonte: Metabase UFVJM, 15 de junho de 2023.

Do total de 7.391 alunos da graduação, 63,73% são do Campus JK e 3,75%, do Campus I, em Diamantina - MG. O Campus do Mucuri, em Teófilo Otoni, conta com 21,14% de alunos da graduação, 3,61% são do Campus Janaúba e 7,77% do Campus Unaí, todos em Minas Gerais.

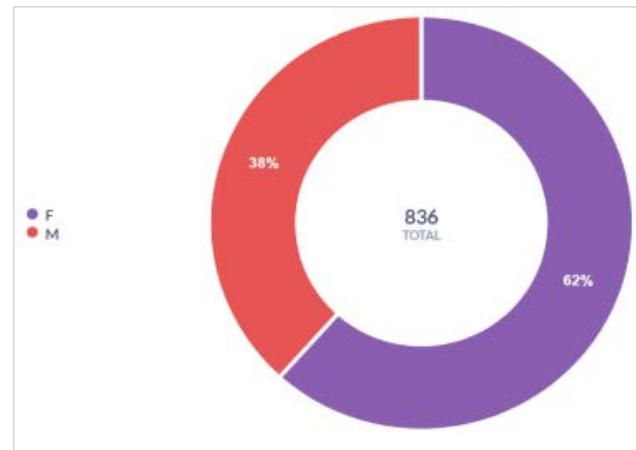
Gráfico 19 - Total de alunos da graduação por campi



Fonte: Metabase UFVJM, 15 de junho de 2023.

O perfil dos estudantes de cursos de pós-graduação (836) da UFVJM é composto por 62% do gênero feminino e 38% do gênero masculino.

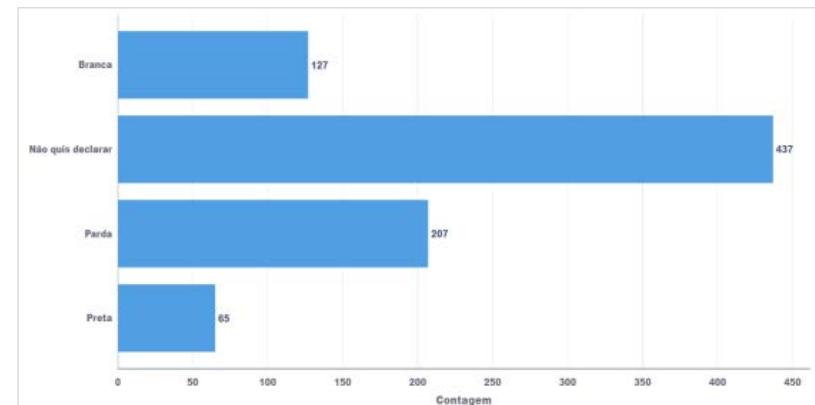
Gráfico 20 - Percentual de alunos da pós-graduação por gênero



Fonte: Metabase UFVJM, 15 de junho de 2023.

Os estudantes de pós-graduação, nas autodeclarações em relação a raças e etnias, se estratificam nos seguintes grupos mais comuns: brancos (15,2%), pardos (24,8%), pretos (7,8%), e 52,3% não quiseram se autodeclarar.

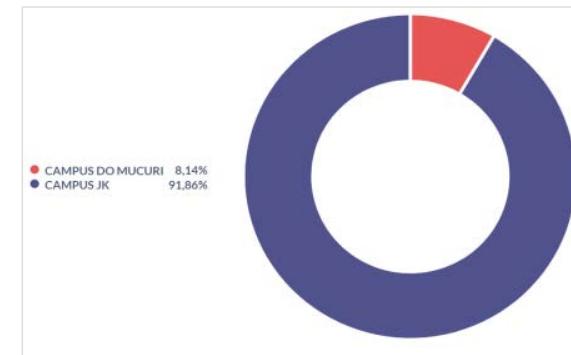
Gráfico 21 - Percentual de alunos da pós-graduação por raças e etnias



Fonte: Metabase UFVJM, 15 de junho de 2023.

Em termos de distribuição por campus, a instituição conta com 91,86% de seus alunos da pós-graduação no Campus JK, em Diamantina, e 8,14% no Campus do Mucuri, em Teófilo Otoni, em razão do número de programas de pós-graduação em cada campus.

Gráfico 22 - Alunos da pós-graduação por campus



Fonte: Metabase UFVJM, 15 de junho de 2023.

7. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A organização administrativa da UFVJM está disposta em seu [Estatuto](#) no artigo 7º e sua composição visa contemplar instâncias coletivas de consulta, decisão e supervisão; departamentalização funcional, e hierarquia de unidades de gestão conforme os níveis de planejamento estratégico, tático e operacional.

Quadro 37 - Estrutura da UFVJM

Art. 7º A UFVJM estrutura-se da seguinte forma:	Definições em artigos subsequentes:
I - Administração universitária;	-
a) Órgãos de Deliberação Superior;	<p>SEÇÃO I DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO – Consu Art. 10. O Consu é o órgão máximo de deliberação da UFVJM, de caráter Consultivo, deliberativo e normativo, em matéria de política universitária e de administração,</p> <p>SEÇÃO II DO CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – Consepe Art. 13. O Consepe é o órgão deliberativo, normativo e Consultivo em matéria de ensino, pesquisa e extensão</p>
b) Conselho de Curadores;	Art. 16. O Conselho de Curadores é o órgão superior de supervisão das atividades de natureza econômica, financeira, contábil e patrimonial da UFVJM
c) Conselho de Integração Comunitária;	Art. 19. O Consic, órgão de caráter Consultivo, tem por objetivo prover apoio à Universidade, além de dar subsídios de natureza crítica, visando à maior integração da Universidade com a sociedade
d) Reitoria;	<p>Art. 20. A Reitoria é o órgão executivo superior que coordena e supervisiona todas as atividades da UFVJM, sendo integrada pelo:</p> <ul style="list-style-type: none"> I - reitor; II - vice-reitor; III - pró-reitorias; IV - assessorias; V - diretorias; VI - superintendências; VII - órgãos suplementares.

Art. 7º A UFVJM estrutura-se da seguinte forma:	Definições em artigos subsequentes:
e) Órgão Consultivo.	Não apresenta definição no estatuto
II - Unidade Acadêmica:	Art. 28. As Unidades Acadêmicas são órgãos responsáveis pelas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão, em uma ou mais áreas de conhecimento, observando o princípio que veda a duplicitade de meios para fins idênticos ou equivalentes, sendo administradas por seus respectivos diretores.
a) Congregação;	Art. 29. São órgãos das Unidades Acadêmicas: I - congregação, como órgão máximo deliberativo e de recurso, em matéria administrativa e acadêmica;
b) Diretoria;	II - diretoria, como órgão de administração de cada Unidade;
c) Colegiados de cursos;	III - colegiado de curso, como órgão de coordenação didático-pedagógica de cada curso;
d) Órgãos Complementares.	Art. 44. A UFVJM poderá criar órgãos suplementares, diretamente vinculados à Reitoria, e, órgãos complementares, vinculados às Unidades Acadêmicas, sem lotação própria de pessoal docente, para colaborar no ensino, pesquisa, extensão e cultura, devendo sua composição e funcionamento ser disciplinados em regimentos próprios, a serem aprovados, no primeiro caso pelo Consu e, no segundo, pelas respectivas congregações, observado o Regimento Geral.
III - Órgãos suplementares	

Fonte: Estatuto UFVJM.

O posicionamento dos conselhos, congregações e colegiados em relação às demais unidades indicam que sobre a hierarquia dos níveis de gestão privilegiam-se as instâncias coletivas. Além disso, em consonância com o princípio da gestão democrática, conforme o Art. 56 da [Lei nº 9.394/1996](#), a composição dessas instâncias compreende a busca por diversidade dentro dos limites legais estabelecidos.

Quadro 38 - Instâncias coletivas da UFVJM

Instância	Composição
Consu	<p>I- reitor, como presidente, com voto comum e de qualidade;</p> <p>II- vice-reitor;</p> <p>III- pró-reitor de Graduação;</p> <p>IV- pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação;</p> <p>V- pró-reitor de Extensão e Cultura;</p> <p>VI- diretores das Unidades Acadêmicas;</p> <p>VII- dois professores lotados em cada Unidade Acadêmica, em exercício na UFVJM e eleito pela respectiva Assembleia;</p> <p>VIII- um representante da comunidade não universitária indicado pelo Conselho de Integração Comunitária (Consic), de acordo com seu regimento interno;</p> <p>IX- representantes discentes e técnico-administrativos, em número equitativo, atendida a participação mínima de 70% de docentes e considerado o representante da comunidade não universitária.</p>
Consepe	<p>I- reitor, seu presidente, com voto comum e de qualidade;</p> <p>II- vice-reitor;</p> <p>III- pró-reitor de graduação;</p> <p>IV- pró-reitor de pesquisa e pós-graduação;</p> <p>V- pró-reitor de extensão e cultura;</p> <p>VI- diretores das Unidades Acadêmicas;</p> <p>VII- um representante de cada um dos conselhos de graduação, pesquisa e pós-graduação stricto sensu, e um de extensão;</p> <p>VIII- um representante docente de cada Unidade Acadêmica, eleito por seus pares;</p> <p>IX- um representante da comunidade não universitária, indicado pelo Consic, de acordo com seu regimento interno;</p> <p>X- Representantes discentes e técnico-administrativos, em número equitativo, atendida a participação mínima de 70% de docentes e considerado o representante da comunidade não universitária.</p>
Concur	<p>I- dois professores lotados em cada Unidade Acadêmica, eleitos por seus pares, juntamente com seu suplente;</p> <p>II- um representante do Ministério da Educação, designado por este órgão;</p> <p>III- representantes discentes e técnico-administrativos, em número equitativo, atendida a participação mínima de 70% de docentes, eleitos por seus pares.</p>

Instância	Composição
Consic	<p>I Presidência: o Reitor e na sua falta o Vice-Reitor;</p> <p>II Representantes da Comunidade Universitária:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. um representante da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura; b. dois representantes Docentes; c. um representante dos Servidores Técnico-Administrativos; d. um representante Discente; <p>III Representantes de Órgãos Públicos:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. um representante da Associação dos Municípios do Alto Jequitinhonha - AMAJE; b. um representante da Associação dos Municípios do Médio Jequitinhonha - AMEJE; c. um representante da Associação dos Municípios do Baixo Jequitinhonha - AMBAJE; d. um representante da Associação dos Municípios do Vale do Mucuri - AMUC; e. um representante da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais - SEE/MG; f. um representante do Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais - IDENE. <p>IV Representantes da Sociedade Civil:</p> <ul style="list-style-type: none"> a. um representante da Agência de Desenvolvimento Integrado e Sustentável dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Cricaré - MESOVALES; b. um representante do Instituto dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Vale do Jequitinhonha - ITAVALE; c. um representante do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - Sind-UTE; d. um representante do Sindicato dos Trabalhadores na Saúde de Minas Gerais - Sind-Saúde; e. um representante da Federação das Entidades Culturais e Artísticas do Vale do Jequitinhonha - FECAJE; f. um representante da Federação das Associações Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais - FEDERAMINAS. g. um representante da População Indígena, indicado por entidade ou associação pertinente; h. um representante da População Quilombola, indicado por entidade ou associação pertinente.
Congregação	<p>I- diretor;</p> <p>II- vice-diretor;</p> <p>III- coordenadores de cursos de graduação e pós-graduação stricto sensu;</p> <p>IV- responsáveis pelas estruturas administrativas hierárquicas imediatamente inferiores à diretoria, caso existam;</p> <p>V- dois representantes docentes;</p> <p>VI- diretores dos órgãos complementares;</p> <p>VII- representantes discentes e técnico-administrativos, em número equitativo, atendida a participação mínima de 70% de docentes.</p>

Instância	Composição
Colegiado de Curso	I- coordenador do curso; II- vice-coordenador do curso; III- cinco docentes; IV- três discentes;

Fonte: Estatuto UFVJM.

Esse posicionamento privilegiado também está presente em algumas estruturas não descritas no estatuto. Em especial, os regimentos das Pró-Reitorias de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação, Extensão e Acessibilidade e Assuntos Estudantis definem conselhos como órgãos máximos de deliberação acima do pró-reitor.

De maneira indireta, a gestão democrática também está presente nos processos de investidura dos reitores e diretores de unidades acadêmicas, descritos no estatuto da seguinte forma:

Art. 21. O Reitor e o Vice-Reitor serão eleitos e nomeados em conformidade com este Estatuto.

§ 1º O mandato do Reitor e do Vice-Reitor, salvo disposição legal em contrário, será de quatro anos, permitida uma reeleição.

(...)

Art. 31. O diretor e o vice-diretor de cada Unidade Acadêmica serão nomeados pelo reitor, com mandato de quatro anos, a partir de eleição junto às comunidades das respectivas Unidades, em Consulta por sufrágio secreto e universal.

A departamentalização funcional é evidenciada nos incisos I e II do Art. 7º, dispondo em separado as Unidades Acadêmicas da Administração Universitária. Já o Art. 28 estabelece que as Unidades Acadêmicas se organizam em uma ou mais áreas de conhecimento, observando o princípio que veda a duplicitade de meios para fins idênticos ou equivalentes.

Ademais, apesar de não constarem em texto, os títulos e subtítulos

subsequentes ao TÍTULO II - DA ORGANIZAÇÃO INSTITUCIONAL refletem em uma ou mais unidades organizacionais que compõem a estrutura da UFVJM:

Quadro 39 - Organização didático-científica da UFVJM

TÍTULO IV - DA ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-CIENTÍFICA	
SUBTÍTULO I - DO ENSINO	Pró-Reitoria de Graduação
SUBTÍTULO II - DA PESQUISA	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
SUBTÍTULO III - DA EXTENSÃO E DA CULTURA	Pró-Reitoria de Extensão e Cultura
TÍTULO V - DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA	
SUBTÍTULO I - DO CORPO DOCENTE	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
SUBTÍTULO II - DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
SUBTÍTULO III - DO CORPO DISCENTE	Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis
TÍTULO VI - DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS FINANCEIROS	Pró-Reitoria de Administração Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

Fonte: Estatuto UFVJM.

Por fim, quanto aos níveis estratégico, tático e operacional a organização institucional definida no Art. 7º é orientada da seguinte forma:

I - Administração universitária: estratégico

II - Unidade Acadêmica: tático-operacional

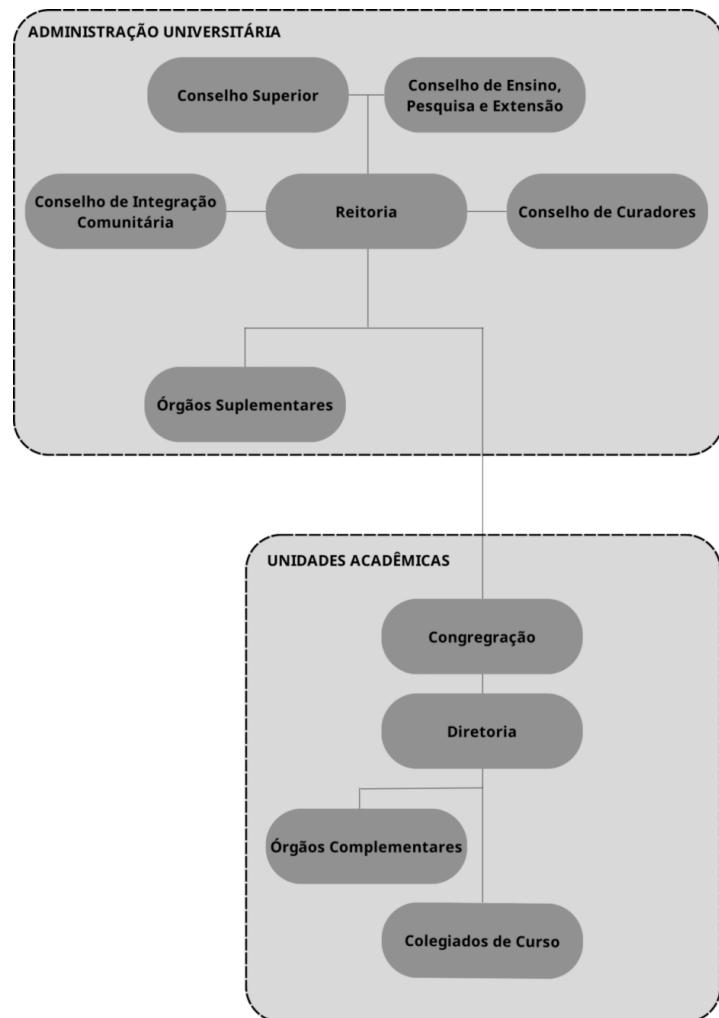
III - Órgãos suplementares: tático

Essa classificação, é bom esclarecer, aplica-se à macroestrutura apresentada no Art. 7º. Seu desdobramento revelará que os três níveis estão presentes no âmbito das subunidades, como nas pró-reitorias, por exemplo.

7.1 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Para uma melhor compreensão do núcleo central da organização administrativa da UFVJM, os artigos 7º e 20 do Estatuto da UFVJM dispostos em organograma apresentam-se da seguinte forma:

Figura 6 - Estrutura organizacional da Reitoria



Fonte: Desenvolvido pelos autores conforme estatuto da UFVJM.

Destaca-se que há um [organograma com maior detalhamento](#) publicado no portal da UFVJM, porém encontra-se defasado. Adicionalmente, nos últimos quatro anos, a universidade passou por reformas estruturais implementadas em caráter precário, que ainda necessitam de apreciação pelo Consu.

Visto que há a possibilidade de alteração ou reversão dessas reformas e que, no momento de elaboração deste documento, a universidade passa por um período de transição da alta gestão, não será apresentado um organograma atual sob o risco de apresentar mais um documento defasado.

Para suprir essa falta, os dados mais atuais da estrutura organizacional da UFVJM podem ser obtidos consultando o [Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal - SIORG](#).

As reformas em caráter precário não são os únicos desafios impostos à ordenação de um organograma que traduza de maneira mais adequada a realidade do funcionamento da instituição. No estatuto encontramos em seu Art. 1º:

Art. 1º (...)

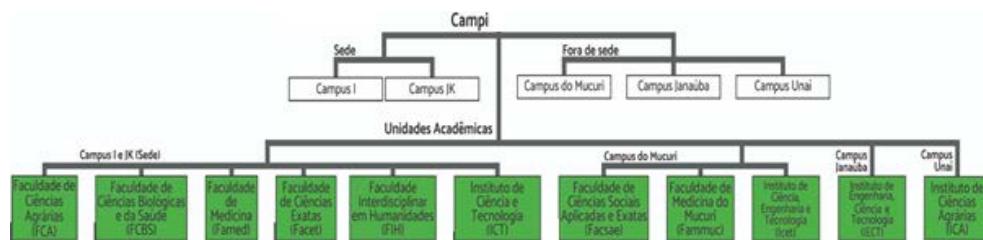
Parágrafo único. A UFVJM caracteriza-se como uma universidade multicampi, com ênfase de atuação nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri.

Esse enunciado do parágrafo único põe em evidência uma contradição que permeia o funcionamento da instituição, não só em termos de estrutura, em seus processos, e nas relações entre instâncias de autoridade. A universidade multicampi aponta para descentralização; já a ênfase nos Vales do Jequitinhonha e Mucuri aponta para uma centralização nos campi situados nessas regiões, em especial o campus-sede.

Hoje, a universidade possui cinco campi: Campus I e Campus JK em Diamantina, Campus do Mucuri em Teófilo Otoni, Campus Unaí e Campus Janaúba. Essa dispersão no território de Minas Gerais acaba por forçar uma departamentalização geográfica. Em contraponto, a departamentalização

funcional aparta as unidades acadêmicas na cadeia de comando:

Figura 7 - Estrutura dos campi da UFVJM



Fonte: Organograma UFVJM

Destaque para a cadeia de comando (visualizada pelo fluxo das linhas, de cima para baixo) que não conecta as unidades acadêmicas aos campi.

Nesses problemas aqui identificados vislumbra-se um dos grandes desafios a serem enfrentados para este plano.

7.2 INSTÂNCIAS DE DECISÃO

Já apresentados no início deste capítulo, o Consu e o Consepe, regidos pelo princípio da gestão democrática, são os Órgãos de Deliberação Superior da UFVJM. A partir de seus [regimentos internos](#) suas atribuições e escopo de ação são melhor evidenciados:

Consu: Delibera e determina sobre a) o planejamento, organização, regulamentação e funcionamento da instituição; b) a administração dos bens imóveis da UFVJM, e c) a relação da universidade com entes externos por meio de contratos, convênios ou acordos de cooperação. São decisões que afetam a instituição de maneira ampla e irrestrita, salvo limitações impostas à autonomia universitária por dispositivos legais.

Consepe: Delibera e determina sobre o planejamento, organização, regulamentação e operacionalização dos macroprocessos que garantem à UFVJM o cumprimento dos objetivos estabelecidos no [Art. 2º da Lei](#)

[1173/2005](#): ministrar ensino superior de graduação e pós-graduação, promover atividades de extensão e desenvolver a pesquisa. Além disso, atua como órgão consultivo nos casos em que as deliberações do Consu afetam ou se relacionam com os macroprocessos supracitados.

7.3 ÓRGÃOS DE APOIO À ATIVIDADE ACADÊMICA

Já apresentadas na seção 7.1, as unidades acadêmicas estão definidas e arregimentadas pelo Subtítulo II do estatuto. Conforme o já apresentado Art. 28, elas são os órgãos diretamente responsáveis pela execução da atividade-fim; por isso também foram classificadas como pertencentes ao nível tático-operacional de acordo com a departamentalização por hierarquia em níveis de planejamento.

Ao todo a UFVJM conta com 11 unidades acadêmicas, conforme disposto no abaixo:

Quadro 40 - Unidades acadêmicas da UFVJM

Unidade Acadêmica	Sigla	Localização	Estrutura	Quantitativo de Coordenações
Faculdade de Ciências Agrárias	FCA	Diamantina	Com 3 Departamentos	3 Graduação 3 Pós-Graduação
Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde	FCBS	Diamantina	Com 8 Departamentos	8 Graduação 10 Pós-Graduação
Faculdade de Ciências Exatas	Facet	Diamantina	Com 3 Departamentos	2 Graduação 1 Pós-Graduação
Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas e Exatas	Facsa	Teófilo Otoni	Com 5 Departamentos	5 Graduação 2 Pós-Graduação
Faculdade de Medicina de Diamantina	Famed	Diamantina	Única	1 Graduação
Faculdade de Medicina do Mucuri	Fammuc	Teófilo Otoni	Única	1 Graduação

Unidade Acadêmica	Sigla	Localização	Estrutura	Quantitativo de Coordenações
Faculdade Interdisciplinar em Humanidades	FIH	Diamantina	Única	8 Graduação 3 Pós-Graduação
Instituto de Ciência e Tecnologia	ICT	Diamantina	Única	5 Graduação 3 Pós-Graduação
Instituto de Ciência, Engenharia e Tecnologia	ICET	Teófilo Otoni	Única	4 Graduação 1 Pós-Graduação
Instituto de Ciências Agrárias	ICA	Unaí	Única	5 Graduação
Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia	IECT	Janaúba	Única	4 Graduação

Fonte: Desenvolvido pelos autores

A partir das características das unidades acadêmicas depreendem-se duas categorizações básicas de organização:

1. Por tipo de estrutura, na qual 4 têm estrutura departamental e 7 têm estrutura única;
2. Por abrangência de área, na qual 2 unidades oferecem apenas um curso superior e 9 oferecem mais de um.

Além disso, os departamentos de unidades acadêmicas também são organizados em duas formas:

1. Com curso de graduação vinculado, quando se aloca pessoal docente de atuação exclusiva ou prioritária;
2. Sem curso de graduação vinculado, quando se aloca pessoal docente por área de conhecimento que ministra aulas em cursos de qualquer unidade acadêmica demandante. O Departamento de Ciências Básicas (FCBS) e o Departamento de Matemática e Estatística (Facet) são os únicos exemplos desse tipo de funcionamento.

8. POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS DISCENTES

A UFVJM tem conhecimento do seu papel e de sua responsabilidade social no exercício da formação do ser humano, especialmente dos membros do corpo discente que apresentam fragilidades de educação básica e financeira para se manterem na universidade.

Isso leva a UFVJM a desenvolver programas de apoio financeiro e pedagógico, visando não apenas ao acesso, mas principalmente à permanência e sucesso estudantil.

Nesse contexto, este capítulo contempla as políticas de atendimento aos discentes, ofertadas pela UFVJM, especialmente por suas pró-reitorias finalísticas, quais sejam: Pró-Reitoria de Acessibilidade e Assuntos Estudantis (PROAAE), Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD) e Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEXC).

8.1 PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO COORDENADOS PELA PROGRAD

A Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) desenvolve a política de ensino da UFVJM de forma integrada com as Unidades Acadêmicas e cursos, por meio da coordenação e acompanhamento de ações que visam a melhoria da formação dos estudantes, sua permanência e sucesso acadêmico. Entre as principais ações destacam-se:

i) Programa de Apoio ao Ensino de Graduação (Proae) e o Programa de Monitoria, desenvolvidos com fomento institucional para o custeio de bolsas

O Proae tem como objetivo estimular a implementação de projetos que resultem em ações concretas para a melhoria das condições de oferta

dos cursos, através de novas práticas e experiências pedagógicas.

O Programa de Monitoria é exercido de forma remunerada ou voluntária, com foco na redução dos índices de retenção e evasão. Objetiva melhorar o desenvolvimento acadêmico dos discentes, estimular a iniciação à docência e a cooperação nas atividades de ensino, bem como promover a aprendizagem colaborativa.

ii) Programa de Educação Tutorial (PET), cuja fonte de fomento é o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE)

O PET tem por objetivos contribuir para a elevação da qualidade da formação técnica, científica, tecnológica e acadêmica dos estudantes de graduação, mediante o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão por grupos de aprendizagem tutorial de natureza coletiva e interdisciplinar. Atualmente, a UFVJM conta com 6 (seis) grupos PET que integram 72 estudantes e 6 tutores bolsistas.

iii) Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e Programa de Residência Pedagógica (PRP), fomentados com recursos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

Os Programas de Iniciação à Docência (Pibid) e Residência Pedagógica integram a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação e são constituídos pela relação interinstitucional entre a universidade, Capes e a Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

O Pibid visa contribuir para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior, por meio da aproximação prática dos estudantes do cotidiano das escolas públicas de educação básica, na primeira metade do curso de licenciatura.

O Programa de Residência Pedagógica tem por finalidade o aperfeiçoamento da formação inicial de professores da educação básica nos cursos de licenciatura, promovendo a imersão dos estudantes nas

escolas, a partir da segunda metade do curso. Visa ao aprofundamento teórico-prático, à valorização da experiência dos professores da educação básica, induzindo a pesquisa colaborativa e a produção acadêmica.

iv) O Programa de Mobilidade Acadêmica (PMA)

Este programa tem por objetivo proporcionar ao estudante de graduação o aprimoramento da sua formação acadêmica, por meio de intercâmbio científico-cultural em outra instituição de ensino ou em outro campus da UFVJM, para fomentar a inovação e/ou flexibilização curricular, possibilitando diversificar os tempos e espaços de aprendizagem, bem como de formação.

Além dos programas mencionados, a Prograd incentiva o desenvolvimento de projetos de ensino sem custeio, que tenham como foco o apoio ao ensino, à formação e à capacitação de recursos humanos em cursos de graduação.

8.2 PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO COORDENADOS PELA PRPPG

A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG) realiza a coordenação de bolsas de pesquisas de demanda social/Capes (cotas dos programas de pós-graduação); demanda social/Capes (cotas da PRPPG); Programa de Apoio à Pós-Graduação - PAPG/FAPEMIG; Cota Institucional/UFVJM.

As referidas bolsas de pesquisas são ofertadas para os programas de pós-graduação, níveis de mestrado e doutorado ligados às áreas da educação. Os programas de pós-graduação profissionais não possuem e não recebem bolsas da Capes e da Fapemig; somente da cota institucional da UFVJM.

Os bolsistas de pós-doutoramento contam com o recebimento de bolsa demanda social/Capes (cotas do programa pós-graduação).

Cabe ressaltar que são recebidas na UFVJM bolsas de pesquisa, além das distribuídas pela Capes, Fapemig e cota institucional/UFVJM. No entanto, essas não são coordenadas pela PRPPG e sim pelas respectivas coordenações dos programas em que se encontram e ou pelos orientadores dos discentes/bolsistas que as recebem.

A PRPPG também coordena o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica da UFVJM, que desempenha um papel fundamental na formação dos futuros pesquisadores, incentivando a busca pelo conhecimento, o desenvolvimento do pensamento crítico e a capacidade de investigação científica.

O programa possui financiamento institucional e da Fapemig e CNPq e objetiva fomentar o envolvimento de estudantes de graduação em atividades de pesquisa científica e tecnológica, propiciando a oportunidade de participarem ativamente de projetos de pesquisa desenvolvidos pelos pesquisadores da UFVJM, contribuindo para a produção de conhecimento nas mais diversas áreas do saber.

Os estudantes selecionados para o programa recebem uma bolsa de iniciação científica, o que lhes proporciona uma oportunidade valiosa de desenvolvimento acadêmico e profissional, e são acompanhados por um orientador qualificado que os auxilia na execução do projeto e no aprimoramento de suas habilidades de pesquisa.

8.3 PROGRAMAS DE APOIO PEDAGÓGICO E FINANCEIRO COORDENADOS PELA PROEXC

A Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (Proexc) é responsável por fomentar e coordenar a política institucional de Extensão e Cultura da UFVJM, realizando o registro, o acompanhamento, a avaliação e a certificação dos programas, projetos e ações de extensão e cultura.

Também, compete à Proexc propor programas, projetos e ações de extensão e cultura visando à integração acadêmica, bem como buscar

parcerias e captar recursos para a implementação e manutenção dessas atividades.

Atualmente, a Proexc possui dois programas institucionais de bolsas: um voltado ao apoio à extensão (Pibex) e um voltado à arte e cultura (Procarte). Ainda, tem reorganizado seus recursos para fomentar o apoio à creditação da extensão nos cursos de graduação.

Nos últimos anos, a Proexc também tem fomentado bolsas para a realização de cursos on-line, ampliando o acesso a bolsas pelos estudantes, e apoiado financeiramente diversos projetos de extensão e cultura avulsos.

8.4 ESTÍMULOS À PERMANÊNCIA

A Pró-Reitoria de Acessibilidade e Assuntos Estudantis (Proaae) é a responsável pela execução do Programa de Assistência Estudantil (PAE) da UFVJM, regulamentado pelo Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, e pela Resolução nº 18, de 17 de março de 2017.

O PAE é um conjunto de ações que busca ampliar as condições de permanência dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, viabilizar a igualdade de oportunidades quanto ao acesso à graduação presencial e contribuir para a redução das taxas de retenção e evasão. Para viabilizar a execução do PAE, a Proaae possui uma equipe multidisciplinar: Assistentes Sociais, Pedagogos, Intérprete de Libras e Assistentes em Administração.

O regulamento do Programa de Assistência Estudantil da UFVJM instituiu os seguintes benefícios: Bolsa Integração; Auxílio-Emergencial; Auxílio-Manutenção; Auxílio-Material Pedagógico; Auxílio-Creche; Moradia Estudantil Universitária; e Auxílio-Moradia.

A fim de contextualizar a relevância dos benefícios para a permanência dos estudantes na instituição, cabe evidenciar a que se propõem esses benefícios:

i) Bolsa Integração (regulamentado pela Resolução nº 16, de 14 de julho de 2016)

Benefício financeiro que possui o objetivo de contribuir para a permanência dos discentes matriculados nos cursos presenciais da UFVJM que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Pretende, ainda, fomentar atividades de ensino, pesquisa, extensão/cultura e/ou administrativas, contribuindo para a melhoria da qualidade da formação dos discentes e preparação para o mercado de trabalho.

ii) Auxílio-Emergencial (regulamentado pela Resolução nº 08, de 19 de agosto de 2016)

Auxílio financeiro destinado prioritariamente ao discente do primeiro e segundo semestres dos cursos de graduação presenciais da UFVJM, em dificuldades socioeconómicas emergenciais e transitórias, que ofereçam riscos à sua permanência na universidade.

iii) Auxílio-Manutenção (regulamentado pela Resolução nº 19, de 17 de março de 2017)

Possui a finalidade de contribuir, parcialmente, para que o estudante em situação de vulnerabilidade socioeconômica tenha condições de custear alimentação e transporte durante os meses em que estiver em atividades didáticas de seu curso.

iv) Auxílio-Material Pedagógico (regulamentado pela Resolução nº 20, de 17 de março de 2017)

Tem como objetivo primordial o empréstimo, ao discente vulnerável socioecononomicamente, de instrumental específico de alto custo exigido para a realização de atividades práticas nos cursos de graduação.

v) Auxílio-Creche

Concessão de auxílio financeiro para custeio parcial das despesas com os dependentes legais do discente beneficiário, até o limite de idade de quatro anos incompletos.

vi) Moradia Estudantil Universitária (Regulamentado pela Resolução nº 13, 23 de novembro de 2016)

É um conjunto de edificações destinadas ao alojamento temporário de discentes regularmente matriculados em um dos cursos presenciais da UFVJM. Tem por finalidade proporcionar aos estudantes um ambiente em condições adequadas à moradia, estudo e convivência, visando ao bom desempenho acadêmico, além de incentivar o espírito de organização, cooperação e convivência coletiva entre os discentes moradores.

vii) Auxílio-Moradia (Regulamentado pela Resolução Consu nº 3, de 27 de julho de 2022)

Possui o objetivo de contribuir parcialmente nas condições de moradia dos discentes que, devido ao ingresso na UFVJM e em razão da distância do seu domicílio de origem, necessitam pagar aluguel na cidade do respectivo campus no qual está matriculado.

viii) Restaurante Universitário (RU);

O Restaurante Universitário visa fornecer uma alimentação balanceada e acessível aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Atualmente, apenas no Campus do Mucuri, em Teófilo Otoni, é oferecida essa política de assistência.

O Serviço de Tradução e Interpretação de LIBRAS também é disponibilizado via Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NACI), vinculado à Proaae. A instituição conta com cinco tradutores e intérpretes de Libras / Língua Portuguesa no quadro efetivo de servidores, sendo 2 (dois) no Campus JK - Diamantina, 1 (um) em Teófilo Otoni, 1(um) em Janaúba e 1(um) em Unaí. Tais profissionais atuam de maneira articulada ofertando os serviços de acessibilidade comunicacional institucional.

A Proaae gerencia também o Programa da Bolsa Permanência do Ministério da Educação (Portaria MEC nº 389, de 9 de maio de 2013) destinado para estudantes indígenas e quilombolas, matriculados em

cursos de graduação presencial ofertados por instituições federais de ensino superior, que visa viabilizar a permanência, no curso de graduação, de estudantes indígenas e quilombolas em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Aliado ao PAE, a Proaae disponibiliza o Serviço de Pedagogia, que tem como principal objetivo executar ações de apoio e orientação, capazes de promover o protagonismo estudantil para uma formação de qualidade e sua inserção enquanto sujeito crítico, construtor de sua própria história. Considerando as diferentes dimensões que envolvem o ensino superior, o Serviço de Pedagogia está estruturado a partir de três eixos: **acolhimento, acompanhamento e permanência**.

O **acolhimento** consiste em desenvolver atividades integradas à recepção de calouros mediante a apresentação do Serviço de Pedagogia e suas principais diretrizes. Compreende também a oferta de um espaço de diálogo, buscando a construção de ações e pensamentos que ajudem na organização pedagógica e autonomia universitária.

Na fase do **acompanhamento** elaboram-se com o estudante ações e estratégias pedagógicas que o auxiliem no enfrentamento de obstáculos acadêmicos e na melhoria contínua da sua aprendizagem ou relacionamento acadêmico, tentando construir ferramentas de superação e possibilidade de reflexão individual e coletiva do processo educacional no qual está inserido.

E, por fim, as ações objetivam auxiliar a sua **permanência** e o acompanhamento sistemático no sentido de acolher, escutar, orientar, motivar e instrumentalizar o estudante em todo o seu percurso acadêmico para o autogerenciamento de seus estudos, evidenciando assim o protagonismo estudantil.

A Diretoria de Atenção à Saúde (Dasa/Progep), tem por finalidade promover o bem-estar e a qualidade de vida da comunidade acadêmica, por meio da proposição, planejamento e execução de ações de promoção

e atenção à saúde, segurança do trabalho e avaliação pericial. Embora o público da Dasa abranja toda a comunidade acadêmica, algumas ações de promoção e atenção à saúde são voltadas especificamente para os discentes. Dentre as ações dessa diretoria destacam-se eventos voltados para a Promoção da Qualidade de Vida do Estudante e Projetos de Ação voltados para Prevenção do Suicídio valorização da vida. É disponibilizado, também, o Serviço de Psicologia, que oferece atendimento psicológico a toda comunidade da UFVJM, de todos os campi, sendo seu público prioritário os estudantes de graduação presencial e a distância, e de pós-graduação.

8.5 ORGANIZAÇÃO ESTUDANTIL

Os espaços de participação e representatividade dos estudantes estão presentes na UFVJM. A instituição possui, por exemplo, o Conselho de Assuntos Comunitários e Estudantis (Cace), que é um órgão consultivo e deliberativo da Proaae, e que tem entre os membros eleitos representantes dos discentes da graduação e da pós-graduação.

A representação discente está presente também no Conselho da Moradia, instância máxima de deliberação da Moradia Estudantil Universitária. É importante destacar que esse conselho foi inativado temporariamente, tendo em vista que, no regulamento vigente, a constituição de membros natos e membros eleitos pelos pares não obedece a regra de distribuição de vagas de acordo com proporção prevista para cada categoria nos conselhos da universidade: 70% docentes, 15% técnicos administrativos e 15% discentes. Para que as demandas da moradia não fossem interrompidas, foi instituído o Conselho pró-tempore da Moradia, considerando a composição de membros prevista legalmente.

Tendo em vista a infraestrutura inacabada dos campi da UFVJM, observa-se a falta de espaços de convivência para os estudantes. Assim, faz-se necessário aplicar recursos na urbanização dos campi da UFVJM, a

fim de que sejam consolidados espaços de acolhimento e convivência para os estudantes.

A resolução Consepe n.^o 56/2018, que trata do funcionamento dos Grupos de Trabalho Integrado (GTI) e das ligas acadêmicas da UFVJM, dispõe em seu Art. 4º que “O registro, acompanhamento e a certificação dos GTIs serão realizados pelas Unidades Acadêmicas a qual pertence o coordenador”. Ou seja, a criação e estruturação dos GTIs ocorre no âmbito da unidade acadêmica. Por outro lado, conforme disciplinado no art. 5º da referida resolução, o registro, acompanhamento e certificação das atividades de ensino, pesquisa e extensão realizadas por tais grupos deverão ser realizadas pelas pró-reitorias competentes.

Assim, cabe à Prograd, acompanhar e certificar as atividades de ensino registradas pelos referidos grupos.

Atualmente, todo o registro e o controle de atividades de ensino ocorrem por meio de processo SEII e planilhas eletrônicas, o que dificulta o controle e acompanhamento efetivo das atividades de ensino registradas no âmbito da Prograd. Nesse sentido, espera-se que nos próximos anos seja criado um sistema para registro de atividades de ensino, de forma que torne-se possível a efetivação do art. 5º da Resolução Consepe nº 56/2018 por essa pró-reitoria.

8.6 ACOMPANHAMENTO DOS EGRESOS

A UFVJM não possui, ainda, uma política consolidada de acompanhamento dos egressos. Existem, atualmente, ações pontuais de alguns departamentos e cursos, que buscam elementos para melhorar seus PPCs. Uma ferramenta que tem sido usada pela pós-graduação para acompanhar a trajetória dos seus egressos é a Plataforma Sucupira, que é um sistema da Capes para coleta e análise de informações sobre a pós-graduação no Brasil.

Nesse sentido, a relação com os egressos apresenta-se como um

campo fértil de ações que podem ser adotadas pela UFVJM a fim de oferecer aos ex-alunos a oportunidade de registrar suas experiências na universidade. A partir daí será possível traçar metas de melhorias, buscando cada vez mais aproximar os egressos da UFVJM.

9. INFRAESTRUTURA

A UFVJM apresenta-se como uma universidade relativamente nova, com relevante alcance regional, a qual passou por um processo abrupto de expansão e que até então carece ser concluído/consolidado em diversos aspectos - que envolvem desde a infraestrutura física necessária para o seu funcionamento até o quantitativo de pessoal efetivo e terceirizado para o cumprimento efetivo de seu papel social.

Este capítulo apresenta informações sobre infraestrutura física, de bibliotecas, laboratórios e de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) à disposição da comunidade acadêmica da UFVJM.

9.1 INFRAESTRUTURA FÍSICA

A UFVJM atualmente desenvolve suas atividades em cinco campi: Campus I e Campus JK, localizados em Diamantina/MG; Campus do Mucuri, em Teófilo Otoni/MG; Campus Janaúba e Campus Unaí, todos em Minas Gerais. Além disso, a UFVJM também possui a Fazenda Experimental do Moura em Curvelo/MG, a Fazenda Experimental de Rio Manso em Couto de Magalhães de Minas/MG e a Fazenda Experimental Santa Paula, localizada em Unaí/MG.

O Campus JK, também conhecido como Campus II, abriga a maior parte dos cursos de graduação e de pós-graduação, os centros de ensino, laboratórios e projetos de extensão, além dos principais setores administrativos da universidade, como a reitoria, as pró-reitorias e as diretorias administrativas. Esse campus abriga ainda cantinas, restaurante e a Biblioteca Central. Possui ginásio de esportes, campo de futebol, pista de atletismo e praça de serviços. No entorno do campus constam áreas mantidas sob proteção ambiental.

O Campus I, que abriga o curso de Odontologia, está localizado no centro histórico da cidade de Diamantina. Em suas adjacências encontram-

se outras dependências como: a casa de apoio aos docentes, espaços de lazer, o Núcleo de Turismo e a Casa de Apoio dos Servidores.

No Campus do Mucuri, em Teófilo Otoni, funcionam 2(duas) faculdades e 1 (um) instituto. Esse campus conta com prédios administrativos, miniauditórios, casa de apoio, prédio de salas de aulas, almoxarifado, prédio FINEP, galpão de transporte, restaurante universitário e ginásio poliesportivo.

No Campus Janaúba, encontra-se o Instituto de Engenharia, Ciência e Tecnologia (IECT), que possui três edificações: o prédio de Salas de Aula e o Prédio da Biblioteca, além de uma cabine de medição de energia elétrica. Essas edificações passaram por adaptações para atender a todas as necessidades do campus. No prédio da Biblioteca, o espaço destinado à biblioteca, uma lanchonete, um depósito e um almoxarifado estão localizados no pavimento térreo. O pavimento superior abriga a sala da direção acadêmica, secretarias, sala de convivência, sala de reunião e gabinetes para os docentes. Já o prédio de Salas de Aula contempla salas de aula, salas administrativas, sala para terceirizados, auditório e laboratórios.

No Campus Unaí, está localizado o Instituto de Ciências Agrárias (ICA), que possui uma edificação concluída subdividida em salas de aula, biblioteca, salas administrativas, gabinetes de docentes, gabinetes administrativos e gabinetes para uso dos técnicos administrativos. Além dessa, são mais cinco outras edificações na Fazenda Santa Paula.

Quanto às edificações destinadas a atividades administrativas, pedagógicas, entre outras, a universidade conta com um espaço físico de 158.739,18 m² em áreas construídas e 148.280,51 m² em áreas em construção; que compreendem as edificações em execução e as edificações paralisadas.

O quadro abaixo apresenta um retrato, com maior grau de detalhamento, da situação das edificações da UFVJM nos seus diversos campi:

Quadro 41 - Espaço físico das edificações UFVJM

Localização	Edificações em números			Área (m²)		
	Concluídas	Em execução	Paralisadas	Construída	Em execução	Paralisada
Campus JK	85	1	11	104.730,33	1.450,82	130.302,67
Campus I e adjacências – Rua da Glória/Centro Histórico	12	-	-	14.061,37	-	-
Campus do Mucuri	12	1	1	25.082,01	1.350,00	1.550,55
Campus Janaúba	2	-	-	9.224,20	-	-
Campus Unaí	1	-	3	5.641,27	-	13.626,47
Total	112	2	15	158.739,18	2.800,82	145.479,69

Fonte: Diretoria de Serviços de Engenharia e Manutenção/PROAD em setembro/2023.

No que se refere aos terrenos ocupados pela universidade, 68% são próprios, 21% foram cedidos pelo estado de Minas Gerais e/ou prefeituras municipais e 11% estão em processo de reversão aos entes cedentes. Quanto à área total de tais terrenos, os campi da UFVJM em Diamantina representam 32% do total, seguidos da Fazenda Experimental do Moura, que corresponde a uma área de 20%.

O Campus Unaí é o segundo maior campus da UFVJM em termos territoriais, com uma área de 16% em relação ao total, quando considerada a área da Fazenda Experimental Santa Paula. A Fazenda Experimental do Rio Manso possui uma área correspondente a 12%, seguida dos Campi do Mucuri e Janaúba, que possuem uma área em metros quadrados de 5% e 2%, respectivamente, em relação à área total.

Nos terrenos, tanto próprios quanto cedidos, o espaço físico da universidade conta com salas de aula, laboratórios, auditórios, bibliotecas, entre outros, que dão apoio ao ambiente acadêmico, conforme apresenta-se a seguir.

Quadro 42 - Espaço físico - terrenos¹

Município	Área (m²)
Diamantina	2.677.280,23
Teófilo Otoni	390.780,95
Janaúba	200.000,00
Unaí	1.323.028,00
Couto de Magalhães de Minas	300,00
Couto de Magalhães de Minas	1.000.000,00
Curvelo	1.674.271,00
Serro	1.206.894,31
TOTAL	8.472.554,49

Fonte: Diretoria de Serviços de Engenharia e Manutenção/PROAD.

1. O terreno de 300 m² situado no município de Couto de Magalhães de Minas e o terreno situado no município de Serro encontram-se em processo de reversão aos entes cedentes.

9.2 BIBLIOTECA

O Sistema de Bibliotecas (Sisbi) da UFVJM é um órgão suplementar vinculado à Reitoria da UFVJM, que tem como missão “prover o acesso e uso da informação de forma eficiente e eficaz, subsidiando o ensino, a pesquisa e a extensão, contribuindo para a educação universitária e formação profissional do indivíduo, para que o conhecimento adquirido seja aplicado no desenvolvimento da sociedade”. Nesse mesmo sentido, possui como finalidades “cumprir os objetivos especiais de natureza técnico-científica, cultural, atendendo à comunidade acadêmica e externa, buscando democratizar o acesso à informação e ao acervo sob sua responsabilidade; prover as informações necessárias às atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade; e coordenar, administrar e divulgar os recursos informacionais das bibliotecas da UFVJM”.

O Sisbi conta com quatro bibliotecas, sendo a Central localizada no Campus JK, em Diamantina; a Biblioteca do Campus do Mucuri, em Teófilo Otoni; a Biblioteca do Campus Janaúba e a Biblioteca do Campus Unaí.

As bibliotecas do Sisbi são abertas à comunidade externa para estudos, pesquisas e consulta ao acervo, porém o público-alvo é a comunidade acadêmica. Dessa forma, o acervo é voltado para os cursos e disciplinas oferecidos na Universidade.

As bibliotecas prestam diversos serviços à comunidade universitária, dentre eles: acessos a bases de dados de e-books e periódicos; consulta ao acervo; empréstimo domiciliar; empréstimo de exemplares entre bibliotecas; acesso remoto à base de dados, reserva e renovação de empréstimos; serviço de comutação bibliográfica (COMUT); orientação sobre normalização bibliográfica; orientação e solicitação do ISBN; elaboração de ficha catalográfica para livros, dissertações e teses da UFVJM; orientação e treinamento de usuários no uso de base de dados; visita orientada à biblioteca; disponibilização de armários para usuários durante a permanência nas bibliotecas; e emissão de declaração de Nada consta.

Tendo um papel central na universidade, o Sisbi exerce um papel primordial ao atuar em conjunto com as atividades técnico-científicas de ensino, de pesquisa e de extensão da UFVJM, oferecendo o ferramental necessário não só para a formação plena de seus estudantes, como também para o estudo continuado por parte de seus servidores, trabalhando de forma articulada com as demais unidades institucionais e envolvendo-se em ações e projetos relativos à sua área de atuação.

9.2.1 Estrutura

A área total destinada às bibliotecas na UFVJM é de 7.311 metros quadrados. A infraestrutura de cada biblioteca é apresentada na tabela a seguir.

Tabela 12 - Infraestrutura física das Bibliotecas

Itens de infraestrutura	Biblioteca Central - Campus JK	Biblioteca do Campus do Mucuri	Biblioteca do Campus de Janaúba	Biblioteca do Campus de Unaí
Área total	4.000 m ²	1.145 m ²	1.936 m ²	230 m ²
Sala de estudo em grupo	15	10	5	-
Mesa de estudo em grupo	44	45	67	17
Cabine de estudo/ mesa individual	166	40	16	17
Computadores para pesquisa	21	15	9	9
Computador PCD	1	2	1	1
Escaninhos	316	276	64	48
Bebedouros	2	-	1	-
Banheiros	18	4	4	-

Fonte: Diretoria de Serviços de Engenharia e Manutenção/PROAD.

O prédio da Biblioteca Central – Campus JK possui três pavimentos, que totalizam 5.982,25 metros quadrados. No entanto, atualmente o terceiro piso está em uso pela administração da universidade para fins de guarda de bens pertencentes a outros setores que estão em obras de adequações prediais. As cabines para estudo individual e as salas para estudo em grupo totalizam 408 assentos para estudo. São 20 computadores ligados à internet para estudo, 3 computadores para pesquisa ao catálogo do acervo da biblioteca e 18 computadores para uso dos técnicos administrativos.

No Campus do Mucuri, a edificação da biblioteca é composta por dois pavimentos, cujos espaços são divididos entre a biblioteca e a parte administrativa do Campus. Quanto ao espaço destinado ao funcionamento da Biblioteca, o espaço físico é de 1.145 metros quadrados. Essa biblioteca possui 40 cabines para estudo individual e 10 salas de estudo em grupo, totalizando 154 assentos para estudo. São 15 computadores ligados à

internet para estudo, 2 computadores para pesquisa no catálogo do acervo da biblioteca e 12 computadores para uso dos técnicos administrativos.

O prédio da biblioteca do Campus Janaúba possui dois pavimentos, que totalizam 3.582,88 metros quadrados, dos quais 1.936,00 metros quadrados são utilizados para atender exclusivamente à biblioteca. Essa biblioteca possui 16 cabines para estudo individual e 5 salas para estudo em grupo. São 8 computadores ligados à internet para estudo, 1 computador para pesquisa ao catálogo do acervo da biblioteca e 4 computadores para uso dos técnicos administrativos.

O espaço físico no qual funciona, provisoriamente, a biblioteca no Campus Unaí possui 230 metros quadrados e contém 17 cabines para estudo individual e 12 mesas, totalizando 53 assentos para estudo. Contudo, por ainda não ter um espaço definitivo de funcionamento, não possui salas de estudo em grupo. São 4 computadores ligados à internet para estudo, 1 para pesquisa ao catálogo do acervo da Biblioteca e 4 computadores para uso dos técnicos administrativos.

No quesito de acessibilidade física, todas as bibliotecas possuem mesas adaptadas e computador com teclado em braille e lupa eletrônica. A biblioteca central possui um espaço amplo com corredores largos, sendo o acesso ao pavimento superior via rampa, banheiros adaptados para Pessoas com Deficiência (PcD), além de salas acessíveis, para estudos individuais e em grupo. A Biblioteca do Campus do Mucuri possui rampa de acesso com corrimão e oferece espaço adequado para locomoção e sala de estudo em grupo adaptada.

A biblioteca do Campus Janaúba, por sua vez, é localizada no andar térreo do prédio e possui um espaço amplo com corredores largos, o que possibilita um fácil tráfego de pessoas com deficiência. A biblioteca do Campus Unaí tem seu funcionamento no andar térreo do prédio de salas de aula, pois a edificação para seu funcionamento próprio não está concluída.

9.2.2 Recursos humanos

As equipes nas bibliotecas são compostas por bibliotecários, secretária executiva, assistentes em administração e colaboradores terceirizados, possuindo rotinas e atribuições distintas em função do cargo e das bibliotecas em que atuam. A tabela abaixo apresenta os detalhes acerca dos recursos humanos do Sisbi.

Tabela 13 - Evolução do quantitativo de trabalhadores das Bibliotecas

Cidade	Diamantina						Teófilo Otoni			Janaúba			Unaí		
Unidade	Campus JK			Sisbi			Campus do Mucuri			Campus Janaúba			Campus Unaí		
Horário de funcionamento	8h às 21h			8h às 17h			8h às 21h			7h às 19h			8h às 18h		
Ano	2019	2020	2023	2019	2020	2023	2019	2020	2023	2019	2020	2023	2019	2020	2023
Bibliotecários	6	6	5	1	1	1	4	4	3	2	1	1	2	2	2
Assistente em Administração	5	4	2	-	-	-	3	3	3	2	2	1	2	2	1
Secretária Executiva	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Terceirizados	6	2	-	-	-	-	5	3	1	-	-	-	-	-	-
Total	17	12	7	2	1	1	12	10	7	4	3	2	4	4	3

Fonte: SISBI, 2023.

As bibliotecas passaram por uma perda de colaboradores no decorrer dos últimos anos, o que impacta diretamente no serviço prestado, uma vez que as bibliotecas não contam com serviço de autoatendimento, fazendo com que todo trabalho dependa do processamento por um servidor.

Tal cenário está pautado nos objetivos estratégicos deste documento. Visando alternativas de reestruturação das bibliotecas por meio da implantação de autoatendimento, o Sisbi utiliza a tecnologia de Identificação por Radiofrequênciia (RFID) nos campi de Janaúba e Unaí, além de modernizar e tornar mais eficiente e eficaz o uso do referido sistema pelos Campi JK e do Mucuri.

Essa ação visa promover a automação e otimização dos serviços prestados pelas bibliotecas, conferindo maior segurança ao seu acervo e, consequentemente, melhorar a qualidade do atendimento prestado, apesar

das limitações de pessoal aqui apresentadas.

9.2.3 Acervo

O acervo bibliográfico das bibliotecas do Sisbi/UFVJM é composto por livros, e-books, periódicos, CDs, DVDs, distribuídos por áreas de conhecimento de acordo com as necessidades dos usuários de cada biblioteca, além de monografias de especialização, teses, dissertações, entre outros.

A atualização e expansão do acervo é realizada conforme a Política de Formação e Desenvolvimento de Acervo, que é um documento que tem por objetivo orientar a análise de obras a serem incorporadas ao acervo, quantitativa e qualitativamente, como também as atividades técnico administrativas executadas nas diferentes unidades. A aquisição de obras é realizada conforme os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPCs), tendo suas atualizações sempre monitoradas. Os PPCs são planilhados e, com base nas quantidades que contêm no acervo e na base de livros digitais, efetua-se a compra, ou seja, havendo recursos financeiros, será conhecido exatamente o que comprar para todos os cursos que estão com os PPCs atualizados. Nos últimos anos têm sido realizadas ações com destinação de recursos orçamentários para adequar o acervo dos cursos que mais necessitam.

As bibliotecas estão automatizadas com o software Pergamum, utilizado para gerenciamento dos serviços prestados pelas bibliotecas da UFVJM, implantado julho de 2018. O sistema permite ao usuário realizar a pesquisa, utilizando o terminal de consulta e acesso remoto à base de dados para consulta, reserva e renovação de empréstimos. Todo o acervo é tombado e informatizado no sistema. As bibliotecas Central, do Mucuri e de Janaúba possuem portal de segurança, para assegurar maior proteção do acervo.

Além disso, as bibliotecas disponibilizam à comunidade acadêmica

a assinatura da biblioteca digital de e-books (livros eletrônicos) Minha Biblioteca, que possui atualmente mais de 11 mil títulos de acesso on-line. Também são disponibilizados 1.091 e-books open access (acesso aberto) e acesso às principais Normas Técnicas da ABNT on-line.

A biblioteca digital Minha Biblioteca, dispõe de recursos de acessibilidade, como leitura em voz alta, ajuste do tamanho da fonte, alteração do plano de fundo para leitura fomentando a inclusão no processo de aprendizagem.

Tabela 14 - Usuários e acessos à biblioteca digital Minha Biblioteca

Ano	Usuários ativos	Acessos realizados	Páginas visualizadas
2019	734	9.645	73.044
2020	1.799	41.509	325.369
2021	2.886	102.520	1.033.915
2022	2.132	44.837	769.322

Fonte: SISBI, 2023.

A evolução do acervo nos últimos cinco anos pode ser vista na tabela abaixo:

Tabela 15 - Número de títulos e exemplares - 2018-2022

Ano	Títulos	Exemplares
2018	26.951	132.325*
2019	28.392	132.364*
2020	28.543	132.307**
2021	40.237***	132.673**
2022	28.593	132.334**

Legenda: *Considera material adicional / ** Não considera material adicional / *** Inclui Acervo da Minha Biblioteca

Fonte: SISBI, 2023.

O fluxo de circulação do acervo das bibliotecas nos últimos cinco

anos está apresentado em números na tabela abaixo

Tabela 16 - Empréstimos anuais - 2018-2022

Biblioteca/Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Biblioteca Central - Campus JK	45.701	46.228	5.020	1.880	12.000
Biblioteca do Campus do Mucuri	21.102	17.644	1.701	1.222	3.881
Biblioteca do Campus de Janaúba	3.793	4.054	469	18	629
Biblioteca do Campus de Unaí	5.485	5.759	880	48	2.123

Fonte: SISBI, 2023.

Tendo por objetivos a gestão, preservação e ampla disseminação da produção científica da universidade, a UFVJM possui o Repositório Institucional (R.I), que permite o acesso ao conteúdo em formato integral, possibilitando o acesso aos usuários a mais de 2 mil publicações.

Além de atender a demanda dos cursos de graduação, o R.I atende, consequentemente, ao critério de avaliação do MEC, contido no Instrumento de Avaliação de cursos de graduação, referente à disponibilização dos trabalhos de conclusão de curso (TCCs) em repositórios institucionais próprios acessíveis pela internet.

Na tabela abaixo é possível identificar a evolução, em números, do R.I da UFVJM nos últimos cinco anos:

Tabela 17 - Evolução do Repositório Institucional - 2018-2022

Ano	2018	2019	2020	2021	2022
Dissertações	858	1077	1216	1485	1785
Artigos	137	140	140	156	160
Trabalhos publicados em eventos	72	61	61	61	61
Livros	40	24	28	45	64
Vídeos	11	11	11	11	11
Teses	19	49	72	116	136
Trabalhos técnicos	3	3	3	3	3
Outros	11	12	12	12	12
Patentes	11	11	20	20	20
Monografias (esp.)	-	-	-	16	25
Folhetos	-	26	29	35	38
Anais	-	13	14	14	15
Capítulo de Livro	-	-	-	-	5
Total Geral	1162	1427	1606	1974	2335

Fonte: SISBI, 2023.

9.3 SALAS DE AULA, AUDITÓRIOS E LABORATÓRIOS

Com relação às salas de aula na UFVJM, elas são destinadas ao ensino nos cursos de graduação e pós-graduação e dividem-se entre salas de aula e laboratórios. As salas de aula são utilizadas principalmente para aulas teóricas, enquanto os laboratórios são destinados a aulas práticas.

Todas as salas de aula são equipadas com mesa para professor, quadro de vidro temperado transparente e fundo branco e/ou quadro-negro. A maioria das salas de aula possui um projetor multimídia e, para as que não possuem equipamento fixo, são disponibilizados aos docentes projetores para instalação momentânea. Além disso, algumas são providas, também, de lousa digital. As salas são dotadas dos consumíveis necessários

ao desenvolvimento das atividades para as quais são utilizadas e permitem acesso à rede wi-fi.

A manutenção das salas de aula é de responsabilidade das diretorias das unidades acadêmicas e da Diretoria de Administração, em consonância com a Diretoria de Infraestrutura, sendo que a limpeza das salas de aula é realizada por uma empresa terceirizada. A seguir são apresentadas as características das edificações, concebidas como salas de aula, existentes nos campi:

Tabela 18 - Salas de Aula – quantidade, capacidade e tamanho

Salas de Aula	Quantidade	Capacidade	Tamanho (m²)
Campus JK/ Campus I	88	4.071	6.107,10
Campus do Mucuri	51	1.872	2.249,44
Campus Janaúba	16	900	1.322,90
Campus Unaí	15	840	1.250,00
Total	170	7.683	10.929,44

Fonte: Diretoria de Serviços de Engenharia e Manutenção/PROAD.

Os auditórios, por sua vez, destinam-se precipuamente para a realização de atividades de cunho acadêmico, científico e cultural, tais como: colação de grau, recepção aos novos alunos, atividades administrativas, congressos, conferências, seminários, colóquios, workshops e atividades afins.

A UFVJM possui estrutura completa de auditórios no Campus JK, em Diamantina, e no Campus do Mucuri, em Teófilo Otoni, equipados com projetor, som, equipamentos para transmissão on-line e acesso à rede wi-fi, poltronas confortáveis, aparelhos de ar-condicionado e acessibilidade para Pessoas com Deficiência (PcD). O Campus Janaúba possui um auditório climatizado, que funciona no prédio de salas de aula. O Campus Unaí ainda não possui auditório.

Tabela 19 - Auditórios – localização e capacidade

Campus	Localização	Capacidade
I	Anfiteatro	120
	Prédio de auditórios	1200
	Fisioterapia	42
	Enfermagem	62
	DCBio	152
	CIPQ	85
	FACET	36
	Agronomia	76
	Zootecnia	99
	Centro de Estudos das Humanidades	180
JK	ICT	75
	Engenharia Florestal	135
	Sistemas de Informação	50
	Educação Física	127
	Reitoria	177
	Prédio de auditórios	600
	FAMMUC	300
	NIPE	98
	Prédio de salas de aulas	104
	Janaúba	
Do Mucuri		

Fonte: Diretoria de Serviços de Engenharia e Manutenção/PROAD.

Os laboratórios da UFVJM cumprem com as exigências de segurança, garantindo a integridade dos seus usuários. Neles constam, quando necessário, capelas de exaustão, exaustores, extintores de incêndio compatíveis com os produtos e atividades laboratoriais, além de chuveiros lava-olhos para casos emergenciais envolvendo contato com produtos químicos.

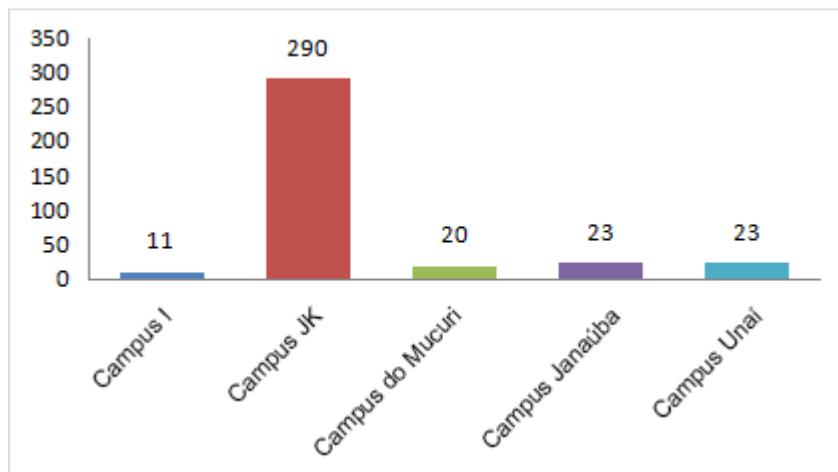
Esses espaços são avaliados periodicamente pelos docentes responsáveis, pelos técnicos de laboratório e por meio do questionário de avaliação da CPA. Todos os equipamentos presentes nos laboratórios são

identificados e patrimoniados, adequadamente armazenados e registrados em tabelas que ficam afixadas nos locais de sua guarda. Os laboratórios são acessíveis e possuem normas de segurança e utilização impressas e afixadas em local visível.

Os usuários são orientados e treinados quando utilizam os laboratórios para suas pesquisas e também nas aulas práticas, sendo informados das normas de segurança e de utilização do laboratório, dos equipamentos. O uso de equipamentos de proteção individual, quando necessário, é exigido e fiscalizado pelo professor ou técnico responsável pelo laboratório.

O gráfico abaixo apresenta, em números, a relação de laboratório por campus da UFVJM:

Gráfico 23 - Laboratórios da UFVJM por campus



Fonte: Diretoria de Serviços de Engenharia e Manutenção/PROAD.

Nos Campi JK e I, em Diamantina, e no campus do Mucuri, em Teófilo Otoni, existem ainda diversos laboratórios de informática, de uso compartilhado por todos os cursos, não somente para as aulas teóricas e práticas, como também para estudo e pesquisa dos alunos.

9.4 INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

A infraestrutura de TIC na UFVJM é de responsabilidade da Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). A STI, vinculada à Reitoria, é responsável por gerenciar os recursos tecnológicos necessários para adquirir, processar, armazenar e disseminar informações na UFVJM.

No decorrer deste documento, de maneira esparsa, foram fornecidas informações sobre infraestrutura relacionadas à TIC. Esta seção complementa essas informações de base tecnológica, em particular, de questões sobre rede lógica, disponibilidade e Acordo de Nível de Serviço (ANS), e segurança da informação.

A rede lógica, no tocante à tecnologia da informação e comunicação, compreende a estruturação virtual, utilizando-se de softwares, para configurar equipamentos de forma a propiciar a comunicação de dados na UFVJM, seja via cabos ou sem fio. Atualmente, a universidade possui as seguintes coberturas de acesso à rede:

Tabela 20 - Coberturas de acesso à rede lógica

Campus/Unidade	Cabeada	Sem fio
Campus I	49%	69%
Campus JK	92%	80%
Moradia Estudantil	100%	100%
Núcleo de Estudos Avançados em Turismo	100%	100%
Campus do Mucuri	55%	83%
Campus Janaúba	10%	90%
Campus Unaí	5%	95%
Fazenda Experimental JK	0%	0%
Fazenda Experimental do Moura	100%	100%
Fazenda Experimental Rio Manso	29%	29%
Fazenda Experimental Santa Paula	0%	80%

Fonte: STI, 2023.

A UFVJM conta hoje com ligação por fibra óptica da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) com as seguintes taxas de transferências:

Tabela 21 - Coberturas de acesso à rede lógica

Campus/Unidade	Taxa de transferência
Campus I	100 Mbps
Campus JK	1Gbps
Moradia Estudantil	100 Mbps
Núcleo de Estudos Avançados em Turismo	100 Mbps
Campus do Mucuri	1Gbps
Campus Janaúba	100 Mbps
Campus Unaí	100 Mbps
Fazenda Experimental JK	Ainda não possui
Fazenda Experimental do Moura	100 Mbps
Fazenda Experimental Rio Manso	100 Mbps
Fazenda Experimental Santa Paula	100 Mbps

Fonte: STI, 2023.

Conforme consta no Capítulo 2, a instituição visa ampliar e aprimorar o acesso à conectividade de rede nos campi e atualizar o parque computacional, incluindo atualizações de hardware e software.

Atualmente, percebe-se a preocupação da instituição com questões relacionadas à disponibilidade de TIC e ANS, do original em inglês, Service Level Agreement (SLA). No tocante aos serviços prestados pela STI, solicitados através do sistema GLPI, o prazo médio de atendimento varia entre 3 (três) e 5 (cinco) dias úteis, podendo ser superior conforme complexidade técnica, disponibilidade de recursos computacionais, disponibilidade orçamentária, envolvimentos de setores fora da STI, etc. Tais prazos foram definidos pelas chefias da antiga DTI, agora superintendência, em acordo com o gestor máximo de TI.

Espera-se que o acordo de nível de serviço seja formalizado junto ao

Comitê de Governança, Integridade, Riscos e Controles Internos.

Quanto à segurança da informação, o tema tem ganhado destaque e importância na UFVJM, tanto que houve a aprovação da [Resolução CGIRC nº 08/2023](#) que trata da composição da Equipe de Prevenção, Tratamento e Resposta a Incidentes Cibernéticos (ETIR) e a adesão da UFVJM à Rede Federal de Gestão de Incidentes Cibernéticos.

Além disso, a STI possui um servidor designado para a função de Gestor de Segurança da Informação, sendo periodicamente realizadas campanhas por e-mail sobre temas relacionados à segurança da informação e a promoção de solução de hardware e software de controle de tráfego de dados.

Quanto aos sistemas de informação, a UFVJM é uma organização com várias unidades acadêmicas e administrativas que possuem funções vitais ao bom andamento dos processos da instituição. A STI, por meio da Divisão de Sistemas Institucionais (DSI), é responsável pelo planejamento, desenvolvimento e manutenção dos sistemas de informação desenvolvidos pelo setor. Tem como principais atividades a definição, padronização e gerenciamento dos modelos e soluções dos sistemas de informação da universidade, além da prospecção de soluções que envolvem parcerias com outras universidades federais e demais órgãos públicos. Estão sob sua tutela os seguintes sistemas:

Quadro 43 - Sistemas de informação

Desenvolvimento próprio	Desenvolvido por terceiros	Mantido por outras áreas
Pressiga: Controle e gestão de candidatos	GLPI	Reuse
e-Campus: Sistema de Gestão Integrado	e-Voto	
Assinador Digital: Assinador digital de documentos	GeoNode	
PagTesouro (fase de homologação): Integração com o sistema de pagamentos do Tesouro Nacional para disponibilizar meios de pagamentos digitais	Mautic	
API de integração por meio de microsserviços	Metabase	
	Pergamum	
	Portal de Dados Abertos	

Fonte: STI,2023.

A STI, através da Divisão de Infraestrutura, Redes e Telecomunicação (DIRT), disponibiliza a solução robusta de comunicação e colaboração da Google, o Workspace for Education Plus. É oferecido serviço de e-mail, chat, videochamadas, documentos on-line, etc. De forma complementar, a UFVJM também tem parceria com a Microsoft para disponibilizar o pacote de ferramentas de comunicação e colaboração Microsoft 365.

9.5 PLANO DE ACESSIBILIDADE

Os setores buscam viabilizar e eliminar as barreiras arquitetônicas e promover a acessibilidade física na UFVJM. Dessa forma, desenvolve ações que visam à permanência e diplomação dos estudantes com necessidades especiais, a saber: acompanhamento acadêmico, Programa de Tutoria Especial, parceria com a Biblioteca Digital e Sonora (BDS), realização de cursos e palestras para as comunidades internas e externa. A acessibilidade, no entanto, não se restringe ao aspecto físico, mas inclui também as

comunicações e as atitudes.

As ações para viabilizar a promoção de acessibilidade física na UFVJM se traduzem-se nas obras e reformas executadas no período. Todas as obras e reformas projetadas e executadas atendem à legislação de acessibilidade (sinalização implantada, sanitários adaptados e plataformas elevatórias. Foram realizadas diversas intervenções pelo setor de manutenção da Diretoria de Serviços de Engenharia e Manutenção dos Bens Patrimoniais, incluindo a execução de rampas para acesso a calçadas, passagens elevadas (“quebra-molas”) e fixação de pisos táteis no prédio da Reitoria.

Cabe destacar que a UFVJM ainda não possui uma política de acessibilidade e inclusão instituída. Contudo, em consonância com programas, políticas governamentais e legislações que asseguram o direito da pessoa com deficiência à educação, a instituição vem realizando importantes ações, tais como:

- atendimento à legislação no que se refere tanto ao acesso da pessoa com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos específicos de aprendizagem e altas habilidades/superdotação, quanto a processos seletivos dos cursos de graduação e pós-graduação e também a concursos públicos, analisando e dando os devidos encaminhamentos no sentido de atender às solicitações dos candidatos que relatam alguma “necessidade especial” no ato de inscrição;

- designação de comissões de avaliação da condição dos candidatos que concorrem à vaga PCD (Pessoa com Deficiência) nos cursos de graduação e pós-graduação, bem como nos concursos para cargos efetivos ou de substitutos;

- constituição do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (Naci) da UFVJM (Resolução nº 19 - Consu, de 04 de julho de 2008) e sua reestruturação (Resolução nº 11 - Consu, de 11 de abril 2014). O Naci é responsável pela articulação de ações entre pró-reitorias, coordenações de cursos, corpo docente e empresas externas que prestam serviços para a comunidade

acadêmica, com o objetivo de garantir a acessibilidade e inclusão dos estudantes, servidores e colaboradores terceirizados com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos específicos de aprendizagem e com altas habilidades/superdotação;

- disponibilização de variados recursos de acessibilidade nas bibliotecas de todos os campi da universidade, como computadores com acessibilidade e respectivos periféricos, teclado com teclas ampliadas para facilitar a visualização da pessoa com baixa visão, lupa, mouse, mesa adaptada para estudante cadeirante, banheiros com acessibilidade, espaço adequado entre as estantes de livros, bebedouros com layouts adaptados (bica e torneira). Além disso, o acervo dessas bibliotecas possui alguns exemplares de audiolivros com descrição em Braille e textos com acessibilidade visual e áudio. A biblioteca digital Minha Biblioteca possui a função de leitor de texto para pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão).

Para o fortalecimento da acessibilidade e inclusão na UFVJM, vem sendo destinado recurso financeiro no Plano Orçamentário Programa Viver sem Limites - Incluir. Esse recurso, atualmente gerenciado pela equipe do Naci/Proace/UFVJM, possibilita o desenvolvimento de ações importantes para a promoção da acessibilidade na instituição. Como exemplo podem ser destacadas a aquisição de equipamentos de tecnologia assistiva e montagem de estúdio de Libras; visitas técnicas em Núcleos de Acessibilidade de outras instituições; organização e realização de eventos (palestras, seminários, entre outros) para sensibilizar a comunidade acadêmica e a comunidade externa sobre a importância da acessibilidade e do respeito para com as diferenças, bem como para capacitar servidores sobre o uso de ferramentas relacionadas à inclusão; participação em eventos nacionais sobre a temática e capacitação dos servidores que atuam no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da universidade.

Ainda que essas ações sejam desenvolvidas institucionalmente, há necessidade de outras providências que possibilitem o fortalecimento da

responsabilidade institucional em promover a acessibilidade e inclusão e minimizar e/ou eliminar as barreiras para o acesso, permanência e usufruto dos espaços físicos e serviços oferecidos à comunidade universitária com deficiência e mobilidade reduzida, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos específicos de aprendizagem e altas habilidades/superdotação no ensino superior.

Respaldada nos marcos legais, políticos e pedagógicos, a UFVJM quer inserir uma Política de Acessibilidade e Inclusão coesa e atuante, que assegure o direito à educação e promova a autonomia e a independência da comunidade universitária.

É imprescindível que se compreenda a necessidade de diálogo e ações conjuntas entre os diversos setores da instituição, para que se torne real a acessibilidade dos campi. Dessa maneira, acredita-se que a proposta de desenvolver esse plano possibilitará demais adequações e recursos destinados a demandas urgentes.

É importante informar que, apesar do foco deste documento terem sido as ações realizadas para garantir a acessibilidade aos estudantes, também voltou-se a atenção às condições de melhorias para os servidores.

Cabe destacar que, em complemento ao trabalho do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (Naci), existe a Diretoria de Atenção à Saúde do Servidor, vinculada à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep), que pode auxiliar/apoiar os servidores com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtornos específicos de aprendizagem e altas habilidades/ superdotação. Cabe ressaltar que todas as ações em andamento objetivam minimizar as barreiras arquitetônicas, nos transportes, nas comunicações, pedagógicas, digitais e atitudinais.

Apesar de tais ações ainda caminharem de modo bastante acanhado, o objetivo-fim da UFVJM sempre será o de ofertar o ensino público superior gratuito e de qualidade para todas as pessoas, sem distinção.

9.5.1 Acessibilidade metodológica ou pedagógica

O documento denominado Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação in loco do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) descreve que é possível notar a acessibilidade metodológica ou pedagógica nas salas de aula quando os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência como, por exemplo, pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.

Para contribuir com a eliminação de barreiras relacionadas a esse tipo de acessibilidade, a universidade instituiu o citado Núcleo de Acessibilidade e Inclusão - Naci/Proace/UFGVJM e, em 2014, implantou subcomissões nos campi localizados fora da sua sede.

Desde sua criação, a equipe do Naci vem desenvolvendo as seguintes ações relacionadas à acessibilidade metodológica ou pedagógica:

- elaboração do “Formulário de Demanda” para levantamento e atualização de demandas apresentadas pelo estudante que faz parte do público-alvo do Naci;
- mapeamento semestral da situação de matrícula dos alunos que ingressam em vaga PCD e dos que relatam “necessidade especial” no ato de matrícula no Pressiga;
- envio de e-mails a todos os estudantes ingressantes que declararam ter alguma “necessidade especial” no ato da matrícula e para os que entram em vaga PCD, bem como para os que foram acompanhados pela equipe do Naci nos semestres anteriores, para verificação ou atualização de demanda; e realização de reuniões com os alunos que responderam aos e-mails, para dar os devidos encaminhamentos;
- realização de reuniões com professores e coordenadores de cursos

para repasse de orientações sobre adequações didático-pedagógicas, métodos e estratégias de estudo e encaminhamento por e-mail das referidas orientações, para formalizar o assunto discutido em reunião e dar ciência aos que não tiveram disponibilidade de participar;

- realização de reuniões com outros setores da instituição e empresas que prestam serviço para intermediação de demandas (por exemplo, empresas de ônibus);
- disponibilização do Serviço de Tradução/Interpretação de Libras para atendimento da comunidade surda que se comunica via Libras;
- contratação de intérpretes de Libras por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP);
- realização de reuniões multiprofissionais para discussão de casos, alinhamento de ações e encaminhamentos de alunos;
- participação em levantamentos de recursos financeiros, materiais, pedagógicos, de pessoal, equipamentos e estrutura necessários para a implementação da política pública para pessoas com deficiência, sempre que solicitado;
- aquisição e disponibilização de mobiliários adaptados (disponíveis nas salas de aula e bibliotecas) e equipamentos de tecnologia assistiva (disponíveis para empréstimo na sala do Naci e bibliotecas);
- organização e realização de eventos de sensibilização sobre a temática de inclusão;
- disponibilização e administração diária do canal de comunicação com a comunidade acadêmica (e-mail) para tratar de questões relativas à acessibilidade;
- divulgação das ações realizadas no portal institucional, no boletim informativo, na recepção de calouros, entre outros meios de comunicação e eventos.

Ainda em relação à acessibilidade metodológica ou pedagógica, a UFVJM realiza as seguintes ações:

- oferta da disciplina de Libras como componente curricular obrigatório nos cursos de licenciaturas e optativo nos cursos de bacharelados, bem como da disciplina de Português como Segunda Língua na Modalidade Escrita para Surdos, nos currículos dos cursos de graduação em Pedagogia e Letras, como unidade curricular obrigatória;

- abordagem da temática “Diversidade e Inclusão” em diversos cursos de graduação, por meio de disciplinas obrigatórias, optativas e/ou eletivas, e em eventos institucionais;

- desenvolvimento de projetos de extensão e pesquisa que abordam a temática da inclusão;

- disponibilização de variados dispositivos de acessibilidade nas bibliotecas de todos os campi da universidade, conforme informado no item anterior.

9.5.2 Acessibilidade nas comunicações

Promover acessibilidade nas comunicações significa oferecer recursos, atividades e bens culturais que promovam independência e autonomia aos indivíduos que necessitam de serviços específicos para acessar o conteúdo proposto. Audiodescrição, legendas, janela de Libras, impressões em Braille e dublagem são alguns dos exemplos existentes.

Para atender a esse tipo de acessibilidade, a UFVJM disponibiliza nas bibliotecas de todos os campi alguns exemplares de audiolivros com descrição em Braille e textos com acessibilidade audiovisual. Além disso, a instituição vem executando as seguintes ações:

- melhoria e ampliação de estratégias de atendimento às pessoas com deficiência na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep), com aperfeiçoamento e entendimento dos recursos de audiodescrição e

demais recursos de acessibilidade nas comunicações, que aumentam a compreensão de pessoas com deficiência visual, idosos e disléxicos, colaborando para a construção de uma sociedade mais inclusiva;

- esforço da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (Progep) em entender a legitimação da Língua Brasileira de Sinais (Libras) e a obrigatoriedade do poder público em adotar formas institucionalizadas de apoiar o uso e a difusão dessa língua como meio de comunicação, de acordo com a Lei nº 10.436/02, garantindo o atendimento e tratamento adequado às pessoas com deficiência auditiva;

- aprimoramento e ensino de habilidades e conhecimentos relativos a Libras aos servidores da instituição. A UFVJM já possui demanda de comunicação com os usuários surdos, mas é preciso ampliar as possibilidades comunicativas para desempenhar seu papel formativo de modo inclusivo.

9.5.3 Acessibilidade digital

Promover acessibilidade digital significa readequar a linguagem adotada na comunicação, tornando tangível o entendimento da informação, e implementar um conjunto de normas relacionadas aos padrões web de acessibilidade e de responsividade, com o intuito de oferecer recursos que promovam independência e autonomia às pessoas que necessitam de serviços específicos para acessar o conteúdo publicizado.

Para garantir a acessibilidade nos sistemas e veículos de comunicação institucionais da UFVJM, a Coordenadoria de Comunicação Social Social (CoordCS) e a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) têm implementado um portal digital e sistemas institucionais acessíveis de acordo com as recomendações descritas nas cartilhas de Padrões Web em Governo Eletrônico (ePWG) e diretrizes de acessibilidade presentes no World Content Accessibility Guide (WCAG), no World Wide Web Consortium (W3C) e no Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG).

Para fazer com que os usuários possam perceber, entender, navegar e interagir de maneira efetiva (com necessidades especiais ou não e independentemente da idade) com as aplicações institucionais da UFVJM, a CoordCS e a STI vêm desenvolvendo as seguintes ações:

- condução do desenvolvimento e adaptação dos sites, subsites, páginas e sistemas acadêmicos e administrativos, com ênfase na implementação da Acessibilidade Digital e viabilização do acesso por qualquer usuário;

- utilização das ferramentas Avaliador e Simulador de Acessibilidade de Sítios (ASES) e do Access Monitor para o processo de validação automática de acessibilidade;

- disponibilização de elementos padronizados de acessibilidade digital, tais como primeira folha de contraste, barra de acessibilidade, mapa do site, links destacados, alteração do tamanho e espaçamento dos textos;

- integração dos sistemas e veículos de comunicação institucionais com o sistema de tradução para Língua Brasileira de Sinais (Libras) multiplataforma - VLibras 2.0;

- disponibilização de audiodescrição dos conteúdos midiáticos nos sites, subsites e páginas do novo portal institucional e nas mídias sociais oficiais gerenciadas pela CoordCS.

É importante destacar ainda que a UFVJM disponibiliza nas bibliotecas de todos os campi alguns exemplares de audiolivros com descrição em Braille e textos com acessibilidade audiovisual. A biblioteca digital Minha Biblioteca possui a função de leitor de texto para pessoas com deficiência visual (cegueira e baixa visão).

9.5.4 Acessibilidade atitudinal

Acessibilidade atitudinal refere-se à percepção do outro sem preconceitos, estígmas, estereótipos e discriminações. Os demais tipos de

acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.

De acordo com o documento “Referenciais de Acessibilidade”, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o desenvolvimento de ações que buscam eliminar barreiras atitudinais pode ser verificado quando existem, por parte dos gestores institucionais, o interesse em implementar ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda sua amplitude. A priorização de recursos para essas ações é um indicativo da existência de acessibilidade atitudinal.

Nesse contexto, para garantir a acessibilidade atitudinal, a UFVJM desenvolve as ações já descritas nos itens anteriores e ainda:

- disponibilização no orçamento anual de recursos financeiros por meio da rubrica Programa Viver Sem Limites - Incluir, que favorecem a aquisição de tecnologias assistivas, equipamentos e mobiliários adaptados, realização de eventos de sensibilização e capacitação abordando a temática da inclusão, complementação de valores para ações relacionadas à adequação arquitetônica e prestação de serviços voltados a atender demandas apresentadas ao Naci, entre outros;

- consideração da condição de deficiência no ranqueamento final do Programa de Assistência Estudantil (PAE), em que o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVS) é o parâmetro utilizado para a classificação dos benefícios disponibilizados. Para isso, a condição mencionada deve ser comprovada, por meio de laudo médico atualizado, na etapa da entrega de documentação;

- prioridade no atendimento psicológico sempre que a deficiência é informada ao Serviço de Psicologia, em conformidade com o Art. 9º, da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.

9.5.5 Acessibilidade nos transportes

O transporte de passageiros na universidade é realizado atualmente de duas formas: por meio de veículos coletivos intermediados pelas prefeituras das cidades, no deslocamento de pessoas até os campi da universidade, e com veículos próprios, para deslocamentos internos e viagens institucionais.

Em relação aos veículos e pontos de transporte coletivo, é importante que a universidade, enquanto beneficiária no deslocamento de grande parte dos usuários (estudantes, servidores, colaboradores, comunidade em geral), realize parcerias e reuniões com o poder público municipal para discutir a contratação e fiscalização das empresas intermediárias que prestam os serviços de transporte público. O objetivo é garantir que essas empresas estejam de acordo com a legislação no que se refere às condições de uso de sua frota, que deve ser adaptada ao uso de todas as pessoas, sem distinção.

Sobre a frota própria da universidade, que atualmente conta com veículos de passeio e coletivos, há também a necessidade de atender aos normativos da Lei de Acessibilidade, sendo fundamental que, em cada campus, exista pelo menos um veículo de passeio e outro coletivo adaptados e disponíveis para a acessibilidade nas viagens institucionais.

Já dentro dos campi da UFVJM, o destaque vai para as vias, calçamento, locais de parada e estacionamento, que também devem ser acessíveis, sem barreiras ou obstruções que dificultem o deslocamento das pessoas, e devem incluir facilitadores a quem possua alguma dificuldade de locomoção. Exemplos desses facilitadores são as rampas, pisos podotáteis, vagas privativas nos estacionamentos, sinalizações, entre outras medidas, ainda bastante deficitárias em todos os campi da instituição.

9.5.6 Acessibilidade arquitetônica

Tendo em vista o processo de execução de obras dos projetos arquitetônicos do Campus JK e do Campus do Mucuri, os membros do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão da UFVJM (Naci), tomando como referência a NBR 9050/04 e o Decreto Federal nº 5.296/2004, desenvolveram, em 2009, um material para checagem dos itens indispensáveis para a acessibilidade das edificações da instituição. Para a elaboração desse Plano de Garantia de Acessibilidade da UFVJM, o material foi revisto e ampliado, uma vez que a NBR 9050 teve sua quarta edição publicada em agosto de 2020.

9.6 CRONOGRAMA DE EXPANSÃO DA INFRAESTRUTURA

Os trabalhos da fase diagnóstica para elaboração do PDI permitiram compreender o cenário atual da UFVJM no que concerne à necessidade de consolidação e expansão da sua infraestrutura física e tecnológica.

Os campi novos de Janaúba e Unaí encontram-se num cenário crítico no que se refere à oferta de um ambiente acessível, urbanizado e propício para desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração.

Todos os campi da UFVJM apresentam necessidades relacionadas à infraestrutura predial, acervo bibliográfico, laboratorial, acessibilidade, segurança, pessoal, de TIC, entre outras.

Atualmente, a UFVJM carece de pelo menos R\$ 190 milhões em investimentos para estruturar/consolidar os seus espaços físicos e infraestrutura tecnológica prioritários para o seu funcionamento. No que se refere à oferta de moradia aos estudantes classificados nos índices de vulnerabilidade socioeconômica, o valor demandado ultrapassa a casa dos R\$ 60 milhões.

A infraestrutura tecnológica e segurança da informação da UFVJM

tornam-se fatores preocupantes, as quais também carecem de uma atenção especial. A sobrecarga de demandas relacionadas à automatização dos processos e segurança da informação tem acionado o sinal de alerta institucional, quanto à garantia da manutenção e preservação dos dados institucionais, bem como à adequação e otimização dos processos nas diversas áreas de atuação, principalmente na área de ensino e administração sob a perspectiva da legislação em vigor.

As demandas gerais acerca da expansão da infraestrutura física da UFVJM, entre outras, coletadas nos trabalhos para elaboração do PDI foram: construção de prédio anexo ao prédio da Facsaé para o desenvolvimento de ações voltadas para a cultura, ensino, pesquisa e extensão dos atuais e novos cursos de graduação e pós-graduação da Facsaé (R\$ 5 milhões); climatização do prédio da Facsaé (R\$ 130 mil); paisagismo do entorno do prédio da Facsaé (R\$ 20 mil); aquisição de computadores e impressoras para atender a demanda da FIH (R\$ 604 mil); aquisição de cortinas para o Centro de Humanidades da FIH (R\$ 50 mil); aquisição de mobiliário, software e equipamento de TIC para atender a demanda da Proplan (R\$ 180 mil); construção de uma guarita com banheiro para os porteiros e do muro do entorno e retomada das construções paralisadas da Moradia Estudantil Universitária em Diamantina (R\$ 16,8 milhões); aquisição de computadores (aproximadamente 20 máquinas), de estação de trabalho e cadeiras para os servidores da Proaae (R\$ 19 mil); aquisição de 4 cadeiras de roda especiais para deslocamento de discente em trabalho de campo - uma para cada campus (R\$ 28 mil); adequação dos espaços da Proaae para alocação dos servidores em um espaço único (R\$ 5 milhões); aquisição de equipamentos de laboratórios, projetores e computadores para atender a demanda do ICA (R\$ 3,03 milhões); aquisição de equipamentos e mobiliários para a Fazenda Experimental Santa Paula (R\$ 1 milhão); aquisição de veículos com capacidade de transportar cargas para execução e atividades na FESP e em fazendas da região para implantação de experimentos (R\$ 180 mil); aquisição de mobiliários e equipamentos para melhorar a permanência dos estudantes no Campus

Unaí - mesas para refeição, itens recreativos, micro-ondas, geladeiras, poltronas, pufes (R\$ 60 mil); pintura do prédio principal do ICT (R\$ 500 mil); aquisição de materiais permanentes - equipamentos extremamente básicos e de pequeno porte para realização de atividades práticas de ensino; demandas dos cinco cursos de graduação do ICT (BCT, Eng. de Alimentos, Química, Mecânica e Geológica) e alguns projetos de representação institucional como Baja Espinhaço, AeroVale - AeroDesign, Fórmula Real Racing, Starkbotz (R\$ 250 mil); softwares específicos de engenharia para realização de atividades práticas de ensino; instalação e manutenção de equipamentos laboratoriais dos cursos do ICT, tais como componentes eletroeletrônicos, gases, óleos lubrificantes, dentre outros; insumos diversos para instalação de vários equipamentos (R\$ 50 mil); construção do prédio do curso de Eng. Geológica CEGEO em um bloco específico (administrativo e laboratório), para atender as demandas do curso dispostas em seu projeto pedagógico (R\$ 3 milhões); adequação de espaços para funcionamento do laticínio-escola, frigorífico-escola, padaria-escola, cereais, de suma importância para o funcionamento do curso de Engenharia de Alimentos do ICT (R\$ 3,3 milhões); aquisição de mobiliários para alguns laboratórios de ensino do ICT (R\$ 40 mil); Aquisição de equipamentos de informática (computadores, notebooks e impressoras) para atender a demanda do ICT (R\$ 500 mil); urbanização dos Campi Janaúba e Unaí, com calçamento, rede de drenagem, sinalização, arborização, espaços de convivência e melhoria da iluminação (R\$ 15 milhões); implantação da rede lógica e melhoria dos equipamentos de TI no Campus Janaúba (R\$ 20 mil); construção do portal de entrada dos Campi Janaúba e Unaí, com cancela, guarita e sinalização apropriada visando melhorar o controle e acesso aos campi, bem como instalação de outdoor/totem/portal que sinalize a entrada dos campi (R\$ 2,5 milhões); construção de um galpão, vestiário com chuveiro para atividades de ensino, pesquisa e extensão e melhorar as condições de permanência dos alunos e servidores no Campus Janaúba (R\$ 800 mil); equipar uma sala maker com impressora 3D, cortadores laser, modelos no Campus Janaúba (R\$ 400

mil); aquisição de computadores desktops, servidor de alto desempenho tipo rack, subscrição VMWare (2 x VmWareVcenter, 20 VmWareVsPhere 01 VmWare Site Recovery), switch gerenciável com 24 e 48 portas gigabit; acess point wifi; controladora e software de gerenciamento wireless virtualizada, notebooks, monitores e switch core 48 portas para atender a demanda de infraestrutura de TIC da UFVJM (R\$ 11,7 milhões); aquisição de sonorização, microfone profissional, câmeras digital e tripé profissional, refletores canhão LED Par 64 RGB 54 Leds 3w DmxStrobo, caixa de som para guitarra, baixo ou teclado, projetor LED de até 100 polegadas Full HD com alto falante, kit desktop / monitor 21,5 polegadas / HD externo / notebooks / antenas kit Starlin, palco praticável 2x1mt para atender a demanda das ações e projetos de cultura, arte e extensão da Proexc (R\$ 350 mil); instalação de rede lógica e climatização do prédio dos laboratórios das engenharias do ICET (R\$ 300 mil); aquisição de gerador de energia para o prédio do ICET e laboratório das engenharias (R\$ 180 mil); pintura geral do prédio do ICET (R\$ 450 mil); aquisição de equipamentos laboratoriais, computadores e mobiliários para desenvolvimento de aulas práticas nos laboratórios do ICET (R\$ 4,9 milhões); construção de áreas de convivência e paisagismo entre o prédio do ICET e o prédio dos laboratórios das engenharias (R\$ 300 mil); construção de um auditório no terceiro andar do prédio dos laboratórios das engenharias do ICET (R\$ 1,2 milhão); montagem e instalação de uma oficina de precisão completa com serralheria, carpintaria, marcenaria, vidraçaria, etc para atender a demanda do ICET (R\$ 800 mil); implantação do CFTV nos Campi I, do Mucuri, Unaí e Janaúba da UFVJM (R\$ 2,8 milhões); implantação dos dispositivos de segurança e combate a incêndio em todos os campi da UFVJM (R\$ 1 milhão); obras de acessibilidade em todos os campi da UFVJM (R\$ 2,5 milhões); pintura e manutenção nos telhados das edificações de todos os campi da UFVJM (R\$ 4 milhões); construção de uma ETE e poço artesiano nos Campi Unaí e Janaúba, e construção de poço artesiano no Campus JK (R\$ 2 milhões); instalação de iluminação de LED nas vias dos Campi do Mucuri, Janaúba e Unaí (R\$ 1 milhão); execução das seguintes obras: 1 - galpão de

máquinas agrícolas FERM, 2 - cercamento Campus JK, 3 - espaço para o pessoal da limpeza, 4 - construção de depósito de agrotóxicos de no máximo 20 m², nas Fazendas Experimentais Rio Manso, em Couto de Magalhães de Minas e em Curvelo, 5 - construção das lavanderias para os Campi I e JK, 6 - construção de dois pequenos galpões (Campus 1 e JK), para guardar ferramentas e materiais de limpeza, utilizados pelos funcionários terceirizados, 7 - construção da drenagem Campus JK, 8 - execução da pavimentação Campus JK, 9 - construção do acesso ao Campus JK, 10 - execução da sinalização interna e externa do Campus I, JK, Fazenda do Moura, Fazenda Rio Manso, Casa de Apoio e Núcleo de Turismo, 11 - construção dos setores de transportes dos Campi Unaí e Janaúba (R\$ 15 milhões); implantação do CFTV, dispositivos de prevenção e combate a incêndio e acessibilidade para a Casa de Apoio, Moradia Estudantil Universitária, fazendas e Núcleo de Turismo (R\$ 1 milhão); construção e adequação dos laboratórios do Comitê Técnico, Científico e Multidisciplinar (CTCM) (R\$ 5 milhões); aquisição de acervo bibliográfico para as bibliotecas dos campi da UFVJM (R\$ 800 mil); construção do prédio da Fammuc no Campus do Mucuri (R\$ 7,5 milhões); adequação do prédio da Famed para aulas práticas e atividades administrativas no Bloco III (R\$ 4 milhões); construção do prédio administrativo da Facet (R\$ 3 milhões); adequação do prédio do curso de Química da Facet (R\$ 2 milhões); construção da clínica veterinária no Campus Unaí (R\$ 3 milhões); construção de refeitórios e praça de serviços nos Campi Janaúba e Unaí (R\$ 4 milhões) e conclusão de algumas obras paralisadas consideradas essenciais para as atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFVJM (R\$ 55 milhões).

Ademais, foram apresentadas pela sociedade demandas por expansão de campi para outros municípios, bem como criação de novos cursos nos campi já existentes.

A consulta pública para levantamento das demandas regionais no que concerne à expansão de novos campi teve participação significativa da população. Foram quase 5 mil respondentes, os quais indicaram que, além

da necessidade de a UFVJM consolidar os seus campi atuais, ela precisa se expandir para demais municípios do estado de Minas Gerais, sendo os mais votados: Capelinha, Curvelo, Itamarandiba, Almenara, Araçuaí, Januária, Contagem, Itaobim, Salinas e Conceição do Mato Dentro.

A expansão para outros campi deverá ser ratificada pelo Conselho Universitário da UFVJM, levando em consideração as demandas regionais, pactuações junto ao seu órgão superior (MEC) e governo federal, bem como contrapartidas dos governos e demais organizações locais, de modo a assegurar condições concretas e indispensáveis que garantam os recursos e demais infraestruturas (custeio, investimento, pessoal, terrenos, urbanização, laboratórios, equipamentos, entre outros) para a construção e o seu respectivo funcionamento.

10. AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Na esfera educacional, o processo de avaliação da Instituição de Ensino Superior (IES) é realizado de acordo com o estabelecido na Lei Federal nº 10.861/2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes).

A avaliação é um fator indispensável ao desenvolvimento institucional, tendo por finalidade favorecer um processo reflexivo sobre as ações realizadas identificando o que funcionou e o que precisa ser alterado ou melhorado. A avaliação, portanto, subsidia a tomada de decisões, uma vez que ela atua como um instrumento de acompanhamento do planejamento.

Nesse diapasão, o Decreto nº 9.235/2017 registra que a avaliação realizada por meio do Sinaes é o referencial básico para os processos de regulação e de supervisão da educação superior, a fim de promover a melhoria de sua qualidade. O Sinaes é composto por basicamente três subsistemas, quais sejam: avaliação institucional, avaliação dos cursos e avaliação dos estudantes.

Registra-se que o processo de autoavaliação estrutura-se de acordo com os cinco eixos que atendem às dez dimensões avaliativas do sistema, conforme quadros abaixo:

Quadro 44 - Dimensões definidas pelo SINAES

Dimensão	Descrição
1	Missão e PDI
2	Política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação e a extensão
3	Responsabilidade social da IES
4	Comunicação com a sociedade
5	As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e técnico-administrativo
6	Organização de gestão da IES
7	Infraestrutura física
8	Planejamento de avaliação
9	Política de atendimento aos estudantes
10	Sustentabilidade financeira

Fonte: INEP.

Quadro 45 - Eixos de avaliação definidos pelo SINAES

Eixos	Descrição	Dimensões
1	Planejamento e Avaliação Institucional	Contempla a Dimensão 8 e inclui o Relato Institucional
2	Desenvolvimento Institucional	Contempla as Dimensões 1 e 3
3	Políticas Acadêmicas	Contempla as Dimensões 2, 4 e 9
4	Políticas de Gestão	Contempla as Dimensões 5, 6 e 10
5	Infraestrutura	Contempla a Dimensão 7

Fonte: INEP.

Conforme quadro abaixo, a avaliação dos cursos de graduação, de pós-graduação e a avaliação institucional da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) ocorre por meio de diversos instrumentos internos e externos. Tais avaliações resultam em relatórios que proporcionam o autoconhecimento institucional e a melhoria da sua qualidade, além de gerar indicadores que parametrizam o seu desempenho.

Quadro 46 - Mecanismos de avaliação dos cursos e da instituição

Avaliação Institucional			
Instrumentos do SINAES			
Avaliação Interna		Avaliação Externa	
Instrumentos	Produtos	Instrumentos	Produtos
Autoavaliação (CPA)	Relatório de Autoavaliação Institucional, Relato Institucional	ENADE	Conceito ENADE, IDD, CPC, microdados e relatórios
		Avaliação <i>in loco</i>	Relatórios das Visitas
		Bases de dados e-MEC e Censup	Relatórios
Outros Instrumentos de Avaliação			
Avaliação Interna		Avaliação Externa	
Instrumentos	Produtos	Instrumentos	Produtos
IAE	Relatórios	Capes	Conceito Capes e Relatórios

Fonte: Comissão Própria de Avaliação (CPA), UFVJM.

A partir do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) estabeleceram-se os seguintes mecanismos de avaliação externa: o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade); as visitas de avaliação *in loco* em processos de reconhecimento e renovação do reconhecimento dos cursos de graduação e em processos de credenciamento e recredenciamento institucional, presencial e a distância, e, ainda, as bases de dados do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (Cadastro e-MEC) e do Censo da Educação Superior (sistema Censup) como fontes para a avaliação. Como instrumento de avaliação interna, o Sinaes estabeleceu a autoavaliação, a ser promovida pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Os cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), por sua vez, são avaliados pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Cabe destacar que as avaliações promovidas pelo Ministério de Educação (MEC) não suprimem a adoção de outros instrumentos de

avaliação interna estabelecidos pela instituição. Muito pelo contrário, quanto mais a instituição buscar o autoconhecimento e a investigação das suas características particulares, mais chance terá de atingir altos níveis de qualidade dentro da sua área de abrangência. Nesse sentido, a UFVJM conta também com o Instrumento de Avaliação do Ensino (IAE) conforme será visto mais adiante. Os resultados obtidos pela Avaliação Institucional estimulam os coordenadores dos cursos, os Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) e diversos atores envolvidos na gestão institucional a identificar as suas potencialidades, a buscar a superação das fragilidades apontadas e, consequentemente, a melhorar a qualidade do ensino.

10.1 AVALIAÇÃO INTERNA

A avaliação interna institucional das universidades federais é um processo fundamental para a melhoria contínua da qualidade do ensino, pesquisa e extensão oferecidos por essas instituições. É realizada por meio de indicadores e critérios estabelecidos pelos órgãos competentes, como a Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) e o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e envolve a análise e monitoramento de diferentes aspectos da vida acadêmica e administrativa, como a estrutura física, a formação dos docentes, a produção científica, a oferta de programas de pós-graduação, a inclusão social, entre outros.

10.1.1 Autoavaliação institucional

A autoavaliação é realizada pela CPA, cujo regimento foi aprovado pela Resolução do Conselho Universitário nº 6, de 11 de maio de 2021, com o objetivo de atender as recomendações do Sinaes e visando a adequação da sua composição e funcionamento para uma CPA multicampi, atendendo a realidade da UFVJM.

Os procedimentos metodológicos adotados pela CPA estão em

consonância com a Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65, de 9 de outubro de 2014, que estabelece as diretrizes para elaboração dos relatórios de autoavaliação das Instituições de Ensino Superior (IES). Desse modo, estão em interlocução com os cinco eixos de avaliação institucional definidos pelo Sinaes.

Além disso, a metodologia está alinhada ao Plano de Desenvolvimento Institucional e, como instrumentos para coleta de dados para elaboração do Relatório de Autoavaliação Institucional, a comissão utiliza os seguintes dispositivos:

- Relatórios de Autoavaliação Institucional dos anos anteriores
- Relatórios de avaliação externa dos cursos de graduação e relatório institucional (Relatórios de visitas in loco)
- Dados e relatórios do IAE
- Coleta de dados da Reitoria, Pró-Reitorias e Diretorias da UFVJM – solicitação por meio de ofício eletrônico
- Formulários de avaliação on-line direcionados aos segmentos da comunidade interna e externa com questões referentes às 10 dimensões do Sinaes
- Documentos institucionais: Relatório de Gestão e PDI
- Atas das reuniões da Comissão Própria de Avaliação

Ressalte-se que, no contexto da pandemia, a comissão aplicou o questionário on-line baseado na oferta e nos procedimentos do ensino e do trabalho remoto. Uma campanha de divulgação referente ao processo de autoavaliação foi criada pela Coordenadoria de Comunicação Social (CoordCS), com várias peças para cada segmento, e foi amplamente divulgada em várias plataformas e mídias digitais.

Entendendo a autoavaliação institucional como um processo que precisa ser contínuo e participativo, a CPA apresenta seu planejamento com

as seguintes estratégias: elaborar novos questionários de autoavaliação institucional; realizar oficinas sobre autoavaliação em todos os campi; disponibilizar caixas de coleta de comentários; aumentar a participação da comunidade externa; ampliar as ações de divulgação da CPA em parceria com a CoordCS e implementar seminários periódicos de devolução das análises coletadas na autoavaliação.

10.1.2 Instrumento de Avaliação do Ensino

O IAE é uma ferramenta de avaliação interna própria da UFVJM, criado pela Resolução Consepe nº 22, de 25 de julho de 2014, e alterado pela Resolução Consepe nº 63, de 23 de novembro de 2017. Esse instrumento foi desenvolvido para investigar as condições particulares do ensino em conformidade com a realidade institucional e é composto por questionários disponibilizados dentro do Sistema de Gestão Acadêmica (e-Campus) para os estudantes e professores dos cursos de graduação, possibilitando a avaliação do conjunto de aspectos para o dimensionamento e planejamento de ações que concorrem para a melhoria das condições de oferta dos cursos.

Algumas atualizações previstas no instrumento em 2017 encontram-se em fase de implementação no sistema, sendo utilizado, até o momento, o questionário elaborado em 2014, que conta com questões sobre infraestrutura e de avaliação da gestão. Os resultados da avaliação são disponibilizados aos discentes e docentes, de acordo com os temas avaliados. E, a partir dos resultados coletados com a aplicação do IAE, os coordenadores de curso de graduação analisam os resultados gerais e identificam as necessidades de melhoria nas condições de ensino e de oferta do curso, promovendo diálogos e ações visando ao aprimoramento das condições didático-pedagógicas de oferta das disciplinas e componentes curriculares do curso sob a sua coordenação. Também com base nos resultados coletados no IAE, as Pró-Reitorias de Graduação e de Pesquisa e Pós-Graduação podem promover discussões acerca das melhorias das

condições de ensino e oferta do curso propostas pelos Colegiados de Cursos, nos seus respectivos conselhos.

10.2 AVALIAÇÃO EXTERNA

A avaliação externa das universidades federais é um processo essencial para garantir a qualidade do ensino superior no Brasil. Essa avaliação é realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão vinculado ao Ministério da Educação (MEC). Essa avaliação tem como objetivo principal analisar a qualidade e a eficiência das universidades federais em diversos aspectos, como ensino, pesquisa, extensão e gestão institucional. Busca identificar os pontos fortes e fracos das instituições e propor medidas de melhoria.

10.2.1 Mecanismos de avaliação externa no âmbito do Sinaes

O conceito Enade é uma variável discreta que assume valores de 1 a 5, resultante da nota dos estudantes concluintes do curso participantes do exame em conteúdos de formação geral e específica. A partir do desempenho dos estudantes é possível avaliar a qualidade dos cursos de graduação em relação a outras instituições e essas medidas oferecem parâmetros em busca da melhoria contínua e da oferta de cursos de excelência.

Aplicado junto com o Enade, merece destaque o Questionário do Estudante, pois ele também oferece, a partir da opinião dos estudantes, a oportunidade de os cursos e a instituição conhecerem melhor as suas forças e fraquezas. Nele os estudantes têm a oportunidade de manifestar a sua visão sobre os seguintes aspectos: organização didático-pedagógica, infraestrutura e instalações físicas e oportunidade de ampliação da formação.

Por seu turno, os resultados obtidos pelas visitas de avaliação in

loco, cujos processos tramitam no sistema e-MEC, parametrizados pelos diversos indicadores que compõem as dimensões do instrumento de avaliação, é outra importante fonte de redirecionamento da gestão em busca da melhoria contínua da qualidade e do alcance dos seus objetivos. Os indicadores do Instrumento de Avaliação de Cursos de Graduação Presencial e a Distância estão distribuídos em três dimensões, quais sejam: organização didático-pedagógica, corpo docente e tutorial e infraestrutura. Por sua vez, os indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância estão distribuídos entre 5 eixos, conforme consta no Quadro 45. Dessa forma, os relatórios emitidos a partir desses instrumentos fornecem mais uma fonte de identificação de fragilidades em busca da melhoria contínua da qualidade.

Vale dizer que o Censup coleta diversas informações sobre a infraestrutura das IES, as vagas oferecidas, a quantidade de candidatos, as matrículas, os ingressantes, concluintes e docentes, permitindo às instituições e ao MEC conhecer e acompanhar os cursos de graduação e fornecer subsídios para que programas de expansão e da melhoria da qualidade desse nível de ensino sejam implementados.

10.2.2 Avaliação externa promovida pela Capes

A pós-graduação brasileira passa por avaliações periódicas a fim de que seja assegurada a qualidade dos cursos de mestrado e doutorado oferecidos no país. A avaliação promovida pela Capes certifica (ou não) o funcionamento do curso e atribui a nota final. Segundo a Capes, os programas avaliados devem receber uma nota que deve ser um número inteiro entre 1 (menor nota) e 7 (nota máxima). Para os programas que só oferecem mestrado, a nota máxima que pode ser alcançada é 5. As notas 6 e 7 são as reservadas aos programas que possuem doutorado e que foram qualificados como programas de excelência. A Capes emite relatórios oriundos de seus processos de avaliação. A partir desses relatórios, a instituição pode fazer um diagnóstico dos seus programas a partir das

características avaliadas, identificando as necessidades de melhoria. Esse, portanto, constitui-se outro importante instrumento de avaliação ao qual a UFVJM é submetida.

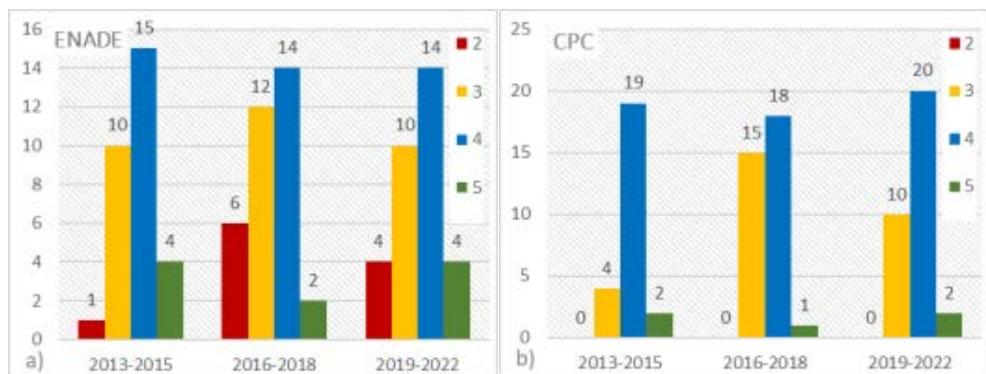
Os conceitos obtidos pela UFVJM no âmbito das avaliações promovidas pela Capes, considerando a última avaliação quadrienal (2017-2020) dos programas foram os seguintes: 10 programas com nota 3, 11 programas com nota 4 e 3 programas com nota 5.

10.3 INDICADORES DE QUALIDADE DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Do conjunto de instrumentos utilizados para a promoção da avaliação externa no âmbito do MEC, são divulgados os indicadores de qualidade que servem para as instituições parametrizarem seu desempenho em relação a outras instituições públicas e privadas do país.

Os conceitos obtidos pela UFVJM no âmbito do Sinaes, que variam de 1 a 5, constam no gráfico abaixo. É possível notar que no último triênio (2019-2022), de acordo com a metodologia de cálculo do Código Preliminar de Curso (CPC), há prevalência de cursos de alta qualidade (conceitos iguais ou superiores a quatro) na UFVJM. Isso demonstra, de maneira geral, a partir dos vários aspectos de análise, que a maioria dos cursos de graduação da instituição possui infraestrutura, instalações físicas e corpo docente adequados, apta a formar profissionais competentes e inseri-los no mercado de trabalho.

Gráfico 24 - Número de cursos de graduação da UFVJM por conceito ENADE (a) e CPC (b) nos últimos 3 ciclos avaliativos do ENADE



Fonte:Comissão Própria de Avaliação (CPA)/UFVJM.

11. GESTÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

Por ser uma autarquia federal, os recursos da UFVJM advêm em ampla maioria de créditos orçamentários consignados no Orçamento Geral da União (OGU), aprovado por meio da Lei Orçamentária Anual (LOA). Constituem-se ainda de Termos de Execução Descentralizada (TED), projetos desenvolvidos pela UFVJM, pelas arrecadações próprias da universidade e emendas parlamentares. A instituição tem o Ministério da Educação (MEC) como órgão superior mantenedor e interlocutor junto ao governo federal.

A partir dos eixos estratégicos inseridos no Plano Plurianual (PPA) do MEC são estabelecidos programas temáticos governamentais para a busca dos objetivos preestabelecidos no Plano Nacional de Educação (PNE). Parte deles está relacionada com as universidades federais. Assim, o orçamento público traduz-se em instrumento essencial para o planejamento e desenvolvimento dos objetivos institucionais da UFVJM e nacionais.

O orçamento da UFVJM agrega os grupos de despesas com pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes e investimentos. O montante alocado pelo MEC para cobertura das despesas com funcionamento e manutenção tem como parâmetro o indicador de aluno equivalente, o qual contempla em sua fórmula de cálculo dados coletados no Censo da Educação Superior (Censup) relacionados ao desempenho dos cursos ofertados pela universidade, consubstanciando-se na Matriz de Orçamento de Outros Custeiros e Capital (Matriz OCC ou Matriz Andifes).

A despesa pública é dividida entre despesa corrente e despesa de capital, as quais podem ser classificadas em despesa obrigatória ou discricionária, respectivamente. As despesas obrigatórias são aquelas que o governo não pode deixar de executar, seja por força de lei ou por determinação constitucional. São exemplos práticos dessas despesas o

pagamento dos salários, aposentadorias e benefícios sociais com pessoal ativo e inativo. Já as despesas discricionárias são aquelas que o governo tem uma maior autonomia para sua aplicação e englobam gastos com custeio e investimento. São exemplos dessas despesas contratos de serviços continuados (energia, vigilância, água e esgoto, limpeza e conservação, manutenção de imóveis e reformas, entre outros), bolsas, auxílios, diárias e passagens, aquisição de material de consumo, equipamentos, obras, entre outros.

A disponibilidade orçamentária para as despesas correntes e de capital tem relação direta com a realização da receita fixada (resultado primário). Por força da Emenda Constitucional nº 95/2016, conhecida como a Emenda do Teto dos Gastos Públicos, o montante do orçamento projetado para o exercício corrente deve ser equivalente ao orçamento do exercício anterior corrigido pela inflação. Desse modo, o orçamento total da universidade tem aumentado a cada exercício fiscal, impactado pelas despesas obrigatórias com pessoal, enquanto o orçamento para despesas discricionárias tem sofrido contingenciamentos e cortes lineares para adequação ao teto de gastos, colocando em risco e afetando o planejamento e cumprimento dos objetivos institucionais da universidade.

11.1 DEMONSTRAÇÕES DA SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

A UFVJM tem no arcabouço de suas atribuições a execução de todas as atividades contábeis e financeiras correlatas ao universo de uma organização pública federal, e deve assegurar o cumprimento das obrigações fiscais e tributárias em conformidade com as características legais e específicas dos órgãos de controle, a fim de garantir um correto encerramento de exercício financeiro, certificado numa regularidade tributária e fiscal plena.

A UFVJM está em um processo de fortalecimento de cada unidade

que a constitui, no sentido de que cada uma possa acompanhar seus saldos de restos a pagar. Essa atitude prima-se pela boa gestão das obrigações, resultando em significativa redução de inscrição de restos a pagar e garantindo maior eficiência da aplicação da LOA no exercício correspondente.

Ademais, vem avançando de forma significativa no ranking da gestão de custos das universidades federais, elaborado pelo Boletim Foco em Custos (BFC) elaborado anualmente pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), no qual ocupava a 22^a posição em 2019, a 12^a posição em 2020, a 5^a posição em 2021 e atualmente a 7^a posição no Ranking de 2022. A gestão de custos foi imprescindível para que a UFVJM alcançasse o destaque na regularidade dos registros contábeis realizados mensalmente, recebendo a pontuação máxima.

Dentre as atividades desempenhadas no quesito da transparência ativa, a de maior relevância constitui-se na construção de painéis interativos de restos a pagar e a gestão efetiva nas etapas da execução do orçamento para a redução de inscrição de restos a pagar.

A regularidade de registros contábeis é um instrumento essencial para que a instituição possa honrar seus compromissos junto aos seus fornecedores e cumprir com maior regularidade e integridade o seu papel social.

11.2 HISTÓRICO E PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

A proposta orçamentária da UFVJM vincula-se à proposta do Ministério da Educação, a qual é encaminhada ao Congresso Nacional pelo Executivo federal por meio do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) para análise e aprovação, sendo posteriormente devolvida para sanção da Lei Orçamentária Anual (LOA). O orçamento é um instrumento essencial para que as universidades possam realizar seus desígnios, devendo estar alinhado com a gestão, principalmente em momentos de escassez, cortes,

bloqueios orçamentários que, inclusive, estão ocorrendo com grande força atualmente.

Na Tabela 22 pode ser observada a série histórica do orçamento da UFVJM autorizado no período de 2019 a 2023 por meio da Lei Orçamentária Anual da instituição.

Tabela 22 - Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social global da UFVJM 2019 - 2023

Grupo de Despesa	2019	2020	2021	2022	2023
1 Pessoal e encargos sociais	229.647.360,00	242.075.136,00	249.873.858,00	257.243.004,00	276.541.981,00
3 Outras despesas correntes	59.538.800,00	53.477.964,00	39.116.983,00	55.338.148,00	60.587.844,00
4 Investimentos	3.768.181,00	8.091.973,00	11.479.215,00	2.905.282,00	4.366.880,00
Total	292.954.341,00	303.645.073,00	300.470.056,00	315.486.434,00	341.496.705,00

Fonte: SIAFI, 2023.

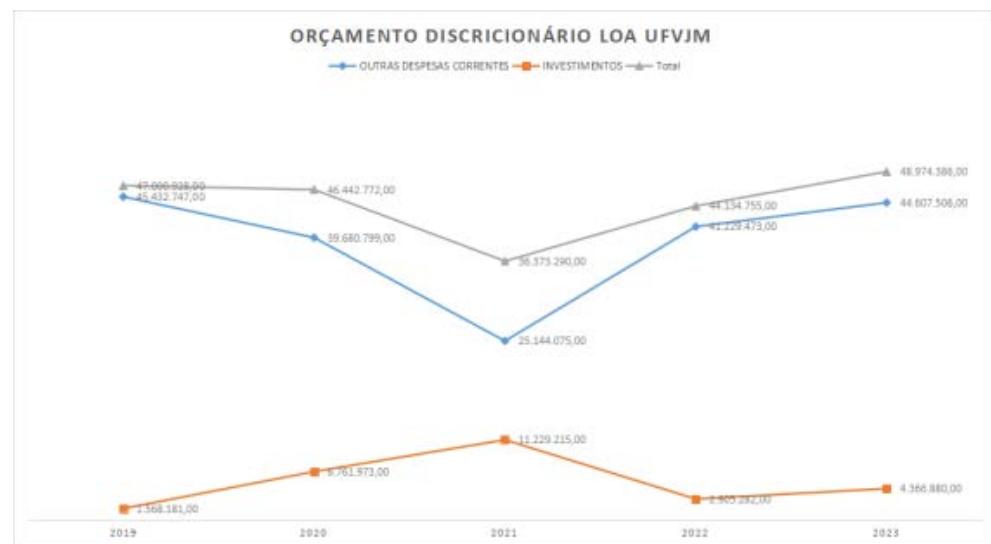
A fim de traçar um paralelo com o orçamento global da UFVJM apresenta-se na Tabela 23 o detalhamento do orçamento aprovado pela Matriz de Distribuição de Recursos Discricionários da instituição no período de 2019 a 2023. Esse orçamento é composto pelos grupos de despesas “outras despesas correntes” e “investimentos” que se destinam à cobertura dos gastos com funcionamento e manutenção da universidade e possibilitam maior liberdade na sua aplicação. Insta ressaltar que o orçamento com receita própria que compõe o orçamento da UFVJM depende de arrecadação anual para execução.

Tabela 23 - Orçamento Matriz de Distribuição de Recursos Discricionários da UFVJM autorizado no quinquênio 2019 - 2023

Ano Lançamento	2019	2020	2021	2022	2023
Outras despesas correntes	45.432.747,00	39.680.799,00	25.144.075,00	41.229.473,00	44.607.506,00
Investimentos	1.568.181,00	6.761.973,00	11.229.215,00	2.905.282,00	4.366.880,00
Total	47.000.928,00	46.442.772,00	36.373.290,00	44.134.755,00	48.974.386,00

Fonte: SIAFI, 2023.

Gráfico 25 - Evolução do Orçamento Matriz de Distribuição de Recursos Discricionários da UFVJM 2019 - 2023



Fonte: SIAFI, 2023.

Dentre os tipos de receita que financiam as atividades da universidade estão as fontes de recursos próprios, que provêm de esforço de arrecadação da própria instituição com venda de excedentes de produção do ensino e da pesquisa (agropecuária, florestal, entre outras), leilões, taxas administrativas, multas de biblioteca, aluguéis, inscrições em concursos, processos seletivos públicos. Tais receitas fortalecem a sustentabilidade financeira da UFVJM possibilitando maior investimento no funcionamento e manutenção da instituição.

Ademais, a UFVJM recebe recursos provenientes de Emendas Parlamentares, Termos de Execução Descentralizada e de transferências diretas entre unidades gestoras da União. As Emendas Parlamentares são instrumentos utilizados pelo Congresso Nacional para participar da Lei Orçamentária Anual. Em outros termos, são dotações orçamentárias de autoria de deputados e senadores, indicadas diretamente para a universidade, com o intuito de atender as necessidades da região que esses

parlamentares representam.

As descentralizações de créditos, definidas no Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, são um instrumento por meio do qual são ajustadas as transferências de crédito entre órgãos e/ou entidades integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União. Objetivam a execução de ações de interesse da unidade orçamentária descentralizadora e consecução do objeto previsto no programa de trabalho, respeitada fielmente a classificação funcional programática. Configuram delegação de competência para a unidade descentralizada (UFVJM), proporcionando a execução de programas, projetos ou atividades previstas no orçamento da unidade descentralizadora da União.

Para a projeção do orçamento da Matriz de Distribuição de Recursos Discricionários da UFVJM foram considerados os valores atualizados constantes no volume V da LOA 2023 e corrigidos monetariamente nos exercícios subsequentes em 6,04%, 6,29%, 6,54%, 6,79% e 7,04% respectivamente, com base na inflação (IPCA-IBGE de 5,79%) do ano de 2022.

Tabela 24 - Projeção do orçamento da Matriz de Distribuição de Recursos Discricionários da UFVJM 2024 - 2028

Grupo de Despesa	2023	2024	2025	2026	2027	2028
3 Outras	44.607.506,00	47.301.799,36	50.277.082,54	53.565.203,74	57.202.281,07	61.229.321,66
4 Investimentos	4.366.880,00	4.630.639,55	4.647.230,03	4.951.158,87	5.287.342,56	5.659.571,48
Total	48.974.386,00	51.932.438,91	54.924.312,57	58.516.362,61	62.489.623,63	66.888.893,14

Fonte: PROPLAN, 2023.

11.3 PLANOS DE INVESTIMENTO

Os planos de investimentos demandados pela UFVJM e inseridos neste PDI (Capítulos 2 e 9) atualmente permeiam a casa dos R\$ 250 milhões. Fazendo uma analogia com os recursos discricionários totais recebidos anualmente pela UFVJM (R\$ 49 milhões em 2023), torna-se absolutamente

inviabilizado, pelo modelo de financiamento atual da universidade, atender mesmo que de forma parcial tais planos, visto que do total de recursos discricionários recebidos, cerca de R\$ 4,3 milhões destinam-se a despesas de investimentos e R\$ 44,7 milhões a despesas de custeio para funcionamento, conforme a LOA 2023 UFVJM atualizada.

Para proporcionar a solidez e a factibilidade do orçamentário projetado na Tabela 24 Projeção do orçamento da Matriz de Distribuição de Recursos Discricionários da UFVJM para o quinquênio 2024-2028 e os planos de investimentos apresentados nos Capítulos 1 e 9, é fundamental que a UFVJM esteja engajada na busca por pactuações e parcerias entre órgãos federais, estaduais e municipais, emendas parlamentares, doações de pessoas físicas e jurídicas, a fim de executar os planos de maior necessidade e relevância para a sua finalidade institucional e consolidar-se como uma universidade socialmente relevante nas suas áreas de atuação e abrangência.

12 FUNDACÕES DE APOIO: RELAÇÃO COM A INSTITUIÇÃO

As universidades são consideradas instrumentos de transformação social e nessa ótica não devem atuar como organizações fechadas em si mesmas. Para cumprirem sua função social e promoverem um fortalecimento do coletivo, é preciso que ações compartilhadas sejam gerenciadas, de modo que o outro também possa se fortalecer nesse meio.

As universidades carecem de certa liberdade gerencial que lhes amenize o caráter burocrático e as dificuldades dele decorrentes. Alguns dos maiores obstáculos enfrentados pelas universidades para o alcance dos seus objetivos decorre do fato de que os recursos financeiros para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão, inovação, entre outros, ainda não são suficientes, o que demanda estabelecer novas estratégias de captação de recursos adicionais junto a organizações de fomento públicas e privadas por meio de projetos e parcerias. Ademais, é preciso conferir às universidades a agilidade para competir com demais instituições que pleiteiam os mesmos recursos.

Nesse contexto, as fundações de apoio tornam-se um elo entre a universidade e as demais organizações, afim de promover o desenvolvimento dos diversos processos que envolvem a cadeia produtiva, científica e tecnológica por meio do conhecimento compartilhado. As fundações de apoio contribuem de forma significativa para o fortalecimento da interação da UFVJM com a sociedade e surgem como uma via alternativa ao engessamento imposto pela ausência de instrumentos que possibilitem às universidades uma maior agilidade e flexibilidade nos diversos processos.

A UFVJM possui uma fundação de apoio, a Fundação Diamantinense de Apoio ao Ensino, Pesquisa e Extensão (Fundaepe), que não se encontra atuante por estar sob a curadoria do Ministério Público Estadual para saneamento de pendências administrativas e financeiras.

Diante desse cenário, a Fundação Arthur Bernardes (Funarbe), entidade de direito privado, sem fins lucrativos, estabelecida em 1979, tem atuado junto à UFVJM como fundação de apoio autorizada. O processo de inclusão da Funarbe como fundação de apoio começou em novembro de 2017, por intermédio da aprovação no Conselho Universitário (Consu). A Funarbe trabalha para oferecer suporte técnico e gerencial às atividades de ensino, pesquisa e extensão junto à universidade. O principal objetivo é atender e colaborar para a execução de pesquisa e projetos, no intuito de aperfeiçoamento de professores e alunos e consequente ampliação das pesquisas e novos conhecimentos, contribuindo, assim, para o desenvolvimento da pesquisa e inovação, práticas de extensão e efetivação dos projetos desenvolvidos por esta universidade, nos termos da Resolução Consu nº 12, de 23 de novembro 2016, e em conformidade com a Lei nº 8958/1994 e Decreto nº 7423/2010. Os instrumentos utilizados são definidos de acordo com as organizações envolvidas e como elas pretendem efetivar seus objetivos, podendo envolver convênios, contratos, acordos de cooperação, acordos de parceria, entre outros, desde que respeitem a forma e a viabilidade administrativa e jurídica.

À título de exemplificação, pode-se citar alguns dos projetos geridos pela fundação na UFVJM: projeto Tecnologias para o Manejo Sustentável do Cultivo da Palmeira Macaúba; Fortalecimento de Capacidades Governativas em Municípios do Médio e Baixo Jequitinhonha e do Vale do Mucuri – MG; Manutenção do laboratório multiusuário de difração de raios X da UFVJM; Efeito do Déficit Hídrico e Épocas de Semeadura sobre a Produtividade de Grãos, Rendimento e Qualidade do Óleo de Canola no Cerrado Mineiro; Diagnóstico Molecular de Infecções Virais no Vale do Jequitinhonha, Minas Gerais: 31 municípios atendidos em uma das regiões mais carentes do Brasil; Curso de Especialização em Ortodontia, executado no Departamento de Odontologia da Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde- FCBS/UFVJM.

A UFVJM continua a realizar chamamento público de fluxo contínuo

para a autorização de fundações interessadas em estabelecer parcerias com a UFVJM, no intuito de ampliar o leque de atendimentos, com foco no crescimento institucional e um melhor atendimento da sociedade. A UFVJM almeja aprimorar as relações de parceria com as fundações, principalmente nas ações de desenvolvimento institucional, inovação e prestação de serviços, sem deixar de lado as ações de ensino, pesquisa e extensão.

A Diretoria de Convênios e Projetos (DCP/Reitoria), Diretoria de Planejamento das Contratações (Diplac/Proplan) e a Diretoria de Licitações e Contratos (DLC/Proad) atuam como facilitadores, de forma a permitir a efetivação de projetos institucionais intermediados com as fundações de apoio, objetivando amparar a administração de projetos e procurando conferir flexibilidade e agilidade, imprescindíveis ao processo de desenvolvimento dos campos da pesquisa, pós-graduação, extensão, inovação e do desenvolvimento institucional na UFVJM.

Torna-se fundamental compreender as naturezas dos projetos de desenvolvimento institucional a serem fomentados por meio de parceria com as fundações de apoio, conforme determina o artigo 1º da Lei nº 8.958/94.

Ademais, é premente que a UFVJM priorize estratégias para fortalecimento das parcerias por meio de convênios e instrumentos congêneres com intermédio de fundações de apoio por meio de ações como: atualização dos normativos internos regulamentando os fluxos relacionados a parcerias com apoio de fundações na UFVJM; instituição de uma unidade organizacional para gerenciar e atuar nos processos de parcerias com fundação de apoio e execução de projetos; criação de um banco de projetos institucionais por área para captação de recursos; promoção de ações de inovação, transferência de tecnologia e empreendedorismo por meio de parcerias e projetos com fundações.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 1.466, de 12 de julho de 2001. Brasília, DF, 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/P1465.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CES 10, de 11 de março de 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/reso10.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Portaria MEC nº 7, de 19/03/2004. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/pdi/portaria%20sesu%20n07%20de%2019%20de%20marco%20de%202004.pdf>. Acesso em: 17 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 2.051, de 09/07/2004. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf. Acesso em: 14 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria MEC nº 4.361, de 29/12/2004. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/pdi/files/2013/04/Portaria-MEC-n%C2%BA-4361-2004.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 , que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 17 abr. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm. Acesso em: 17 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria Normativa MEC nº 40, de 12/12/2007. Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação da educação superior no sistema federal de educação. Disponível em: https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/legislacao/2007/portaria_40_12122007.pdf. Acesso em: 17 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 03, de 14/10/2010. Regulamenta o Art. 52 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dispõe sobre normas e procedimentos para credenciamento e recredenciamento de

REFERÊNCIAS

universidades do Sistema Federal de Ensino. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6850-rces003-10&category_slug=outubro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 01, de 11/03/2016. Estabelece Diretrizes e Normas Nacionais para a Oferta de Programas e Cursos de Educação Superior na Modalidade a Distância. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/marco-2016-pdf/35541-res-cne-ces-001-14032016-pdf/file>. Acesso em: 18 abr. 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/D9235.htm. Acesso em: 18 abr. 2023.

FORPLAD. Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI: um guia de conhecimentos para as Instituições Federais de Ensino . / Tomás Dias Sant'Ana... [et al]. – Alfenas: FORPDI, 2017. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/plataformafor/documentos/livroforpdi>. Acesso em: 06 mar. 2023.

MANIFESTO dos povos dos Vales. Diamantina: [s. n.], 6 de setembro de 2023. 7 p. SEI 1207258. Acesso restrito.

UFVJM. Estatuto da UFVJM. Regulamenta o funcionamento da UFVJM. Disponível em: <https://portal.ufvjm.edu.br/page/acesso-a-informacao/institucional/bases-juridicas/bases-juridicas-1/estatuto-da-ufvjm/view>. Acesso em: 06 mar. 2023.

UFVJM. Regimento Geral da UFVJM. Dispõe sobre o funcionamento das atividades comuns às Unidades e aos demais órgãos da UFVJM nos planos didático-científico, administrativo, disciplinar e de gestão financeira e patrimonial. Disponível em: <https://portal.ufvjm.edu.br/page/acesso-a-informacao/institucional/bases-juridicas/bases-juridicas-1/regimento-geral-da-ufvjm>. Acesso em: 06 mar. 2023.

UFVJM. Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021. Documento norteador utilizado no período de 2017 a 2021. Disponível em: <https://portal.ufvjm.edu.br/page/acesso-a-informacao/institucional/bases-juridicas/bases-juridicas-1/plano-de-desenvolvimento-institucional-pdi-da-ufvjm-2017-2021>. Acesso em: 06 mar. 2023.

REFERÊNCIAS

UFVJM. Relatório de Gestão 2019. Documento norteador utilizado no exercício de 2020. Disponível em: <https://portal.ufvjm.edu.br/page/acesso-a-informacao/auditorias/relatorios-de-gestao/rg-2019.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2023.

UFVJM. Relatório de Gestão 2020. Documento norteador utilizado no exercício de 2021. Disponível em: <https://portal.ufvjm.edu.br/page/acesso-a-informacao/auditorias/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2020>. Acesso em: 06 mar. 2023.

UFVJM. Relatório de Gestão 2021. Documento norteador utilizado no exercício de 2022. Disponível em: <https://portal.ufvjm.edu.br/page/acesso-a-informacao/auditorias/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2021>. Acesso em: 06 mar. 2023.

UFVJM. Relatório de Gestão 2022. Documento norteador utilizado no exercício de 2023. Disponível em: <https://portal.ufvjm.edu.br/page/acesso-a-informacao/auditorias/relatorios-de-gestao/relatorio-de-gestao-2022>. Acesso em: 06 mar. 2023.

UFVJM. Relatório de Autoavaliação Institucional 2023. Ano base 2022. Documento norteador utilizado no exercício de 2023. Disponível em: <http://media.ufvjm.edu.br/content/uploads/sites/53/2023/03/Relat%C3%B3rio-de-Autoavalia%C3%A7%C3%A3o-Institucional-2023.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2023.

APÊNDICES

APÊNDICE A - PLANO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO PDI (SEI 1239164)

APÊNDICE B - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES - VERSÃO 1.1 (SEI 1239167)

APÊNDICE C - CRONOGRAMA DE ATIVIDADES - VERSÃO 1.2 (SEI 1239169)



Campus I

Rua da Glória, 187 – Centro
CEP: 39100-000 – Diamantina/MG

Campus JK

Rodovia MGT 367 – Km 583, 5.000 – Alto da Jacuba
CEP: 39100-000 – Diamantina/MG

Campus do Mucuri

Rua do Cruzeiro, 1 – Jardim São Paulo
CEP: 39803-371 – Teófilo Otoni/MG

Campus Janaúba

Avenida Um, 5.050 – Cidade Universitária
CEP: 39447-790 – Janaúba/MG

Campus Unaí

Avenida Universitária, 1.000 – Universitários
CEP: 38610-000 – Unaí/MG



UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

DESPACHO Nº 75/2024/PROGRAD

Processo nº 23086.011290/2024-03

Interessado: Conselho de Graduação

A PRÓ REITORA EVENTUAL DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, examinando os autos do Processo em epígrafe, encaminha para apreciação e aprovação do CONGRAD, com posterior homologação do CONSEPE e CONSU, a solicitação de criação do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas, conforme o ofício 19 (1519021).

O Projeto Político Pedagógico que consta neste processo (1523628) já foi aprovado pelo CONSEPE, conforme o despacho (1517845) e a Resolução 29/2024 (1523628). Acompanha ainda este processo, o PDI 2024-2028 (1523661) e a Ata da Congregação da FCBS (1523661).

Atenciosamente

Profa. Ana Cristina Pereira Lage



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Pereira Lage, Pro-Reitor(a) - eventual**, em 02/09/2024, às 16:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1523664** e o código CRC **96F5222B**.

UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

DESPACHO N° 80/2024/PROGRAD

Processo nº 23086.011290/2024-03

Interessado: Secretaria do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, Reitoria

A PRÓ REITORA EVENTUAL DE GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, no uso de suas atribuições legais e regulamentares, examinando os autos do Processo em epígrafe, encaminha para deliberações do CONSEPE e posteriormente por parte do CONSU, a solicitação de criação do curso de Bacharelado em Ciências Biológicas (1519021).

Informo que a solicitação de criação do referido curso foi aprovada por ampla maioria na 148a Reunião Extraordinária do CONGRAD, que ocorreu no dia 04 de setembro de 2024. Saliento que o Projeto Político Pedagógico que consta neste processo (1523628) já foi aprovado pelo CONSEPE, conforme o despacho (1517845) e a Resolução 29/2024 (1523628). Acompanha ainda este processo, o PDI 2024-2028 (1523661), o qual prevê na página 67 a criação do curso e a Ata da Congregação da FCBS (1523661).

Atenciosamente

Professora Ana Cristina Pereira Lage



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Pereira Lage, Pro-Reitor(a) - eventual**, em 05/09/2024, às 16:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1528710** e o código CRC **530CEF6A**.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI

MINUTA DE RESOLUÇÃO

Criar o curso de Ciências Biológicas – Bacharelado, na modalidade presencial vinculado à Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde - FCBS da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).

O CONSELHO UNIVERSITÁRIO DO UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. XXX da [indicar a norma pertinente], e pelo art. XXX do [indicar a norma pertinente],

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo n. 23086.011290/2024-03,

R E S O L V E :

Art. 1º Aprovar a criação do Curso de **Ciências Biológicas – Bacharelado**, na modalidade presencial, vinculado à Faculdade de Ciências Biológicas e da Saúde - FCBS, conforme descrição abaixo:

Curso	Grau	Vagas Ofertadas semestralmente	Turno	Número de Docentes
Ciências Biológicas	Bacharelado	15	Integral	02
Total	-	15	-	02

Art. 2º O número de docentes para o Ciências Biológicas – Bacharelado obedecerá o quantitativo de docentes descritos no Projeto Pedagógico aprovado pela Resolução n. 29/2024 - CONSEPE, de 28 de agosto de 2024.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Heron Laiber

Bonadiman

Presidente

do CONSU



Documento assinado eletronicamente por **Ana Cristina Pereira Lage, Diretor (a)**, em 16/09/2024, às 16:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufvjm.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1539097** e o
código CRC **64BF303F**.

Referência: Processo nº 23086.011290/2024-03

SEI nº 1539097